



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 081 TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS CONJUNTOS DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nºs 2 e 3/2015	006
2 – ATA DA 87ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 1º DE JUNHO DE 2015	010
2.1 – ABERTURA.....	010
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO.....	010
Destinada a comemorar os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral	010
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros).....	010
2.2.3 – Oradores	
Ministro Dias Toffoli, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral	011
Senador Romero Jucá	018
Senador Telmário Mota	020
Senadora Vanessa Grazziotin.....	021
Senador Hélio José.....	023
Senador Donizeti Nogueira.....	025
Senador Edison Lobão	026
2.3 – ENCERRAMENTO.....	027
3 – ATA DA 88ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE JUNHO DE 2015	028
3.1 – ABERTURA.....	028
3.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	028
3.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	028
3.2.1.1 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 323/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que <i>dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes, envasadores e importadores de bebidas alcóolicas a incluírem nos rótulos de seus produtos informações sobre riscos e restrições de consumo</i>	028
Nº 324/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que <i>institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências</i>	029
Nº 325/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que <i>torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas</i>	030
Nº 326/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que <i>altera o Art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos</i>	030
Nº 327/2015, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que <i>altera a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para tornar obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e do fator Rh no Registro de Identidade Civil</i>	040
Nº 328/2015, de autoria do Senador Telmário Mota, que <i>dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências</i>	042
3.2.1.2 – Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 66/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Amorim, que <i>dispõe sobre a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos Municípios</i>	045
3.2.1.3 – Término de prazos	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 199/2015-Complementar	051
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 97/2014	051

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 286, 325, 397 e 429/2013; 5, 68, 69, 72, 73, 74, 79, 81, 92, 114, 121, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 144, 155, 156, 158, 160, 162, 166 e 193/2014; e 23/2015..... 051

3.2.1.4 – Comunicações

Da Liderança do PRB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015 (**Ofício nº 129/2015**) *Será feita a substituição solicitada*..... 051

Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (**Ofício nº 169/2015**). 052

3.2.1.5 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 43/2015 (nº 54/2015, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas 053

3.2.2 – Oradores

SENADOR FERNANDO COLLOR – Apresentação de requerimentos de informações ao Procurador-Geral da República sobre suposta irregularidade na contratação da empresa Oficina da Palavra Ltda pelo Ministério Público Federal. 066

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Relato da realização da 10ª Conferência Nacional do PCdoB..... 067

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre agenda cumprida por S. Exª em Minas Gerais; e outros assuntos. 074

SENADOR TELMÁRIO MOTA – Homenagem ao Município de Caracaraí-RR pelo transcurso dos 60 anos de sua criação; e outros assuntos. 078

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Registro de iniciativas nacionais de unificação do registro civil anteriores ao anúncio do Governo Federal de projeto de lei supostamente inédito na temática..... 081

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comentários sobre PEC apresentada por S. Exª que visa facilitar a execução das emendas parlamentares ao orçamento. 082

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Defesa de projeto de lei de autoria de S. Exª que visa impor sanções pecuniárias aos responsáveis por órgãos ou entes públicos cujos edifícios não atendam aos requisitos legais de acessibilidade. 084

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Registro de matéria publicada no **Diário de Pernambuco** em que se destaca trabalho pedagógico pioneiro desenvolvido por educador da rede municipal de Petrolina-PE. 086

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Preocupação com a situação econômica do País e com as medidas de ajuste fiscal adotadas pelo Governo Federal..... 086

SENADOR RAIMUNDO LIRA – Preocupação com o alto índice de assassinatos no Brasil e defesa do projeto de lei de autoria de S. Exª que tipifica o porte de arma branca..... 090

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Registro de seminário promovido pela Arquidiocese de Natal sobre as mudanças ocorridas no Nordeste brasileiro nos últimos sessenta anos. 092

SENADOR DONIZETI NOGUEIRA – Críticas aos meios de comunicação e aos setores da oposição por supostamente transmitirem informações agravadas da crise vivenciada pelo País e pelo PT; e outros assuntos. 096

SENADOR ACIR GURGACZ – Registro da 4ª Edição da Rondônia Rural Show; e outros assuntos..... 098

3.3 – ENCERRAMENTO..... 101

4 – EMENDAS

Nºs 1 a 193, apresentadas à Medida Provisória nº 675/2015 102

5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

5.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

5.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de maio de 2015 (Suplemento “A”)

5.1.2 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal (Suplemento “B”)

5.1.3 – Atas de Comissões Temporárias do Senado Federal (Suplemento “C”)

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 549

Bancadas dos Partidos 550

Por ordem alfabética 551

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 552

8 – LIDERANÇAS 553

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 555

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 565

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 575

CAS – Comissão de Assuntos Sociais..... 581

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 583

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 587

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	592
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	598
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	603
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	605
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	611
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	616
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	619
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	621

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	622
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993).....	623
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	625
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)...	627
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	628
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010).....	630
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	632
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	634
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013).....	636
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995).....	638
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	639
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	640
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010).....	641

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006).....	643
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	647
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	649
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	650
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	652
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	653
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015).....	656

14 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN)	657
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	660
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	662

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO CONJUNTO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 2, de 2015.

Designa os membros da Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar os dispositivos da Constituição Federal, de que trata o Ato Conjunto nº 1, de 2015.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

CONSIDERANDO as circunstâncias que levaram à edição do Ato Conjunto nº 1, de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Designar os integrantes da Comissão Mista destinada a consolidar e regulamentar os dispositivos da Constituição Federal brasileira, de que trata o Ato Conjunto nº 1, de 2015.

Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos seguintes membros:

I – Deputados Federais:

- a) Luiz Sérgio, que funcionará como Presidente;
- b) Sérgio Souza, que funcionará como Vice-Presidente;
- c) Sérgio Zveiter;
- d) Miro Teixeira;
- e) Sandro Alex;
- f) Bruno Araújo

II – Senadores da República:

- a) Romero Jucá, que atuará como relator;
- b) Aloysio Nunes Ferreira;
- c) Lídice da Mata;
- d) Jorge Viana;
- e) Walter Pinheiro;
- f) Blairo Maggi

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de junho de 2015.



Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



Deputado **EDUARDO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados

**ATO DO CONJUNTO DO PRESIDENTE DO SENADO
FEDERAL E DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS Nº 3 , de 2015.**

Institui Comissão Mista destinada a apresentar
projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as atividades das empresas estatais, particularmente no que toca à transparência, eficiência e normativa aplicável à gestão de seus recursos,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica constituída Comissão Mista composta por quatro senadores e quatro deputados federais destinada a apresentar, até o dia 10 de julho de 2015, projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais, que deverá fixar normas e procedimentos de transparência, eficiência, governança e boa gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos seguintes membros:

I – Deputados Federais:

- a) Artur Maia, que funcionará como Relator;
- b) Danilo Forte;
- c) André Moura;
- d) Rogério Rosso.


II – Senadores da República:

- a) Romero Jucá, que atuará como Presidente;
- b) Otto Alencar, que atuará como Vice-Presidente;
- c) José Serra;
- d) Walter Pinheiro;

Art. 2º A Secretaria-Geral da mesa do Senado Federal proverá os serviços de secretaria da Comissão.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de junho de 2015.


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal


Deputado **EDUARDO CUNHA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Ata da 87ª Sessão, Especial, em 1º de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 20 minutos e encerra-se às 13 horas e 9 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral, nos termos do Requerimento nº 148, de 2015, do Senador Romero Jucá e de outros Senadores.

Já compomos a Mesa o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Toffoli, o Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes, eu e o Senador Romero Jucá, que foi, como disse, o autor do Requerimento nº 148.

Convido para compor a Mesa o Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro João Otávio de Noronha. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que representa o Superior Tribunal de Justiça nesta oportunidade, Ministro Herman Benjamin. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Ministro do Tribunal de Contas da União, Senador Vital do Rêgo. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Eugênio Aragão. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho. *(Palmas.)*

Registro com muita satisfação as honrosas presenças do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Henrique Neves da Silva, do Ministro do Superior Tribunal Militar José Barroso Filho, do Defensor Público-Geral Federal Haman Tabosa de Moraes e Córdova, do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, entre os anos 2000 a 2008, Carlos Eduardo Caputo Bastos.

É uma honra muito grande, Caputo, tê-lo aqui, no Senado Federal, no momento em que comemoramos os 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral.

Registro a honrosa presença do Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Desembargador Federal, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas; do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Desembargador Romão Cícero de Oliveira; do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Desembargador Edvaldo Pereira de Moura; do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro; representando o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, o Vice-Corregedor José Ribamar Mendes Júnior. Registro também a presença do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal, Leonardo Bessa; do Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Antonio Cesar; do Presidente em Exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros, Ricardo de Araújo Barreto; do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, que representa o Senado Federal, Fabiano Augusto Martins Silveira; e de todos os convidados, Srs e Srs. Desembargadores.

Convido todos para, em posição de respeito, acompanhar a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli; Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes; 2º Vice-Presidente do Senado Federal e signatário da presente sessão, Senador Romero Jucá; Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro João Otávio de Noronha; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin; Ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo; Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Eugênio Aragão; Presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho; senhores convidados, senhoras convidadas; Srs. Senadores, Srs Senadoras, a jovem democracia brasileira é, sem dúvida nenhuma, devedora da Justiça Eleitoral.

Suas responsabilidades se espraiam em todas as vertentes fundamentais para fazer com que o preceito inscrito do parágrafo único do artigo 1º da Constituição brasileira seja factível: que todo o poder emana do povo.

Para que esse poder emanado do povo possa ser exercido com a escolha de seus representantes, por meio das eleições, faz-se imprescindível a existência da Justiça Eleitoral.

Basta ver que, em momentos sombrios de arbítrio da nossa História, ela foi encerrada, como aconteceu durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, ou pouco demandada, como se deu nos anos da ditadura da década de 60. Mas isso é passado, e aqui estamos para comemorar os 70 anos de sua reinstalação.

Criada pelo Código Eleitoral de 1932, a Justiça Eleitoral brasileira é um ramo especializado do Poder Judiciário com atuação na esfera jurisdicional.

Ela tem a responsabilidade de julgar questões eleitorais no âmbito administrativo, no qual é seu dever organizar e realizar as eleições, referendos e plebiscitos e na função regulamentar, em que elabora normas referentes ao processo eleitoral. Não obstante, compete à Justiça Eleitoral atuar como órgão consultivo, regulamentar normas referentes ao processo eleitoral, como disse, e disciplinar a aplicação da Lei Eleitoral em cada eleição específica.

Uma particularidade da nossa Justiça diz ainda muito de sua relevância, já que é o único do Poder Judiciário que, ao exercer sua função administrativa, transpõe o seu próprio âmbito. As eleições, em todas as suas fases, desde o alistamento da população, passando pela operacional, viabilizando as votações, até a proclamação do resultado das urnas é de sua exclusiva competência. Não é pouca coisa. Democracia não se realiza meramente na letra fria da lei. Levando-se ao paroxismo a essencialidade das eleições, podemos dizer que, sem elas, não há democracia.

Em nosso País, as inquietações sobre o melhor método de a população escolher seus representantes são constantes. É assunto recorrente nas discussões no bojo da tão almejada reforma política. Urge que atuemos no fortalecimento dos partidos com mais nitidez programática e mais vida partidária. É igualmente imperioso igualar oportunidades, fixar uma cláusula de barreira que iniba a proliferação das nanolegendas e colocar um ponto final na promiscuidade do público com o privado, dando absoluta transparência ao processo, fixando um teto de contribuições para o que o candidato não tenha dono e o eleito não tenha patrão.

Nosso sistema político, eleitoral e partidário, como todos sabem, ainda é anacrônico, ainda é muito ultrapassado. E esta é uma grande oportunidade que temos para reformá-lo. É nossa obrigação decidir qual é a forma mais democrática de a população escolher seus representantes. Se não o fizermos neste momento único de protagonismo do Legislativo, outros o farão. Precisamos, mais do que nunca, melhorar a política para que a política, aprimorada, ajude a melhorar o País.

Se muitas vezes o Brasil é colocado na rabeira de muitos índices, quando o assunto é de competência da Justiça Eleitoral, sobressaimos pela atuação de vanguarda, tal como na digitalização do eleitorado e no aprimoramento permanente das urnas eletrônicas.

Queria aproveitar este momento para homenagear todo o corpo de servidores, ex-Ministros, Ministros e Presidentes do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o País, que colaboraram nesse aprimoramento da Justiça Eleitoral. Faço-o na pessoa do Ministro Toffoli, esse jovem e talentoso jurista, que por onde passa deixa a marca de sua competência e de seu tirocínio.

Por tudo isso e pela sua importância para a democracia, realizamos esta sessão solene comemorativa dos 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral. Nela sabemos que podemos confiar e para ela damos os nossos sinceros parabéns.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli. Em seguida nós daremos a palavra ao Senador Romero Jucá, que é o autor do requerimento.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. DIAS TOFFOLI (Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, a quem de imediato agradeço a realização desta sessão solene em homenagem à Justiça Eleitoral, em razão da efeméride dos 70 anos da sua reinstalação, é uma honra falar na tribuna desta Casa, já quase bicentenária – de 1822, 1823. Comemorar-se-á o bicentenário do Senado na República brasileira. A Justiça Eleitoral, com 70 anos, estamos aí correndo atrás da tradição do Senado da República, que vem da tradição milenar do senado romano, as mais importantes instituições republicanas da história.

Sr. Senador Romero Jucá, autor do requerimento, junto com tantos outros Senadores que apoiaram esta iniciativa, cumprimento, na pessoa de V. Ex^a, todos os Parlamentares.

A Mesa já nominada, cumprimento a todos, todos amigos, todos que estão aqui em razão desse grande dia que foi o 28 de maio de 1945, quando o Estado brasileiro opta novamente por entregar a organização de suas eleições ao Poder Judiciário, e, nas mãos do Poder Judiciário estão as eleições no Brasil confiadas.

Cumprimento todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, as Deputadas e os Deputados aqui presentes, os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, outras autoridades já nominadas e as que ainda não tivemos informação para nominá-las, os servidores do Tribunal.

Gostaria aqui de tecer algumas palavras a respeito da nossa história.

O sistema eleitoral brasileiro é um reflexo da formação histórica e política do País. De 1822, ano da primeira legislação eleitoral brasileira, até hoje, somam-se 192 anos de vida eleitoral. Não são muitos os países que têm uma tradição de eleições tão longas e tão constantes como a Nação brasileira. Desde o período colonial já havia, nas primeiras vilas, uma tradição democrática expressa no direito do voto. As eleições eram reguladas pelas ordenações do Reino e tinham um caráter estritamente local.

Em 1821, foram realizadas as eleições dos representantes do povo brasileiro nas Cortes de Lisboa. Regidas pelo decreto de 7 de março, não havia na época restrição ao exercício do voto, que também era exercido pelos analfabetos.

Em 19 de junho de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva expede a Decisão nº 57 do Reino, considerada a primeira lei eleitoral brasileira, estabelecendo as instruções sobre as eleições para a Assembleia Geral Constituinte de 1823. O voto passava a se assentar sobre bases econômicas, sendo privilégio daqueles mais abastados, como os proprietários de terras ou os alto assalariados.

Já com a outorga da Constituição de 1824, o direito de votar ficou restrito aos eleitores do sexo masculino maiores de 25 anos de idade e com renda mínima de 100 mil réis por ano.

Conjugava-se o voto censitário baseado na renda com o voto dos analfabetos. Para os padrões da época, a legislação brasileira era, apesar dessas restrições, bastante liberal. De acordo com o censo de 1872, 13% da população, excluídos os escravos, votava.

Com a edição da Lei Saraiva, em 1881, adotou-se pela primeira vez o voto direto no Brasil, uma vitória dos liberais. Em contrapartida, o voto passou a ser facultativo. Os analfabetos foram proibidos de votar, e a renda exigida para ser eleitor aumentou para 200 mil réis, com critérios rígidos de comprovação. Como consequência, houve um corte de quase 90% do eleitorado. E, em 1886, votaram nas eleições parlamentares, somente 0,8% da população.

Essa restrição teria efeito duradouro. A vedação do sufrágio pelos iliteratos somente deixou de existir mais de 100 anos depois.

Com a República, os principais cargos de poder do País passaram a ser eleitos. Aboliu-se o voto censitário, mas o direito de voto era assegurado apenas aos homens maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever. Permaneciam excluídos os analfabetos, as mulheres e, de acordo com a lei, os mendigos.

Com essas restrições, acrescido o fato de o alistamento e o voto naquela época não serem obrigatórios, as eleições durante a Primeira República tiveram baixa taxa de comparecimento. Nas primeiras eleições diretas para Presidente da República, em 1894, votaram 2,2% da população. Em 1912, para a Câmara dos Deputados, o comparecimento foi de 2,6%. Na última eleição para Presidência da República na República Velha, que ocorreu em março de 1930, 5,6% da população foi às urnas. Sobressai nesse período a chamada “Política dos Governadores”, cujo elo primário era a chamada “Política dos Coronéis”.

Tanto a Constituição do Império, de 1824, quanto a Constituição da República, de 1891, adotaram, de início, no Brasil, o sistema de controle do processo eleitoral exclusivamente político. Ainda durante o Império, surgiram primeiras leis, inserindo – ainda que de forma tímida – a participação de magistrados no pleito eleitoral como foi o caso da Lei de Círculos, de 1855, da Lei do Terço, de 1860 e, principalmente a Lei Saraiva, de 1881, considerada um embrião da criação da Justiça Eleitoral.

Com a Revolução de 1930, ganhou força a voz de Assis Brasil que, ainda em 1893, em seu livro *Democracia Representativa do Voto e do Modo de Votar*, já defendia a busca pela verdade do voto e pela verdadeira representação, visando a conferir maior legitimidade aos resultados das eleições e a expurgar do processo eleitoral as práticas deletérias da velha política oligárquica brasileira, conforme asseverado na exposição de motivos da Subcomissão Legislativa que preparou o projeto do Código Eleitoral, formada por Assis Brasil, João Crisóstomo da Rocha Cabral e Mário Pinto Silva. Havia uma aspiração geral no Brasil de se arrancar o processo eleitoral, ao mesmo tempo, do arbítrio dos governos e da influência conspurcadora do caciquismo local. A solução adotada foi a transferência do controle das eleições para os magistrados. E aqui uma peculiaridade, uma particularidade da Nação brasileira: são pouquíssimas as nações no mundo que deferem ao Poder Judiciário a organização e a administração do processo eleitoral. A grande maioria das nações entregam essa organização ou a uma espécie de agência reguladora ou ao legislativo ou, ainda, ao próprio Poder Executivo.

Como resultado da Revolução de 30, a partir da necessidade de se romper com as práticas eleitorais antigas, foi criada a Justiça Eleitoral e editado o Código Eleitoral Brasileiro em 24 de fevereiro de 1932 – a primeira data de nascimento da Justiça Eleitoral em nosso País.

Esse Código, de 1932, trouxe várias conquistas democráticas: o voto secreto. Até o Código Eleitoral de 1932, o voto não era secreto e, no Brasil, houve época em que havia o voto carbonado: a Mesa receptora dos votos autenticava o voto do eleitor, que ele podia levar e mostrar a quem quisesse em quem ele votara.

O voto secreto é introduzido com o Código Eleitoral.

O voto secreto é introduzido com o Código Eleitoral, o primeiro modelo de representação proporcional do País, e o voto às mulheres – vejo ali a Senadora Vanessa e a Senadora Lúcia Vânia. O voto às mulheres começa aqui, embora poucos saibam que, ainda na década de 20, o Poder Judiciário garantia a quem o procurava o direito de as mulheres votarem. E houve um caso, inclusive, em que a Justiça garantiu a uma mulher se inscrever candidata.

Na América Latina, o Brasil foi o segundo a reconhecer o direito de voto às mulheres, após o Equador, que foi o primeiro, mas o fez ainda antes de muitos países, como França, Itália e Bélgica.

O desenho da Justiça Eleitoral constituiu peculiar e criativo sistema de controle das eleições, porque, conjugando a tecnicidade e a imparcialidade do Judiciário com a temporariedade do exercício da função eleitoral, não ficamos na Justiça Eleitoral mais do que quatro anos consecutivos. Esse prazo tão curto e temporário em que ficamos faz com que haja uma oxigenação na Justiça Eleitoral e que não haja uma verdadeira relação que possa levar a uma ilegitimidade das relações políticas com a Justiça Eleitoral. Essa fluidez de comando na Justiça Eleitoral é extremamente relevante, importante e – penso – o grande segredo do bom funcionamento da Justiça Eleitoral no Brasil.

Embora permanente a instituição, ela não tem quadro próprio de Magistrados. Seus Magistrados não passam de quatro anos no exercício da função eleitoral e, assim, não atuam, sucessivamente, em duas eleições para os mesmos cargos.

Eu presidi as eleições de 2014; e as eleições de 2016 serão presididas por Gilmar Mendes, que será, a partir de maio do ano que vem, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Jamais duas eleições consecutivas são presididas pelo mesmo Magistrado no Brasil.

Fávila Ribeiro já ressaltava que esse modelo institucional da Justiça Eleitoral era medida de sabedoria política de nosso País e dos nossos legisladores.

No entanto, com a ditadura Vargas, de 1937, interrompeu-se o início da Justiça Eleitoral, mas, em maio de 1945, ela foi, então, reinstalada com o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que, por ter em Agamenon Magalhães um dos seus idealizadores, ficou conhecido como a Lei Agamenon.

Fixou esta lei o dia 2 de dezembro do mesmo ano para a realização das eleições e restabeleceu a Justiça Eleitoral em nosso País. Exigiu-se dos partidos políticos a atuação em âmbito nacional. Esta lei, então, é um marco daquilo que hoje está no art. 17 da Constituição brasileira, o marco inicial da exigência de que todos os partidos no Brasil sejam de âmbito nacional e organizados nacionalmente. Também é o marco que pôs fim às candidaturas avulsas, ou seja, colocando os partidos políticos como o intermediário exclusivo entre a soberania popular e o exercício do mandato eletivo.

Esta lei tornou obrigatório o voto a todos os brasileiros maiores de 18 anos.

Setenta e duas horas após a sanção e a promulgação da lei, no dia 1º de junho de 1945, ou seja, há exatos 70 anos – e, aí, uma feliz coincidência de esta sessão solene, Presidente Renan, Senador Romero, ocorrer hoje, no dia 1º de junho, que foi o dia em que efetivamente se reuniram no Palácio Monroe, que já foi sede do Senado da República –, sob a Presidência do Ministro José Linhares, que se iniciaram, ali, os trabalhos da Justiça Eleitoral – José Linhares presidia o Tribunal Superior Eleitoral e também era Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Reinstalada a Justiça Eleitoral, em apenas seis meses, organizou as eleições. Desde o cadastramento do eleitor, que não existia mais, até a instituição das mesas, o preparo de toda a regulamentação das eleições, o cômputo dos votos e a declaração dos eleitos.

Foi diante de dúvidas suscitadas em representação da Ordem dos Advogados do Brasil – Presidente Marcus Vinícius à época –, também em consulta subscrita pelo Partido Social Democrático ao Tribunal Superior Eleitoral, sobre a extensão dos Poderes do Congresso que iria ser eleito, que o TSE, então recém-criado, editou a Resolução nº 215, de 2 de outubro de 1945, cujo Relator foi o Ministro Antônio Sampaio Dória, dispondo o seguinte:

O Parlamento Nacional, a ser eleito em 2 de dezembro de 1945, além de suas funções ordinárias, terá poderes constituintes, apenas sujeitos aos limites que ele mesmo prescrever.

Essa foi a resposta à consulta da OAB e do partido PSD à época, o que permitiu, então, ao Congresso eleito elaborar a Constituição de 1946.

Mas, diante da renúncia de Getúlio, no final de outubro de 1945, assume a Presidência da República José Linhares, Presidente do Supremo e Presidente do TSE. Permanece ele no cargo de Presidente da República até 31 de janeiro do ano seguinte.

Em 12 de novembro de 1945, para espantar de toda vez qualquer dúvida sobre os poderes do Congresso Constituinte, José Linhares editou a Lei Constitucional nº 13, estabelecendo que os representantes eleitos para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal teriam poderes ilimitados para votar a Constituição do Brasil e a Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945, segundo a qual o Congresso Nacional teria poderes ilimitados para elaborar e promulgar a Constituição do País.

No dia 2 de dezembro de 1945, o País volta às urnas e elege Presidente da República e o Congresso Constituinte de 1946 – Senadores da República e Deputados Federais –, sendo um grande marco para a democracia no Brasil. Pela primeira vez, 13,4% da população votaram, ultrapassando-se a vetusta participação eleitoral de 1872, antes da Lei Saraiva.

A experiência democrática mais uma vez foi seguida de um período de limitações a partir de 1964, durante o Regime Militar. Apesar de mantidas as eleições diretas no âmbito do Poder Legislativo Federal e Estadual, permaneceu, de qualquer sorte, a tendência já demonstrada de aumento da participação popular, iniciada em 1945.

Em 1960, nas eleições presidenciais, votaram 12,5 milhões de eleitores. Nas eleições para Senadores de 1970, já votavam, 10 anos depois, quase o dobro, 22,4 milhões. Nas eleições de 1982, já eram 48,7 milhões de eleitores.

No fim do regime militar, foi promulgada a Emenda nº 25, de 1985, aprovada por este Congresso Nacional, concedendo o direito de voto para os analfabetos. Essa medida acabou com a restrição fixada pela Lei Saraiva, que permaneceu no Brasil por mais de um século. Finalmente, nas eleições municipais de 1985, os analfabetos votaram pela primeira vez na história republicana do Brasil.

Com a Constituição de 1988, nossa base democrática foi ainda mais ampliada, com a faculdade do voto aos jovens entre 16 e 18 anos. Atualmente, temos um percentual de votantes de cerca de 72% da população brasileira cadastrada na Justiça Eleitoral. Nas últimas eleições, em primeiro turno, deste total cadastrado na Justiça Eleitoral, compareceram, no primeiro turno, 115 milhões de eleitores e, no segundo turno, 112 milhões, o que representa 80% dos eleitores cadastrados participando das eleições e uma participação de mais de 60% da população brasileira.

Então, temos, na primeira eleição organizada pela Justiça Eleitoral em 2 de dezembro de 1945, após a sua reinstalação, 13,7% da população comparecendo; nas últimas eleições, mais de 60% da população, dentro da população como um todo, comparecendo às urnas e escolhendo seus representantes, entre os quais todos os Parlamentares aqui presentes, eleitos em 2014; há muitos Senadores eleitos em 2010, em razão do mandato de oito anos.

Garantida a universalização do sufrágio, a Justiça Eleitoral caminhou para a utilização de tecnologias avançadas de votação. E aqui vou resumir a minha manifestação, que vou deixar por escrito, mas falo da urna eletrônica, falo do cadastramento dos eleitores em 1985, 1986, na época do Ministro Néri da Silveira, a concepção da urna eletrônica na época do Ministro Carlos Velloso, o início da urna eletrônica nas eleições de 1996, depois 1998, e finalmente 100% da população eleitora votando em urnas eletrônicas no ano 2000.

Mais recente, a partir de 2005, a biometria. Já temos 24 milhões de eleitores identificados biometricamente, e agora foi encaminhada, na semana passada, no dia do aniversário de reinstalação, 28 de maio, a proposta de transformar o Cadastro da Justiça Eleitoral no Registro de Identificação Civil de todos os brasileiros, com a identificação biométrica, otimizando recursos e garantindo maior segurança na identificação dos brasileiros natos ou naturalizados, através da Justiça Eleitoral.

Como afirmei em pronunciamento na cerimônia em que o Presidente Renan Calheiros nos deu a honra de comparecer, na quinta-feira passada, a Justiça Eleitoral está preparada para os seus novos desafios. Em face dos mais de 143 milhões de eleitores brasileiros, já conta com a experiência de administrar a quarta maior eleição do mundo e o maior cadastro de cidadãos de toda a América Latina. Contamos com o trabalho de excelência realizado pelos 27 Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil e pelos juízes eleitorais, que, na imensa Nação brasileira, levam a Justiça Eleitoral até os seus confins.

É importante registrar ainda o empenho dos servidores da Justiça Eleitoral. São os servidores que fazem a Justiça Eleitoral existir e ter esse seu sucesso. Nós, os dirigentes, passamos, mas os servidores ficam.

A trajetória histórica da Justiça Eleitoral demonstra que ela tem correspondido, vivamente, às expectativas de sua criação – e esta sessão solene é uma demonstração, para nós, desse reconhecimento da Nação brasileira, através do Senado da República, Presidente Renan –, pois, através do contínuo aperfeiçoamento do nosso processo eleitoral, em seus diversos aspectos, transformou, nos dias de hoje, as eleições brasileiras em verdadeira referência mundial.

A Justiça Eleitoral tem demonstrado, ao longo desses 70 anos ininterruptos de existência, que está plenamente à altura do seu papel de guardião da democracia brasileira, encontrando-se inteiramente capacitada

para zelar pela realização de eleições periódicas livres, seguras, equânimes, e que preservem e que concretizem a genuína vontade popular em todo o Território nacional.

Eu não poderia encerrar esta manifestação sem reconhecer, mais uma vez, como eu já fiz na quinta-feira, o agradecimento do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, em particular, ao Congresso Nacional e a este Senado da República, que nunca faltou, perante o Poder Judiciário, com os instrumentos necessários para que a Justiça Eleitoral pudesse cumprir suas competências e seu mister.

Também nunca faltou e nunca faltará a Justiça Eleitoral com o necessário diálogo que deve manter com aqueles que são os intermediários do acesso do povo ao poder: os partidos políticos, os Parlamentares eleitos e os mandatários do voto popular.

É por isso que a Justiça Eleitoral é uma Justiça que responde a consultas, é uma Justiça dialógica com todos aqueles que fazem este trabalho, este difícil e árduo trabalho, da substituição da guerra pela política, do sacerdócio que é exercer um mandato político.

A Justiça Eleitoral sabe do árduo caminho que todos os Parlamentares tiveram até serem eleitos e respeita enormemente o Poder Legislativo brasileiro.

Fica aqui o nosso agradecimento, Senador Renan, Senador Romero Jucá, proponente desta proposição, em nome de todo o Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, ao Senado da República, por esta comemoração.

Muito obrigado. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. DIAS TOFFOLI

O SR. DIAS TOFFOLI – O sistema eleitoral brasileiro é um reflexo da formação histórica e política do país. De 1822, ano da primeira legislação eleitoral brasileira, até hoje, somam-se 192 anos de vida eleitoral.

Não são muitos os países que têm uma tradição de eleições tão longa e tão constante como a Nação brasileira. Desde o período colonial, já havia, nas primeiras vilas, uma tradição democrática expressa no direito do voto. As eleições eram reguladas pelas Ordenações do Reino e tinham caráter estritamente local.

Em 1821, foram realizadas as eleições dos representantes do povo brasileiro nas Cortes de Lisboa. Regidas pelo Decreto de 7 de março, não havia, na época, restrição ao exercício do voto, que também era exercido pelos analfabetos.

Em 19 de junho de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva expede a Decisão nº 57 Reino – considerada a primeira lei eleitoral brasileira –, estabelecendo as instruções sobre as eleições para a Assembleia Geral Constituinte de 1823. O voto passava a se assentar sobre bases econômicas, sendo privilégio daqueles mais abastados, como os proprietários de terras ou os altos assalariados.

Já com a outorga da Constituição de 1824, o direito de votar ficou restrito aos eleitores do sexo masculino, maiores de 25 anos de idade, e com renda mínima de 100 mil réis por ano. Conjugava-se o voto censitário, baseado na renda, com o voto dos analfabetos. Para os padrões da época, a legislação brasileira era, apesar dessas restrições, bastante liberal. De acordo com o censo de 1872, 13% da população, excluídos os escravos, votavam.

Com a edição da Lei Saraiva, em 1881, adotou-se, pela primeira vez, o voto direto no Brasil. Uma vitória dos Liberais. Em contrapartida, o voto passou a ser facultativo, os analfabetos foram proibidos de votar e a renda exigida para ser eleitor aumentou para 200 mil réis, com critérios rígidos de comprovação. Como consequência, houve um corte de quase 90% do eleitorado e, em 1886, votaram nas eleições parlamentares somente 0,8% da população. Essa restrição teve efeito duradouro: a vedação do sufrágio pelos iletrados somente deixou de existir mais de cem anos depois.

Com a República, os principais cargos de poder do país passaram a ser eleitos. Aboliu-se o voto censitário, mas o direito de voto era assegurado apenas aos homens maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever. Permaneciam excluídos os analfabetos, as mulheres e os mendigos.

Com essas restrições, acrescidas ao fato de o alistamento e o voto naquela época não serem obrigatórios, as eleições durante a Primeira República tiveram baixa taxa de representatividade. Nas primeiras eleições diretas para Presidente da República, em 1894, votaram 2,2% da população. Em 1912, para a Câmara dos Deputados, votaram 2,6% da população total. Na última eleição para Presidência da República na República Velha, que ocorreu em março de 1930, 5,6% da população foi às urnas. Sobressai, nesse período, a chamada “política dos governadores”, cujo elo primário era a “política dos coronéis”.

Tanto a Constituição do Império de 1824 como a Constituição da República de 1891 adotaram, de início, no Brasil, o sistema de controle do processo eleitoral exclusivamente político. Ainda durante o Império, surgiram as primeiras legislações inserindo, ainda que de forma tímida, a participação de magistrados no pleito eleitoral, como foi o caso da Lei de Círculos (Decreto nº 842/1855), a Lei do Terço (De-

creto nº 1.082/1860) e, principalmente, a Lei Saraiva (Lei 3.029/1881), considerada o embrião da criação da justiça eleitoral.

Com a Revolução de 1930, ganhou força a voz de Assis Brasil, que em 1893, em seu livro, “Democracia representativa do voto e do modo de votar”, já defendia a busca pela verdade do voto e pela verdadeira representação, visando a conferir maior legitimidade aos resultados das eleições e a expurgar do processo eleitoral as práticas deletérias da velha política oligárquica brasileira. Conforme asseverado na Exposição de Motivos da Subcomissão Legislativa que preparou o projeto do Código eleitoral, formada por Assis Brasil, João Crisóstomo da Rocha Cabral e Mário Pinto Silva, havia uma “aspiração geral no Brasil de se arrancar o processo eleitoral, ao mesmo tempo, do arbítrio dos governos e da influencia conspiradora do caciquismo local”.

A solução adotada foi a transferência do controle das eleições para os magistrados. Aqui uma particularidade da Nação brasileira: são pouquíssimas as nações no mundo que deferem ao Poder Judiciário a organização e a administração do processo eleitoral. Na grande maioria dos países, a organização das eleições compete a órgãos estatais que atuam como uma agência reguladora ou ao Legislativo ou, ainda, ao próprio Poder Executivo.

Como resultado da Revolução de 1930, e a partir da necessidade de se romper com as práticas eleitorais corruptoras antigas, foi criada a Justiça Eleitoral e editado o Código Eleitoral brasileiro (Decreto-lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932), a primeira data de nascimento da Justiça Eleitoral em nosso País.

O desenho da Justiça Eleitoral constituiu peculiar e criativo sistema de controle das eleições, conjugando a tecnicidade e a imparcialidade do Judiciário com a temporariedade do exercício da função eleitoral. Embora permanente a instituição, ela não tem quadro próprio. Seus magistrados não passam de quatro anos consecutivos no exercício da função eleitoral e, assim, não atuam sucessivamente em duas eleições para os mesmos cargos. Esse prazo tão curto faz com que haja uma oxigenação na Justiça Eleitoral, evitando relações políticas ilegítimas. Essa fluidez de comando é extremamente relevante e importante e – penso – o grande segredo do bom funcionamento da Justiça Eleitoral no Brasil. Por exemplo: eu atuei como Presidente do TSE nas eleições de 2014; as eleições de 2016 serão presididas pelo Ministro Gilmar Mendes, que será, a partir de maio do ano que vem, o Presidente do Tribunal. Assim, jamais duas eleições consecutivas são presididas pelo mesmo magistrado no Brasil. Como já ressaltava Fávila Ribeiro, esse modelo institucional da Justiça Eleitoral é eficiente medida de sabedoria política de nosso país e dos nossos legisladores.

O Código de 1932 trouxe, ainda, uma série de conquistas democráticas, como o voto secreto – houve época em que havia o voto carbonado, ou seja, a mesa receptora dos votos autenticava o voto do eleitor, que podia levar cópia do seu voto e mostrar a quem quisesse – e o primeiro modelo de representação proporcional do país. Outra garantia histórica foi o direito de voto às mulheres. Na década de 1920, o Poder Judiciário já garantia, em ações judiciais individuais, a inclusão de mulheres na lista geral de eleitores, inclusive garantindo, na época, a candidatura de uma mulher. Na América Latina, o Brasil foi o segundo a reconhecer esse direito, após o Equador, e o fez antes de países como a França, a Itália e a Bélgica.

As eleições de 1933, organizadas pelo recém-criado Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, foram aclamadas como “eleições verdadeiras”, mas o contingente de adultos cadastrados para votar ainda foi baixo: 3,9% da população.

A Constituição de 1934, mantendo a orientação de ampliar a participação política, reduziu a idade mínima do eleitor de 21 para 18 anos.

No entanto, com o golpe de 1937, interrompeu-se a incipiente experiência democrática da década de 1930. Foram dissolvidos os partidos políticos e fechados o Congresso Nacional e a Justiça Eleitoral. Onze anos passariam sem eleições no Brasil, tendo sido o período mais longo, desde a Independência, sem eleições para a Câmara dos Deputados.

Finalmente, em maio de 1945, chegava ao fim o regime do Estado Novo e a ditadura implantada por Vargas. Foi, então, editado, em 1945, exatamente no dia 28 de maio, o Decreto-lei nº 7.586, que, por ter em Agamenon Magalhães, um dos seus idealizadores, ficou conhecido como a “Lei Agamenon”, que fixou o dia 2 de dezembro do mesmo ano para a realização das eleições e restabeleceu a Justiça Eleitoral em nosso país. Exigiu-se dos partidos políticos a organização e a atuação em âmbito nacional, sendo ainda o marco que pôs fim às candidaturas avulsas e, a partir de então, os partidos políticos passaram a ser os intermediários exclusivos entre a soberania popular e o exercício do mandato eletivo. Esta lei tornou ainda o voto obrigatório para os brasileiros alfabetizados de qualquer sexo, maiores de 18 anos.

Apenas 72 horas após a sanção e a promulgação da “Lei Agamenon”, no dia 1º de junho de 1945 – há exatos 70 anos –, o Tribunal Superior Eleitoral instalou-se e iniciou os seus trabalhos no Palácio Monroe (que já foi sede do Senado da República), sob a presidência do Ministro José Linhares, também Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Reinstalada, a Justiça Eleitoral organizou em seis meses uma eleição geral, desde o cadastramento do eleitor, que já não mais existia em razão do período ditatorial do Estado Novo, até a instituição das mesas, o preparo de toda a regulamentação das eleições, o cômputo dos votos e a declaração dos eleitos.

Diante das dúvidas suscitadas em representação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em consulta formulada pelo Partido Social Democrático (PSD), acerca da extensão dos poderes do Congresso a ser eleito, o TSE editou a Resolução nº 215, de 2 de outubro de 1945, cujo relator foi o Ministro Antônio Sampaio Dória, dispondo o seguinte: “O Parlamento Nacional, a ser eleito em 2 de dezembro de 1945, além de suas funções ordinárias, terá poderes constituintes, apenas, sujeito aos limites que ele mesmo prescrever.”

Diante da renúncia de Getúlio Vargas, no final de outubro de 1945, o Ministro José Linhares – Presidente do STF e do TSE – assumiu a Presidência da República e permaneceu no cargo até 31 de janeiro do ano seguinte. Em 12 de novembro de 1945, para afastar de vez as dúvidas sobre os poderes do Congresso Constituinte, José Linhares editou a Lei Constitucional nº 13, estabelecendo que os representantes eleitos para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal teriam poderes ilimitados para votar a Constituição do Brasil, e a Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945, segundo a qual o Congresso Nacional teria poderes ilimitados para elaborar e promulgar a Constituição do país.

No dia 2 de dezembro de 1945, o País pôde novamente ir às urnas e elegeu o Presidente da República e o Congresso Constituinte de 1946 – Senadores da República e Deputados Federais –, sendo um grande marco da democracia no Brasil. Pela primeira vez, 13,4% da população votaram, ultrapassando-se a vetusta participação eleitoral de 1872, antes da Lei Saraiva.

A experiência democrática, mais uma vez, foi seguida de um período de limitações, a partir de 1964, durante o regime militar. Foram mantidas as eleições diretas no âmbito dos legislativos federal e estaduais e permaneceu, de qualquer sorte, a tendência já demonstrada de crescimento da participação popular iniciada em 1945. Em 1960, nas eleições presidenciais, votaram 12,5 milhões de eleitores; nas eleições para Senadores de 1970, dez anos depois, votaram quase o dobro, 22,4 milhões; nas eleições de 1982, já eram 48,7 milhões de eleitores.

No fim do regime militar, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 25, de 1985, concedendo o direito de voto para os analfabetos. Essa medida acabou com a restrição fixada pela Lei Saraiva e que permaneceu no Brasil por mais de um século.

Com a Constituição de 1988, nossa base democrática foi ainda mais ampliada, com a faculdade do voto aos jovens entre 16 e 18 anos. Atualmente, o percentual de votantes é de cerca de 72% da população brasileira cadastrada na Justiça Eleitoral. Nas últimas eleições, compareceram, no primeiro turno, 115 milhões de eleitores e, no segundo turno, 112 milhões, o que representa 80% dos eleitores cadastrados e uma participação de mais de 60% da população brasileira.

Garantida a universalização do sufrágio, a Justiça Eleitoral caminhou para a utilização de tecnologias avançadas de votação eletrônica. A informatização do voto teve início em 1986, durante a presidência do Ministro Néri da Silveira, com o recadastramento eletrônico de todo o eleitorado e a criação de um número de inscrição único em nível nacional. Em 1994, na gestão do Ministro Sepúlveda Pertence, a totalização das eleições gerais foi realizada pelo computador central no TSE.

Em 1995, durante a Presidência do Ministro Carlos Velloso, iniciaram-se os trabalhos de informatização do voto. Uma comissão de juristas e técnicos de informática apresentou o protótipo da urna eletrônica, uma invenção genuinamente brasileira.

Nas eleições de 1996, ocorreu a primeira votação eletrônica no Brasil, sob a presidência do Ministro Marco Aurélio. Um terço do eleitorado votou nas urnas eletrônicas. Já nas eleições de 1998, votaram, eletronicamente, dois terços dos eleitores. Nas eleições de 2000, somente cinco anos após iniciados os trabalhos, todo o eleitorado votou por meio eletrônico.

Com a urna eletrônica, mais do que agilidade na contagem e na divulgação dos votos, garantiu-se a certeza de que o voto dado é o voto computado.

As eleições de 2014 demonstraram o sucesso da identificação biométrica no país. Mais de 21 milhões de eleitores estiveram aptos para votar pelo sistema, em 764 municípios. Segundo dados de março de 2015, o Brasil já tem mais de 24,5 milhões de pessoas cadastradas biometricamente. Dentro de poucos

anos, essa inovação alcançará a totalidade dos eleitores brasileiros. Com o sistema, o país poderá criar um dos maiores banco de dados de imagens de impressão digital existente no mundo.

Mesmo em épocas em que não ocorrem eleições, a Justiça Eleitoral permanece com os olhos no futuro e a serviço do desenvolvimento e do fortalecimento da democracia no Brasil.

Nesse sentido, no dia em que a Justiça Eleitoral comemorava os 70 anos de sua reinstalação, a Presidente da República Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que institui o Registro Civil Nacional (RCI), o qual tem o objetivo de utilizar a identificação biométrica dos eleitores para a criação de um registo nacional dos cidadãos, a ser desenvolvido, coordenado e gerido pela Justiça Eleitoral, com a participação de órgãos do Poder Executivo.

O RCN proporcionará – a partir da identificação, perante a Justiça Eleitoral, de todos os brasileiros, desde seu nascimento ou sua naturalização – um único e inequívoco número de identificação perante os órgãos governamentais que acompanhará cada cidadão brasileiro ao longo de sua vida.

Como afirmei em pronunciamento na cerimônia de assinatura do projeto de lei, a Justiça Eleitoral está preparada para esse novo desafio. Em face dos mais de 143 milhões de eleitores brasileiros, já conta com a experiência de administrar o maior cadastro de cidadãos de toda América Latina. Contamos com o trabalho de excelência realizado pelos 27 Tribunais Regionais Eleitorais e pelos juízes eleitorais, que na imensa nação brasileira levam a Justiça Eleitoral até os seus confins. É importante registrar ainda o empenho dos servidores da Justiça Eleitoral. São os servidores que fazem a Justiça Eleitoral existir e alcançar esse sucesso. Nós, os dirigentes, passamos, mas os servidores ficam.

Registro também as nossas homenagens ao Ministério Público Eleitoral e a Advocacia eleitoral brasileira.

A trajetória histórica da Justiça Eleitoral demonstra que ela tem correspondido vivamente às expectativas de sua criação, pois através do contínuo aperfeiçoamento do nosso processo eleitoral, em seus diversos aspectos, transformou, nos dias de hoje, as eleições brasileiras em referência mundial.

A Justiça Eleitoral têm demonstrado, ao longo desses 70 anos, que está plenamente à altura de seu papel de guardião da democracia brasileira, encontrando-se inteiramente capacitada para zelar pela realização de eleições periódicas, livres, seguras, equânimes e que preservem e concretizem a genuína vontade popular em todo o território nacional.

Eu não poderia encerrar esta manifestação sem antes reconhecer, mais uma vez, como eu já fiz na quinta-feira passada, em sessão solene no TSE, o agradecimento do Poder Judiciário e, em particular, da Justiça Eleitoral, ao Congresso Nacional e a este Senado da República, que nunca faltou com os instrumentos necessários para que a Justiça Eleitoral pudesse cumprir suas competências e o seu mister. A Justiça Eleitoral também nunca faltou e não faltará com o necessário diálogo que deve manter com aqueles que são os intermediários do acesso ao poder – os partidos políticos – e os parlamentares eleitos, os mandatários do voto popular.

É por isso que a Justiça Eleitoral é uma Justiça que responde a consultas, que dialoga com todos aqueles que realizam este difícil e árduo trabalho da substituição da guerra pela política, do sacerdócio que é exercer um mandato político. A Justiça Eleitoral sabe do árduo caminho que todos os parlamentares tiveram até serem eleitos e respeita enormemente o Poder Legislativo brasileiro.

Fica aqui o nosso agradecimento, em nome de todo o Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, ao Senado da República, por esta comemoração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, primeiro subscritor do **Requerimento nº 148, de 2015**.

E registro, com muita satisfação, a honrosa presença do Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral Tarcísio Vieira de Carvalho Neto.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; meu caro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli; Sr. Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes; Sr. Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro João Otávio de Noronha; Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin; Ministro do Tribunal de Contas Senador Vital do Rêgo; Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral Dr. Tarcísio Vieira Neto; meu caro Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Dr. Eugênio Aragão; caro Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho; meus caros companheiros Senadores, que faço

questão de nominar pela importância da presença, que estão aqui demonstrando o posicionamento majoritário do Senado da República: Senador Fernando Collor, Líder do Bloco União e Força; Senadora Vanessa Grazziotin; Senadora Lúcia Vânia; Senador Edison Lobão; Senador Fernando Bezerra; Senador Hélio José; Senador Donizeti; Senador Ataídes; meus caros Deputados Federais, que saúdo nas pessoas do Deputado Benito Gama e Sérgio Souza; meu caro Ministro Henrique Neves, do TSE; Ministro do Superior Tribunal Militar Barroso Filho; meu caro Defensor Público-Geral, de tantas lutas, Dr. Haman Tabosa; ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, também uma figura emblemática na questão eleitoral brasileira, Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos; Presidente do TRF da 5ª Região, Dr. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas; Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, a quem homenageio na pessoa do Desembargador Romão Cícero de Oliveira, do Distrito Federal, boa tarde.

Minhas senhoras, meus senhores; amigos da imprensa, da Rádio Senado, da TV Senado, que nos acompanham neste dia, tive a honra de ser o primeiro signatário e autor do requerimento para comemorarmos, nesta sessão, os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil. E entendi que, apesar da legitimidade de todos em cumprimentar e realizar comemorações desta data, talvez o Senado fosse a Casa que efetivamente deveria marcar, na seara política, esta homenagem, por ser a Casa da Federação, por representar os Estados brasileiros e por representar, em tese, a construção do que é o Brasil, a sua democracia e a sua Federação. Federação, aliás, que precisa ser reforçada. Federação que o Senado e a Câmara dos Deputados reestudam e vão reinventar no sentido de fortalecer os princípios, porque uma Federação pressupõe igualdade, e, na Federação de hoje, existe uma preponderância do Poder Federal em detrimento do funcionamento, da força, da representatividade e da independência dos Estados Federados. Esse é um desafio que o Congresso, sob o comando do Presidente Renan Calheiros, vai enfrentar este ano.

Não vou reprisar a história tão bem contada aqui pelo Presidente Renan e pelo Ministro Dias Toffoli, sobre a evolução do Tribunal Superior Eleitoral na história republicana, seu fechamento, sua retomada. Tudo aqui estava no meu texto, mas, como nós dizemos em votação, eu considero isso matéria vencida, pois o Presidente Renan e o Presidente Dias Toffoli foram muito competentes em relatar essa história.

Dessa forma, vou encurtar o meu pronunciamento, mas gostaria aqui de registrar questões que considero importantes. Primeiro, a capilaridade e a importância do Tribunal Superior Eleitoral para a democracia, o Tribunal Superior Eleitoral que está em cada Município, por mais longínquo que esteja.

E posso dar o exemplo, homenageando todos os TREs do Brasil, do TRE de Roraima, que é o mais novo Estado da Federação, junto com o Amapá. Roraima é um Estado que tem uma população pequena, mas com uma área geográfica quase do tamanho do Estado de São Paulo, com dezenas de comunidades indígenas, com dezenas de assentamentos do Incra, de pequenas vilas, de população ribeirinha, de pessoas que estão muito distantes do progresso e até de condições de vida decentes. Mas o Tribunal Superior Eleitoral e o TRE de Roraima não faltam a essas pessoas. No dia da eleição, cada uma dessas pessoas têm dado o seu voto na urna, e esse voto tem valido igual ao voto do Governador e do Presidente da República.

Nós fazemos lá uma campanha dura, Presidente Toffoli. Temos que ir em cada localidade, muitas das quais não pegam o sinal de televisão do horário eleitoral de Roraima, porque nós estamos na Amazônia. Então, na verdade, o programa eleitoral que passa lá é o programa de São Paulo; se não formos lá para registrar a proposta e o compromisso, as pessoas ficarão distantes daqueles que precisam representá-las. Eu, pessoalmente, faço um esforço grande no sentido de ir a cada localidade levar a nossa palavra. Mas, no dia da eleição, está lá o mesário – muitas vezes, indígena –, apurando votos, registrando a eleição e fazendo com que, democraticamente, as escolhas possam ser feitas.

Então, quero aqui registrar a importância, para a democracia brasileira, para o momento que nós vivemos, da atuação do Tribunal Superior Eleitoral e da atuação dos TREs. E quero dizer que nós temos acompanhado a sua evolução. A cada dia, o Tribunal Superior Eleitoral, a Justiça Eleitoral brasileira se aparelha e responde aos anseios, às dificuldades e aos desafios que são impostos pela realidade do nosso País. Assim, quero registrar, com muita satisfação, esse fato, essa constatação feita pela Casa da Federação. E sei que falo aqui em nome da unanimidade dos meus pares, Senadoras e Senadores, eleitos graças à atuação do Tribunal Superior Eleitoral e dos TREs.

É muito importante que a democracia seja respeitada, e é muito importante que nós possamos evoluir. E o Tribunal Superior Eleitoral tem evoluído, a cada dia, com a biometria, com os cruzamentos, com todo o aparato tecnológico que é admirável, um exemplo hoje para o mundo. As eleições brasileiras são eleições limpas, diretas, rápidas e têm uma efetividade que jamais foi questionada pela sociedade brasileira. É muito importante que se diga isso. E, cada vez mais, avançam.

Aqui falou o Ministro Toffoli do novo projeto de Registro Civil Nacional, do qual eu sou um entusiasta. Se nós temos essa capilaridade em todos os lugares do Brasil, se nós temos a condição efetiva do cadastramento

biométrico, por que não avançar e utilizar essa estrutura competente, profissional dos servidores da Justiça Eleitoral, como forma de integrar ainda mais as informações no nosso País?

Então, quero registrar ao Presidente Toffoli, ao Ministro Gilmar Mendes, ao Ministro Noronha, que tão competentemente comandam o Tribunal Superior Eleitoral nesta gestão e agregam outras ações junto com todos os Ministros – e estão aqui o Ministro Herman Benjamin, que participa do colegiado, o Dr. Eugênio, Procurador-Geral da República junto ao Tribunal Eleitoral, que também atua de forma firme, rápida –, que, na verdade, esse é um conjunto que funciona harmonicamente para o bem do País.

Quero dizer a todos os senhores e senhoras que fazem a Justiça eleitoral que o Senado da República é parceiro dos desafios, das conquistas e dos novos empreendimentos que o Tribunal Superior e a Justiça eleitoral quiserem traçar neste País. Nós confiamos na Justiça eleitoral. Nós enalteceamos o trabalho da Justiça eleitoral no Brasil. E nós somos fruto do resultado de vocês, porque, na verdade, é um trabalho grandioso que se faz. No dia seguinte à eleição que ocorreu, o tribunal já começa novamente a preparar uma nova eleição. Então, é fruto desse trabalho grandioso em que se elegem vereadores, prefeitos, Deputados, Senadores, Governadores e Presidente da República.

Para concluir, nós estamos vivendo um momento de transformação. A sociedade cobra uma reforma política. A sociedade cobra, efetivamente, regras claras. A sociedade cobra transparência. A sociedade cobra a conotação de seriedade na atuação política e na formação dos partidos políticos. Temos que fazer a reforma política que a sociedade cobra. Os partidos políticos têm que ter identidade e responsabilidade. Um partido político tem que ser a representação da vontade expressa de um segmento da sociedade, não uma empresa, um negócio para vender tempo eleitoral, para vender coligações, para vender, enfim, caminhos alternativos para mascarar o resultado das eleições. Esse desafio não está no Tribunal Superior Eleitoral nem na Justiça Eleitoral; esse desafio está no Congresso da República, está na Câmara e no Senado.

E eu tenho certeza de que, sob o comando do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Eduardo Cunha, o Congresso haverá de crescer, haverá de enfrentar esse desafio e haverá de apresentar uma proposta que seja consentânea com o que espera a sociedade brasileira.

Fico muito feliz de ter sido signatário desse requerimento. Fico muito feliz de poder dizer hoje aqui o quanto o Senado da República e o povo brasileiro se orgulham da sua Justiça Eleitoral e do seu Tribunal Superior Eleitoral.

E quero concluir dizendo que os desafios que a Justiça Eleitoral tiver que enfrentar terão aqui, no Congresso Nacional, o respaldo legal, o respaldo financeiro, porque, afinal de contas, o orçamento é votado aqui também, e é preciso recursos para implementar esses desafios.

Tudo isso é fundamental para que a sociedade brasileira cada vez mais se conscientize de que fora do caminho da democracia não há saída. Nós somos contra o controle de mídia, somos contra qualquer tipo de movimento, venha de onde vier, para tentar rotular ou para tentar escurecer os caminhos democráticos da decisão do povo brasileiro.

Estamos todos unidos na mesma direção, que é o engrandecimento, o crescimento e o fortalecimento do nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Dr. Romero, parabéns!

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, pela Liderança do PDT.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros; Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli; Corregedor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, João Otávio; Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes; Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin; Ministro do Tribunal de Contas da União Sr. Vital do Rêgo; Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Eugênio Aragão; Presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; senhores e senhoras; eu quero começar parabenizando esta Casa por fazer hoje esta sessão solene a um órgão tão importante. Olhando a nova regra da aposentadoria, Senador Collor de Mello, eu estaria aposentado: 70 anos de vida e 70 anos de atuação, 140 anos portanto, estaria ali aposentado, se assim o fosse pelos serviços prestados.

Quero saudar todos os Senadores e, em nome da Senadora Vanessa, que está ali, todas as Senadoras, que são poucas. Se formos olhar como as mulheres precisam avançar para conquistar o direito de voto e de espaço, perceberemos que ainda falta muito para isso acontecer, inclusive espaço na Mesa.

Quero saudar todos os juízes e desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral, em nome da Juíza Patrícia Oliveira dos Reis. Essa juíza, na eleição passada, no meu Estado, no Município de Mucajaí, foi desacatada,

constrangida nas suas ações, no seu trabalho. Então, eu quero, em nome dela, saudar a Justiça Eleitoral brasileira pela sua dignidade, pela sua postura, pela sua retidão nas suas atividades.

Hoje, sem nenhuma dúvida, a história do Tribunal Eleitoral foi muito bem explanada pelo nosso Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli. A evolução foi fantástica, acompanhando todos os momentos e as situações que naquele momento histórico o Brasil exigia. Mas nós não poderíamos deixar, nesta data tão importante, de dar sugestões. Não podemos chegar aqui e só aplaudir o que está feito, quando acho que precisa se aprimorar.

Sou do Estado de Roraima, Estado pequeno, de 15 Municípios. Ali eu parablenizo, por exemplo, a biometria. Na capital, toda a votação foi pela biometria. Eu acho que foi uma das capitais em que foi toda por biometria. As comunidades indígenas praticam o voto eletrônico, que, para muitos, é discutível, mas é fundamental fazer algumas evoluções, Sr. Presidente Dias. Eu acho que é preciso fazermos de forma *on-line*, isso tira qualquer dúvida sobre o processo. O sujeito votou, já está valendo. Os bancos avançaram nisso, a tecnologia nossa é muito grande. É preciso se fazer isso.

Com relação, por exemplo, ao corpo, o Presidente Dias falou aqui que o fato de não ter um corpo permanente do Tribunal de Justiça oxigena e melhora. Pode ser verdade, e é verdade. Mas precisamos ter quadro próprio. Eu sou a favor do quadro próprio, sou a favor também de que não haja juiz classista. Não sou a favor do juiz classista.

Eu acho que é fundamental haver um quadro próprio, independente, concursado, para que haja lisura absoluta, porque há lugares em que há pressões políticas. Há, inclusive, políticos corruptos que tentam influenciar a indicação desses magistrados. Isso é perigoso, Senador Fernando, principalmente para um Estado pobre e pequeno como o meu. É preciso democratizar os meios de comunicação, porque às vezes eles são dominados por grupos que não têm escrúpulos e que querem impor a votação ao cidadão.

É preciso modificar as pesquisas. No meu Estado, o Ibope tenta votar pelas pessoas. Pelo Ibope, eu não estava eleito, pois tinha 13%; e tive 42%, uma das maiores votações do meu Estado. Isso não aconteceu só comigo. Aconteceu com o Senador Augusto, aconteceu com o Senador Mozarildo. Isso é praticado em comum acordo com os meios de comunicação que não são democratizados.

Então, é preciso, Presidente Dias, ficar atento a esse fato. Os meios de comunicação foram, de certa forma, dominados por grupos políticos; e isso prejudica o processo, a lisura do processo.

Então, eu quero aproveitar este momento ímpar, em que há desembargadores, juizes, promotores, defensores públicos, para que deixemos isso bem claro, porque o meu Estado tem sido vítima constante. Respeitar a democracia é não ter o nome envolvido em compra de votos. Respeitar a democracia é não tentar burlar a lei. Isso é respeitar a democracia, Presidente e Senador Collor.

Então, era isto que eu gostaria de aproveitar aqui para dar como sugestões: a uniformização das votações Brasil afora.

No mais, quero parabenizar todo o corpo da Justiça Eleitoral e dizer que este Senado vai estar sempre de portas abertas para que possamos aprimorar e dar todas as condições... E sem nenhuma dúvida, Senador Renan, esta Casa precisa buscar fazer a reforma verdadeira, e não essa reforma que está aí, na qual a população já não acredita, pois se trata de pequenas mudanças. A reforma política é necessária porque o Brasil precisa passar por reformas morais e éticas. Mas o povo clama pela reforma política. Ela está no grito das ruas, está no som da população.

Meu muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Obrigado, Senador Telmário Mota. Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisado da oradora.) – Obrigada, Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros!

Cumprimento o Senador Romero Jucá pela proposição que nos permite estar hoje aqui, Presidente Collor, homenageando os 70 anos já de reinstalação da Justiça Eleitoral brasileira; o Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli; o Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes; o Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. João Otávio de Noronha; meu querido Ministro Herman Benjamin; Sr. Eugênio Aragão, Vice-Procurador-Geral Eleitoral; e o querido amigo Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente do Conselho da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

O Senador Renan Calheiros, que foi o proponente desta sessão, disse que a matéria já estava vencida em decorrência do belo pronunciamento do Ministro Presidente do TSE, Dias Toffoli, que fez todo um apanhado dos avanços desde a instalação da Justiça Eleitoral brasileira.

Então, de minha parte, cabe dizer que eu também dou a matéria como lida, Sr. Presidente, que é o outro expediente que nós utilizamos nesta Casa, mas não o farei sem antes dizer algumas poucas palavras.

Para um país que avança progressivamente na consolidação da sua democracia, a Justiça Eleitoral representa, sem dúvida alguma, um pilar fundamental. Nesse sentido, o Senado presta, por iniciativa do Senador Romero Jucá, esta justa homenagem ao que foi um dos marcos históricos do nosso processo eleitoral, a reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945, um período de redemocratização do País, com eleições diretas para presidente e para o Congresso Nacional.

Criada, como já foi dito, em 1932 – portanto, há 83 anos –, mesmo ano da conquista, como muito bem destacado aqui pelo Ministro Dias Toffoli, do voto feminino.

É muito importante destacar que o voto feminino no Brasil foi conquistado, que foi dado às mulheres esse direito em 1932, apesar de a luta das mulheres, não só das mulheres brasileiras mas das mulheres do mundo inteiro, ser muito anterior a essa data. Infelizmente, depois, a Justiça Eleitoral teve suas atividades interrompidas durante o Estado Novo, no período de 1937 a 1945. Além da extinção da Justiça Eleitoral, aboliram-se os partidos políticos, e se estabeleceu eleição indireta para a Presidência da República.

Com a criação do novo Código Eleitoral, além do restabelecimento definitivo da Justiça Eleitoral, foi instalado o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que passou a funcionar no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1960, quando foi, então, transferido a Brasília.

A partir desse novo Código Eleitoral, foram realizadas – isto é muito importante – 11 eleições diretas para a Presidência da República, mas, infelizmente, essa tradição foi interrompida por 21 anos, a partir de 1964.

Depois de intensa mobilização – isto se dá quando eu já começo a militar politicamente – na década de 1980, através das campanhas das Diretas Já, não tendo conseguido aprovar a Emenda Dante de Oliveira, decidimos, então, iniciar a redemocratização do País através do colégio eleitoral, quando eleito foi Tancredo Neves, que não chegou a assumir o cargo. Tomou posse, em seu lugar, o nosso querido Senador e ex-Presidente José Sarney, que, diga-se de passagem, cumpriu exatamente todos os compromissos com o restabelecimento da democracia brasileira.

Inclusive, o meu Partido, Presidente Renan, obteve a sua legalização novamente a partir desse ato, no ano de 1985.

Mas quero, rapidamente, retornar ao assunto que me motivou a inscrição. Todos aqui vêm homenagear a Justiça Eleitoral, mas creio também que a hora da homenagem, talvez, seja a hora mais propícia de fazer a análise do que foi importante, do que avançou e daquilo que ainda temos de avançar. Então, quero, rapidamente, trilhar por esse caminho, abordando apenas um único item, que, como todos sabem, diz respeito à questão do voto feminino, da participação das mulheres na política.

São 83 anos, no Brasil, desse direito ao voto. E vejam quanta contradição! O Ministro Toffoli aqui falou que, o Brasil, no nosso continente latino-americano, foi o segundo País, depois do Equador, a garantir esse direito, a dar esse direito.

Fizemos isso antes da França e de outras democracias muito mais sólidas e consolidadas que a nossa. Mas, passados 83 anos, vamos analisar como está a situação das mulheres na política brasileira.

Relendo a história, lembro que, na Constituição de 1890, os discursos contrários ao voto feminino, que, naquela época, não foi aprovado – não foi daquela vez que isso aconteceu –, eram discursos que hoje não caberiam mais na boca de qualquer representante da população brasileira. Uns diziam que a mulher não tinha capacidade; outros diziam que seria o início da destruição da família brasileira garantir o voto às mulheres. Eram discursos nesses níveis. E ainda chegaram a sugerir três Deputados que fosse dado o direito ao voto às mulheres que não estivessem sob a proteção paterna ou marital e àquelas que tivessem independência e que fossem letradas, como as professoras, ou tivessem títulos científicos. Esses discursos, repito, não cabem hoje.

Hoje, os discursos que ouvimos são os de que a democracia é sólida e os de que tanto o homem quanto a mulher têm os mesmos direitos. É assim que determina a legislação eleitoral brasileira, a legislação como um todo, que não permite – aliás, considera crime – qualquer tipo de discriminação, seja qual for, inclusive de gênero.

Mas, na prática, a realidade hoje é muito diferente da de 1932, quando o Brasil foi pioneiro. A realidade hoje é que, no continente sul-americano, apesar de sermos a principal Nação do ponto de vista da economia, do território, da população, de tudo, nós somos o último País do continente americano em termos de participação política das mulheres. Nas Américas como um todo, o Brasil só tem mais mulheres no Parlamento do que três ilhas: Belize, Haiti e Saint Kitts.

Eu ando com o mapa do mundo. O Presidente Renan é testemunha disso. O Ministro e Presidente Toffoli sabe disso também, porque até para o Supremo e para o TSE levamos o mapa. No mapa das Nações Unidas que relata a situação de 188 países, o Brasil é o 158º. Ou seja, o protagonismo que as mulheres alcançaram na sociedade e no mercado de trabalho – elas produzem mais de 40% da riqueza nacional – ainda não se reflete na vida política brasileira, sobretudo na representatividade política do povo brasileiro.

Somos 52% do eleitorado, mas somente 10% das cadeiras são ocupadas por nós, mulheres. A Senadora Lúcia Vânia é uma pioneira, é uma guerreira. Foi Deputada e Secretária e agora é Senadora. Nós precisamos trazer para cá outras Senadoras Lúcia Vânia, Deputadas, outras mulheres Vereadoras.

Conversando com os homens, eles dizem o seguinte, Ministro Gilmar Mendes: “No meu Município, há 11 Vereadores. Há uma mulher Vereadora entre esses 11 Vereadores. Ela representa muito bem vocês”. Não podemos considerar normal, dentro da democracia, esse tipo de discurso, tampouco o daqueles dirigentes partidários que procuram as mulheres na época das eleições e que dizem que elas não querem ser candidatas.

Não têm aptidão as mulheres brasileiras para a política? Será que só têm aptidão para a política as colombianas, as paraguaias, as mexicanas, as cubanas, as equatorianas? Não! É que a legislação eleitoral barra a presença da mulher no exercício da política. Chegando a essa conclusão, nós temos de partir para outro caminho, o caminho da mudança da lei da cota. Por que somos um dos últimos no mundo? Porque assim determina o nosso sistema político-eleitoral. Por que, nos países do Oriente Médio, onde as mulheres são muito mais discriminadas, elas têm uma presença muito maior no Parlamento? Porque a legislação político-eleitoral daquelas nações as favorece.

Então, digo essas poucas palavras. Com essas palavras, faço minhas homenagens à Justiça Eleitoral, porque concordo com o que aqui já disseram: são poucas as instituições no País que têm muito respeito da sociedade, mas a Justiça Eleitoral tem um grande respeito da sociedade brasileira. Por isso, por essa razão, a Justiça Eleitoral tem contribuído, através da sua retidão, da sua forma de atuar, com o aperfeiçoamento do sistema político e democrático brasileiro.

Senador Jucá, permita-me que eu lhe agradeça pela oportunidade que nos dá não só de cumprimentar quem hoje representa a Justiça Eleitoral em nosso País, mas também de dizer que membros da Justiça Eleitoral, do Poder Judiciário brasileiro, junto com membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo, têm um grande desafio, que é o de, a cada dia, aperfeiçoar a democracia de nosso País. E aperfeiçoar a democracia significa, entre outras questões, garantir um espaço maior para a mulher nos Parlamentos brasileiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos à Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José, pela Liderança do PSD, último orador inscrito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Segundo Vice-Presidente do Senado Federal e signatário desta presente sessão, Senador Romero Jucá; nosso Presidente do TSE, Sr. Ministro Dias Toffoli; Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. João Otávio de Noronha; Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Ministro Gilmar Mendes, professor da minha querida UnB, onde pude me formar em Engenharia Elétrica nos idos de 1982; Ministro do Superior Tribunal de Justiça Sr. Herman Benjamin; Ministro do Tribunal de Contas da União Sr. Vital do Rêgo, nosso amigo Senador desta Casa; Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Sr. Eugênio Aragão, da PGE, que cuida tão bem das eleições; Sr. Presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho – uma filha minha é advogada e, inclusive, é formada também na UnB –, eu gostaria de citar os demais, mas vou fazer o seguinte: como sou um Senador por Brasília, quero citar aqui o nosso Presidente do TRE de Brasília, Sr. Desembargador Romão Cícero de Oliveira, e nosso Presidente do MPDFT, o nosso Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal, Sr. Leonardo Bessa, jovem atuante no DF. Eu queria que todos se sentissem devidamente cumprimentados, porque a lista é longa. Graças a Deus, temos muitas autoridades aqui presentes.

Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado Federal, sou Senador pelo DF, como eu já disse, pelo Partido Social Democrático (PSD).

Brasília, o Distrito Federal não tinha o direito de voto, que só foi conquistado em 1986, quando foram eleitos os primeiros três Senadores e os primeiros oito Deputados Federais do Distrito Federal. Brasília deixou de ser uma cidade cassada, como a chamava o nosso querido e saudoso Presidente que também foi Senador desta Casa e Primeiro-Ministro do Brasil Tancredo Neves.

Graças à competência política dos homens públicos brasileiros, provada nos momentos mais difíceis que abalaram nossa Pátria, o Brasil está, hoje, equipado para resolver todos os problemas que possam afetar uma grande nação como a nossa, uma Nação continental. Também estamos prontos para crescer, para realizar os sonhos de um Brasil que todos queremos, graças às instituições que todos nós, brasileiros, construímos, graças à habilidade e à persistência dos políticos brasileiros na busca da democracia.

Temos uma Constituição Federal que é modelo para uma democracia representativa em que o povo tem vez e voz pela ação de seus políticos eleitos por todo o Brasil nos níveis municipal, estadual e federal.

Temos em nosso Brasil as instituições que garantem o funcionamento de um conquistado Estado democrático de direito, sediadas em Brasília, no Distrito Federal – que tenho a honra de representar –, especialmente um tribunal que garante a lisura das eleições, de onde emana o poder do Povo, o tribunal da democracia, que é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por isso, estou aqui.

Sim, Sr^{as} e Srs. Senadores, no contexto das mais importantes instituições do Brasil, está o Tribunal Superior Eleitoral, integrado por homens e mulheres de grande saber jurídico e de ilibada reputação, que ora comemora 70 anos de excelentes serviços prestados à Nação brasileira e que é agora homenageado.

Na sessão especial de comemoração dos 70 anos do nosso Tribunal Superior Eleitoral, realizada no dia 28 de maio próximo passado, com a presença da nossa Presidente da República, Dilma Rousseff; do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; do Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; do nosso querido Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal; e das mais altas autoridades do Brasil, especialmente os Ministros das mais altas Cortes de nosso País, vimos que os Poderes da República Federativa do Brasil estão unidos e integrados, uma razão a mais para celebrar tão importante data, caro Ministro Dias Toffoli.

Naquela sessão histórica, afirmativa de um dever cumprido há décadas, que volta a ser cumprido a cada dia, assistimos a uma aula de brasilidade em que ficou clara a perfeita realização do ideal dos Constituintes, que, em nome do povo brasileiro, fizeram constar em nossa Carta Magna, em seu primeiro artigo, que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado democrático de direito, e que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos. Em seguida, o art. 2º da Constituição cidadã determina que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Daí o grande acerto do nosso querido Senador Romero Jucá, mais conhecido por nós e pelos colegas como *the flash*, de ter proposto essa iniciativa. Ele é muito rápido e eficiente, não é, Presidente Renan? É uma pessoa que todos nós admiramos muito.

Naquela sessão histórica, em que foram comemorados os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral, que agora também homenageamos, assistimos a uma aula de brasilidade, em que autoridades do maior relevo da Nação discorreram sobre a importância do nosso Tribunal Eleitoral maior.

Lembramos aqui as palavras do nosso querido Ministro Henrique Neves, que, ao discursar, em nome do Tribunal Superior Eleitoral, fez um relato da história da Justiça Eleitoral. Lembrou que, desde a sua reinstalação, 198 Ministros e Ministras, titulares ou substitutos, passaram pelo TSE. Disse S. Ex^a: “Os inúmeros julgados pela Justiça Eleitoral revelam a constante preocupação com um dos elementos essenciais à democracia: a igualdade de chances entre os atores do processo eleitoral”. Também lembrou o Ministro Henrique Neves que, nesses 70 anos, as eleições brasileiras se agigantaram. “A necessária preparação tem sido redobrada a cada pleito. A entrega da condução das eleições à Justiça Eleitoral, organizada e independente, permite que sejam alcançados os fundamentos da República relativos à soberania, à cidadania e ao pluralismo político”, sustentou.

Está terminando, caro Senador Renan, nosso Presidente, mas é tanta coisa boa que temos de dizer.

Os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral, afirmou o Ministro Henrique Neves, “servem para animar e incentivar a continuidade dos trabalhos, em busca do aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro e da prestação da jurisdição, de forma que, sem desatender às normas vigentes, se garanta a efetividade da soberania popular, respeitando-a como fonte única do poder democrático”.

Também falou, naquela sessão histórica do TSE, o Procurador-

Geral Eleitoral, Rodrigo Janot, afirmando que o Ministério Público atua, com a Justiça Eleitoral, como parceiro e fiscal na “elevada missão de prover aos brasileiros eleições justas, democráticas e transparentes”. “Nesta data, comemoramos nós, os cidadãos, a Justiça que ressurgiu, e estaremos, no Ministério Público, atentos para que o arbítrio jamais se abata novamente sobre ela”, disse nosso Procurador-Geral, Rodrigo Janot.

Finalmente, houve o pronunciamento de um grande brasileiro que já passou pelos mais altos cargos do Poder Judiciário, inclusive pela Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Eleitoral. Hoje, exerce a advocacia, onde começou sua brilhante vida profissional, falando em nome dos advogados e do Conselho Federal da OAB. Refiro-me ao Ministro aposentado do STF e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade) José Paulo Sepúlveda Pertence, que honra a nossa Brasília, o nosso Distrito Federal, como pioneiro e construtor da cidadania brasiliense e brasileira. Ele lembrou alguns momentos da história política do País e do próprio TSE. Sepúlveda Pertence ressaltou a importância e a necessidade de uma reforma eleitoral profunda.

Estamos aqui trabalhando nesse sentido. Esperamos harmonia entre a Câmara e o Senado, não é, caro Presidente Collor, nosso Senador, Presidente do Brasil? Para que possamos contribuir para uma verdadeira reforma política no nosso País.

Por isso, Presidente Renan Calheiros, do Congresso Nacional e do Senado Federal, Presidente Dias Toffoli, do Superior Tribunal Eleitoral, demais autoridades que compõem a Mesa desta sessão histórica, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais autoridades presentes e povo brasileiro, ao comemarmos, hoje, aqui, os 70 anos do nosso TSE, também estamos celebrando a vitória da democracia, a vitória do Estado democrático de direito, da Justiça Eleitoral, que tem, no seu ápice, para orgulho de todos os que votam e que são votados no Brasil, a tradição de lisura do processo do Tribunal Superior Eleitoral.

Parabéns, Senador Renan Calheiros, por esta tão justa homenagem.

Parabéns, Senador Jucá, proponente desta sessão.

Parabéns, Ministro Presidente do TSE, Dias Toffoli, por conduzir tão importante instituição.

Parabéns a todos os Ministros, funcionários do TSE e demais membros da Justiça brasileira. Por sua Justiça Eleitoral, parabéns também ao povo brasileiro, que é o detentor dessa Justiça.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Obrigado, Senador Hélio José.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, em nome do qual quero cumprimentar todos os Senadores; Sr. Ministro do TSE, Dias Toffoli, em nome do qual quero cumprimentar toda a Justiça, todos os membros do Judiciário aqui presentes; José Ribamar, desembargador do nosso Estado, em nome do qual quero cumprimentar todos os visitantes.

Senador Romero Jucá, obrigado pela oportunidade que nos dá nesta manhã.

Eu não vou poder dar nem como lido nem como matéria vencida, porque eu não trouxe o discurso por escrito, mas senti necessidade, Senador Collor, de falar olhando um pouquinho pelo retrovisor.

Muitas vezes, as pessoas dizem: “Você não pode ficar olhando pelo retrovisor.” Hoje, no entanto, o dia em que se comemoram os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral, olho um pouco pelo retrovisor para o ver o que tínhamos em relação a tensões, brigas com os juízes e fiscais de outros partidos e longas noites de apuração. Depois, ainda íamos dormir com o nome do adversário na cabeça, porque ficávamos o dia inteiro ouvindo o nome na apuração. E eu ouvia muito o nome do adversário, porque, naquele tempo, o PT tinha poucos votos, e o adversário tinha muitos.

Portanto, é preciso olhar para trás, para ver o que fazíamos em nome da democracia neste País, quando virávamos noites fazendo apurações, recontagem de votos, dos quais, hoje, graças a Deus e ao trabalho extraordinário da Justiça Eleitoral, estamos livres.

O que eu gosto e o que eu percebo na Justiça Eleitoral é que ela faz muito com pouco. Acompanho eleições desde 1986. Os servidores da Justiça Eleitoral, os juízes, enfim, a grande maioria de todos aqueles que trabalham nas eleições parece que faz isso com paixão, porque a paixão não deixa que se veja primeiro o obstáculo, mas, sim, aquilo que queremos realizar. Eu penso que a Justiça Eleitoral vem realizando isso em defesa da democracia. Há também uma permanente busca pelo aperfeiçoamento, pois desde que nós implantamos a votação eletrônica, a urna eleitoral, ela vem passando cada vez mais por modernizações. Hoje, estamos chegando à biometria. Espero que esse avanço continue.

No entanto, eu não poderia deixar de falar estas poucas palavras e dizer que a democracia brasileira é o que é hoje porque tem uma Justiça Eleitoral que se prepara cada dia mais e que se dedica à defesa dessa democracia.

Democracia não é algo fácil. Por ser democracia e por ter a necessidade da participação de todos, ela é muito mais difícil do que qualquer ditadura, mas, mesmo sendo difícil, é melhor do que qualquer ditadura. Portanto, em momento algum, podemos pensar em abrir mão dela.

Por isso, precisamos repensar o sistema eleitoral brasileiro, e, nesse sentido, há algumas coisas que me preocupam. Penso que, no estágio em que ainda estamos, Presidente Toffoli, em que 60% da população votam, devemos permanecer com o voto obrigatório.

Penso que não há problema de o financiamento das eleições ser da iniciativa privada, de pessoa jurídica ou física, desde que seja administrado de forma impessoal, ou seja, haveremos de ter um fundo de financiamento das eleições administrado pela Justiça Eleitoral, nos moldes da administração do fundo partidário, e que a contribuição, seja de pessoa física, seja de pessoa jurídica, chegue, para financiar eleições, aos partidos, aos candidatos, de forma impessoal. Não deve passar pela personalidade nem da pessoa partido nem da pessoa candidato.

Penso que a unificação das eleições é importante. Tenho dúvida quanto ao fim da reeleição, mas penso que a matéria deve ser – e será – discutida e poderá até ser aprovada. Para mim, a soberania deve continuar sendo do povo, que deve decidir se quer ou não a reeleição. Mas o formato em que está hoje, em que o can-

didato à reeleição concorre resguardado pelo poder que já tem do palanque do exercício do cargo e ainda do palanque da eleição é desigual e, certamente, do meu ponto de vista, a permanecer assim, é melhor que terminemos com a reeleição.

A eleição proporcional, nos moldes em que está sendo proposta a coalizão da OAB com a CNBB e com outras entidades, em que a votação do Legislativo seja em dois turnos, primeiro no partido, depois na escolha da pessoa daquela lista cujas vagas o partido conquistou, e eleger as pessoas pode ser um modelo que funcione de forma democrática, para construirmos a cláusula de barreira não de forma impositiva, mas natural, em que o eleitor, a população vai aderindo às propostas dos partidos. Assim, aqueles que não conseguirem votos suficientes para estar representados passarão a deixar de existir de forma natural, e não por um decreto de imposição que possamos fazer.

Mas há muito que ser feito. Aí, acredito que nós vivemos, no Brasil, um momento extraordinário.

Eu não estou enxergando, no Brasil, nem uma grande crise moral, nem uma grande crise ética, nem uma grande crise econômica, nem uma grande crise política, não porque elas não existam. Eu estou enxergando, no Brasil, uma grande oportunidade para que nós possamos mudar, e mudar para melhor, dar um salto de qualidade na vida do povo brasileiro, no processo eleitoral, no processo de governança, no processo de relação das instituições com o povo. A minha preocupação é se nós, nesse momento histórico pelo qual o nosso País passa, estamos preparados para conduzir esse processo, para dar esse salto, esse avanço de qualidade. Acredito que sim. Não fosse isso, certamente, eu não estaria aqui. Estou aqui porque acredito e quero contribuir para com o meu País. Penso, então, que a oportunidade está dada, e nós, do Parlamento, os Governadores, a Presidenta, os Prefeitos, os Vereadores, os Deputados Federais, os Deputados Estaduais e o Senado Federal saberemos dar a resposta que esse momento exige e que será para muito melhor para o nosso País.

Os nossos parabéns vão na forma do respeito que tenho pela Justiça Eleitoral desde os tempos em que apurava eleição, desde 1986. Esse respeito é a forma que tenho para agradecer tudo o que a Justiça Eleitoral tem feito pelo nosso País.

Boa tarde a todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Obrigado, Senador Donizeti Nogueira. Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Presidente Dias Toffoli, Presidente Herman Benjamin, Srs. Senadores, Senador Romero Jucá, Presidente da Ordem dos Advogados, Ministro Noronha, senhores ministros, senhores desembargadores, senhores servidores do Tribunal Eleitoral, desejo ser breve, até porque nem mesmo um discurso para dar por lido eu tenho.

No começo dos anos 60, a Câmara homenageava a Marinha pela Batalha do Riachuelo. Era o seu grande símbolo.

O Deputado autor do requerimento – o Romero Jucá da época – faltara à sessão. O Presidente Ranieri Mazzilli, atormentado com aquele episódio inusitado, incumbiu o Secretário-Geral da Mesa – o Bandeira de então – de convocar o Deputado Plínio Salgado para falar em nome do ausente, do faltoso.

Salgado, que já era um homem caminhado na vida, idoso, ao sair de casa, passava num botequim próximo do seu prédio e tomava um traçado. O que era um traçado? Uma mistura de muitas bebidas. Ele chegava ao plenário, sentava-se ao fundo – eu era jornalista – e dormia, adormecia. Foi nesta situação que o Secretário da Mesa encontrou o Deputado Plínio Salgado: adormecido.

Convocado, fez aquilo que não vou fazer aqui: um dos melhores discursos da história do Parlamento sobre a grande Batalha do Riachuelo, em que se destacara a figura do Almirante Barroso.

Mas eu fui chamado de surpresa pelo Presidente Renan. Não contava com isso e por isso não tenho sequer um discurso para ler.

O Sr. Romero Jucá (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Nem tomou um traçado.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nem tomei um traçado.

Sr. Presidente, eu agora me refiro ao Presidente Toffoli. Não desejo fazer um relato sobre a Justiça Eleitoral, o Tribunal Eleitoral, porque o Presidente Renan Calheiros, o Presidente Toffoli e o Senador Jucá já o fizeram de maneira expressiva. Quem quer que pretenda escrever sobre a Justiça Eleitoral terá a espinha dorsal nesses três discursos aqui pronunciados. Eu tento contar algumas poucas histórias, e não mais do que isso.

Era candidato a Presidente da República o Dr. Jânio Quadros. Milton Campo o seu candidato a Vice. Jânio produzia um discurso devastador em cada comício de que participava. Um orador brilhante, com um sotaque malandro que era só dele. E, mais ou menos, repetia o mesmo discurso em toda parte. Milton Campos fazia o que aqui fez o Presidente Toffoli, um discurso diferente. Certa vez, Jânio Quadros, já incomodado com

aquilo, perguntou-lhe: “Dr. Milton, porque o senhor pronuncia discursos sempre diferentes e eu o mesmo?”. “É porque eu não tenho, Presidente, a sua memória. A sua memória é prodigiosa. Eu não decoro meus discursos, não consigo”. (*Risos.*)

O Presidente Dias Toffoli, há quatro dias, na quinta-feira, pronunciou um belíssimo discurso sobre Justiça Eleitoral na sede do Tribunal. E aqui outro que, praticamente, nada teve a ver com o primeiro. Isso porque a memória dele não é boa, ele relata sempre uma coisa diferente. Quando eu me encontrava no Tribunal e o Presidente Toffoli falava, alguém do meu lado comentou: “Mas este prédio é vistoso, muito vistoso”. Eu pude, com toda a educação, para não atrapalhar os discursos, dizer-lhe: “Estas instalações, as daqui e as dos Estados, são mais ou menos o símbolo do que deve ser a Justiça Eleitoral: sólida e permanente!”

Senhoras e Senhores Senadores, eleição é a chave da democracia. Ainda há pouco, o Presidente Toffoli referiu-se ao Senado romano. O Senado governava Roma – que não era Império, era uma República –, e elegia os cônsules. Até que veio César, também cônsul, eleito ditador pelo Senado. No passo seguinte, foi assassinado pelos próprios senadores que não desejavam um tirano, isto é, não aceitavam que fosse imperador e assim não mais se submeter a eleições. Em nome, portanto, das eleições, César morreu.

Eu venho de uma época, Senhor Presidente, em que as eleições se realizavam com cédulas. E me recordo de que eu era menos até do que um adolescente, na minha cidade distante do Maranhão, nos socavões do Estado. Não havia comunicação, não havia rodovias, as cédulas chegavam transportadas por um dirigível, o famoso Zeppelin.

Aquilo permaneceu na minha memória como sendo o instrumento essencial para a vida democrática do País. Eleições. Não há democracia sem partidos políticos sólidos. E os sólidos foram extintos pela Revolução de 1964. Mas sobretudo não há democracia sem eleições.

Em 1976, jornalista ainda, fui convidado, pela Fundação Adenauer, para acompanhar as eleições na Alemanha, onde estudara o Ministro Gilmar Mendes. Durante 30 dias andei com Helmut Kohl e com outros deputados que eram candidatos ao Parlamento. Vem a apuração e pela primeira vez eu vi, e por isso cito o fato como uma tentativa de eleição eletrônica, mas que não tinha a modernidade que a nossa hoje exhibe para o mundo. Penso, portanto, que devemos prosseguir neste caminho, que é o do fortalecimento das instituições democráticas.

Não há outro, se queremos cultivar, manter e consolidar o regime das liberdades. E quando digo liberdades no plural, talvez eu até esteja me excedendo, porque o que é a liberdade, senão autodeterminação? Se tenho autodeterminação, logo tenho liberdade. E a eleição é o caminho sólido para que se obtenha liberdade.

Srs. Ministros que fazem as eleições, que monitoram as eleições, que as tornam limpas, a V. Ex^{as} os meus cumprimentos e os meus agradecimentos, em nome do meu Estado e em nome do partido pelo qual aqui agora falo, o PMDB.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Cumprida a finalidade desta sessão especial destinada a comemorar os 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral, agradeço às personalidades que aqui nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 9 minutos.*)

Ata da 88ª Sessão, Não Deliberativa, em 1º de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho,
Roberto Requião, Raimundo Lira e Donizeti Nogueira.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes, envasadores e importadores de bebidas alcoólicas a incluírem nos rótulos de seus produtos informações sobre riscos e restrições de consumo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam as empresas fabricantes, envasadoras ou importadoras de bebidas alcoólicas, obrigadas a incluírem nos rótulos dos seus produtos, a expressão “Se beber não dirija” e “Proibido para menores de 18 anos”, em local visível e em destaque.

Art. 2º O descumprimento desta lei, acarretará na aplicação de multa de 05 (cinco) à 100 (cem) salários mínimos, aplicadas conforme a capacidade econômica do infrator.

Art. 3º As empresas fabricantes, envasadoras ou importadoras terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequarem ao disposto no Art 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O álcool etílico é a droga psico-ativa mais utilizada no mundo. Atualmente, o abuso desta droga vem alcançando proporções massivas, tanto em países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, e no Brasil esse consumo cresce dia a dia.

Pesquisa divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2012, mostra que o Brasil está acima da média mundial em consumo de bebidas alcoólicas. Segundo o levantamento, foram consumidos, em média, 8,7 litros de álcool por ano, entre 2008 e 2010, no país. A média mundial calculada pela OMS é de 6,2 litros. O estudo da OMS também aponta que, em 2012, cerca de 3,3 milhões de pessoas morreram em todo o mundo, em consequência do consumo exacerbado de álcool, porém o que mais preocupa a organização são os casos de abusos no consumo. No mundo, a média é de 7,5% da população que experimentou em algum momento do ano consumo excessivo de álcool.

No Brasil, porém, a taxa de pessoas que participam de episódios de consumo pesado é de 12,5%. Em um ranking de números de anos perdidos de vida saudável, o Brasil está entre os líderes.

O álcool é a causa de aproximadamente 80 mil mortes por ano no continente americano e o Brasil é o quinto país com maior número de óbitos ligados ao consumo de bebidas, aponta estudo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No Brasil, a venda e o consumo de álcool para menores de 18 anos são proibidos por lei, mas na prática essa lei é inoperante, não apenas por falta de fiscalização eficaz, mas principalmente, e talvez de forma mais preocupante, pela falta de conscientização e conhecimento por parte da sociedade e da própria família. Os adolescentes estão iniciando o consumo de álcool em idades mais precoces e frequentemente esse início ocorre no seio familiar. Em festas e *shows* para adolescentes, em encontros sociais e familiares, o consumo de bebidas alcoólicas é por vezes liberado e geralmente com a conivência dos adultos. O ato de beber tem efeito na socialização e na aceitação dos adolescentes em um grupo, diminui a timidez e a insegurança, facilitando contatos sociais e afetivos. Por serem inexperientes, muitos adolescentes estão sujeitos às pressões do grupo que estimulam esse hábito.

Em dezembro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.760, que reforça a popularmente conhecida “Lei Seca” (nº 11.705/2008). Trata-se de uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro que, além de aumentar o valor da multa administrativa, amplia as possibilidades de provas da infração de dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância psicoativa, as quais foram disciplinadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) na Resolução nº 432 de 23 de janeiro de 2013.

Várias são as medidas que veem sendo tomadas pelo poder público contra o consumo excessivo de álcool, seja através de leis, de campanhas conscientizadas e punição dura para delito causado sobre efeito de álcool.

A presente proposição vem agregar a luta contra o consumo excessivo de bebida alcóolica antes de dirigir e combater o consumo indevido do álcool a menos de 18 anos, conforme aplicabilidade da Lei 8069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em face de sua relevância contamos com o apoio dos nossos Pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação.
Sala das sessões, – Senador **Donizeti Nogueira** (PT-TO)

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2015

Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º Fica instituído para as novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, a inclusão no projeto técnico da obra de item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas em comuns.

Parágrafo Único As construções já existentes, quando possível, deverão ser adequadas à nova lei de acordo com a viabilidade técnica e financeira.

Art. 2º A emissão de cartas de habite-se para edificações construídos a partir da entrada em vigor desta lei, fica condicionada ao atendimento do disposto no Artigo Primeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A apresentação desta proposição enfatiza a necessidade de se induzir o aproveitamento eficiente da água, cada vez mais escassa em nosso planeta. Medidas que levem a um melhor aproveitamento das águas pluviais torna-se cada vez mais necessária na medida em que o recurso torna-se mais escasso.

Apesar de ser um dos recursos naturais mais abundantes do planeta, existem problemas de distribuição desigual da água potável no mundo. Estima-se que cerca de 40% da população global viva hoje sob alguma situação de estresse hídrico. Essas pessoas habitam regiões onde a oferta anual é inferior a 1.700 m³ de água por habitante, limite mínimo considerado seguro pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesses casos, a falta de água é frequente e a perspectiva para o futuro é de maior escassez.

De acordo com estimativas do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar, com sede em Washington, até 2050 um total de 4,8 bilhões de pessoas estará em situação de estresse hídrico. Além de problemas para o consumo humano, esse cenário, caso se confirme, pode ameaçar atividades agrícolas e a produção industrial, dois setores dependentes da água como insumo de produção. A diminuição da água no mundo é constante e, muitas vezes, silenciosa. Seus ruídos tendem a ser percebidos apenas quando é tarde para agir.

Um relatório divulgado pelas Nações Unidas em 2015 afirma que, se nada for feito, as reservas hídricas do mundo podem encolher 40% até 2030 e, por isso, é preciso melhorar a gestão deste recurso para garantir o abastecimento da população mundial.

Convém ressaltar que o objetivo da adequação legislativa contida neste projeto de lei, visa reduzir o desperdício de água limpa estimulando seu reuso antes de enviá-la às redes de esgoto urbano. Como se sabe, o reuso reduz a demanda de água devido à substituição da água potável por uma água de qualidade inferior em atividades de limpeza que não envolvam o consumo direto.

Em face de sua relevância e devido a grande urgência da matéria, contamos com o apoio dos nossos Pares para o seu aperfeiçoamento e a sua aprovação.

Sala das sessões, – Senador **Donizeti Nogueira**, (PT-TO)

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2015

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos de ensino municipais, estaduais, federais e privados obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, no mínimo, 02 (dois) exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), 02 (dois) exemplares do estatuto da juventude, 02 (dois) exemplares do estatuto do idoso e 02 (dois) exemplares do estatuto da igualdade racial.

Art. 2º O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará multa no montante de 02 (dois) salários mínimos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo deixar a disposição de pais e alunos de escolas públicas e privadas exemplares dos estatutos da criança e do adolescente (ECA), estatuto da Juventude, estatuto do idoso e igualdade racial como forma de induzir e incentivar o exercício da cidadania pelos jovens brasileiros.

A disponibilidade desses estatutos nas escolas propiciará o envolvimento dos alunos, desde os primeiros anos de formação intelectual, com o debate sobre esses temas nas escolas públicas e privadas.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente proposição

Sala das sessões, – Senador **Donizeti Nogueira**, (PT-TO)

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, DE 2015

Altera o Art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Artigo 2º da Lei nº 9.433 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

- I –
- IV – O incentivo e a promoção da captação, preservação e aproveitamento de águas pluviais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A água é um dos recursos naturais mais abundantes do planeta. De maneira quase onipresente, ela está no dia a dia dos 7 bilhões de pessoas que habitam o planeta. Apesar de ser um recurso fundamental para a sobrevivência dos seres humanos, enfrentamos crises sérias de abastecimento em determinadas regiões. Estima-

-se que cerca de 40% da população global viva hoje sob a situação de estresse hídrico. Essas pessoas habitam regiões onde a oferta anual é inferior a 1 700 m³ de água por habitante, limite mínimo considerado seguro pela Organização das Nações Unidas (ONU). A perspectiva para o futuro é de que as situações de escassez se agravem. De acordo com estimativas do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar, com sede em Washington, até 2050 um total de 4,8 bilhões de pessoas estará em situação de estresse hídrico. Além de problemas para o consumo humano, esse cenário pode alterar práticas agrícolas e a produção industrial, uma vez que a água é um importante insumo dessas atividades. A diminuição da água no mundo é constante e, muitas vezes, silenciosa. Seus ruídos tendem a ser percebidos apenas quando é tarde para agir.

Relatório divulgado pelas Nações Unidas em 2015 “Água para um mundo sustentável” afirma que, se nada for feito, as reservas hídricas do mundo podem encolher 40% até 2030 e, por isso, é preciso melhorar a gestão deste recurso para garantir o abastecimento da população mundial.

Uma das formas de dar eficiência ao uso da água é estimular, na medida do possível, o aproveitamento da água da chuva. Nesse sentido, este projeto visa incluir na Política Nacional de Recursos Hídricos um dispositivo que dê relevância ao aproveitamento das águas pluviais no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Incluir algo sobre a importância da reservação (audiência pública com o presidente da ANA tocou nesse assunto)..

Em face de sua relevância e devido a grande urgência da matéria, contamos com o apoio dos nossos Pares para o seu aperfeiçoamento e a sua aprovação.

Sala das sessões, – Senador **Donizeti Nogueira**, (PT-TO)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Mensagem de veto

inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal

(Vide Decreto de 15 de setembro de 2010)

Regulamento

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO I

DOS FUNDAMENTOS

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I – a água é um bem de domínio público;

II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I – assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II – a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III – a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS DE AÇÃO

Art. 3º Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I – a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

II – a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;

III – a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV – a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V – a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI – a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 4º A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I – os Planos de Recursos Hídricos;

II – o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;

III – a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

IV – a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

V – a compensação a municípios;

VI – o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

SEÇÃO I

DOS PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 6º Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

Art. 7º Os Planos de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e terão o seguinte conteúdo mínimo:

I – diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;

II – análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

III – balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;

IV – metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

V – medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;

VI – (VETADO)

VII – (VETADO)

VIII – prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

IX – diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

X – propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

Art. 8º Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

SEÇÃO II

DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES, SEGUNDO OS USOS PREPONDERANTES DA ÁGUA

Art. 9º O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa a:

I – assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas;

II – diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

Art. 10. As classes de corpos de água serão estabelecidas pela legislação ambiental.

SEÇÃO III

DA OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 11. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

I – derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II – extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III – lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV – aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

V – outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

§ 1º Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento:

I – o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;

II – as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

III – as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

§ 2º A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica.

Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.

§ 1º O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

§ 2º (VETADO)

Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

I – não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II – ausência de uso por três anos consecutivos;

III – necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV – necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V – necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI – necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

Art. 16. Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

SEÇÃO IV

DA COBRANÇA DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I – reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II – incentivar a racionalização do uso da água;

III – obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Art. 20. Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta Lei.
Parágrafo único. (VETADO)

Art. 21. Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros:

I – nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;

II – nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I – no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II – no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no *caput* deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3º (VETADO)

Art. 23. (VETADO)

SEÇÃO V DA COMPENSAÇÃO A MUNICÍPIOS

Art. 24. (VETADO)

SEÇÃO VI DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 25. O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

Parágrafo único. Os dados gerados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos serão incorporados ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Art. 26. São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos:

I – descentralização da obtenção e produção de dados e informações;

II – coordenação unificada do sistema;

III – acesso aos dados e informações garantido à toda a sociedade.

Art. 27. São objetivos do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos:

I – reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil;

II – atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional;

III – fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

CAPÍTULO V DO RATEIO DE CUSTOS DAS OBRAS DE USO MÚLTIPLO, DE INTERESSE COMUM OU COLETIVO

Art. 28. (VETADO)

CAPÍTULO VI DA AÇÃO DO PODER PÚBLICO

Art. 29. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, compete ao Poder Executivo Federal:

I – tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

II – outorgar os direitos de uso de recursos hídricos, e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência;

III – implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito nacional;

IV – promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

Parágrafo único. O Poder Executivo Federal indicará, por decreto, a autoridade responsável pela efetivação de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos sob domínio da União.

Art. 30. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, cabe aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal, na sua esfera de competência:

- I – outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os seus usos;
- II – realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica;
- III – implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito estadual e do Distrito Federal;
- IV – promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

Art. 31. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos.

TÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E DA COMPOSIÇÃO

Art. 32. Fica criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com os seguintes objetivos:

- I – coordenar a gestão integrada das águas;
- II – arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;
- III – implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- IV – planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos;
- V – promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

- I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;
- III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;
- IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;
- V – as Agências de Água.

Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

- I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)
- I-A. – a Agência Nacional de Águas; (Incluído pela Lei 9.984, de 2000)
- II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)
- III – os Comitês de Bacia Hidrográfica; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)
- IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)
- V – as Agências de Água. (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

- I – representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;
- II – representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;
- III – representantes dos usuários dos recursos hídricos;
- IV – representantes das organizações civis de recursos hídricos.

Parágrafo único. O número de representantes do Poder Executivo Federal não poderá exceder à metade mais um do total dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

- I – promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários;
- II – arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

III – deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;

IV – deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;

V – analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;

VI – estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII – aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

VIII – (VETADO)

IX – acompanhar a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

IX – acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

X – estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

XI – zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); (Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010)

XII – estabelecer diretrizes para implementação da PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB); (Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010)

XIII – apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional. (Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010)

Art. 36. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será gerido por:

I – um Presidente, que será o Ministro titular do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

II – um Secretário Executivo, que será o titular do órgão integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, responsável pela gestão dos recursos hídricos.

CAPÍTULO III

DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação:

I – a totalidade de uma bacia hidrográfica;

II – sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou

III – grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Parágrafo único. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III – aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV – acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V – propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI – estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;

VII – (VETADO)

VIII – (VETADO)

IX – estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I – da União;

II – dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III – dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV – dos usuários das águas de sua área de atuação;

V – das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

§ 2º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteirizos e transfronteirizos de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes:

I – da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, como parte da representação da União;

II – das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

§ 4º A participação da União nos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação restrita a bacias de rios sob domínio estadual, dar-se-á na forma estabelecida nos respectivos regimentos.

Art. 40. Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros.

CAPÍTULO IV DAS AGÊNCIAS DE ÁGUA

Art. 41. As Agências de Água exercerão a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 42. As Agências de Água terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo único. A criação das Agências de Água será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.

Art. 43. A criação de uma Agência de Água é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I – prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

II – viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

Art. 44. Compete às Agências de Água, no âmbito de sua área de atuação:

I – manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;

II – manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;

III – efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

IV – analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

V – acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação;

VI – gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;

VII – celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

VIII – elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

IX – promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;

X – elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

XI – propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:

a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;

b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;

c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 45. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos será exercida pelo órgão integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, responsável pela gestão dos recursos hídricos.

Art. 46. Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

- I – prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- II – coordenar a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e encaminhá-lo à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- III – instruir os expedientes provenientes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- IV – coordenar o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos;
- V – elaborar seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 46. Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos: (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

I – prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

II – revogado; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

III – instruir os expedientes provenientes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;” (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

IV – revogado;” (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

V – elaborar seu programa de trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

CAPÍTULO VI

DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 47. São consideradas, para os efeitos desta Lei, organizações civis de recursos hídricos:

- I – consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;
- II – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;
- III – organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;
- IV – organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;
- V – outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Art. 48. Para integrar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, as organizações civis de recursos hídricos devem ser legalmente constituídas.

TÍTULO III

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 49. Constitui infração das normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos:

- I – derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;
 - II – iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;
 - III – (VETADO)
 - IV – utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;
 - V – perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização;
 - VI – fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;
 - VII – infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes;
 - VIII – obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.
- Art. 50. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União, ou

pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I – advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

II – multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;

IV – embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor incontinente, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1º Sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

§ 2º No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobradas do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos arts. 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 3º Da aplicação das sanções previstas neste título caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento.

§ 4º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 51. Os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas mencionados no art. 47 poderão receber delegação do Conselho Nacional ou dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, por prazo determinado, para o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos.

Art. 51. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos poderão delegar a organizações sem fins lucrativos relacionadas no art. 47 desta Lei, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos. (Redação dada pela Lei nº 10.881, de 2004)

Art. 52. Enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica.

Art. 53. O Poder Executivo, no prazo de cento e vinte dias a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a criação das Agências de Água.

Art. 54. O art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

III – quatro inteiros e quatro décimos por cento à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

IV – três inteiros e seis décimos por cento ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, do Ministério de Minas e Energia;

V – dois por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

.....
§ 4º A cota destinada à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional.

§ 5º A cota destinada ao DNAEE será empregada na operação e expansão de sua rede hidrometeorológica, no estudo dos recursos hídricos e em serviços relacionados ao aproveitamento da energia hidráulica.”

Parágrafo único. Os novos percentuais definidos no *caput* deste artigo entrarão em vigor no prazo de cento e oitenta dias contados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 55. O Poder Executivo Federal regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **Fernando Henrique Cardoso – Gustavo Krause**

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2015

Altera a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para tornar obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e do fator Rh no Registro de Identidade Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 1º

§ 2º O documento de identidade referente ao Registro de Identidade Civil de número único de que trata o *caput* deste artigo deverá conter obrigatoriamente o tipo sanguíneo e o fator Rh do seu titular.” (NR)

Art. 2º Até que seja expedido o documento de identidade em conformidade com a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a obrigatoriedade da anotação do tipo sanguíneo e do fator Rh deverá ser observada na expedição dos documentos de identidade de que trata a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O tipo sanguíneo e o fator Rh representam informações essenciais do cidadão, cuja utilidade é incontestável, podendo facilitar o socorro médico ao portador do documento de identidade a ser implementado com numeração única em todo País. Realmente, na medida em que se aprimoram os elementos de identificação do cidadão, que não precisarão ser obtidos em circunstâncias tão desfavoráveis, como, por exemplo, sob a condição de atendimento médico emergencial, será possível tornar mais célere os procedimentos médicos em casos tais como acidentes de trânsito ou incidentes com armas de fogo.

Com efeito, espera-se que, com essa simples, porém relevante medida e de muito fácil adoção, possa ser reduzido o número de vítimas fatais em circunstâncias tais que, para a prestação de socorro adequado, seja necessária a identificação do tipo sanguíneo e do fator Rh, assim possibilitando o pronto conhecimento desses dados e o consequente aumento da eficiência do atendimento.

Certo do relevante alcance social embutido nas medidas propostas no presente projeto de lei, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.454, DE 7 DE ABRIL DE 1997

Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o número único de Registro de Identidade Civil, pelo qual cada cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, será identificado em suas relações com a sociedade e com os organismos governamentais e privados. (Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009)

Parágrafo único. (VETADO)

I – (VETADO)

II – (VETADO)

III – (VETADO)

Art. 2º É instituído o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de Registro de Identidade Civil, acompanhado dos dados de identificação de cada cidadão. (Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 3º O Poder Executivo definirá a entidade que centralizará as atividades de implementação, coordenação e controle do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, que se constituirá em órgão central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

§ 1º Fica a União autorizada a firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para a implementação do número único de registro de identificação civil. (Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 2º Os Estados e o Distrito Federal, signatários do convênio, participarão do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil e ficarão responsáveis pela operacionalização e atualização, nos respectivos territórios, do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, em regime de compartilhamento com o órgão central, a quem caberá disciplinar a forma de compartilhamento a que se refere este parágrafo. (Redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 4º Será incluída, na proposta orçamentária do órgão central do sistema, a provisão de meios necessários, acompanhada do cronograma de implementação e manutenção do sistema.

Art. 5º O Poder Executivo providenciará, no prazo de cento e oitenta dias, a regulamentação desta Lei e, no prazo de trezentos e sessenta dias, o início de sua implementação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **Fernando Henrique Cardoso** – **Nelson A. Jobim**

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade regula sua expedição e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º – A Carteira de Identidade emitida por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios tem fé pública e validade em todo o território nacional.

Art 2º – Para a expedição da Carteira de Identidade de que trata esta Lei não será exigida do interessado a apresentação de qualquer outro documento, além da certidão de nascimento ou de casamento.

§ 1º – A requerente do sexo feminino apresentará obrigatoriamente a certidão de casamento, caso seu nome de solteira tenha sido alterado em consequência do matrimônio.

§ 2º – O brasileiro naturalizado apresentará o Certificado de Naturalização.

§ 3º É gratuita a primeira emissão da Carteira de Identidade. (Incluído pela Lei nº 12.687, de 2012)

Art 3º – A Carteira de Identidade conterá os seguintes elementos:

- a)** Armas da República e inscrição “República Federativa do Brasil”;
- b)** nome da Unidade da Federação;
- c)** identificação do órgão expedidor;
- d)** registro geral no órgão emitente, local e data da expedição;
- e)** nome, filiação, local e data de nascimento do identificado, bem como, de forma resumida, a comarca, cartório, livro, folha e número do registro de nascimento;
- f)** fotografia, no formato 3 x 4 cm, assinatura e impressão digital do polegar direito do identificado;
- g)** assinatura do dirigente do órgão expedidor.

Art 4º – Desde que o interessado o solicite a Carteira de Identidade conterá, além dos elementos referidos no art. 3º desta Lei, os números de inscrição do titular no Programa de Integração Social – PIS ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

§ 1º – O Poder Executivo Federal poderá aprovar a inclusão de outros dados opcionais na Carteira de Identidade.

§ 2º – A inclusão na Carteira de Identidade dos dados referidos neste artigo poderá ser parcial e dependerá exclusivamente da apresentação dos respectivos documentos com probatórios.

Art 5º – A Carteira de Identidade do português beneficiado pelo Estatuto da Igualdade será expedida consoante o disposto nesta Lei, devendo dela constar referência a sua nacionalidade e à Convenção promulgada pelo Decreto nº 70.391, de 12 de abril de 1972.

Art 6º – A Carteira de Identidade fará prova de todos os dados nela incluídos, dispensando a apresentação dos documentos que lhe deram origem ou que nela tenham sido mencionados.

Art 7º – A expedição de segunda via da Carteira de Identidade será efetuada mediante simples solicitação do interessado, vedada qualquer outra exigência, além daquela prevista no art. 2º desta Lei.

Art 8º – A Carteira de Identidade de que trata esta Lei será expedida com base no processo de identificação datiloscópica.

Art 9º – A apresentação dos documentos a que se refere o art. 2º desta Lei poderá ser feita por cópia regularmente autenticada.

Art 10 – O Poder Executivo Federal aprovará o modelo da Carteira de Identidade e expedirá as normas complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art 11 – As Carteiras de Identidade emitidas anteriormente à vigência desta Lei continuarão válidas em todo o território nacional.

Art 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 13 – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República. – **João Figueiredo – Ibrahim Abi-Ackel – Hélio Beltrão**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, 2015

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Fica regulamentada a profissão de Educadora e Educador Social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único: A profissão que trata o *caput* deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 2º – Ficam estabelecidos como campo de atuação das educadoras e educadores sociais, os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais.

Art. 3º – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – adequar para a denominação “educadora ou educador social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata os artigos 1º e 2º desta Lei;

II – Criar e prover os cargos públicos de educadoras e educadores sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;

III – elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

Art. 4º – São atribuições da Educadora e do Educador Social, dentro ou fora dos âmbitos escolares, as atuações que envolvem:

I – a promoção dos direitos humanos e da cidadania;

II – a promoção da educação ambiental;

III – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;

IV – os segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

Art. 5º – Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No período de 24 a 26 de maio de 2015, a cidade de Maringá, Paraná, sediou o II Congresso Internacional de Pesquisadores e Profissionais de Educação Social e XIII Semana da Criança Cidadã de Maringá 2015 – Tema: Educação Social: valorização da infância.

Naquele evento foram divulgadas as ações dos educadores sociais em diversos países como Bolívia e Senegal, ali representados, bem como os trabalhos desenvolvidos por educadores sociais brasileiros como os projetos Leituras ao Vento e outros.

E teve como palestrantes: o Educador Social Moussa Sow (Senegal), Educadora Social Maria Ximena Rojas Landivar (Bolívia) e dos brasileiros Professor Doutor Mário Fernando Bolognesi, e, entre outros, da Mestre

em Educação, Maria Angelita da Silva, do Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente – PCA.

No momento em que apresentamos este projeto de lei, encontra-se em funcionamento no Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens. Os depoimentos ouvidos até o momento afirmam que os jovens negros, pobres e de baixa escolarização são as vítimas preferenciais. “O Observatório de Favelas, informou que só em 2012 os homicídios representaram 36% das causas de morte de adolescentes no país. Se esse perfil continuar estima-se que mais de 42 mil adolescentes serão assassinatos entre 2013 e 2019”.

Ora, se este é o perfil das nossas vítimas, acreditamos que a Educadora ou o Educador Social seja o profissional capaz de mudar este cenário. Aliás, não fosse o trabalho invisível desses abnegados o número dessas vítimas poderia ser bem maior.

Em 1951 foi fundada a Associação Internacional de Educadores Sociais – AIEJI, objetivando promover a união dos educadores e educadoras sociais de todos os países, contribuindo na formação e elaboração de suas competências e na consolidação desta profissão.

Ao longo dos anos, a AIEJI foi organizando vários congressos nacionais e internacionais, no sentido de concretizar estes objetivos. Em 2005, em Montevidéu-Uruguai, por ocasião do 16º Congresso Internacional dos Educadores e Educadoras Sociais, e que contou com a participação de várias representações do Brasil, foi elaborada a Declaração de Montevidéu, onde os Educadores e Educadoras Sociais de dezenas de países declararam:

“1. Reafirmamos e comprovamos a existência do campo da Educação Social como um trabalho específico orientado a garantir o exercício dos direitos dos sujeitos de nosso trabalho, e que nos exige permanente compromisso em seus níveis éticos, técnicos, científicos e políticos. 2. Para o cumprimento deste compromisso, é indispensável à consolidação da profissão de Educador e Educadora Social (...). 7. Os Educadores e Educadoras Sociais renovam o compromisso com a democracia, com a justiça social, com a defesa do patrimônio cultural e pela defesa dos direitos humanos, baseados na convicção de que outro mundo é possível.”

França, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália, Uruguai, Alemanha, Canadá, Portugal, fazem parte de um movimento internacional que conta com a participação efetiva de mais de quarenta países que vêm lutando pela regulamentação e formação em nível de graduação e pós-graduação dos educadores e educadoras sociais, dos quais muitos obtiveram êxito. Aqui no Brasil temos a Universidade Estadual de Maringá que conta que várias teses de mestrado e doutorado abordando a legislação, a formação e a grade curricular dessa profissão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, dispõe em seu Art. 1º que a educação: “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Ou seja, reconhece a existência de contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, onde há destacada atuação das Educadoras e Educadores Sociais que fundamentam sua prática educativa, sobretudo, no legado da Educação Popular, especialmente a desenvolvida a partir da década de 70, tomando por base a influência do educador Paulo Freire.

Várias ações têm sido realizadas no sentido de dar visibilidade e promover a valorização da Educação Social e reconhecer as Educadoras e Educadores Sociais em nosso País, como:

1 – Encontros Estaduais de Educação Social em vários Estados;

2 – Criação de associações e sindicatos desta categoria;

3 – Aprovação de Leis criando o dia do Educador e da Educadora Social – dia 19 de setembro, dia de nascimento de Paulo Freire;

4 – Realização de cursos de extensão e especialização em Educação Social, além de pesquisas acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação *strictu sensu* e *lato sensu*.

Em 2009, os Educadores e Educadoras Sociais obtiveram a mais importante conquista no processo de reconhecimento social e profissional e no fortalecimento de sua identidade trabalhista. Foram incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego, com a seguinte descrição:

“5153-05 – Educador Social. Descrição Sumária: Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento”.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria Nacional de Assistência Social, em seu Guia de Orientação nº 1 para os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) orienta que a equipe do CREAS deve ser composta, minimamente, em Gestão básica, por 1 Coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, 1 auxiliar administrativo e 2 educadores sociais e estagiários.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aponta como uma das Ações do “EIXO 3 – Marcos Normativos e Regulatórios”:

“4.1 – Regulamentar a ocupação de educador social e elaborar parâmetros básicos de formação para o exercício da ocupação de educador social.”

Outro dado relevante é a abertura de concursos públicos para provimento de cargos de educadores e educadoras sociais, que já vem acontecendo, em pelo menos 100 municípios de 21 Estados no Brasil, tais como em 2014, o Concurso Público de Provas para provimento de 411 vagas para o cargo de Agente de Execução – Função **Educador Social**, do Quadro Próprio do Poder Executivo, do Governo do Estado do Paraná. Outros concursos foram abertos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio das nobres senadoras e senadores para aprovação deste projeto.
Senador **Telmário Mota**, PDT/RR

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 66, DE 2015

Dispõe sobre a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos Municípios.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 23 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 23.

.....

§ 2º Os programas federais de cooperação entre a União e os Municípios, instituídos por legislação específica ou decorrentes de convênios, acordos, ajustes e similares, terão os valores de seus saldos atualizados anualmente, com base na variação acumulada do índice oficial de inflação, sem prejuízo da ampliação de repasses necessários para assegurar o pleno atendimento da população e o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”. (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT passa a vigorar acrescido do seguinte art. 101:

“Art. 101. A União atualizará, desde a sua criação até o exercício financeiro de 2014, todos os valores dos repasses realizados para a execução dos programas federais de cooperação, instituídos e que são efetivamente executados pelos Municípios na sua totalidade ou em parte.

Parágrafo único. A atualização prevista no *caput* será feita com base na variação acumulada do índice oficial de inflação, devendo ser repassados, no mínimo, valores correspondentes a 20% das perdas

verificadas, observado o prazo máximo de cinco anos para a sua liquidação total, contados a partir da promulgação desta Emenda Constitucional.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

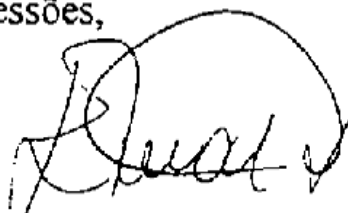
A partir da Constituição Federal de 1988, com a elevação do Município a Ente federado e autônomo, ocorreu uma grande descentralização de políticas públicas e de serviços que antes eram prestados pela União e Estados.

Existem muitos exemplos dessa transferência de funções, como a ocorrida na área de saúde pública. Na atenção básica, antes de 1988, todos os profissionais e o sistema de saúde eram gerenciados pela União, através do INAMPS, depois INSS. Atualmente, é inexpressiva a participação da União nessa área, de modo que a prestação de serviços encontra-se, praticamente, sob a responsabilidade municipal.

A União, a partir de então, começou a desenvolver programas federais de incentivos financeiros para a execução dessas políticas públicas. Hoje em dia, existem mais de trezentos desses programas, cada um com uma regra diferente e requisitos distintos, o que torna sua execução complexa e financeiramente comprometida, sobretudo pelo fato de que o valor dos recursos repassados, ao longo de sua execução, em face da inexistência de correção monetária, tem se mostrado insuficiente para fazer frente ao custo efetivo exigido para a sua plena execução.

Com o objetivo de corrigir essas distorções e com vistas a garantir a necessária execução dos referidos programas, apresentamos a presente proposta de emenda à Constituição, para a qual esperamos contar com o apoio dos membros do Congresso Nacional.

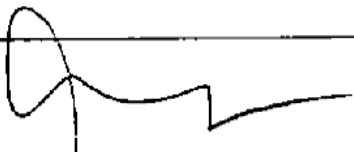
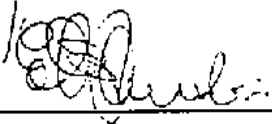

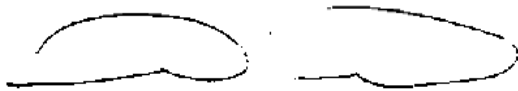

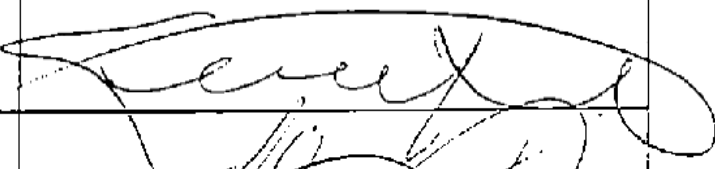
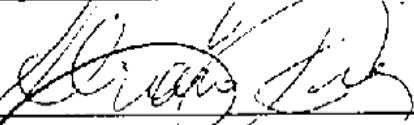
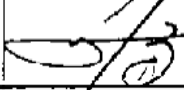
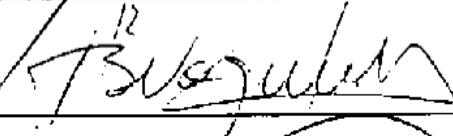
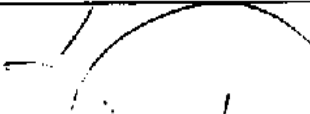
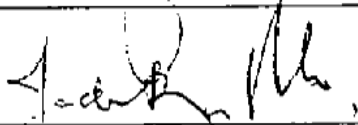
Sala das Sessões,

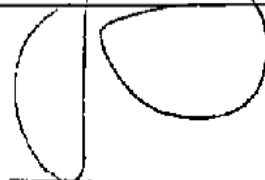


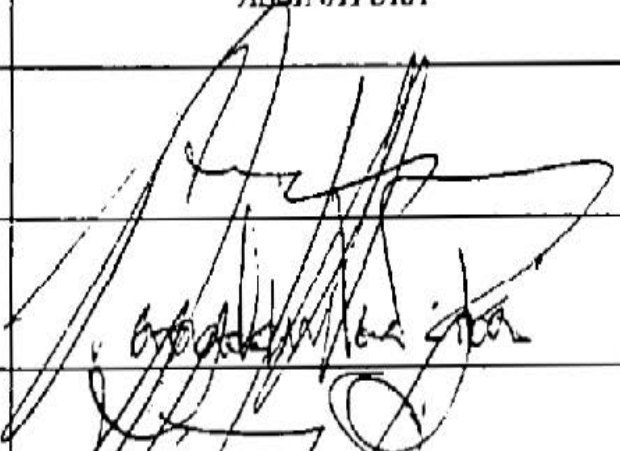

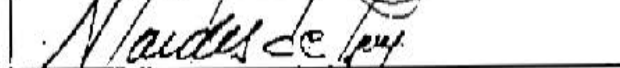
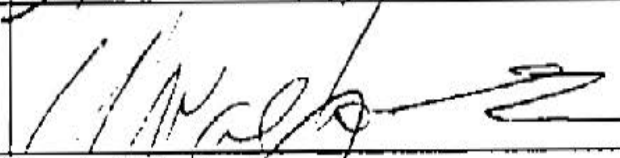
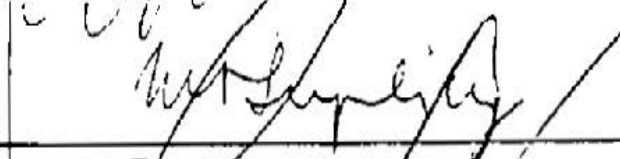

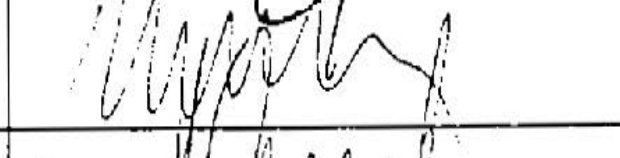



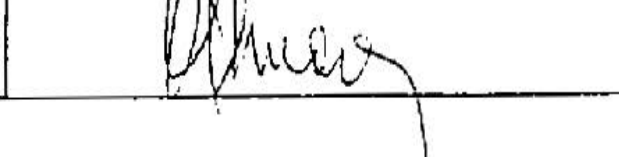
Senador **EDUARDO AMORIM**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015

Dispõe sobre a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos Municípios.

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
MARCELO AMARAL	
ELMÁRIO FETTER	
MÁRIO BERGER	
WILSON ROCHA	
MARIA DO CARMO	
GARIBALDI ALVES	
ÁLVARO DIAS	
ZEIRÃO ZERER	
DOMINGUI NOGUEIRA	
HELIO SOUZA PSD-DF	
JACEN BARBOSA	



NOME DO SENADOR	ASSINATURA
Alexsandro	
FLEXS RIBEIRO	
Ataides Oliveira	
ANTONIO CARLOS VALADARES	
MARTA SUPLICH	
ROMERO JOCA	
Eunício Oliveira	
VICENTINHO ALVES	
BRUNO MAGGI	
João Magalhães	
OTTO KREMER	

[illegible]

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

TÍTULO X

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 29 de maio o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2015-Complementar**.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no dia 29 de maio o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da continuação da tramitação do **Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2014**.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se no dia 29 de maio o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 286, 325, 397 e 429, de 2013; 5, 68, 69, 72, 73, 74, 79, 81, 92, 114, 121, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 144, 155, 156, 158, 160, 162, 166 e 193, de 2014; e 23, de 2015**.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão competente, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

COMUNICAÇÕES

Ofício Ind nº 129/2015

Brasília-DF, 28 de maio de 2015.


Assunto: Indicação para Comissão Mista da Medida Provisória nº 675/15

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, indico o **Deputado CLEBER VERDE (PRB/MA)** como membro **titular**, em minha substituição, para integrar a Comissão Mista da **Medida Provisória nº 675 de 2015**, que "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001."

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,


Deputado CELSO RUSSOMANNO
Líder do PRB

(Será feita a substituição solicitada.)

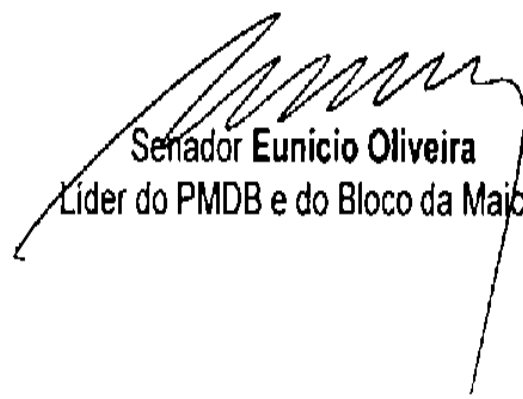
OF. GLPMDB nº 169/2015

Brasília, 28 de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora Lúcia Vânia, para compor como **SUPLENTE** do Bloco da Maioria, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

AVISO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**AVISO Nº 43, DE 2015**

(54/2015, na origem)

Brasília, 27 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de abril de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,



Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Anexo: 1.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Anexo ao Aviso nº 54/2015-BCB, 27 de maio de 2015

Demonstrativo das emissões do real – Mês de abril de 2015

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A base monetária atingiu saldo médio diário de R\$238,3 bilhões em abril, após recuo de 1% no mês, resultante das reduções de 4,2% nas reservas bancárias e 0,3% no papel-moeda emitido. Em doze meses, o agregado acumulou expansão de 5,9%.

Demonstrativo de emissões do real	
Abril - 2015	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 2º trimestre/2015 ^{1/} (Voto CMN nº 12/2015)	277,30
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	238,31
b.1 - Usos ^{2/}	238,31
b.1.1 Papel-moeda emitido	198,81
b.1.2 Reservas bancárias	39,50
b.2 - Fontes	238,31
b.2.1 Saldos em 31.03.2015	240,66
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	198,88
b.2.1.2 Reservas bancárias	41,78
b.2.2 Fluxos em abril 2015 ^{3/}	-2,34
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	12,83
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	5,40
b.2.2.3 Operações com o setor externo	-1,50
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-19,07
C - Saldo de emissão (A - B)	38,99
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.091,09
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	277,30
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	813,79

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2013 Jan	172 617	-4,3	12,1	54 144	7,3	16,2	226 760	-1,8	13,0
Fev	169 064	-2,1	11,5	45 883	-15,3	6,9	214 947	-5,2	10,5
Mar	166 095	-1,8	12,3	39 547	-13,8	-7,0	205 642	-4,3	8,0
Abr	164 464	-1,0	11,5	41 584	5,2	-1,1	206 048	0,2	8,7
Mai	165 310	0,5	11,7	42 598	2,4	1,2	207 908	0,9	9,4
Jun	166 860	0,9	11,2	37 293	-12,5	-12,2	204 153	-1,8	6,0
Jul	169 295	1,5	10,3	42 249	13,3	-4,0	211 544	3,6	7,1
Ago	170 533	0,7	10,6	42 445	0,5	-0,8	212 978	0,7	8,1
Set	176 115	3,3	9,5	38 850	-8,5	-13,1	214 965	0,9	4,6
Out	176 672	0,3	9,1	40 347	3,9	-8,6	217 019	1,0	5,3
Nov	179 575	1,6	11,0	41 973	4,0	-6,2	221 547	2,1	7,3
Dez	198 436	10,5	10,0	41 911	-0,1	-16,9	240 347	8,5	4,1
2014 Jan	189 960	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9
Fev	185 298	-2,5	9,6	42 528	-6,9	-7,3	227 827	-3,3	6,0
Mar	183 727	-0,8	10,6	39 415	-7,3	-0,3	223 142	-2,1	8,5
Abr	184 157	0,2	12,0	40 908	3,8	-1,6	225 065	0,9	9,2
Mai	181 536	-1,4	9,8	41 353	1,1	-2,9	222 889	-1,0	7,2
Jun	185 289	2,1	11,0	38 078	-7,9	2,1	223 367	0,2	9,4
Jul	185 331	0,0	9,5	40 663	6,8	-3,8	225 994	1,2	6,8
Ago	186 682	0,7	9,5	39 661	-2,5	-6,6	226 343	0,2	6,3
Set	191 297	2,5	8,6	40 517	2,2	4,3	231 814	2,4	7,8
Out	193 558	1,2	9,6	40 630	0,3	0,7	234 188	1,0	7,9
Nov	195 743	1,1	9,0	40 299	-0,8	-4,0	236 042	0,8	6,5
Dez	215 495	10,1	8,6	43 524	8,0	3,8	259 019	9,7	7,8
2015 Jan	206 615	-4,1	8,8	46 529	6,9	1,9	253 143	-2,3	7,4
Fev	202 013	-2,2	9,0	39 923	-14,2	-6,1	241 936	-4,4	6,2
Mar	199 495	-1,2	8,6	41 248	3,3	4,6	240 743	-0,5	7,9
Abr	198 812	-0,3	8,0	39 500	-4,2	-3,4	238 311	-1,0	5,9

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se os resultados dos ajustes das operações com derivativos e das operações do Tesouro Nacional, com impactos contracionistas respectivos de R\$31,8 bilhões e R\$10,2 bilhões. Em contraponto, as operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário, registraram expansão de R\$35,6 bilhões, resultado de compras líquidas de R\$25,1 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R\$10,5 bilhões no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ milhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Varição da base monetária
2013 Jan	5 991	- 21 321	2 442	- 3 884	- 136	- 16 908
Fev	- 19 052	3 762	3 564	337	- 53	- 11 441
Mar	- 4 777	1 692	6 118	- 293	- 45	2 695
Abr	- 1 932	3 551	258	30	- 3	1 904
Mai	- 17 283	11 878	265	- 3 436	0	- 8 575
Jun	- 5 758	29 186	- 3 709	- 6 235	33	13 518
Jul	- 3 324	3 495	210	- 6 199	1 722	- 4 096
Ago	- 11 830	19 768	- 8 371	- 2 809	2 379	- 863
Set	4 222	24 172	- 3 240	754	- 5 941	19 967
Out	2 276	- 3 546	- 10 358	- 2 135	- 4 677	- 18 440
Nov	- 32 989	36 035	- 2 634	- 3 986	7 986	4 412
Dez	- 43 099	89 655	- 6 974	- 5 668	49	33 963
2014 Jan	22 752	- 50 951	6 172	- 8 456	3 920	- 26 563
Fev	- 18 764	30 808	59	- 2 043	- 8 336	1 724
Mar	2 859	4 823	3 090	- 1 223	- 6 206	3 343
Abr	- 10 257	254	4 823	3 794	- 3 964	- 5 551
Mai	- 4 915	- 2 281	3 402	- 1 694	- 2 202	- 7 691
Jun	1 271	2 230	8 128	- 156	- 3 387	8 087
Jul	7 823	- 15 677	11 402	- 5 395	2 583	736
Ago	- 2 465	- 23 676	5 551	30 819	- 2 479	7 750
Set	18 560	- 49 796	296	19 611	18 393	7 064
Out	1 476	- 5 807	311	3 401	- 6 762	- 7 381
Nov	- 1 071	- 9 555	434	12 064	8 724	10 597
Dez	- 17 938	43 321	- 27 193	6 669	17 045	21 903
2015 Jan	17 974	- 33 786	440	1 149	- 10 781	- 25 004
Fev	- 11 205	- 23 838	2 287	5 755	27 292	291
Mar	- 7 513	- 30 749	4 013	1 577	34 512	1 841
Abr	- 10 188	35 627	- 1 433	2 185	- 31 829	- 5 636

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$3.696 bilhões em abril, retraindo-se 0,2% no mês e expandindo-se 14,4% em doze meses. Destaque para a retração mensal de 0,1% no estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária, decorrente da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada									
Saldos em final de período									
R\$ milhões									
Período	Base mone- tária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais ^{1/}			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remune- rados ^{2/}	Não remune- rados ^{3/}	Posição de car- teira	Financia- mento ^{4/}	Total			
2013 Jan	216 464	276 530	1 881	1797 259	620 300	2417 559	2912 434	0,6	7,2
Fev	205 023	276 799	1 963	1828 488	610 600	2439 088	2922 873	0,4	7,4
Mar	207 717	277 824	1 884	1812 745	641 900	2454 645	2942 071	0,7	7,0
Abr	209 622	276 777	1 896	1805 758	662 020	2467 778	2956 072	0,5	6,9
Mai	201 046	278 909	1 954	1802 764	686 583	2489 347	2971 257	0,5	7,0
Jun	214 568	286 463	1 124	1866 044	638 857	2504 901	3007 055	1,2	7,2
Jul	210 471	292 202	1 086	1849 891	689 722	2539 613	3043 373	1,2	8,2
Ago	209 608	303 797	4 614	1876 902	659 243	2536 145	3054 164	0,4	8,3
Set	229 575	302 343	4 353	1893 467	659 144	2552 611	3088 882	1,1	8,0
Out	211 135	304 286	4 324	1930 487	654 803	2585 290	3105 035	0,5	7,4
Nov	215 547	310 125	4 348	1978 938	603 182	2582 120	3112 139	0,2	7,3
Dez	249 510	319 317	4 269	2032 940	508 541	2541 481	3114 577	0,1	7,6
2014 Jan	222 947	330 668	4 067	1965 001	663 583	2628 584	3186 266	2,3	9,4
Fev	224 671	336 006	4 029	1988 311	626 879	2615 190	3179 896	-0,2	8,8
Mar	228 014	339 970	4 017	2004 771	631 000	2635 771	3207 772	0,9	9,0
Abr	222 463	339 115	4 185	2043 159	623 082	2666 251	3232 014	0,8	9,3
Mai	214 772	342 279	4 229	2034 829	646 698	2681 527	3242 807	0,3	9,1
Jun	222 859	344 909	4 195	2116 492	615 196	2731 688	3303 650	1,9	9,9
Jul	223 595	351 835	4 070	2090 896	686 529	2777 425	3356 924	1,6	10,3
Ago	231 345	314 965	654	2073 493	733 010	2806 503	3353 467	-0,1	9,8
Set	238 409	297 712	677	2072 472	805 432	2877 905	3414 703	1,8	10,5
Out	231 028	296 845	702	2056 551	868 988	2925 539	3454 115	1,2	11,2
Nov	241 626	286 850	685	2103 064	856 133	2959 197	3488 357	1,0	12,1
Dez	263 529	282 333	738	2187 245	791 573	2978 819	3525 418	1,1	13,2
2015 Jan	238 525	284 379	689	2136 827	901 191	3038 018	3561 611	1,0	11,8
Fev	238 816	280 813	592	2214 990	881 652	3096 642	3616 863	1,6	13,7
Mar	240 656	281 536	596	2331 347	848 887	3180 234	3703 022	2,4	15,4
Abr	235 020	282 179	572	2346 144	832 311	3178 456	3696 227	-0,2	14,4

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a.+ TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 80% (Remuneração: 6,17% a.a.+ TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.)

3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e, a partir de agosto/2004, os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.

4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do BCB/DEMAB (-) oversold (+) undersold, e posições da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R\$311,3 bilhões em abril, com declínios de 1,6% no mês e de 0,3% em doze meses. A variação mensal resultou das retrações de 2,3% nos depósitos à vista e de 0,9% no papel-moeda em poder do público.

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2013 Jan	139 832	-4,0	12,4	160 661	-4,0	10,8	300 493	-4,0	11,6
Fev	135 768	-2,9	11,5	154 750	-3,7	10,9	290 518	-3,3	11,2
Mar	135 548	-0,2	13,2	154 458	-0,2	12,3	290 006	-0,2	12,7
Abr	134 434	-0,8	12,6	155 775	0,9	12,2	290 209	0,1	12,4
Mai	135 447	0,8	13,1	155 170	-0,4	11,5	290 617	0,1	12,3
Jun	136 619	0,9	12,2	159 603	2,9	13,2	296 222	1,9	12,8
Jul	138 932	1,7	11,8	161 988	1,5	12,2	300 920	1,6	12,1
Ago	140 257	1,0	12,1	157 462	-2,8	11,7	297 719	-1,1	11,9
Set	145 038	3,4	11,4	158 411	0,6	9,7	303 450	1,9	10,5
Out	144 932	-0,1	10,5	157 633	-0,5	9,0	302 566	-0,3	9,7
Nov	146 490	1,1	11,9	159 958	1,5	8,7	306 448	1,3	10,2
Dez	162 201	10,7	11,4	176 781	10,5	5,6	338 982	10,6	8,3
2014 Jan	156 016	-3,8	11,6	167 196	-5,4	4,1	323 212	-4,7	7,6
Fev	152 296	-2,4	12,2	159 563	-4,6	3,1	311 860	-3,5	7,3
Mar	150 724	-1,0	11,2	159 640	0,0	3,4	310 364	-0,5	7,0
Abr	150 826	0,1	12,2	161 508	1,2	3,7	312 334	0,6	7,6
Mai	149 336	-1,0	10,3	156 816	-2,9	1,1	306 152	-2,0	5,3
Jun	151 688	1,6	11,0	155 636	-0,8	-2,5	307 324	0,4	3,7
Jul	152 616	0,6	9,8	156 274	0,4	-3,5	308 890	0,5	2,6
Ago	153 868	0,8	9,7	152 620	-2,3	-3,1	306 487	-0,8	2,9
Set	159 053	3,4	9,7	156 894	2,8	-1,0	315 946	3,1	4,1
Out	159 879	0,5	10,3	157 176	0,2	-0,3	317 055	0,4	4,8
Nov	161 929	1,3	10,5	157 351	0,1	-1,6	319 280	0,7	4,2
Dez	177 339	9,5	9,3	173 055	10,0	-2,1	350 394	9,7	3,4
2015 Jan	170 219	-4,0	9,1	161 819	-6,5	-3,2	332 039	-5,2	2,7
Fev*	166 077	-2,4	9,0	156 235	-3,5	-2,1	322 311	-2,9	3,4
Mar*	166 040	0,0	10,2	150 147	-3,9	-5,9	316 187	-1,9	1,9
Abr*	164 619	-0,9	9,1	146 662	-2,3	-9,2	311 281	-1,6	-0,3
* Dados preliminares.									

O multiplicador monetário, considerados saldos médios diários, manteve-se estável em 1,31 no mês de abril.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/} Média dos saldos nos dias úteis						
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
2013 Jan	0,47	0,53	0,20	0,34	1,33	
Fev	0,47	0,53	0,22	0,30	1,35	
Mar	0,47	0,53	0,20	0,28	1,41	
Abr	0,48	0,54	0,19	0,27	1,41	
Mai	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40	
Jun	0,48	0,54	0,19	0,23	1,45	
Jul	0,46	0,54	0,19	0,26	1,42	
Ago	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40	
Set	0,48	0,52	0,20	0,25	1,41	
Out	0,48	0,52	0,20	0,26	1,39	
Nov	0,48	0,52	0,21	0,26	1,38	
Dez	0,48	0,52	0,20	0,24	1,41	
2014 Jan	0,48	0,52	0,20	0,27	1,37	
Fev	0,49	0,51	0,21	0,27	1,37	
Mar	0,49	0,51	0,21	0,25	1,39	
Abr	0,48	0,52	0,21	0,25	1,39	
Mai	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37	
Jun	0,49	0,51	0,22	0,24	1,38	
Jul	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37	
Ago	0,50	0,50	0,22	0,26	1,35	
Set	0,50	0,50	0,21	0,26	1,36	
Out	0,50	0,50	0,21	0,26	1,35	
Nov	0,51	0,49	0,21	0,26	1,35	
Dez	0,51	0,49	0,22	0,25	1,35	
2015 Jan	0,51	0,49	0,22	0,29	1,31	
Fev	0,52	0,48	0,23	0,26	1,33	
Mar	0,53	0,47	0,22	0,27	1,31	
Abr	0,53	0,47	0,23	0,27	1,31	

1/ Onde :

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
PMPP - Papel-moeda em poder do público	CX - Encaixe de moeda corrente
M1 - Meios de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RB - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

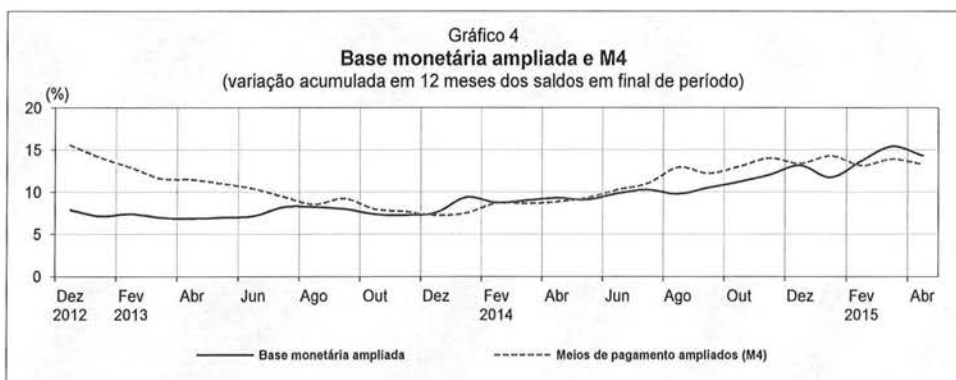
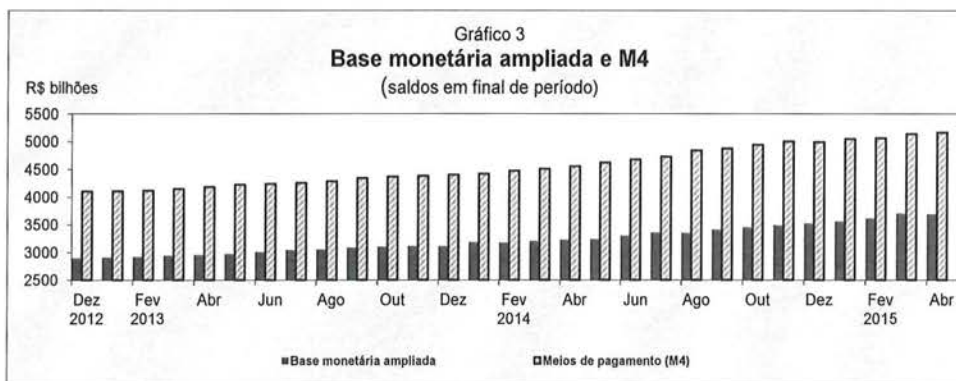
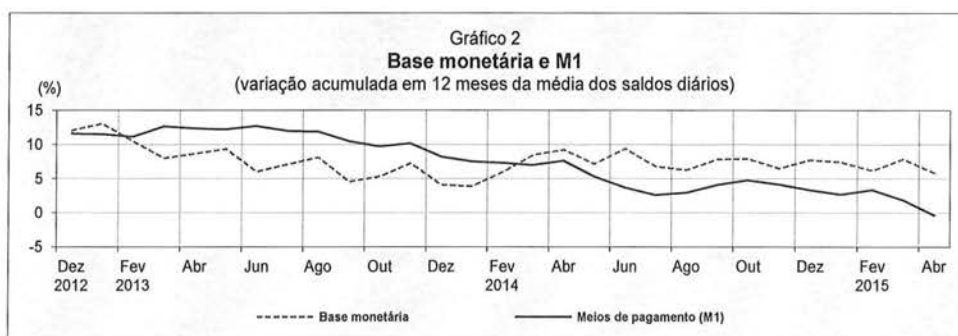
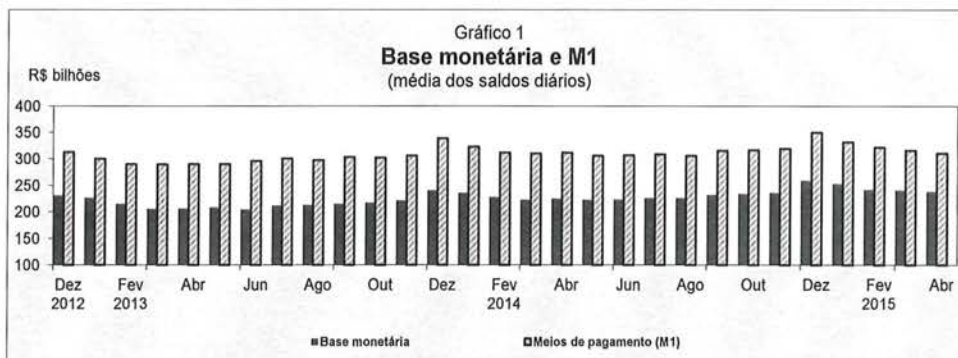
O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao saldo do M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, totalizou R\$2,1 trilhões, com avanço de 0,3% em abril. Esse resultado refletiu, sobretudo, o crescimento de 2,2% no saldo dos títulos privados, que alcançou R\$1,2 trilhão, a despeito de resgates líquidos de R\$12,4 bilhões em depósitos a prazo. O saldo nos depósitos de poupança recuou 1,4%, para R\$650,5 bilhões, refletindo resgates líquidos de R\$5,9 bilhões.

O M3, conceito que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, elevou-se 0,7% no mês, atingindo R\$4,4 trilhões, reflexo dos acréscimos de 1,2% nos fundos de renda fixa e de 0,3% nas operações compromissadas, que somaram, respectivamente, R\$2,1 trilhões e R\$174,9 bilhões. O M4, que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, cresceu 0,4% no mês e 13,3% em doze meses, totalizando R\$5,2 trilhões.

Meios de pagamento ampliados											R\$ milhões	
Saldos em final de período												
Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações comprometidas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual		
										No mês	Em 12 meses	
2013 Jan	287 516	501 670	932 634	1 721 819	1 668 059	160 157	3 550 035	557 022	4 107 057	0,1	14,1	
Fev	287 025	506 418	928 789	1 722 233	1 690 214	152 105	3 564 552	551 728	4 116 280	0,2	12,9	
Mar	293 277	514 655	948 055	1 755 986	1 698 662	156 512	3 611 180	539 965	4 151 125	0,8	11,6	
Abr	287 763	519 549	945 048	1 752 360	1 715 468	164 815	3 632 643	551 126	4 183 769	0,8	11,5	
Mai	293 595	527 860	958 808	1 780 263	1 721 292	177 665	3 679 221	545 686	4 224 907	1,0	11,0	
Jun	300 811	539 315	977 060	1 817 186	1 703 483	172 127	3 692 796	547 107	4 239 903	0,4	10,4	
Jul	294 992	551 159	976 808	1 822 959	1 728 128	160 791	3 711 878	544 830	4 256 709	0,4	9,5	
Ago	298 262	558 449	987 660	1 844 372	1 731 692	157 901	3 733 964	549 586	4 283 551	0,6	8,6	
Set	301 269	567 882	991 935	1 861 086	1 737 615	157 264	3 755 966	587 840	4 343 805	1,4	9,3	
Out	297 832	575 369	998 425	1 871 626	1 740 445	155 514	3 767 585	601 886	4 369 471	0,6	8,0	
Nov	314 868	584 781	1 009 453	1 909 102	1 731 768	146 538	3 787 408	596 184	4 383 592	0,3	7,7	
Dez	344 508	599 826	1 012 504	1 956 838	1 735 064	130 057	3 821 960	580 525	4 402 485	0,4	7,3	
2014 Jan	313 132	604 825	1 023 775	1 941 731	1 740 245	145 955	3 827 931	588 619	4 416 550	0,3	7,5	
Fev	316 246	609 877	1 034 588	1 960 711	1 758 328	134 133	3 853 172	621 991	4 475 163	1,3	8,7	
Mar	309 930	614 876	1 047 747	1 972 553	1 785 131	119 400	3 877 085	634 151	4 511 235	0,8	8,7	
Abr	309 227	616 831	1 057 385	1 983 443	1 790 695	140 598	3 914 735	640 404	4 555 139	1,0	8,9	
Mai	303 690	622 340	1 076 372	2 002 402	1 825 309	140 806	3 968 518	652 238	4 620 756	1,4	9,4	
Jun	305 835	628 926	1 088 118	2 022 880	1 851 408	127 276	4 001 564	675 123	4 676 688	1,2	10,3	
Jul	302 285	636 447	1 092 826	2 031 558	1 874 805	151 678	4 058 040	669 603	4 727 644	1,1	11,1	
Ago	306 457	640 564	1 101 150	2 048 171	1 922 119	189 669	4 159 959	678 934	4 838 893	2,4	13,0	
Set	313 959	645 474	1 112 909	2 072 342	1 939 101	193 070	4 204 513	671 654	4 876 167	0,8	12,3	
Out	312 803	649 650	1 118 555	2 081 008	1 960 670	192 267	4 233 945	706 021	4 939 966	1,3	13,1	
Nov	326 330	655 806	1 125 369	2 107 505	1 975 576	199 193	4 282 275	717 512	4 999 787	1,2	14,1	
Dez	351 603	664 847	1 134 233	2 150 684	1 974 912	193 889	4 319 484	673 649	4 993 133	-0,1	13,4	
2015 Jan	321 695	663 517	1 142 078	2 127 291	2 002 469	205 757	4 335 516	713 487	5 049 003	1,1	14,3	
Fev*	318 574	660 210	1 151 600	2 130 385	2 034 320	182 892	4 347 597	717 335	5 064 932	0,3	13,2	
Mar*	314 336	660 047	1 151 727	2 126 110	2 068 976	174 323	4 369 409	770 412	5 139 821	1,5	13,9	
Abr*	305 619	650 496	1 176 805	2 132 920	2 094 130	174 911	4 401 961	760 439	5 162 400	0,4	13,3	

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.
2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.
3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.
* - Dados preliminares

V – Anexo



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por permuta com o Senador Telmário Mota, eu convido a usar a palavra, como orador inscrito, o Senador Fernando Collor; em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin; e, na sequência, este que vos fala neste momento.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente Paulo Paim, Ex^{mas} Sras Senadoras e Ex^{mos} Srs. Senadores, em recente pronunciamento desta tribuna, anunciei que havia dado entrada a quatro representações em desfavor do Sr. Rodrigo Janot, todas por crime de responsabilidade. As denúncias referem-se a abuso de poder, indução, seletividade, inércia, autopromoção e desperdício de dinheiro público cometidos por Janot. Por despacho do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, os processos encontram-se agora sob análise da Advocacia-Geral do Senado, a quem cabe instruir o processo.

Pois bem, Sr. Presidente, no último dia 13 de maio, o Deputado Paulo Pereira da Silva entrou com nova denúncia, aqui, no Senado Federal, contra o Sr. Janot, para que seja representado por crimes que, se comprovados, também levarão ao seu afastamento.

Segundo essa nova representação, o Ministério Público Federal, sob o comando de Rodrigo Janot, contratou, sem licitação, uma empresa de comunicação, no dia 26 de dezembro de 2014 – como sempre, ao apagar das luzes do ano –, cujo objeto é – abro aspas: “A implantação de mecanismos de governança interna com o intuito de melhorar o diálogo entre o Gabinete do Procurador-Geral da República, a alta administração, os membros e servidores do Ministério Público Federal” – fecho aspas. De fato, Sr. Presidente, é notória a necessidade de Janot e seu grupelho em melhorar o diálogo interno.

As dúvidas quanto ao processo de contratação da empresa, sem licitação, se dá em duas vertentes: primeiro, a legislação vigente, ou seja, as Leis nºs 8.666/1993 e 12.232/2010, não permite a inexigibilidade de licitação para serviços de publicidade e divulgação. Assim, o serviço contratado de comunicação interna – pergunto eu – estaria ou não enquadrado nessas espécies? A questão é nebulosa, na medida em que não é possível distinguir, diferenciar, nesses casos, o que venham a ser serviços de comunicação de serviços de divulgação.

Segundo, a inexigibilidade de licitação (art. 25, incisos I a III, da Lei nº 8.666/93) só é permitida em três hipóteses: (1) fornecedor exclusivo, ou seja, quando não há outras empresas no mercado do mesmo ramo na prestação do serviço ou que comercialize o mesmo produto; (2) serviços técnicos de notória especialização, em que, também, não há no mercado outros prestadores de serviço tecnicamente qualificados; e (3) serviços artísticos de autores reconhecidamente consagrados.

Contudo, ainda que a lei permitisse a inexigibilidade, por considerar serviço de divulgação diferente do serviço de comunicação, será que o Ministério Público possuía, de fato, uma demanda de comunicação interna tão fora do comum que requeresse uma empresa de notória especialização técnica? E mais, será que seria esta empresa a única no mercado que se mostrava capaz de atender àquela demanda, ou seja, um fornecedor exclusivo daquele serviço? Difícil de imaginar, convenhamos, a presença, nesse caso, das duas condicionantes ao mesmo tempo ou de ao menos uma delas.

O fato, Sr. Presidente, é que o Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado – repito – no dia 26 de dezembro de 2014, entre o Ministério Público Federal, comandado pelo Sr. Janot, e a empresa Oficina da Palavra Ltda., é por demais suspeito no que tange à inexigibilidade de licitação. O que se fez, na verdade, foi uma contratação direta, porém, sem um respaldo legal. Caso típico de favorecimento direcionado, tão frequente nessa área de comunicação e tecnologia da Procuradoria Geral da República.

O quadro se agrava ainda mais quando se considera que o atual Diretor de Comunicação da Procuradoria Geral da República, Sr. Raul Pilati Rodrigues – diga-se, nomeado por Janot em 3 de fevereiro deste ano, por meio da Portaria nº 95 –, foi Diretor de Corporate Affairs de um grupo denominado In Press Comunicação que, por sua vez, tem como sócia exatamente a empresa Oficina da Palavra, contratada pelo Procurador-Geral para – abro aspas – “melhorar o diálogo” – fecho aspas – entre ele e seus comandados do Parket.

E mais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ainda de acordo com a representação, o referido Raul Pilati Rodrigues, Diretor de Comunicação do Ministério Público e ex-diretor de Corporate Affairs do grupo societário contratado, foi quem coordenou a campanha de *marketing* de Janot para o cargo de Procurador-Geral da República em 2013. Em síntese, trata-se de um emaranhado novelo de fatos e personagens que se encaixam perfeitamente num sombrio caso de interesses de todas as partes, envolvendo R\$605.996,32, que é o valor do contrato entre o Ministério Público a empresa Oficina da Palavra Ltda. Isso sem falar – como não poderia deixar de ser nesses casos – no Termo Aditivo recentemente assinado a esse contrato, de cujos valores envolvidos não se tem informação disponível, por enquanto, pois, estranhamente, o próprio Portal da Transparência do Ministério Público Federal não permite o acesso a este documento específico, diferentemente do que ocorre com os demais contratos e respectivos termos aditivos celebrados por aquele órgão.

Mas, como disse, é informação indisponível por enquanto, Sr. Presidente, porque, diante de tantas evidências, diante de tantas suspeitas e escondeduras, é natural que, no uso de suas atribuições constitucionais de fiscalização e controle, e, mais ainda, pela representação em curso, é natural e coerente que o Senado da República busque maiores informações e detalhes acerca desse suspeito processo de contratação direta, ou melhor, sem licitação, empreendido pelo Sr. Janot.

Foi com esse intuito, portanto, que encaminhei, no último dia 26 de maio, quatro requerimentos ao Procurador-Geral da República, solicitando todas as informações necessárias para a instrução e a elucidação dessa turva matéria.

As solicitações se dão nos seguintes termos:

Primeiro requerimento de informações: solicita a cópia do processo completo referente ao Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda., em 26/12/2014, incluindo o correspondente Termo Aditivo, bem como o registro de todos os desembolsos efetuados (parcelas, valores, datas) a título de pagamento do respectivo contrato e a comprovação efetiva dos resultados institucionais obtidos pelos serviços prestados por aquela empresa, até a presente data.

Segundo requerimento de informações: solicita os motivos, as demandas, os fundamentos e os pareceres que levaram o Ministério Público Federal a concluir pela necessidade de contratação, em 2014, de uma empresa especializada para “implantar mecanismo de governança interna com o intuito de melhorar o diálogo entre o Gabinete do Procurador-Geral da República, a alta administração, os membros e servidores do Ministério Público Federal” e, ainda, a informação se o órgão já contratou, nos últimos cinco anos, serviços dessa mesma natureza e objetivo.

Terceiro requerimento de informações: solicita a cópia dos processos completos referentes aos contratos celebrados, desde janeiro de 2010, entre o Ministério Público Federal e as empresas: 1) Inpress Comunicação e 2) Palavra Encantada Ltda., incluindo a relação dos desembolsos (parcelas, valores, datas) e Termos Aditivos dos respectivos contratos, bem como de eventuais outras empresas que tenham sido contratadas no mesmo período para prestação de serviços na área de publicidade, divulgação e/ou comunicação.

Quarto requerimento de informações: solicita o histórico funcional completo do Senhor Raul Pilati Rodrigues e, ainda, por que processo de escolha, motivação e condições – ou seja, vencimentos, currículo, origem, vínculos, indicações, experiências profissionais anteriores e demais dados pertinentes – o referido servidor foi nomeado Secretário de Comunicação do Ministério Público Federal.

Foram esses, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os pedidos de informações que julgo necessárias para auxiliar o Senado Federal a cumprir seu papel institucional, apurando e julgando todas as denúncias que lhe chegam, sobretudo contra o Procurador-Geral da República, Sr. Rodrigo Janot.

Era o que tinha a dizer, por enquanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o ex-Presidente e Senador da República Fernando Collor de Mello.

Em seguida, passamos a palavra à nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Paim.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras, é com muita alegria que ocupo a tribuna neste momento para relatar um pouco daquilo que foi a nossa 10ª Conferência, a 10ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, do meu Partido, realizada de sexta-feira passada até o último domingo, na cidade de São Paulo. Estivemos, entre os dias 29, 30 e 31, envolvidos num importante debate sobre a situação política, econômica de nosso País e também sobre a situação organizativa do nosso Partido.

Essa conferência, que já havia sido convocada durante o congresso, tinha como principal objetivo, além, é óbvio, de aprovar o projeto de resolução que trata do nosso posicionamento diante do momento atual, Senador Paim, e quais os caminhos que nós estamos apontando no sentido de superar esta crise, de enfrentar esta crise, que não é uma crise fácil, mas plenamente possível de ser enfrentada e superada, e como retomar o caminho do desenvolvimento. Obviamente, aqui não há uma receita pronta e acabada, mesmo porque, se alguém tivesse uma receita plenamente eficaz, nós sequer estaríamos passando por este momento difícil.

Mas, enfim, além de a conferência servir para aprovar essa resolução, teve como ápice, como o momento mais importante a confirmação da eleição da nossa querida Deputada Federal Luciana Santos à Presidência de nosso Partido, o PCdoB.

Luciana Santos é uma jovem que iniciou a sua militância muito cedo, filha de uma família de comunistas. Portanto, já se criou na luta. Seu pai era um bravo lutador, militante comunista no Estado de Pernambuco. Ela ingressou nas fileiras do Partido ainda no movimento juvenil, como estudante.

Ela tem 27 anos de militância no PCdoB; 30 anos de militância política, e ainda não chegou aos 50 anos de idade.

Luciana foi Deputada Estadual no Estado de Pernambuco e, no ano de 2000, foi eleita Prefeita da cidade de Olinda. Em 2004, foi reeleita, no primeiro turno, Prefeita da sua cidade. Na sequência, no ano de 2009, assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia, no Estado de Pernambuco, e, em 2010, foi eleita Deputada Federal pelo nosso Partido, o PCdoB; nas últimas eleições, em 2004, foi reeleita.

Luciana Santos ocupava a Vice-Presidência Nacional do Partido desde 2009 e compõe o nosso comitê central, que é a Direção Nacional do Partido, desde o ano de 2001.

Sr. Presidente, eu também tenho mais de 30 anos de militância política e a mesma quantidade de militância dentro do PCdoB; convivi no nosso Partido com apenas dois Presidentes – o Presidente João Amazonas, primeiro; depois, o Presidente Renato Rabelo –, e passamos agora a um processo de mudança que, para nós, é muito significativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª me permite interrompê-la?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acho importante o PCdoB ter eleito talvez a primeira mulher Presidente de um Partido histórico, de um Partido que não foi criado ontem. É a primeira vez, na história de um País – para mim, um Partido histórico da grandeza do PCdoB –, que uma mulher assume a sua Presidência.

Por isso, ficam aqui as minhas palmas, os meus cumprimentos ao PCdoB, que, diga-se de passagem, recebeu-me muito bem quando eu estive em Belo Horizonte neste fim de semana, e um Deputado do PCdoB me ofertou o título de cidadão. Eles me receberam, foram almoçar comigo, enfim, caminharam comigo pela cidade.

Eu quero dizer que tenho um carinho muito grande pelo PCdoB e fico feliz – vou falar depois sobre o Deputado – de o Partido ter indicado uma mulher para a Presidência, que é a Luciana Santos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E tenho certeza de que, com V. Exª lá, no Estado de Minas Gerais, não estiveram nem o Deputado Wadson, nem a Deputada Jô Moraes, porque ambos estavam participando dessa nossa 10ª Conferência, em São Paulo, que, aliás, contou com a presença, na sua abertura, da Presidenta Dilma, o que para nós foi um gesto muito simbólico.

Ela própria fez questão, no seu pronunciamento, de abrir o seu coração. Falou da crise, da necessidade de enfrentarmos a crise, dos caminhos que devem ser trilhados para o enfrentamento dessa crise, que é econômica e também política. Mais uma vez, fez questão de deixar muito claro que essas medidas de ajuste que nós estamos, inclusive, votando no Congresso Nacional não representam um fim em si mesmas. Pelo contrário, é uma flexão tática necessária para o momento, a fim de que possamos retomar o processo de crescimento. Disse a Presidente o quanto está engajada no debate, na discussão para a busca de caminhos que nos levem à retomada do desenvolvimento. Esse, sim, é o objetivo maior do seu Governo.

Então, a participação da Presidenta foi muito significativa para nós, Senador Paim. V. Exª sabe disso, porque acompanha na sua militância política, que vai muito além do Senado Federal, uma militância efetiva junto à sociedade brasileira. V. Exª sabe que o PCdoB, desde 1989, apoiou a candidatura do Presidente Lula. Lutamos muito juntos. Estivemos sempre juntos na luta para iniciar um novo projeto político de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

De fato, temos alcançado conquistas muito importantes. E o principal de tudo – absolutamente tudo – neste momento é garantir que essas conquistas não se percam. Mesmo que uma ou outra medida seja amarga, grande parte aprovada com a nossa discordância, se são necessárias para retomarmos o caminho, não há dúvida alguma de que o Governo, a Presidenta poderá continuar contando com o nosso apoio. Tivemos a oportunidade, através de Renato e Luciana, de expressar a ela pessoalmente a confiança que o Partido tem no Governo da Presidenta Dilma, porque o que nos leva a formar alianças, o que nos leva a compor coalizões políticas não é um objetivo menor, são os objetivos maiores da sociedade. Em nível nacional, nos Estados brasileiros, sempre nos orientamos, na hora de compor coligações, na hora de compor alianças, nos interesses maiores da população brasileiro.

Então, faço este registro.

Agradeço, Senador Paim, o seu reconhecimento e a sua fala, que destacam ainda mais a importância da eleição de Luciana, porque, de fato, é isso, como disse Aldo Rebelo. Além de tudo, é uma mulher mestiça, que traz em si traços de negro, traços de indígena.

Enfim, é preciso um partido ter muita segurança no seu coletivo, na sua militância para eleger uma mulher à Presidência. E nós elegemos não apenas uma mulher capaz, capaz teoricamente, de conduzir os destinos de nosso Partido, mas capaz também, politicamente, de manter a unidade de PCdoB, característica essa

que creio seja muito importante, junto com o acerto da política. E unidade é o que temos entre nós, Senador Telmário, e que nos faz um Partido muito forte, um Partido que tem 93 anos de existência.

Não estamos entre os grandes partidos do poder institucional, do Congresso Nacional. Temos uma Banca relativamente pequena. São 13 Deputados Federais e uma Senadora. Mas somos um Partido muito forte no que diz respeito à nossa presença no seio da sociedade. Não há um militante que não participe do movimento de onde ele esteja inserido, ou o movimento juvenil, ou o movimento comunitário, ou o movimento sindical.

A nossa bandeira maior é a bandeira do socialismo, é a bandeira da construção de uma sociedade que seja justa para todos; uma sociedade onde todos têm deveres, mas onde todos têm direitos, direitos a condições mínimas, dignas de viver, não só decentemente, mas de viver e ter direito ao lazer.

E nós entendemos que, para que isso aconteça, é preciso dividir melhor a riqueza entre as pessoas. É óbvio que o programa do nosso Partido não estabelece os rumos da construção do socialismo imediatamente, Não! O programa do nosso Partido estabelece e aponta caminhos no sentido da transição preliminar do capitalismo ao socialismo. Ou seja, é um programa que traça o caminho dentro da realidade atual com o intuito de que esse caminho reúna condições políticas, orgânicas para que essa transição se dê. E, nessa etapa, garantir um programa nacional, soberano, desenvolvimentista é fundamental.

Senador Telmário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senadora Vanessa Grazziotin, deixe-me falar. Primeiro, quero parabenizá-la pelo Partido em que V. Ex^a milita. O PCdoB é, sem dúvida alguma, o partido mais antigo do Brasil, tem toda uma história de luta, de conquista, de avanço social, principalmente os avanços do trabalhador. O PCdoB foi o primeiro partido pelo qual eu tive simpatia, e militei nele quando ele ainda estava na clandestinidade, em pleno regime militar. Quando tentaram me enquadrar na Lei de Segurança Nacional, como líder estudantil, era no PCdoB que a gente fazia resistência. Era o Mário Frotas, lá de Manaus, era o Fábio Lucena. O Senador Fábio Lucena era nosso guia, um homem que enfrentou duramente o sistema militar. E a gente ia a Manaus, lá eles tinham uma graficazinha clandestina, e era naquela gráfica que a gente fazia os manifestos contra as arbitrariedades, contra os assassinatos. Por exemplo, no meu Estado, mataram um jornalista, porque ele tentava mostrar, Senador Paim, as falcatuas, os erros, as corrupções do governo naquela época, e aí o calaram com a vida. E, como era um Estado pequeno, eu era líder estudantil, nós íamos a Manaus, íamos de caminhão, pegávamos carona de caminhão, junto com o José Barbosa, que inclusive é auditor hoje em Manaus, e o Teixeira, que também é médico veterinário. Nós íamos de carona com os caminhoneiros, pegávamos esse material e trazíamos para Roraima, para expormos nossas ideias à noite, para fazer a distribuição. E, numa das vezes, lá na gráfica, alguém colocou uma frase do Capitão Lamarca. Naquela época, ele ainda era vivo e era considerado terrorista, etc. E, por aquela frase, quase me botaram na Lei de Segurança Nacional, mas me convidaram a me retirar do meu Estado. Foi aí que eu saí, Senador Paim, de Roraima. Fui convidado a sair de Roraima e vim para São Paulo. Foi quando tive a oportunidade de estudar, porque não havia universidade lá. Enfim, acabaram me fazendo um bem. Foi quando entrei num banco e tal e tal. Então, o PCdoB é um partido que tem toda uma história. Ele perseverou em estradas escuras, em rios tenebrosos, e chegou hoje e chegou bem. No meu Estado mesmo, o PCdoB sempre foi meu parceiro, sempre foi meu parceiro. Candidato a vereador, candidato a prefeito, sempre tive a parceria do PCdoB. E agora de novo. O PCdoB sempre esteve ao nosso lado. E eu parabenizo o PCdoB por ter uma Senadora da estirpe de V. Ex^a. V. Ex^a é extremamente atuante, bem a cara do PCdoB, uma pessoa resistente, uma pessoa de sentimento forte, de opinião muito consistente. E eu tenho certeza de que, às vezes, um partido, ainda mais um partido como o PCdoB, que não é um partido fisiologista, é muito melhor pela qualidade do que pela quantidade. Quantidade às vezes não funciona, principalmente quando se trata de um bando de fisiologistas, que só pensam em troca, só pensam no “é dando que se recebe”, verdadeiros crentes da devoção de São Francisco, com todo o respeito. Eles fazem isso. Então, quero parabenizar V. Ex^a, parabenizar os que estão ali na Câmara Federal e dizer que V. Ex^a orgulha, com certeza, o Partido de V. Ex^a. E ele chegará um dia com um quadro com qualidade.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Eu agradeço muito, Senador Telmário.

V. Ex^a falava a respeito do movimento que os jovens realizavam no Estado de Roraima. E eu lembro o quanto nós éramos próximos. Havia os militantes em Roraima e os militantes na Amazônia. A gente sabia que vocês enfrentavam a ditadura até com muito mais dificuldade do que nós, no Estado do Amazonas.

Como V. Ex^a, eu também ingressei nas fileiras do PCdoB, e lutamos muito, já no final da ditadura militar, contra o regime. Reconquistamos a nossa legalidade no ano de 1985, e, de lá para cá, eu digo que a minha geração, que tem mais de trinta anos de filiação nesse Partido, conviveu com dois presidentes, sobre os quais não há o que se discutir.

João Amazonas era uma liderança nacional, constituinte em 1946, um grande teórico, formulador, que soube trazer o Partido, ajudar na organização do Partido nesse período de redemocratização. Cumpru um papel fundamental, fenomenal na construção da história do nosso Partido.

Na sequência, veio o Presidente Renato Rabelo, que ficou de 2001 a 2015 – portanto, 14 anos à frente da direção do PCdoB. Ele também nos deixou um legado muito importante. Não foi uma tarefa fácil suceder João Amazonas na direção do nosso Partido. Repito, João Amazonas é uma liderança histórica não só dos comunistas, mas dos movimentos progressistas em todo o País. Renato Rabelo, quando assumiu a direção do PCdoB, em 2001, tinha pela frente a tarefa de sustentar, como disse Luciana no seu discurso inaugural como Presidenta Nacional do PCdoB, o ciclo de crescimento e florescimento que o PCdoB passou a viver no período pós-anistia, em 1979, sobretudo depois da sua legalidade, no ano de 1985.

Renato Rabelo foi também muito homenageado no dia de ontem e, neste último final de semana, recebeu não só homenagens, mas reconhecimento de toda a militância e da direção.

Eu, Sr. Presidente, registro que, para a organização dessa nossa conferência, que contou com a participação de 324 delegados, todos eles saíram de mais de 500 atividades, debates que organizamos no Brasil inteiro nestes últimos meses, que reuniram em torno de 15 mil militantes. Desses 15 mil reunidos, quase 3.400 participaram das sessões estaduais, ou seja, das conferências estaduais que antecederam a realização da 10ª Conferência Nacional.

Luciana – repito – fez um belo pronunciamento de posse, porque efetivamente tomou posse, colocando o quanto essa nova atividade que ela passa a assumir é desafiadora e o quanto – eu acho isso fundamental – ela está disposta e segura em assumir essa nossa tarefa. E, Senador Telmário, falou isso de uma forma muito leve, mas muito profunda, segura e firme, porque sabe que conta com um conjunto de militância aguerrida, que se organiza em todos os Estados brasileiros e mais aqui no Distrito Federal. Nós nos orgulhamos muito de ter mais de 100 mil militantes em nosso Partido, mais de 300 mil filiados em nível nacional. Trabalhamos para ter muito mais. E sempre atuando dentro de uma coerência importante.

Acho que uma outra questão que eu aqui destaco e que ficou marcada na Conferência tem sido a postura da Bancada federal. Neste momento de tanta dificuldade e de tantos desafios, Sr. Presidente, não é fácil muitas vezes nos posicionar diante de um projeto que limita determinado tipo de direito do trabalhador. Não é fácil. Mas é exatamente a nossa unidade, a convicção de que o que estamos fazendo é o certo, é aquilo que deva ser feito no momento, que nos leva a superar juntos, de forma unida, este momento difícil.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Também a militância e a direção do Partido destacaram muito o empenho da Bancada, sobretudo na Câmara Federal, frente ao debate da reforma política, Sr. Presidente. Óbvio que não alcançamos aquilo que queríamos alcançar, que seria a determinação da proibição do financiamento empresarial de campanha. Aliás, algo muito polêmico, porque, numa primeira votação, essa questão saiu derrotada.

O Plenário rejeitou. Foi preciso que arranjassem uma segunda votação para que essa matéria fosse aprovada. Mas, mesmo apesar disso, Sr. Presidente, no que diz respeito à manutenção das coligações e o estabelecimento de uma cláusula de barreira que não impedirão partidos históricos, porém menores, de ter o seu funcionamento político, nós consideramos isso fundamental, não só para o PCdoB, mas fundamental para o desempenho da democracia.

Creio que, no âmbito da reforma política, o que nós temos que buscar são fórmulas e mecanismos de como impedir partidos que não tenham nenhuma estrutura programática, que não tenham nenhum fator ideológico que justifique sua existência, de continuar a ser criados – partidos que, no geral, apenas trabalham no sentido de utilizar, para benefício pessoal, o tempo na televisão para campanhas e outras benesses que a legislação patrocina. Mas jamais passou por nossa cabeça que a legislação pudesse vir a atuar no sentido de cercear a democracia que precisa ser avançada.

Então, eu concluo aqui meu pronunciamento, Sr. Presidente, registrando esse evento que foi, para a gente, muito importante, a realização da 10ª Conferência, quando aprovamos nosso Manifesto, que expressa o pensamento do nosso partido frente ao momento atual, e a eleição que elegeu Luciana Santos à Presidência do Partido e Walter Sorrentino para nosso Vice-Presidente. Não posso sair daqui sem falar também da eleição de um homem.

Aliás, essa questão das mulheres foi muito debatida, porque as mulheres, no Partido, no PCdoB, têm um espaço – e sempre tiveram – muito importante de atuação: as Presidentes, por exemplo, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, da União Nacional dos Estudantes, da INPG, que é dos estudantes que fazem pós-graduação, são mulheres; 40% de nossa Bancada são de mulheres; e agora temos uma Presidente mulher.

Os homens já estão para fazer uso da Lei de Cota, mas a Lei de Cota para eles, porque, afinal de contas, o que falta à sociedade saber é que a cota não é de mulher, a cota é de gênero. É óbvio que a mulher, por sua situação de sub-representação, é quem se utiliza da cota. Mas, no PCdoB, são os homens já que buscam a utilização da cota.

Então, ao lado de Luciana, foi eleito Walter Sorrentino,...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... que já foi Presidente do nosso Partido no Estado de São Paulo, é médico, formado pela USP, um militante histórico e um dos maiores conhecedores do Partido em nível nacional. Conhece, com profundidade, a organização do Partido desde o Estado do Acre, passando pelo Amazonas, Pará, passando pelo Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste até o Sul do Brasil.

Então, sem dúvida nenhuma, tenho certeza e convicção plena e absoluta de que ele e Luciana não apenas reúnem as condições ideológicas e teóricas, mas também as condições práticas para seguir na direção de um partido tão complexo e tão importante como é o nosso Partido, o PCdoB.

Senadora Gleisi, com muito prazer, se a Presidência me permite, concedo um aparte a V. Exª.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Senadora Vanessa. Vou pedir só um minuto ao Presidente.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada. Na realidade, só para fazer uma saudação aqui a V. Exª e ao Partido Comunista do Brasil, Partido pelo qual tenho grande respeito e consideração pela sua história, pelo que significa para a história política brasileira, principalmente para a história das liberdades, da democracia e do enfrentamento à ditadura, e pela justiça, e que tem construído junto conosco – com o Partido dos Trabalhadores, com o Presidente Lula e com a Presidenta Dilma – um Governo que está mudando a vida das pessoas. O PCdoB tem uma grande colaboração e participação nesse processo. Quero saudar o seminário, a convenção que vocês fizeram e saudar muito a Deputada Luciana. É muito importante ter uma mulher na Presidência de um Partido da envergadura do PCdoB. Isso, com certeza, fortalece nossa caminhada, nossa causa. E também parabenizar V. Exª. V. Exª falava, agora há pouco, sobre a reforma política. Eu tenho que evidenciar...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... o esforço de V. Exª para que as mulheres participem de forma mais determinante na política brasileira, com as cotas de cadeiras. Apresentei um projeto; V. Exª também. V. Exª foi lá, negociou na Câmara em nome das Senadoras. Isso foi muito importante. Espero que a Câmara dos Deputados não pare com as votações que teve, mas possa prosperar e mandar para o Senado essa matéria muito importante. Então, queria parabenizar e saudar o Partido Comunista do Brasil.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu lhe agradeço o aparte, Senadora Gleisi. V. Exª, logo na sua juventude, também teve a oportunidade de militar entre os companheiros do PCdoB. Ela fez parte da direção da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Tenho certeza de que não só para nós mulheres ou filiados no PCdoB, mas para todos nós que temos uma militância em favor da democracia do nosso País e da justiça social, ver um partido...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... que tem a história do PCdoB, que lutou apoiando os pracinhas na Segunda Guerra, que lutou a favor da Petrobras, na gloriosa campanha O petróleo é nosso, que lutou e atuou muito contra a Guerra do Vietnã, na Guerrilha do Araguaia, ter uma mulher Presidente é muito representativo,

porque o PCdoB não é daqueles partidos que passam, é um partido que permanece. Nós, pessoas, passamos, mas o partido fica, porque fica a sua ideologia. O que nós queremos é ter as condições, construir as condições para se promover uma mudança mais elevada, e a mudança mais elevada de uma sociedade é a

superação desse sistema chamado capitalista, em que uns vivem à custa do sofrimento, da exploração dos outros para que todos possam ter – repito, aqui – direitos, possam ter deveres,...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... mas terem direitos plenamente atendidos também.

Então, eu agradeço os apares de V. Exªs, Senador Paim, Senador Telmário e Senadora Gleisi. Em breve, já conversei com o Presidente Renan, nós teremos uma audiência com o Presidente da Casa para apresentar a nossa nova Presidenta Nacional, Deputada Luciana Santos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, com a benevolência do Senador Paim e, espero, de V. Exª também, eu me esqueci de solicitar que seja incluído nos Anais da Casa o pronunciamento inaugural de Luciana Santos na Presidência do meu Partido. Que seja, então, incluído nos Anais desta Casa.

Então, eu quero passar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – V. Exª será atendida na forma do Regimento da Casa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Pronunciamento inaugural da Deputada Luciana Santos na Presidência Nacional do PCdoB.

Discurso da presidenta do PCdoB Luciana Santos

PCdoB / 1 dia atrás

Camaradas,

É com grande alegria, e também grande emoção, que me dirijo a esta plenária no encerramento desta 10ª Conferência do PCdoB.

Desde sua fundação, em 1922, e ao longo de 93 anos de história, a marca da ousadia, da vanguarda e da combatividade acompanha nosso partido. O PCdoB viveu 60 anos na clandestinidade; combateu ditaduras; defendeu exemplarmente o patrimônio nacional na histórica campanha “o petróleo é nosso”; lutou bravamente contra o fascismo em apoio aos pracinhas na , mobilizou-se pelo fim da Guerra da Coréia e do Vietnã; e na Guerrilha do Araguaia pela liberdade e os direitos do povo; resistiu à perseguição brutal nos duros anos da ditadura militar que começou em 1964 e na Guerrilha do Araguaia pela liberdade e pelos direitos do povo.

Nós nos mantivemos firmes ao longo desses quase cem anos, camaradas, porque nos alimentamos do sentimento de justiça e da esperança de ver um mundo mais justo e solidário. Nos alimentamos do desejo e da determinação em construir o socialismo!

A luta pelo Socialismo, que está em nosso DNA desde aqueles idos de 1922 em Niterói, deve ser a nossa bússola. Como está consagrado em nosso Programa Partidário, sabemos que o Socialismo vive ainda a sua infância. Deu seus primeiros passos no século passado com a construção da União Soviética a partir da grande revolução socialista de Outubro na Rússia, sob a liderança de Lênin, em 1917.

Mesmo sob circunstâncias adversas o Socialismo conheceu um grande ciclo de edificação e seu legado é precioso, apesar da derrota da experiência pioneira da União Soviética. O socialismo prossegue no cenário mundial a marcha da humanidade por conquistas civilizatórias em vários países, rejuvenescido pelas lições da história, e pelas particularidades construídas em cada país, como por exemplo, na China, Vietnã e Cuba. É preciso observar também a realidade de vários países em que jovens experiências proclamam a determinação de realizar a transição do capitalismo para o socialismo na América Latina, além da experiência da África do Sul.

No Brasil o programa do PCdoB não trata da construção geral do socialismo, mas da transição preliminar do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho, na realidade atual, para reunir condições políticas e orgânicas para essa transição.

Nosso Partido luta pela construção de uma nova formação política, econômica e social, convencidos de que somente o socialismo é capaz de sustentar a soberania da Nação e a valorização do trabalho, no esforço

comum de edificação de um país soberano, democrático, solidário. Nosso partido que no dizer de Pablo Neruda nos permitiu “ver a claridade do mundo e a possibilidade da alegria”. Que nos faz “indestrutíveis porque com ele não terminamos em nós mesmos”, é um bem precioso!

Apenas o socialismo, camaradas, é capaz de se contrapor aos valores inspirados pelo capitalismo. Nesse momento em que a disseminação do ódio, da intolerância e de preconceitos das mais diversas origens se manifesta com vigor na nossa sociedade é preciso termos claro que só o socialismo é capaz de fazer contraposição ao individualismo e a todas as mazelas atreladas à lógica do lucro e da busca desenfreada pelo capital. Gosto de ouvir, nos movimentos mais urbanos, a máxima – “existe amor” – uma expressão comum na luta em defesa das cidades e de alguns movimentos, porque identifico ali os valores do socialismo. Existe amor no socialismo. E existe amor no PCdoB, que tem em sua história gerações de militantes que se dedicam a uma causa; alguns destes inclusive tombaram nas trincheiras de batalha, entregando sua vida pelo sonho de democracia e justiça.

Muitos homens e mulheres deram sua contribuição através dos tempos. Lembraremos, sempre, o papel de João Amazonas, que entre tantas lições nos exultou a nos manter firme na luta. “Verbo por verbo – no presente ou no futuro –, lutar ainda é o melhor. Lutar para transformar a nossa pátria na terra da liberdade, da cultura, da fartura, da justiça social, da solidariedade humana. Terra de homens livres, terra da revolução libertadora”, nos ensinou nosso querido Amazonas.

E é utilizando a palavra LUTA, camaradas, que quero iniciar aqui uma saudação especial ao nosso bravo, incansável e aguerrido lutador Renato Rabelo.

Nosso líder, para além do que já dissemos aqui nesses dias de conferência, é um líder respeitado no campo político progressista, como já disse aqui na presença da Presidenta Dilma e que foi reafirmado por ela, aqui mesmo nessa tribuna. Suas opiniões são ouvidas e consideradas; no Partido, fruto de talento e trabalho, e em decorrência também de suas características inconfundíveis, tais como, ter paciência para ouvir e levar em conta o que ouve; a firmeza de decidir e a determinação de tornar realidade o que foi decidido; a sagacidade de perceber e valorizar as ideias novas... por tudo isso, se tornou uma liderança incontestada nas fileiras comunistas; conquistou não apenas liderança, mas o apreço e o carinho de todos.

No seu Informe político, o camarada Renato nos disse do desafio que se apresentou diante dele, quando, em 2001, assumiu a presidência do Partido, sucedendo João Amazonas, essa histórica liderança dos comunistas brasileiros. Renato tinha pela frente a tarefa de sustentar o ciclo de crescimento e florescimento que o PCdoB passou a viver já depois da Anistia, em 1979, e, sobretudo, a partir da redemocratização e da conquista da sua legalidade em 1985.

Renato, meu camarada querido, posso dizer aqui respaldado por cada um dos militantes do PCdoB, pode ter certeza do dever cumprido!

Há uma frase de Clarice Lispector que diz, “palavras até me conquistam temporariamente. Mas atitudes me ganham para sempre”. Tuas atitudes demonstraram a essência, a matéria de que és constituído.

Recebemos de tuas mãos, um Partido Comunista forte e influente, contemporâneo – ressalto aqui que para esta conferência realizamos cerca de 506 atividades desde reuniões de base a plenárias, mobilizando quase 15 mil filiados e militantes, com a participação de 3.398 destes nas sessões estaduais que deliberaram sobre o documento desta conferência e com a eleição de 321 delegados a este momento. Esse Partido que recebemos de ti Renato, dá, portanto, mais uma demonstração de sua força, um partido que é dotado de um Programa Socialista que tem se revelado uma orientação segura neste mar revolto do Século 21, sacudido pela terceira grande crise do capitalismo; um Programa certo ao curso do fértil ciclo progressista iniciado no nosso país em 2003. Programa que renovou e enriqueceu nosso pensamento estratégico e tático.

Recebemos um partido que constrói, zela, defende sua unidade de ação, pois sabe que ela é uma das principais condições de sua força. Unidade construída em rica democracia interna, de debate, de pesquisa, de liberdade de opinião. O nosso Estatuto é eficaz porque foi escrito a partir da prática concreta de edificação do PCdoB neste período de legalidade que já soma 30 anos. Ele firma a identidade comunista, identidade de classe do Partido, nossa gema permanente, da qual não abrimos mão, e a associa com a renovação, sem a qual o Partido fenece.

Verdade também, somos um Partido que acerta e erra, que muito mais acerta do que erra, mas sobretudo, uma legenda que sabe extrair lições de sua prática transformadora. Aliás, quero registrar que em 13 anos de presidência, diga-se em mares nunca dantes navegados, o Partido sob a presidência de Renato não cometeu nenhum erro grave, que comprometesse nosso processo de acumulação de forças. E este é um feito extraordinário.

O Partido hoje tem mais de 300 mil filiados, mais de 100 mil militantes, está organizado nas 27 unidades da Federação, presente em mais de 2 mil municípios – Já disse antes, torno a dizer: isso sim deveria ser critério para cláusula de barreiras! O que mantém o Partido, esse organismo vivo, em atividade permanente, em

estudo, em movimento, em luta são exatamente nossos quadros. Por isto, a importância de formá-los sempre, de criar condições para que sejam promovidos a responsabilidades cada vez mais complexas, de indicá-los para o papéis adequados aos seus talentos. Essas são questões presentes na nossa valiosa política de quadros.

Camaradas,

Se Renato, em 2001, se sentiu diante do grande desafio de suceder a João Amazonas e de dar prosseguimento ao percurso de expansão de nosso Partido, imaginem eu, nesta hora, como me sinto à frente de uma grande responsabilidade.

Tenho convicção, no entanto, que as questões do desafio da luta política ou da formulação política, encontram resposta no nosso DNA, no acúmulo político que conquistamos coletivamente ao longo dos anos e que tão bem está expresso no nosso programa, em seu caráter antiimperialista, anti-rentista, que aponta a transição do capitalismo ao socialismo através de seis reformas estruturantes: a reforma política ampla, reforma tributária, da educação, dos meios de comunicação, reforma agrária e a reforma urbana.

O nosso desafio é aplicar essa estratégia à tática, à nossa luta cotidiana. Se o socialismo é o rumo, o caminho é a acumulação de forças, e acumular forças significa também ter a arte e a capacidade política de aplicar isso na realidade concreta.

Criatividade e audácia, camaradas. Essas são palavras que gosto muito. Nosso programa também é um programa audacioso e nós temos que ter a capacidade criativa de aplicá-lo a tal da realidade concreta.

Mas, estou segura, estou convicta, de que a partir do legado da presidência de Renato Rabelo, contando com apoio que sei que terei de todos vocês, da nossa militância, dos nossos quadros – da velha à jovem guarda –, seguiremos avante. E destaco, como grande trunfo não apenas da nova presidência, mas de todo partido, a continuidade de Renato Rabelo no nosso Comitê Central, na nossa Comissão Política, nos oferecendo ideias, nos dando apoio e realizando trabalhos que de comum acordo venhamos estabelecer.

Vamos nos guiar pelo nosso Programa Socialista, pelas lições da trajetória de mais de 90 anos do PCdoB, e saberemos, seguindo o exemplo de Renato, apoiados na inteligência do coletivo, atualizar e renovar nossa orientação política sempre que as mudanças ocorridas na realidade exigirem.

Unidos, coesos, conduzidos por uma política acertada, justa, manteremos o PCdoB na rota do crescimento. Nossa histórica legenda, construída por várias gerações de comunistas, das quais se destacam expoentes como Astrojildo Pereira, Luiz Carlos Prestes e João Amazonas, marcha para o centenário.

Faço a todos nós um convite-convocação. Mês a mês, ano a ano, vamos qualificá-lo cada vez mais para os desafios da contemporaneidade, torná-lo cada vez maior e mais forte, mais enraizado nas lutas dos trabalhadores e do povo, trilhando o caminho pelo desenvolvimento do Brasil rumo à transição do capitalismo para o socialismo.

A outra substância da felicidade é a luta pelo socialismo. Vamos juntos, juntas, construir a felicidade para o nosso povo, para o nosso Brasil.

Obrigada Renato pela confiança que deposita em mim para prosseguir com esta trajetória marcada por êxitos e abnegação. Você é um amigo querido, um camarada estimado que aprendi a admirar, a respeitar e a ter como exemplo e como referencial.

Receba o carinho, o agradecimento e as homenagens de todos os comunistas do Brasil!

Firme na luta!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu quero fazer um registro da minha ida a Minas Gerais.

Eu estive, nessa sexta-feira, dia 29, em Belo Horizonte, participando de dois eventos na Assembleia Legislativa de Minas. O primeiro foi uma audiência da Comissão de Direitos Humanos, que tratou do famigerado Projeto nº 30, o da terceirização, e o do fim do fator previdenciário.

A Assembleia de Minas estava lotada, com todas as centrais presentes, federações, confederações se pronunciando – muito firmes e com muita clareza – contra o projeto da terceirização e, também, pedindo que o fator previdenciário não fosse vetado, e que, se o fosse, houvesse um grande movimento pela derrubada do veto.

O outro evento também na Assembleia foi o que nos concedeu o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, iniciamos em Belo Horizonte uma cruzada nacional contra o Projeto nº 30, da terceirização, e pelo fim do fator previdenciário.

Vamos percorrer, junto com o movimento sindical, os 27 Estados do País, chamando a atenção da sociedade brasileira para essas questões e para a gravidade do que elas representam para os trabalhadores aposentados e pensionistas.

Senador Medeiros, a audiência foi em parceria com a Comissão do Trabalho da Assembleia Legislativa. O requerimento foi do Deputado Wander Borges. A Comissão é presidida pelo Deputado Celinho do Sintrocel. Pode-se ver que há diversos partidos aqui, portanto a questão não é partidária. O Celinho, por exemplo, é do PCdoB.

Alguns nomes que participaram da audiência. Eles usaram a tribuna e falaram do tema: Rosa Maria, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Bruno Rodrigues, representando a Associação Nacional de Magistrados; representando o Ministério Público do Trabalho, a Procuradora Adriana Augusta de Souza Moura; representando a Nova Central Sindical, o líder Sebastião Soares; representando a Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais, a Presidente e líder Beatriz Cerqueira; representando a União Geral dos Trabalhadores, o Secretário-Geral Fábio Schettini; representando a Força Sindical, o seu Presidente Vandeir Passos; representando o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Presidente Kátia Ferraz; o ex-Deputado Federal constituinte João Paulo de Pires Vasconcelos, que também fez uma bela fala; a Deputada Marília Campos do PT, que fez questão de ficar todo o tempo da homenagem de Cidadão que lá recebi como também no debate sobre o combate à terceirização e ao fim do fator previdenciário; José Eduardo de Resende Chaves Júnior, Desembargador Federal do Trabalho, que falou em nome do TRT de Minas Gerais; Daniela Muradas, que falou em nome da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas; Sílvia de Magalhães Carvalho Júnior, que falou em nome da OAB; Robson Bittencourt, que falou em nome da Cobap; Alexandre Caso, que falou em nome da Intersindical.

Além dos Deputados Celinho do Sinttrocel e Wander Borges, já citado, nós podemos dizer que lá estiveram diversos Deputados, todos com uma posição muito firme, exigindo o fim do fator previdenciário, que esperamos que a Presidenta vete. Lembramos aqui que tanto os 50 Senadores que votaram pelo fim do fator quanto os 19 que votaram contra a MP e os três que se abstiveram, todos declararam voto, e, caso isso seja vetado, cerca de 72 Parlamentares em plenário votarão pela derrubada do veto.

Sr. Presidente, após a audiência que tratou desse tema, recebi o título de Cidadão de Minas Gerais, proposição apresentada pelo Deputado Celinho do Sinttrocel. Quero cumprimentar o Deputado e todos que estiveram lá e dizer que o Deputado Rogério Correia representou o Presidente da Assembleia durante todo o evento. Foi um dos momentos mais bonitos da minha vida pública. Agradeço, de coração, ao povo mineiro.

Lembro aqui algumas palavras que lá eu disse. Eu disse que, para mim, era uma honra estar em Minas Gerais, terra de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, mártir da nossa Inconfidência.

Quem não se lembra de Minas Gerais? Quem a conhece nunca mais esquece. É a terra de Juscelino e de Tancredo de Almeida Neves, é o torrão do grande escritor Guimarães Rosa. De Minas Gerais, a voz de Milton Nascimento eternizou grandes canções brasileiras, como aquela que diz "amigo é coisa para se guardar do lado esquerdo do peito". Saí de lá muito mais amigo da grande Minas Gerais do que eu era quando lá cheguei.

Mas quem sou eu, Sr. Presidente, para falar de um Estado tão grandioso, para falar para os mineiros, para os mineirinhos? Citei esses nomes para demarcar aqui apenas que vocês sabem muito bem, conhecem de fato a história desse Estado, desse querido Estado.

Meu coração e minha alma, é claro, encheram-se de alegria naquele momento, na sexta-feira. Como externar tudo isso? Apenas digo: obrigado, obrigado, povo de Minas Gerais! Só posso agradecer, dizendo a todos que, é claro, num momento como aquele uma cachoeira de lágrimas, muito mais do que o rosto, invade a alma e o coração de qualquer um que passa por aquele momento.

Cito aqui e citei lá o nome dos três Senadores de Minas Gerais. Citei os colegas de atividade no Parlamento, mesmo estando em partidos diferentes. Citei também o querido Governador Fernando Pimentel, que sancionou o ato apresentado em projeto de lei pelos Deputados.

Como fiz uma pequena homenagem ao Governador Fernando Pimentel, citei também os três Senadores de Minas Gerais – Aécio Neves, Antonio Anastasia e Zeze Perrella – e o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Adalcley Lopes. Em especial, fiz, é claro, uma homenagem ao Deputado Celinho do Sinttrocel, do PCdoB, proponente da homenagem.

Sr. Presidente, cito aqui algumas palavras do Deputado Celinho no momento em que me entregou, junto com os outros Parlamentares lá presentes, aquela placa belíssima, que eu trouxe com muito orgulho para Brasília. Disse ele:

Quando recebemos o Senador Paim como um de nós, mineiros, não estamos apenas homenageando um homem de espírito público, estamos, acima de tudo, reafirmando nossos compromissos com a

defesa e a ampliação dos direitos trabalhistas, sindicais e sociais do nosso povo e, em particular, dos aposentados e dos pensionistas e nos posicionando muito claramente contra o fator previdenciário e pela derrubada do PL 30, que trata da terceirização.

Enfim, Sr. Presidente, foi um momento bonito, ao do Hino de Minas Gerais. Ao som do Hino, um rapaz com roupas típicas da época levou aquela bela placa, numa homenagem a todos aqueles que lutaram pelo Brasil e que Minas fazia questão de homenagear.

Sr. Presidente, finalizo, lembrando, rapidamente, que fiz uma ligação com a luta do Rio Grande. Lá falei sobre os farroupilhas e os imperiais, sobre os lenços brancos e os federalistas (Revolução de 1893), sobre os chimangos e os maragatos (Revolução de 1923). Esses que aqui eu cito são personagens da história do meu Estado, o Rio Grande do Sul. São páginas amareladas da História do Brasil.

De 1835 a 1845, ocorreu, no Rio Grande, a Revolução Farroupilha. O horizonte que se buscava era a República. Muitos até queriam a independência do Rio Grande. Os negros escravos foram chamados a lutar por esse ideal, e a eles foi dito que, no final, a liberdade seria dada. Os negros seriam libertos, e um novo mundo surgiria, um mundo de paz, de liberdade, de prosperidade, onde todos seriam tratados como iguais.

Porém, houve uma traição. O Corpo de Lanceiros Negros foi massacrado. Foram desarmados, e disseram que a guerra havia terminado.

Disseram-lhes que a guerra havia terminado, mas, como eles teriam de ser libertos – e isso traria liberdade a todos os negros no Rio Grande e no Brasil –, em sua ampla maioria, foram assassinados.

Sempre digo...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...que, se houvesse um espírito, naquele momento, lá em Minas, naquele jeito mineiro, do diálogo, da benquerença, talvez isso não tivesse acontecido.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por favor, Senador.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – É com muito prazer e honra que quero fazer um aparte a V. Ex^a. Não tive esta oportunidade ainda, neste plenário, de apartear-lo. Esse assunto que V. Ex^a traz é de alta relevância e, inclusive, foi até tema de uma minissérie da Rede Globo, em que todos nós pudemos ver a resistência heroica dos negros gaúchos e dos demais negros do País naquela batalha dos Lanceiros Negros, na Farroupilha, que foi uma situação que demonstrou o tanto que é aguerrido o nosso povo brasileiro, quando tem ideal para lutar. V. Ex^a coloca aqui, com bastante profundidade, a importância de termos derrubado o fator previdenciário e de a nossa Presidente da República não vetar esse item da MP. Isso é capital. Nós, que aqui fizemos toda essa discussão, que estivemos um ao lado do outro, até enfrentando alguns desgastes, de fato queremos acabar com esse famigerado fator previdenciário e colocar os trabalhadores em seu devido reconhecimento nesta terra. Para concluir, quando V. Ex^a relaciona tudo isso com a garra, com a luta dos nossos irmãos, eu, que sou pardo, que sou filho também de netos de negros e coisa e tal, posso dizer que nosso povo, que nosso Brasil se orgulha muito da nossa descendência afro e desse povo que tem lutado tanto por um Brasil melhor, por um Brasil de mais oportunidades. Então, eu só queria parabenizar V. Ex^a e dizer da alta relevância desse discurso que V. Ex^a aqui profere. Essa questão da batalha dos Lanceiros Negros, realmente, remonta a uma situação que o povo brasileiro jamais poderia esquecer. Não poderia esquecer que seus filhos deram o sangue pelo direito à liberdade, pelo direito de dizer, de ir e vir e de ter o reconhecimento do seu trabalho. Muito obrigado. Aquele abraço ao povo do Rio Grande do Sul, ao povo do Brasil e ao povo da nossa querida Minas! Em nossa Minas Gerais, de tantas minas de ouro e de tanta exploração, o negro deu a vida para termos um País melhor. Um abraço grande, Senador! Tudo de bom para V. Ex^a! Obrigado pelo aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, isso foi chamado, naquela época, de Massacre de Porongos. Eu vou tentar resumir. Como isso ocorreu bem antes da libertação dos escravos, praticamente 40 anos antes, se eles cumprissem o que haviam acordado com os negros, eles teriam de lhes dar a liberdade. Com isso, seria como rastilho de pólvora no Brasil a liberdade de todos os negros. E, para não dar essa liberdade, eles mandaram matar o Corpo de Lanceiros Negros, um corpo de guerreiros muito valentes que foram fundamentais até para construir o acordo, para que não continuasse aquela peleia que durou dez anos.

Antes de lhe passar a palavra, Senador Telmário, eu diria que a traição, a palavra falsa, o não compromisso, o fio de bigode não respeitado foram fundamentais para que, infelizmente, o massacre acontecesse.

Por isso, insisto muito que nós, na vida pública, quando damos a nossa palavra, temos de cumpri-la, doa a quem doer. Senão, perde-se a razão de ser.

Nós estamos aqui trabalhando todos juntos e nos empenhamos no caso do fator. Nem todos nós votamos juntos nas duas MPs. Por motivos diferentes, cada um entendeu de uma forma, mas, no fator, nós nos unificamos, tanto que todos votaram. Mesmo os que votaram contra a MP disseram: “No fator, eu derrubo o veto”.

Então, a palavra que empenhamos e que criou uma expectativa muito grande no povo brasileiro é a de que não vai haver traição. Nem digo que isso se dará por parte da Presidenta, porque ela não disse se veta ou não veta. Mas, se alguém vai trair, serão os Deputados e os Senadores. Os Deputados e os Senadores, se votarem contra o veto, se o veto acontecer, vão trair o povo. Se isso acontecer, quem vai trair o povo serão os Deputados e os Senadores. Nós assumimos o compromisso aqui de votar caso aconteça o veto, que espero que não aconteça. Espero que a Presidenta, percebendo esse quadro, não vete o fator previdenciário.

O que vi em Minas, Senadores, foi algo apaixonante. Foi impressionante a fala daquele povo entusiasmado com a derrubada do fator.

Então, estou falando com muita tranquilidade. Se algum Senador ou Deputado que expressou publicamente no voto que não é contra a derrubada do fator... Quando eu olhar aquele painel, eu serei obrigado – é claro que não vou fazer nenhum ataque pessoal – a dizer: “Que lástima! Um Senador que sempre teve palavra, agora, traiu o povo mais uma vez”. Espero que isso não aconteça. Estou convicto de que isso não vai acontecer. E estou convicto, Senador Medeiros, de que a própria Presidente não vai vetar. Não vai vetar, porque ela vai atender ao apelo popular.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF. *Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ouço o Senador Telmário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Paim, primeiro, fico feliz por V. Ex^a ter estado em Minas. Na verdade, V. Ex^a devia ser embaixador do Senado, por tudo o que V. Ex^a é nesta Casa. É um homem que enobrece esta Casa, que enobrece o Parlamento. É um homem de uma linha irrepreensível, que traça seus trabalhos e que se orienta em cima de compromissos. Eu digo que, no Senado, quando falam em educação, isso tem a cara do Cristovam e que, quando falam em trabalhador, isso tem a cara do Paim. Mesmo antes de eu chegar aqui, há pouco tempo, sempre que eu olhava as ações no Senado, eu via o Paim defendendo o trabalhador, defendendo o direito do trabalhador, abraçado com as causas dos excluídos, dos negros, dos quilombolas, dos indígenas, dos sem-teto, dos sem-terra, enfim, daqueles que a sociedade ainda não atingiu com políticas públicas devidas. V. Ex^a foi ao Estado de Minas Gerais e recebeu todo esse carinho, toda essa afetividade, todo esse respeito. Na votação dessas duas MPs, eu me lembro de que V. Ex^a disse: “Como está, não dá. Como está, é impossível”. V. Ex^a não disse isso no plenário, não me disse isso em uma conversinha de bastidores, não! V. Ex^a me disse isso em uma discussão de base da Presidenta Dilma, com três ou quatro Ministros presentes. V. Ex^a o fez de forma muito serena, talvez até com o coração partido. É ruim quando se tem de tomar uma posição que contraria o sentimento da base e até dos companheiros, mas a causa era maior. A causa era maior, a causa era a sua vida. Esta sempre foi a sua causa: defender os menos favorecidos. V. Ex^a, com muita serenidade, com muita postura, com muita ética, não acompanhou a MP 665, porque entendia que ali não havia nada que o agradasse. Já sobre a MP 664, da qual fui o Relator revisor, V. Ex^a disse: “Embora não esteja como eu gostaria que estivesse, embora ela tenha alguns defeitos, ela tem uma virtude que é tirar o fator previdenciário, fator que prejudica sensivelmente, principalmente, aquele que começa a trabalhar mais cedo”. V. Ex^a sempre disse isto: “Essa sempre foi uma luta minha, Telmário. Eu sempre lutei por isso. Quando o fator foi implantado, em 1999, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, eu sempre fui contra o fator. Eu sempre esperei por esta oportunidade”. Então, é como quando você vai caçar algum animal e, chegando perto, há vários outros até mais perto da mira, mas você os esquece, porque aquele era o seu objetivo primeiro. Assim, V. Ex^a, talvez, tenha até contrariado a sua forma de pensar e agir, em alguns itens da 664, mas entendeu que o fim era maior do que os meios. Eu acho que foi por aí que V. Ex^a se balizou. Então, quero fazer minhas as suas palavras. Tenho andado por onde posso e tenho informado as pessoas mais próximas da Presidenta, inclusive falei agora com a Senadora Gleisi Hoffmann: “Senadora, informe a Presidenta que, se ela vetar, ela perde aqui.” Eu, que votei nas duas, já estou dizendo desde agora que não voto para manter o veto contra o fator. Essa é a minha posição. Essa é a posição de V. Ex^a, e eu o parabeno por mais essa estada naquele Estado brasileiro que tem toda uma história. V. Ex^a, com certeza, ali foi recebido com o carinho que o povo brasileiro tem que receber um político do seu quilate, da sua magnitude, do seu caráter e com o seu procedimento. Parabéns a V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer a todos os Senadores que fizeram aparte: Senador Telmário Mota; Senador Hélio José; Senador Medeiros, que sempre demonstrou essa posição; do Senador Requião eu nem falo, porque não tenho

nenhuma dúvida. V. Ex^a sempre deixou claro que, nessas questões, não há blá-blá-blá. Eu votarei ao lado dos trabalhadores. Então, agradeço muito a cada um dos Senadores e à Senadora Gleisi.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que a política é assim mesmo, sempre foi assim. Mas aqueles homens que honram sua palavra dada e empenhada podem saber que a energia do universo conspira de forma favorável e que o povo saberá retribuir com o carinho devido, em cada momento da vida. Não só no voto. Nós não fazemos política só pelo voto. Nós fazemos política principalmente pela coerência, por aquilo em que acreditamos, por aquilo que fazemos e pelo resultado para o bem da população. O voto é uma consequência da prática de cada um de nós, da palavra empenhada, do dever cumprido.

Quando ando pelo meu Rio Grande, e estive lá duas semanas atrás, em cada rua, em cada bairro, quando entro em um *shopping*, ou mesmo quando vou ao cinema, o que eu ouço da população é só isto: "Não mude. Mantenha essa coerência!" E de dedo em riste, o que, na verdade, é um gesto de carinho.

"Paim, só não mude, hein?! Continue sempre com essa coerência de quando você estava na oposição, agora que faz parte da Base do Governo." Posso assegurar que essa coerência, vou manter sempre.

Termino agradecendo muito ao povo gaúcho, ao povo mineiro, pela forma como fui recebido naquela belíssima capital, Belo Horizonte.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Digo a V. Ex^a, Sr. Presidente, que quero insistir muito nesse tema. Enquanto ele estiver tramitando na Casa, estarei insistindo. Espero que a gente não permita a aprovação do projeto da terceirização, nos moldes em que veio da Câmara. Sei que V. Ex^a, Senador Medeiros, é daqueles que comungam da nossa opinião. Temos que regulamentar a situação dos dois milhões e meio, mas não retirar os direitos dos outros 40 milhões.

Na questão do fator, não tem lero-lero, não tem meio-termo. É sim ou não. Essa fórmula 85/95 já é um meio-termo. Alguns falam que tem que haver uma fórmula intermediária. Já é a fórmula. O ideal seria derrubarmos a idade e ficar só o tempo de contribuição, como era antigamente. Foi criado um novo parâmetro.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o novo parâmetro é essa fórmula de assegurar o direito de o cidadão se aposentar aos 60 anos, o homem; 55, a mulher; 35 de contribuição, o homem; e 30, a mulher.

Senador Hélio José, que me fez o primeiro aparte, sempre com muita clareza, com muita firmeza, V. Ex^a esteve na Comissão hoje, pela manhã. Viu lá o debate, que apontou nesse sentido e que aprofundou também o direito de greve, que é algo que está na Constituição e não há como não regulamentar. Está há 27 anos esperando a regulamentação, que até hoje não aconteceu. Esperamos que agora aconteça.

Sr. Presidente, era isso. Agradeço a tolerância. Vou agora a uma reunião. Não poderei colaborar hoje na Presidência, porque vamos organizar essa viagem aos 27 Estados. Já está programado para 20. Faltam só 7. Vamos acertar agora à tarde.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra, o Senador Telmário Mota.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu só queria saber se o meu nome está constando da relação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Sim, está constando.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje, pela manhã, esta Casa fez uma sessão especial em homenagem ao TSE. E aqui estiveram presentes diversas autoridades: o Ministro Dias Toffoli, Presidente do TSE, vários desembargadores, promotores públicos, juízes. Fiz uma ressalva, saudando todas essas autoridades, em nome da juíza Patrícia Oliveira Reis.

Nas eleições passadas, essa juíza foi humilhada, destratada, desrespeitada na sua atividade. Um político sem escrúpulo a abordou no Município de Mucajá e ali tentou intimidá-la, constranger a juíza no exercício de sua função, para impedi-la de fazer prevalecer as resoluções, as normas estabelecidas pelos TRE e pelo TSE.

Portanto, fiz uma saudação a todos os presentes na sessão em nome dessa juíza, que se manteve firme, embora pressionada, no seu propósito de fazer a lei prevalecer.

Também colocamos aqui, Sr. Presidente, as nossas sugestões para aprimorar mais e mais os trabalhos executados pelos TREs e pelo TSE. Eu acho que, para o voto eletrônico dar mais segurança, mais transparência, ele tem que ser *on-line*. Votou, já está lá.

Também sou contra, por exemplo, políticos sem escrúpulos que tentam influenciar a indicação dos juízes classistas. Portanto, devem ser de carreira.

Também sugerimos aqui que os meios de comunicação têm que ser mais democratizados. O meu Estado é pequeno, e, ali, há alguns meios de comunicação dominados por grupos que não têm nenhuma responsabilidade e que acabam passando o dia inteiro rodando pesquisas, tentando influenciar o eleitor.

Outro fator que nós colocamos também, com o qual há necessidade de se ter muito cuidado, é com essas pesquisas. Por exemplo, o Ibope, no meu Estado, não serve para nada! Eu nunca vi o Ibope acertar em nada lá. Errou para o Senador Augusto, errou para o Senador Mozarildo e, agora, com relação a mim, foi uma barbaridade: a pesquisa me colocava com 13%; as urnas abriram e foram 42%. Fui o mais votado na história de Roraima. Portanto, no meu Estado, o Ibope tenta votar pelas pessoas. É algo que merecia uma CPI, para botar na cadeia esses irresponsáveis que tentam induzir o eleitor a não errar o voto, porque muita gente não quer perder o voto e não vota em quem está ruim nas pesquisas.

Fizemos essas colocações.

Mas, senhores, Presidente, o que me traz hoje a este plenário também é saudar os amigos e amigas do Município de Caracará. Caracará inteirou 60 anos de criação, de 1955 a 2015. Foi criado pela Lei Federal nº 2.795, de 28 de maio de 1955, com terra desmembrada do Município de Boa Vista. Foi administrada por 22 prefeitos. É o terceiro Município do Estado de Roraima em população, com 19.981 habitantes.

Caracará tem o forte da sua economia na pesca. Ali, há aproximadamente mil famílias que vivem da pesca artesanal, e eu lamento profundamente que o Ministro da Pesca tenha ido agora, recentemente, ao meu Estado e não tenha ido até o Município de Caracará, onde a pesca é tradicional, é um meio de vida e cujo Município tem história. Lamento que as pessoas que levaram o Ministro não tiveram o compromisso de levá-lo até Caracará, para ouvir aqueles pescadores, ouvir aquelas famílias – mil famílias – que vivem exclusivamente da pesca. Por isso que, às vezes, é ruim um ministro ir a um Estado tentar fazer política ou fazer um governo paralelo com pessoas que não têm compromisso com o Município ou com o Estado. Aí, acabam não levando o Ministério devidamente àquelas pessoas corretas.

Fica aqui o meu repúdio a essa decisão de um Ministro da Pesca ter ido ao Estado de Roraima e não ter ido até Caracará ouvir os pescadores. Fica aí o meu protesto. Isso não pode acontecer, até porque quem levou o Ministro lá não foi quem apoiou a Dilma. Foi exatamente quem apoiou o Aécio. Eu não sei como o PSDB reclama tanto, porque o PT trabalha para o PSDB! No meu Estado é assim. No meu Estado, os órgãos federais são ocupados por um grupo que trabalhou para o PSDB. Então, não poderiam estar reclamando, não.

Eu queria aproveitar, hoje, para falar de um assunto da área da saúde que está acontecendo no meu Estado e também no Brasil inteiro. Refiro-me às mamografias gratuitas. Atualmente, a lei contempla só as mulheres de 50 a 69 anos. Há uma nova lei que está vindo da Câmara e que estende esse direito também às mulheres de 40 a 50 anos. Isso é muito importante, porque, hoje, a Medicina já entendeu que as mulheres precisam passar por esse exame a partir dos 35 anos, não é nem dos 40 anos, para evitar o grande índice que há de câncer de mama e que pode ser evitado com uma mamografia gratuita.

O meu Estado, hoje, está coberto só por cinco aparelhos desses, dois públicos e três privados, e eles não estão em estado adequado.

Aqui, fazemos um apelo à Governadora, ao Secretário de Saúde do Estado, no sentido de que recuperem o mais rápido possível esses aparelhos. Eles são fundamentais para a saúde da mulher. Se se fizer um exame prévio, um exame com muita antecedência, pode-se evitar um tratamento mais agressivo, um tratamento pior.

Fica aqui a nossa posição a respeito. Nós queríamos falar, *a priori*, dessas duas coisas.

Também me chama a atenção um fato que acho importante abordar. O Senador Cristovam esteve em uma universidade nos Estados Unidos. Ali, um dos estudantes, um jovem americano, perguntou-lhe o que achava da internacionalização da Amazônia. Sr. Presidente, Senador Medeiros, que é da Região Amazônica, veja a resposta do Senador Cristovam, que achei importante trazer para esta tribuna, porque me disseram que ela não tomou o cunho necessário, não teve a divulgação necessária:

De fato, como brasileiro, eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso.

Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade.

Olha o que diz o Cristovam:

Se a Amazônia, sob uma ética humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço.

Disse também o Cristovam:

Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação.

Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, seja manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país.

Não faz muito, um milionário japonês decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado.

E Cristovam diz mais:

Durante este encontro, as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu acho que Nova York, como sede das Nações Unidas, deve ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro.

Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil.

Defendo a ideia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Começamos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de comer e de ir à escola.

Cristovam vai mais longe, Presidente Medeiros. Diz:

Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro.

Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo.

Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa!

Essas foram as palavras do Senador Cristovam em uma universidade dos Estados Unidos, quando provocado por um aluno, jovem americano, querendo a internacionalização da Amazônia. Ele fez a proposta: internacionalizar Nova York, todos os equipamentos bélicos dos Estados Unidos, o petróleo do mundo inteiro, as crianças do mundo inteiro, o capital internacional, Londres, Paris, as grandes cidades do mundo inteiro.

É muito fácil tentar internacionalizar o que não é deles. A Amazônia é dos brasileiros, e temos que defendê-la com unhas e dentes, com sangue se necessário. A Amazônia é nossa e nós sabemos cuidar do que é nosso. Os americanos têm que cuidar do que é deles, e cuidam muito mal. Nós sabemos cuidar da nossa Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra, como Líder inscrito, o Senador Alvaro Dias, do PSDB, do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Presidente Dilma assinou um projeto de lei que cria o Registro Civil Nacional, ressaltando que é preciso “descomplicar a vida das pessoas” com um Estado “mais simples, fácil e transparente”. O anúncio presidencial foi precedido de declarações na mesma tônica por parte do Tribunal Superior Eleitoral.

Para reconhecimento da origem de fato das propostas apresentadas sob a chancela do Executivo, é preciso reconhecer que essas ideias têm autor há mais de 23 anos, e são ideias paranaenses. Esse projeto é do Paraná.

A competente Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná, Lídia Maejima, desde o início de sua carreira de Magistrada, como Juíza Substituta da Comarca de Foz do Iguaçu, passou a constatar a imensa facilidade encontrada pelas pessoas para a falsificação de suas identidades, seja obtendo um novo registro de nascimento, seja através de falsificação de documentos furtados/roubados/extraviados de terceiros inocentes. Observando essas possibilidades, a Desembargadora Lídia passou a colecionar diversos documentos (cópias de processos criminais, etc.), com o firme propósito de fazer algo para mudar essa realidade.

Hoje, a identificação biométrica é uma solução óbvia (como o ovo de Colombo), porém, há mais de 20 anos, não o era, razão pela qual a desembargadora paranaense tomou para si o desafio de pensar e formular um caminho seguro e eficaz.

Nos idos de 1991, ela obteve um laudo do Instituto de Identificação do Paraná, atestando que as impressões digitais dos indivíduos são imutáveis e diferentes, até mesmo entre gêmeos univitelinos, cujo DNA é idêntico. É um código de barras que Deus coloca em cada um de nós, antes mesmo de nosso nascimento, tornando-nos indivíduos únicos neste Planeta.

Esse laudo forneceu o respaldo necessário para iniciar a materialização das propostas para a criação de um registro de identidade único no País, desde o nascimento do indivíduo.

No ano de 1992, já como Juíza de Direito de Cascavel, ela concluiu o trabalho, em parceria com o Promotor de Justiça Dr. Carlos Bachinski. O trabalho foi publicado, pela primeira vez no Brasil, na *Folha de Londrina*, edição de 16 de fevereiro de 1993, bem como na *Revista Jurídica*, da extinta Editora Síntese, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, entre outros.

Em 1993, todo o conteúdo do seu trabalho passou a integrar o Projeto de Lei Federal nº 4.221, do então Deputado Ronaldo Caiado; em 1994, pelo Deputado Luís Carlos Hauly; e, em 1996, pelo Senador Pedro Simon.

Foi sancionado como Lei Federal nº 9.454, de 1997, 7 de abril de 1997, que cria o Registro de Identidade Civil único no País, que é um misto de registro civil de nascimento e carteira de identidade.

Contudo, passados 18 anos, o RIC ainda não foi implantado. Os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, num projeto pioneiro, estão criando a Rede Biosul, ou seja, a identidade única dos cidadãos dos Estados do Codesul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul). Atualmente estão em estágio de desenvolvimento, em que os dados dos quatro Estados poderão ser...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) –... comunicados entre si, o que é um passo decisivo para demonstrar que a implantação do RIC é viável, através da interligação dos institutos estaduais de identificação, já existentes em todos os Estados da Federação.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná, a Corregedoria-Geral de Justiça (Desembargador Eugênio Grandinetti) e a Corregedoria de Justiça (Desembargador Robson Cury) estão desenvolvendo projeto pioneiro no País, que consiste na implantação da identificação biométrica nos tabelionatos, para identificação de todos os indivíduos que comparecerem para compra e venda de imóveis, veículos automotores e outras transações. Além disso, estão desenvolvendo projeto pioneiro, em parceria com o Instituto de Identificação do Paraná, para que os cartórios de registro civil passem a confeccionar as carteiras de identidades dos cidadãos.

Na 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça (Desembargador Fernando Wolff), a Desembargadora Lídia Maejima desenvolve, como coordenadora estadual, o projeto “Criança e Adolescente Protegidos”, em parceria com o Governo do Estado e Municípios – inicialmente, Londrina, Maringá e Ibiporã –, que visa identificar todas as crianças e adolescentes do Estado e que será uma valiosa ferramenta para o Serviço de Investigação de Criança Desaparecida na localização da criança desaparecida.

Em síntese, para concluir, Sr. Presidente:

1) o Registro de Identidade Civil, mescla de registro de nascimento e carteira de identidade, já foi criado pela Lei nº 9.454, de abril de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon, que está em pleno vigor;...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... 2) a implantação do RIC é viável, com baixíssimo custo, aproveitando-se os já existentes institutos estaduais de identificação, bastando para tanto modernizar todos os institutos, com a total digitalização dos dados já existentes, como está ocorrendo no Paraná, o que demandará muito menor despesa aos cofres públicos;

3) a criação de outro órgão para fazer o dito documento, além de extremamente dispendioso para o País, é de viabilidade duvidosa, na medida em que o TSE tem a atribuição de cadastrar eleitores, ou seja, indivíduos de 18 a 70 anos de idade (obrigatórios) e de 16 a 18 anos, e não todos os cidadãos (recém-nascidos, idosos, crianças e adolescentes de até 16 anos de idade);

4) o banco de dados dos institutos de identificação serve também para a identificação da autoria de crimes e muitas outras perícias, atividades que não competem ao TSE;...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... 5) todos os Estados da Federação já contam com seus institutos de identificação com seus respectivos dados, basta apoiá-los com poucos recursos financeiros para a digitalização total de dados e, num segundo momento, interligar todos os órgãos, a exemplo do que já está sendo feito pelos Estados do Codesul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul).

É muito importante reconhecer que, implantado esse sistema nos moldes que descreve a Desembargadora:

1) O País terá uma ferramenta precisa para conhecer sua realidade em número, gênero, faixa etária e localização das pessoas, o que possibilitará planejamento e execução de ações eficientes e eficazes em todos os segmentos;

2) evitará fraudes contra o SUS com cobranças de contas de cirurgias de parto cesariana...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, estou concluindo.

2) Evitará fraudes contra o SUS com cobranças de contas de cirurgias de parto cesariana de pacientes do sexo masculino ou cirurgia da próstata de pacientes do sexo feminino, só para citar os exemplos mais absurdos;

3) evitará fraudes contra o INSS com as aposentadorias fantasmas;

4) evitará ações de estelionatários com a venda de imóveis e veículos automotores de vítimas inocentes, bem como inúmeras outras incontáveis fraudes, com uso de documentos de identidade falsificados;

5) evitará golpes do seguro de vida;

6) evitará que terceiros inocentes sejam presos no lugar dos criminosos que usam documentos fraudados;

7) evitará adulteração de idades de adolescentes para prostituição;

8) proporcionará mais segurança para o comércio em geral e aos atos notariais, transações bancárias e outros;

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – ... 9) auxiliará a localização de crianças e adultos desaparecidos;

10) O Poder Público terá dados seguros para planejar a disponibilização de vagas de escolas, creches, número de médicos pediatras, obstetras, geriatras para cada posto de saúde, hospital público;

11) São incontáveis os benefícios que o Sistema trará ao País e à sua população.

Sr. Presidente, concluo.

Antes de qualquer iniciativa no sentido de lançar o programa com ar de ineditismo, é salutar que o Executivo mesmo *a posteriori* consulte o Tribunal de Justiça do Paraná, na pessoa da Desembargadora Lidia Maejima, considerando que o Paraná é precursor na matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos assiste pela TV Se-

nado, o assunto que me traz aqui é um assunto que eu já abordei na semana passada quando da 18ª Marcha dos Prefeitos a Brasília. É sobre as emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Sempre fui crítica às emendas parlamentares. Sempre avaliei que a nossa intervenção em termos de orçamento deveria se dar muito mais no debate dos grandes temas, da alocação das grandes rubricas do que as emendas aos Municípios. Mas é fato que a Constituição dá direito ao Parlamento de fazer as emendas a qualquer matéria que analise.

E com a minha vivência aqui na Casa e também no Executivo, em relação às emendas, eu resolvi apresentar uma PEC, que é uma Proposta de Emenda à Constituição, para facilitar um pouco a situação da execução das emendas parlamentares e não engessá-las, dificultando para os Estados, para os Municípios e também para a União.

Por isso, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, no último dia 21. Essa emenda busca aprimorar o processo orçamentário nacional, beneficiando de forma mais significativa o processo, a agilidade processual, desburocratizando e, portanto, melhorando a execução dos recursos federais.

A minha PEC propõe uma alteração no art. 166 da Constituição Federal para autorizar a apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual diretamente ao Fundo de Participação, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por que isso? Atualmente, os Deputados e Senadores apresentam emendas dizendo qual projeto querem beneficiar e, geralmente, dentro de uma relação de projetos apresentados pela própria União. Nem sempre o Município está precisando, necessariamente, daquele projeto que a emenda pode contemplar. Muitas vezes, o Município precisa, inclusive, de recursos para custeio. É certo que avançamos um pouco, Sr. Presidente, colocando que as emendas também podem destinar recursos para custeio – o que eu acho muito importante –, porque grande parte dos serviços públicos, a prestação de serviços precisa de gente, precisa de condições para que esse serviço seja prestado, e muitas vezes nós inchamos as administrações com investimentos, porque é o que há disponível.

O fato de já haver emenda para custeio é importante, mas avaliei que nós podíamos ir além. O que é isso? É permitir que nós, Deputados e Senadores, possamos apresentar, Presidente, ao Orçamento da União uma emenda que destine recursos direto ao FPM daquele Município.

Então, V. Exª, lá em Pernambuco, quer destinar uma emenda para Recife. Em vez de fazer uma emenda para a construção de algo, para a aquisição de equipamento, pode destinar esse recurso diretamente ao Fundo de Participação dos Municípios, e a prefeitura utilizar esse dinheiro naquilo que melhor seja para sua administração, para seus munícipes. Pode acordar com V. Exª, também, que tipo de ação, que tipo de custeio ou de investimento vai ser feito. Mas isso facilita. Por que facilita? Porque se desburocratiza e reduz custo na execução das emendas parlamentares, sana as dificuldades fiscais que já vem sendo observadas há vários anos na relação entre a Caixa Econômica Federal e o Tesouro Nacional; muitas vezes causadas pela administração dos repasses pela Caixa e pela demora no pagamento dessas taxas de administração.

Por exemplo, um convênio para executar uma emenda requer observação, saber se ele está adequado; muitas vezes, requer que a Caixa vá ao local, requer muita documentação do Município e, depois, uma fiscalização diferenciada que nem sempre atinge o seu objetivo de fiscalizar e fazer com que os recursos sejam bem aplicados. Ou seja, muitas vezes a burocratização serve à ineficiência da ação.

Penso que, se nós colocarmos direto no Fundo de Participação dos Municípios, os Municípios vão ter que prestar contas ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas dos Estados e, nem por isso, vão ter que se haver com a burocracia demasiada que exige um convênio.

Assim, Sr. Presidente, em vez de o Congresso votar o Orçamento com valores alocados em projetos específicos, como falei aqui, para Estados e Municípios, os Parlamentares teriam a faculdade de destinar os valores correspondentes aos já referidos fundos, ficando a cargo daquele ente federativo a escolha dos projetos e dos benefícios. Com isso, evitaremos que os entes tenham que apresentar projetos com custos extras altíssimos, e que a União tenha que, igualmente, despender recursos para analisá-los e celebrar convênios.

Com a alteração proposta, a sistemática se resumiria a repassar diretamente os recursos aos entes federativos por meio dos fundos de participação.

Dessa forma, elimina-se a burocracia utilizada para a gestão dos convênios nos Estados, nos Municípios e na própria União, significando economia aos cofres públicos, sem prejuízo da fiscalização, que, além de ser feita pelos Tribunais de Conta tanto da União como dos Estados, também ficaria a cargo da Controladoria-Geral da União.

Vale ressaltar que, na medida em que as emendas individuais possuem execução obrigatória, nos termos da Emenda Constitucional nº 86, de 2015, não se fixou limite para que o Parlamentar aloque tais valores

diretamente aos fundos de participação. Ele pode optar por colocar parte das suas emendas ou totalidade dos recursos destinados às suas emendas.

Nesse sentido, esperamos que a alteração sugerida melhore a qualidade dos repasses referentes às emendas parlamentares. Além disso, os Estados e Municípios terão mais autonomia para executar os projetos conforme as suas necessidades, o que melhoraria a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Ao passo que solicito o apoio a todas Sr^{as} e Srs. Senadores a esta matéria, reafirmando meu entendimento de que se trata de uma proposição que poderá beneficiar muitos Municípios do País, chamo a atenção também de todos os prefeitos e prefeitas, que participaram aqui da 18ª Marcha, na semana passada, e das demais associações municipalistas para somarem seu apoio e esforço a esta PEC, a esta Proposta de Emenda à Constituição, de forma que possamos aprimorar ainda mais nosso Pacto Federativo e processo orçamentário.

Tive a grata satisfação de receber o apoio efusivo dos Prefeitos do Paraná que estiveram em Brasília na semana passada. A maioria me visitou em meu gabinete. Também tive a honra e a oportunidade de estar com eles em uma reunião da Bancada Federal do Paraná. E, como disse anteriormente, tenho a expectativa de que todos os Estados da Federação e a própria União também se somem à defesa da aprovação dessa PEC, justamente por entenderem que ela traz benefícios a todos os entes federados.

A matéria está na CCJ do Senado e aguarda a designação de relator ou relatora. Vou conversar hoje com o Senador Pimentel, Presidente interino da CCJ, para que possamos ter a designação do relator ou da relatora o mais rápido possível e espero que, o quanto antes, iniciemos essa discussão no Senado para que, se a maioria do Congresso assim entender, possamos já, em 2016, apresentar as emendas ao Orçamento da União por essa nova modalidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Queria cumprimentar a Senadora Gleisi pela iniciativa de apresentar essa PEC, que, de fato, pode abrir uma belíssima oportunidade para descomplicar a vida de prefeitos e de governadores pela facilidade de se fazer os repasses de recursos voluntários da União para os demais entes federados.

Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa, esperando que o Senado e a Câmara dos Deputados possam apreciá-la no transcorrer deste ano. Inclusive, como Relator do Pacto Federativo, designado que fui pelo Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, já vamos compilar essa iniciativa como uma das prioridades que deverá merecer a atenção dessa comissão especial.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradeço muito, Sr. Presidente, e, com certeza, para mim será muito importante – não só para mim, mas para os Estados e para os Municípios – se V. Ex^a estiver com essa proposta na relatoria do Pacto Federativo.

Agradeço-lhe muito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham aqui, na Casa, que nos acompanham através da TV Senado, da Rádio Senado e também pelas redes sociais, com a intenção de ampliar e aprofundar os direitos das pessoas com deficiência, apresentei, no Senado da República, projeto de lei que tem por objetivo impor sanções pecuniárias aos responsáveis por órgãos ou entes públicos cujos edifícios não atendam aos requisitos legais da acessibilidade.

Nosso projeto penaliza, igualmente, as empresas de construção responsáveis pela execução das obras da edificação, desde que as exigências de acessibilidade constem do edital e do contrato previamente firmado.

O que vislumbramos com o projeto em tela é alterar a Lei nº 10.098, de 19 de novembro de 2000, que, ao longo de seus 27 artigos, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A modificação legal visa introduzir no referido texto legal o artigo 26-A, que penaliza com suspensão do alvará de funcionamento ou de construção ou mesmo do habite-se do estabelecimento ou da edificação.

Há também previsão, no inciso II do artigo, de multa no valor de R\$331 mil para todo responsável por estabelecimento, logradouro ou edificação que autorize a violação ou que para sua efetivação concorra. Por último, o novo artigo estabelece em seu inciso III a interdição do imóvel ou do logradouro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a proteção dos direitos de nossos tantos cidadãos com deficiência, para além de elevar seus padrões de vida, nos insta a elevar o processo histórico brasileiro, e precisamos elevar a patamares mais elevados. Por essa razão, manifestamos na justificação de nosso projeto que – abro aspas: “Todas as pessoas têm direito de viver numa sociedade livre, plural e inclusiva, sem discriminações, sem injustiças. Nesse sentido, a acessibilidade é direito fundamental de todos, sendo mais diretamente associada às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive gestantes, idosos e enfermos. Se o descumprimento das normas de acessibilidade impede o exercício desse direito, logicamente, o responsável por essa violação deve estar sujeito a sanções” – fecho aspas.

Vale lembrar, ademais, que a ausência das sanções claras a serem aplicadas aos que descumprirem tais normas só pode conduzir o Estado a condenar os violadores por eventual condenação civil, por dano moral, o que nos parece ineficiente, pois o que está em jogo, na realidade, é o próprio direito de ir e vir, previsto na Constituição da República a todos os brasileiros, indistintamente.

O concidadão com restrições motoras e de locomoção estará marginalizado, caso prevaleçam os entraves atuais a sua plena acessibilidade. E isso, Sr. Presidente, está espalhado por todo o nosso País.

Já é difícil para as pessoas que não têm deficiência alguma se locomoverem sobre as nossas calçadas; imaginem para quem tem alguma dificuldade de locomoção.

Perderia a sociedade brasileira com a ausência desses brasileiros tão especiais nos logradouros públicos, nos prédios, cinemas, restaurantes, hotéis, instituições de ensino superior, já que sua existência ativa e livre nos convida a respeitar diferenças e a exercitar nosso potencial para a alteridade e a consideração com os demais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, toda vez que uma pena é estabelecida, ela passa a existir apenas potencialmente. O legislador cria o tipo legal e estabelece parâmetros mínimos e máximos para sancionar os violadores. Ou seja, é possível imaginar a situação ideal em que, por estrito respeito ao ordenamento jurídico, toda uma sociedade jamais incorra no ilícito previsto. Nessa hipótese, ninguém jamais terá suportado punição por aquele determinado ilícito.

E volto a frisar a questão das nossas calçadas. Nesta semana, os jornais mostraram a Presidente Dilma andando tranquilamente aqui em Brasília, dando as suas pedaladas. No entanto, na maioria das cidades brasileiras, nem o cidadão sem problema de locomoção consegue fazer isso. E sabem por quê? Porque não existe acessibilidade, não existem calçadas para o pedestre andar, quanto mais para bicicletas.

Ao elaborar o projeto de lei em tela, é certo que não o fiz animado por uma sanha punitiva. Na verdade, torço para que nenhum indivíduo, órgão do Estado, ente público ou empresa privada sofra as consequências da lei. O que queremos, no fundo, é a maturação contínua de nossas práticas cidadãs, que devem servir para estreitar os laços de solidariedade e de interação construtiva de todos indistintamente.

Seja como for, apostamos no efeito inibitório da penalização, para que o potencial violador da norma reflita se compensa infringi-la. Além do mais, a sanção serve para incutir, na coletividade, a ideia de que a infração às normas de acessibilidade significa agir contra os interesses da sociedade como um todo.

Nesse sentido, é importante destacar que, segundo dados oficiais, o Brasil conta com mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, dos quais cerca de 7% apresentam limitações motoras nos mais variados graus.

São estes, portanto, os motivos que nos animaram a apresentar o projeto que penaliza economicamente os órgãos ou entes públicos cujos edifícios não atendam aos requisitos de acessibilidade, bem como as empresas de construção que houverem executado a obra, desde que tais requisitos constassem do edital e do contrato.

Na certeza da máxima relevância do tema, contamos com o apoio dos Senadores da República para a aprovação do projeto de lei, na certeza de que sua entrada em vigor trará benefícios inestimáveis para a vida, o bem-estar e a mobilidade dos brasileiros com deficiência.

Se quisermos combater a crise de confiança pela qual nós, brasileiros, passamos atualmente, precisamos agir da forma mais decisiva e eficaz na garantia dos direitos aos menos afortunados pela sorte, aos menos favorecidos. Somente pela promoção da justiça distributiva estaremos livres dos extremos indesejáveis de diferenças sociais e estaremos aptos ao mais profundo conagração de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador José Medeiros.

Passo a Presidência desta sessão para o Senador Roberto Requião.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde, gostaria de destacar uma matéria veiculada no *Diário de Pernambuco* deste último domingo. A matéria trazia uma reportagem sobre o trabalho desenvolvido pelo Prof. Raimundo Nonato, educador da rede municipal da minha cidade, Petrolina, no sertão pernambucano, que conseguiu mudar a visão dos alunos de uma escola municipal sobre a matemática, e de forma gratuita, ajudando os estudantes que têm dificuldade nessa disciplina.

A ideia surgiu quando o Prof. Raimundo percebeu que os alunos terminavam o ensino fundamental sem saber operações matemáticas básicas. A matemática, então, deixou de ser temida pelos estudantes para ser admirada, graças à técnica e à dedicação do professor.

Uma vez por semana, no período da manhã, nas horas livres, o Prof. Raimundo Nonato se encontra com os alunos do 5^a ao 9^o ano para revisar os conteúdos.

É quando são realizados simulados, provas com questões de avaliações externas e questões tiradas das Olimpíadas de Matemática, atividades para estimular a aproximação dos alunos com os números.

Desde 2013, quando o projeto do Prof. Raimundo Nonato foi implementado, verificou-se um aumento, no índice de aprendizado dos alunos da escola, de 14% para 36%, de acordo com a avaliação da Prova Brasil, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

O objetivo do professor, Sr^{as} e Srs. Senadores, é alcançar, no menor prazo possível, a meta de 70% de melhora nesse índice, até o ano de 2022. Esse objetivo é estabelecido pelo Movimento Social Todos pela Educação.

A escola onde leciona o Prof. Raimundo Nonato também recebeu duas medalhas de bronze – uma na etapa municipal e uma na etapa nacional – e uma menção honrosa nas Olimpíadas. Também houve aumento dos índices da escola em relação às provas que avaliam a instituição educacional.

Exemplos como esse, Sr. Presidente, de criatividade e dedicação, é que fazem o diferencial na busca pela melhoria da qualidade de ensino no Brasil e provam que, mesmo em condições muitas vezes precárias, é possível melhorar o ensino e o aprendizado.

Era o que eu tinha a comentar na tarde de hoje, e quero, mais uma vez, parabenizar o *Diário de Pernambuco* por essa abordagem e parabenizar o Prof. Raimundo Nonato pela sua dedicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sendo eu o próximo inscrito, devolvo a Presidência ao Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, mais uma vez, eu quero dividir com o Senado, com os Senadores e as Senadoras, as minhas apreensões, a minha angústia em relação à realidade econômica nacional, e ainda, mais uma vez, tentar convencer o Senado da urgência de providências para que possamos nos opor ao caos que se anuncia, especialmente agora que esta Casa aprovou as medidas recessivas do ajuste Levy.

Estamos em uma situação econômica de tal gravidade que o único ponto de equilíbrio que nos oferecem é a contração da produção e do emprego, já em marcha, como apontam todos os indicadores – contração da produção e do emprego, já em marcha, conforme nós podemos observar por todos os indicadores à disposição na imprensa e na mão dos economistas. Quer dizer, o ponto de equilíbrio que nos oferecem é o ponto de equilíbrio da depressão.

Economistas com quem tenho me reunido nas últimas semanas estimam que, se nada for feito rapidamente, teremos uma contração, por conta do Plano Levy, da ordem de 2% negativos e, por conta da Operação Lava Jato e da paralisação das empresas brasileiras ligadas à Petrobras, de mais 3%. Teremos um total de 5%. O impacto, no caso dessa última, é a paralisação ou a diminuição dos investimentos da Petrobras, investimentos que refletem, numa cadeia produtiva estimada entre 13% e 17% do PIB, um impacto fortíssimo.

A declaração de inidoneidade de grandes empresas por parte da Justiça Federal, se efetivada, tem o potencial de destruir 500 mil empregos diretos e 1,5 milhão de empregos indiretos nos Estados produtores de petróleo. Isso se estende à receita de Estados e Municípios, que, por sua vez, já estão paralisando pagamentos de fornecedores e até de pessoal, criando o que se chama risco sistêmico, afetando, inclusive, os bancos, que são os donos da economia brasileira.

Essa tragédia, Presidente Fernando Bezerra, é absolutamente desnecessária! Não há nenhuma razão jurídica ou filosófica que leve a se confundir empresa com empresário, imputando a empresas, inclusive à Petrobras, os crimes ou fraudes dos empresários ou dos seus executivos.

Por que algo conceitualmente tão simples não resultou ainda em um entendimento franco entre o Governo e o Poder Judiciário, a fim de limpar a estrada para a retomada dos investimentos da Petrobras?

É muito simples, Sr^{as} e Srs. Senadores. É que não temos hoje, na República, quem tome decisões definitivas. Temos uma sensação desconfortável de que o País está à deriva. Sim, isso temos!

As instituições republicanas esfrangalham-se, esfarrapam-se. O Legislativo é bloqueado pelo Executivo, e o Executivo é bloqueado pelo Judiciário. O Judiciário, às vezes, bloqueia-se pelo comportamento de seus próprios agentes, em razão de ações inconstitucionais e arbitrárias. O juiz que se apodera de bens de um denunciado que sequer foi julgado talvez possa servir de referência de práticas arbitrárias e inconstitucionais.

Em um quadro em que não há lideranças reconhecidas para tomar decisões urgentes, a Presidente confere a um tecnocrata o poder para gerir área estruturante do Governo, já que nada funciona no País sem relação, evidentemente, com a engrenagem econômica.

Abstraio-me aqui de toda consideração de caráter partidário ou pessoal. O que me opõe ao Ministro Levy é a sua obsessão por políticas neoliberais, anacrônicas, que hoje destroem países na Europa. Ultraortodoxo em suas convicções, Levy recusa-se a aceitar que nenhum país deve fazer política de ajuste recessivo em situação de estagnação e recessão. Ora, estamos em recessão, ou crescimento zero, desde o ano passado. Não há nenhuma dúvida disso.

O ajuste, que, em parte, é necessário – enquanto não abrirmos uma saída estratégica para enfrentar o elevado déficit em conta corrente –, teria que ser uma operação delicada, protegendo os investimentos público e privado e admitindo uma elevação temporária da dívida pública.

O Ministro, no entanto, reduz a economia a relações monetárias, ignorando tudo mais, notadamente as questões humanas e as questões sociais relativas ao emprego, à renda real, à produção e ao bem-estar dos cidadãos.

Com poder absoluto sobre a economia brasileira, aproveitando-se do vazio de um Congresso virtualmente omissos ou sem rumo, com a simpatia da mídia monopolista e conservadora, o ajuste Levy é um risco para a Nação brasileira. O Ministro tem a cabeça feita e jamais recuará dessa política.

Bizarramente, vemos invertida a configuração entre Governo e oposição. Os oposicionistas não atacam Levy, porque são unhas da mesma carne, enquanto os governistas ficam inibidos de atacá-lo, porque ele é Ministro do Governo que defendem.

Ainda assim, apesar desse maniqueísmo, dessa visão dicotômica das coisas, dessa disputa de torcidas organizadas, que sempre se acentua em situação de crise, o Congresso é paradoxalmente o único foro para tomada de decisões que resta à República e a sua defesa.

Faço um apelo aos Senadores e Senadoras do Brasil, para suspendermos temporariamente nossas divergências políticas, afim de encontrarmos um caminho comum para a salvação da Nação brasileira, que está sendo atacada em suas bases econômicas e, portanto, Presidente, sendo atacada em sua soberania.

Voltemos à Petrobras. Nenhum de nós ignora o que ela representa para a economia nacional. Não estou falando, em termos românticos, sobre o que representa a Petrobras para a alma brasileira, fruto que foi de um dos maiores movimentos de massa que tivemos em nossa história. Falo da Petrobras objetivamente, como fonte de emprego, de impostos, de renda, de acumulação de tecnologia nacional.

Essa Petrobras objetiva responde diretamente por algo entre 13% a 17% da economia, sendo a espinha direta e indireta a sustentar milhões de empregos no Brasil.

Mas como anda a Petrobras com a Operação Lava Jato? Cito informações veiculadas pelo jornal *O Globo*, há duas semanas, textualmente, abre aspas:

A promessa do pré-sal não fará mais da Petrobras a principal locomotiva do crescimento econômico do país nos próximos anos. No novo Plano de Negócios de 2015 a 2019, que, segundo fontes, deve ser divulgado no dia 10 de junho, a estatal vai pisar no freio na tentativa de reduzir o seu nível de endividamento. Os investimentos vão oscilar de US\$ 129 bilhões (R\$ 387 bilhões) a US\$ 141 bilhões (R\$ 423 bilhões) no período, conforme dados da própria companhia. [Ou seja] [...] o menor nível de investimentos desde a crise global de 2008 e representará uma queda de até 41% em relação ao Plano anterior, de 2014 a 2018, de US\$ 220,6 bilhões (R\$ 661,8 bilhões).

Em razão da drástica redução planejada pela Petrobras, o investimento vai passar de uma média anual de US\$35 bilhões a US\$40 bilhões, até 2014, para US\$25 bilhões a US\$29 bilhões, até 2019. “Esse freio será muito ruim para a indústria e para a economia”, argumenta José Velloso, da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas, a nossa Abimaq, “pois a Petrobras responde pela metade dos bens de capital comprados no Brasil”.

Isso tende a arrastar, para o fundo do poço, toda a economia, em razão de uma atitude tipicamente ideológica sustentada pelo monocrata da Fazenda, que prega a necessidade da queda do endividamento líquido da

empresa para apenas R\$282,1 bilhões, uma ninharia, em face do patrimônio de trilhões de dólares armazenados no pré-sal, sem falar na queda de custo na extração de petróleo para US\$9, por barril, recentemente anunciada.

Não quero entulhar, empilhar números, neste pronunciamento. Limito-me ao necessário para ilustrar a tragédia anunciada.

O desemprego, como as Sras Senadoras e os Srs. Senadores sabem, está aumentando velozmente. A taxa fechou o primeiro trimestre em 7,9, sete décimos acima da taxa do primeiro trimestre do ano passado, e 1,4 acima do quarto trimestre do ano passado. Os números absolutos, embora impressionantes, não são os mais relevantes, o importante é detectar qualitativamente a tendência. E a tendência, no contexto do ajuste Levy e da degradação da economia, é de uma piora substancial desses números.

Os economistas que tenho consultado falam que, se nada for feito, a taxa de desemprego pode chegar a um nível recorde da ordem de 15% até o fim do ano. Assim, desgraçadamente, conheceremos, então, o que é uma grande depressão. Será uma tragédia há pouco conhecida por vários países europeus. Mas esses economistas não falam isso para que aconteça, torcendo para que aconteça. Pelo contrário, falam para que não aconteça.

As previsões econômicas são portadoras desse paradoxo. Se aquele que prevê tem credibilidade, o pior não acontece, porque, em face dessa credibilidade, os agentes econômicos, com o poder de tomar decisões, cuidam de tomá-las na direção de se evitar o pior. São os irresponsáveis que apostam no quanto pior, melhor.

Eu gostaria muito que o Sr. Levy levasse em conta essas previsões e tomasse as providências necessárias. Entretanto, não acredito que vá fazê-lo. Ele é vítima de uma ideologia, a ideologia monetarista, que só confia em taxas de juros estratosféricas, superávits primários e câmbio livre – o famoso tripé que apareceu como âncora nas políticas anunciadas por candidatos da oposição na última eleição presidencial. Levy é o homem do corte, o homem da tesoura, como se dizia dele quando esteve à frente da Secretaria do Tesouro. Dependendo dele, vamos afundar cada vez mais na recessão e na depressão.

Para restabelecer a normalidade no mercado interno do petróleo, a solução seria simples. Vamos a uma sugestão.

Vejam como seria simples a solução para a retomada do processo de desenvolvimento para evitar o índice de 3% de queda no PIB por conta da paralisação da Petrobras.

Primeiro, o Tesouro exercendo a sua soberania emite títulos da dívida pública para repassar os recursos equivalentes à Petrobras através do BNDES. Com esses recursos, a Petrobras sustenta seus investimentos nos níveis necessários para cobrir suas despesas correntes de caixa e de ampliação da capacidade produtiva.

Assim, ela preserva e amplia a sua agenda de investimentos, pelo menos até o nível de outubro do ano passado, quando a crise se tornou aguda.

Segundo, em contrapartida a Petrobras pode emitir debêntures conversíveis em ações, a fim de dá-las em garantia do empréstimo do BNDES – mais ou menos o que Hjalmar Schacht fez na Alemanha na recuperação da sua economia quando liquidou o processo inflacionário praticamente numa semana.

Apenas essa providência restabeleceria a corrente de pagamentos e recebimentos da Petrobras, possibilitando a restauração também da cadeia de recebimentos e pagamentos das empresas privadas que são fornecedoras dela. Com isso, eliminamos os 3% de queda do PIB por conta da Petrobras.

Restariam os 2% por conta do efeito Levy. Para estabilizar a economia e eliminar a taxa negativa de 2%, teremos duas alternativas: ou Joaquim Levy muda a política econômica recessiva que adotou ou se despede do Governo, possibilitando a salvação da Nação.

Srs. Senadores e Sras Senadoras, não vim aqui com o propósito de fazer críticas pessoais a quem quer que seja, quer de dentro ou de fora do Governo. Meu propósito é contribuir para a regeneração da República.

Ao Senado, como representação republicana, como representante dos interesses dos Estados, cabe tomar iniciativas na atual conjuntura.

A política econômica em curso vai destruir as relações federativas na medida em que estrangulará os Estados na sua capacidade de pagar a dívida pública gerida pelo Governo Federal.

É dispensável dar números, porque todos sabem que a dívida dos Estados, que cresceu exclusivamente por conta de juros extorsivos da Selic arbitrados pelo Governo central, gera passivos impagáveis, especialmente numa economia em recessão e em depressão.

A linha de solução que estou propondo para a superação da crise brasileira é exatamente contrapartida de uma crise sistêmica. Uma vez restaurada a linha de crédito pelo Tesouro e pelo BNDES em favor da Petrobras, salvam-se as empresas fornecedoras dela. Com isso, salvam-se também os orçamentos de Estados e Municípios sob influência direta ou indireta da Petrobras. Quer dizer, praticamente a totalidade dos Municípios, considerando-se as conexões paralelas da economia. Salvam-se, sobretudo, centenas de milhares de empregos, que devem ser o foco principal, o nosso foco principal, o foco principal do Congresso Nacional e do Senado da República.

Qual seria o obstáculo para começar essa reversão da economia? É o Ministro da Fazenda. Não por sua pessoa, mas por sua política. Ecônomos como ele acham que a dívida pública não pode crescer em circunstância alguma, mesmo na recessão e na depressão. É a mais radical interpretação e aplicação do monetarismo vulgar, do mais vulgar de todos os monetarismos. Sim, porque, em determinadas circunstâncias, sobretudo em situação de guerra, até mesmo Milton Friedman, o pai do monetarismo clássico, admitia o aumento da dívida pública. E nós estamos em guerra. É uma guerra contra a depressão e o desemprego. É o equivalente fiscal de uma guerra real. Nesta guerra, é absolutamente legítimo recorrer ao Tesouro para salvar a Nação. Dirão os monetaristas vulgares: isto geraria inflação. Mas como, se a economia está em recessão, caminhando para a depressão? Como se gera inflação num quadro desses? Inflação de demanda só existe quando o consumo supera a oferta. Estamos numa situação em que o consumo, afetado pelo desemprego e pela queda da renda do trabalho, está muito, mas muito aquém da oferta.

A inflação que está aí, fruto exclusivamente da indexação remanescente da economia e da política de juros, que afeta custos, não tem nada, rigorosamente nada a ver com o aumento da moeda e da dívida. Só assustam algumas mídias que, para atacar o Governo, consideram um desastre o aumento de 0,01 ponto no processo inflacionário.

Outros dirão que o aumento da dívida mobiliária para ajudar a Petrobras a superar a crise teria como consequência o rebaixamento da nota do Brasil pelas agências internacionais de risco. Esse tipo de argumento é uma boa combinação de estupidez com ignorância. Afinal, não há nada mais desmoralizado no mundo hoje, depois da crise de 2008, do que agência de risco. Todos os representantes das principais agências foram chamados às falas pelo Senado norte-americano e alegaram que suas notas, afinal, não passavam de opiniões. Com isso, tiraram sua responsabilidade em relação às previsões róseas que fizeram dos "títulos lixo" aos quais davam as maiores notas antes da crise.

Se as agências de risco rebaixarem a nota da Petrobras e do Brasil, com isso encarecendo o nosso crédito externo, temos uma excelente alternativa: o Banco dos BRICS, que está pronto para ser acionado, ainda porque há resistências impertinentes do Banco Central brasileiro à conversão de parte ínfima das reservas externas brasileiras em capital do banco.

Sim, senhores e senhoras, o Banco Central do Brasil também faz política externa. Com o apoio de Levy, o Banco Central está resistindo ao maior lance estratégico do País desde a fundação da República, a aproximação com os demais países dos BRICS.

Senhoras e senhores, a interação entre uma mídia hostil ao Governo e as forças políticas oposicionistas, junto com a perplexidade das forças políticas governistas, diante do rumo tomado pela política econômica, criou entre nós uma situação de caos, percebida já nas ruas por grande parte da população.

Não há rumo em nossa política. Cada um pensa por si. No Congresso, o Presidente da Câmara não se entende com o Presidente do Senado, e ambos não se entendem com Lideranças do Governo. Deputados e Senadores agem individualmente, nem sempre com objetivos definidos. Esse é um terreno fertilíssimo para o oportunismo e para o aparelhamento partidário do Estado.

Por que vivenciamos essa situação? Por que estamos nessa indefinição absoluta e nesse desajuste completo de comportamento? Simplesmente porque a única coisa mais ou menos definida trazida ao Congresso é uma política econômica que agride a nacionalidade. Isso leva a uma resistência da Nação real, ao mesmo tempo em que possibilita aos arrivistas encontrar um espaço confortável junto aos atores da política econômica que, circunstancialmente, mandam no País.

Entretanto, como não estamos em uma crise fabricada, mas em uma crise efetiva, aos poucos as forças produtivas reais, empregados e empregadores, tomam consciência de que é sua sobrevivência que está em jogo e de que, portanto, precisam reagir. E a única reação possível é o combate à política econômica do Sr. Levy e a substituição dessa política por uma política comprometida com o crescimento e com o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Ponho-me aqui, teimosamente, a repetir tantas vezes quantas forem possíveis: destruíamos a política econômica neoliberal, anti-Brasil, antipovo, antiemprego, antiprodução de Joaquim Levy! Ela deve ser destruída, antes que destrua o País.

Talvez, haja uma solução menos traumática. Levy, sendo um homem honrado – pode-se dizer que é um homem honrado –, pode simplesmente procurar a Presidente e devolver-lhe o cargo, sob o argumento de que sua política não está conferindo estabilidade ao Governo, provocando essa confusão brutal entre as forças que dominam o Congresso Nacional. E a Presidente, refletindo sobre o conjunto da situação, nomearia uma equipe progressista homogênea para garantir essa estabilidade.

A razão para isso é simples: Levy não teve seus projetos aprovados no Congresso por seu conteúdo, mas pela aritmética partidária. A oposição votou contra os projetos em que acredita, e a situação votou a favor de projetos em que não acredita. Francamente, isso jamais produzirá estabilidade política no País.

Portanto, mais uma vez, *delenda est* política econômica neoliberal!

Para arrematar essa convocação contra a política econômica de Joaquim Levy, para arrematar essa convocação pela destruição dessa política, trago às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores as estatísticas do consumo por ocasião do último Dia das Mães, a segunda data mais importante do calendário comercial do Brasil. Foi o pior Dia das Mães desde 2003. Tomando apenas o fim de semana, e não toda a semana que antecedeu o Dia das Mães, o recuo foi de 6,6% em relação ao ano anterior. Foi o pior Dia ou Semana das Mães em 13 anos, graças às medidas recessivas do Sr. Levy, aos juros altos, às ameaças ao emprego e ao arrocho do crédito. Para quê? Em benefício de quem? Em benefício do Brasil e dos brasileiros, certamente, não!

Ao concluir este pronunciamento, nesta tarde de segunda-feira, trago para esta tribuna mais um choque do que senti nesses últimos dois dias: a Petrobras anuncia que pretende vender a Transpetro por US\$13 bilhões, para cobrir um furo de US\$20 bilhões provocado pela contenção da tarifa.

Senador Fernando Bezerra, o Governo tem de agir de forma holística. Quando segurou o aumento da tarifa, estava segurando uma situação nacional e estava manejando as variáveis econômicas que têm em sua mão. Mas, agora, para cobrir um furo provocado programática e intencionalmente, vai vender a Transpetro? Fica-se com a impressão de que tentaram mesmo prejudicar a Petrobras para justificar a venda da Transpetro a preço de fim de feira. Vender ativos da Petrobras quando o barril de petróleo está mais ou menos a US\$55 é um crime contra a sobrevivência da economia brasileira!

Mais uma vez, ocupei a tribuna, nesta segunda-feira, com este Senado desolado, mas me valendo, como sempre, da possibilidade maravilhosa de comunicação na nossa TV Senado, que será multiplicada pela nossa TV15, uma televisão que mantemos na internet e que é, seguramente, replicada pelos blogueiros progressistas e nacionalistas de todo o País.

Agradeço a tolerância do Presidente pelo tempo que, exageradamente, estourei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Quero cumprimentar o Senador Roberto Requião.

Sem nenhuma dúvida, aqui, neste Plenário, há os que possam discordar dos diagnósticos e dos encaminhamentos que V. Ex^a propôs, mas nenhum, no Plenário, poderá subestimar sua firmeza de convicções, seu melhor propósito na defesa da soberania nacional, sobretudo pelo discurso corajoso em defesa da Petrobras, do Sistema Petrobras, e em defesa da manutenção dos empregos e da economia brasileira neste momento de grave dificuldade por que a Nação atravessa. Eu o parablenizo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Fernando Bezerra, com alguma ironia, eu diria que a discordância seria dos levianos, assim entendidos como os discípulos neoliberais do Levy.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador. Um grande abraço!

Ofereço a palavra, para fazer uma comunicação inadiável, ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil, com apenas 2,8% da população mundial, já detém quase 15% dos assassinatos. É uma estatística estarrecedora. A América Latina já é o continente mais violento do mundo. Como o Brasil, um País tão pacífico, com uma população tão generosa, tornou-se uma Nação tão violenta? Os bandidos banalizaram o assassinato das pessoas. A violência e a crueldade dos assaltantes extrapolam todos os padrões de humanidade ou de uma sociedade minimamente organizada.

Estou ocupando esta tribuna com dois objetivos bem rápidos. O primeiro deles é contar uma história que presenciei na semana passada.

No deslocamento aéreo de João Pessoa a Brasília, estava ao meu lado um cidadão de aproximadamente 50 anos, acompanhado de sua esposa. Esse cidadão era paraplégico, entrou no avião em cadeira de rodas. Então, puxei conversa, e ele me contou sua história. Ele é um pequeno comerciante do bairro de Mangabeira, um homem de origem humilde, que se esforçou, que trabalhou para criar sua família e que, com essa idade, conseguiu se tornar um pequeno comerciante, mas um comerciante respeitado no bairro de Mangabeira, na cidade de João Pessoa. Ele disse que entrou no seu estabelecimento um assaltante com uma arma na mão. Ele entregou ao assaltante tudo aquilo que foi exigido: dinheiro, mercadorias, produtos eletrônicos. E, ao se despedir, o assaltante desferiu um tiro no comerciante, que ficou paraplégico. Ele está revoltado, porque, até o momento, esse assaltante não foi preso, não foi punido. Nada aconteceu. E a revolta maior dele deve-se ao fato

de que ele atendeu a todas as exigências daquele assaltante cruel, que foi ali não só para roubar, mas também para matar. Essa é uma história muito triste.

Verifiquei também, assistindo aos noticiários da televisão brasileira, um fato que aconteceu no Rio de Janeiro: um médico, passeando em sua bicicleta na Lagoa Rodrigo de Freitas, foi assassinado com uma faca, desnecessariamente, porque ele se propôs a entregar a bicicleta ao meliante. Mas o meliante, o bandido, o assaltante resolveu matar aquele médico, que dedicou sua vida, que estudou e que era um benfeitor da sociedade brasileira, com sua profissão tão meritória.

Sr. Presidente, apresentei no Senado Federal o Projeto de Lei nº 320, de 2015, que tipifica o porte de arma branca, que diz o seguinte:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei tipifica o porte de artefato perfurante, cortante ou contundente com vistas à prática de crime.

Art. 2º. Constitui crime punível com detenção de um a três anos e multa o porte de artefato perfurante, cortante ou contundente com a finalidade de praticar crime.

Parágrafo único. É lícito o porte de artefato cortante, perfurante ou contundente para emprego em ofício, arte ou atividade para o qual foi fabricado.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o art. 19 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

De 1941! Veja como o Brasil está atrasado nas leis que poderiam melhorar a segurança do povo brasileiro. Tenho a seguinte justificativa, Sr. Presidente, Srs. Senadores: após a restrição ao porte de armas de fogo, imposta pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, bandidos passaram a empregar armas brancas para cometer crimes. Foi amplamente divulgada na imprensa a série de delitos ocorridos na segunda quinzena de maio de 2015, no Rio de Janeiro.

No dia 19, um médico morreu após ser esfaqueado na Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul. No dia 22, a vítima foi uma turista chilena, que acabou esfaqueada no pescoço também após ser assaltada, no bairro da Glória. No total, foram nove crimes dessa natureza na capital fluminense.

Como se sabe, arma branca é um artefato perfurante, cortante ou contundente, empregado primordialmente para o trabalho. Assim, por exemplo, as tesouras das costureiras, as facas dos açougueiros, as enxadas e as foices dos agricultores, todos instrumentos de trabalho.

Até o presente momento, o ordenamento jurídico brasileiro não conta com uma lei que proíba o porte de armas brancas, até pela dificuldade em aplicar a lei, sem interferir no trabalho dos profissionais e artesãos que fazem o uso adequado desses artefatos.

Diante disso decidimos apresentar este projeto que criminaliza o porte de artefatos perfurantes, cortantes ou contundentes com o intuito de praticar crimes, ou seja, quando o agente pretende utilizar artefato como uma arma. Esperamos, com isso, aperfeiçoar a legislação penal e evitar a ocorrência de crimes com o uso de arma branca.

Tendo esse legítimo objetivo por principal instrumento, esperamos conquistar o apoio dos nobres pares para a aprovação desse projeto de lei.

Foi o projeto que apresentei e que já está na Comissão de Constituição e Justiça.

Apenas para concluir, porque precisamos ouvir o Líder José Agripino e o Senador Donizeti, eu queria apenas considerar o seguinte: o Brasil é um país que detém uma das maiores biodiversidades do mundo. É um país com um povo maravilhoso. Por que não conseguimos ter uma indústria de turismo à altura da grandeza de nosso País?

Eu perguntei isso outro dia à minha cozinheira, e ela disse: “É por causa da violência”. Se as pessoas, se nós brasileiros temos medo de sair de casa, imaginem o que sentem os estrangeiros ao viajar para um país que é hoje considerado um dos mais violentos do mundo.

Vejam, Srs. Senadores, o prejuízo que a violência está causando ao País. As empresas, hoje, gastam uma fatia significativa do seu orçamento na segurança, que deveria ser proporcionada pelo Estado.

Já somos profundamente incapazes de competir com o mercado internacional por causa do chamado custo Brasil e temos mais o custo adicional da violência, Senador José Agripino.

Quando assisti pela televisão à Copa do Mundo que foi feita conjuntamente pelo Japão e pela Coreia do Sul, o primeiro jogo do Brasil aconteceu em uma cidade coreana com 1 milhão de habitantes. E a estatística daquela cidade coreana era de uma pessoa assassinada por ano – uma pessoa por ano!

Considerando a média nacional daquela época, se fosse uma cidade brasileira, não a mais violenta, mas a cidade que acompanhasse a média dos assassinatos, nós teríamos aproximadamente 320 assassinatos por ano, contra um daquela cidade coreana.

Mesmo assim, com esse exemplo, o Brasil não se dispôs a parar um pouco, para analisar, para pesquisar, para saber a razão de tão baixa incidência de assassinatos naquele país.

Eu acho que isso é uma questão emergencial para o País. Além da crise econômica que nós estamos vivendo, é fundamental que o Senado e o Congresso Nacional vejam como uma questão de urgência para a sociedade brasileira a redução da violência em nosso País, mesmo contrariando corporações, organizações não governamentais e grupos de interesse que se beneficiam na economia formal da grande violência que hoje assola o nosso País.

Portanto, companheiros Senadores, Sr. Presidente, esse é um assunto que deve ser debatido com a maior urgência, para que possamos tranquilizar a família e a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Esta Presidência parabeniza o Senador Raimundo Lira pela iniciativa legislativa que criminaliza o porte de arma branca, na certeza de que tal iniciativa vai contribuir para reduzir os indicadores de violência na nossa sociedade.

Na sequência, ofereço a palavra, como Líder, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, cumprimentos ao Senador Raimundo Lira pela iniciativa do projeto, que entendo como meritório, oportuno, e que deverá, com certeza, contar com o apoio de toda a Casa, para que a tramitação seja rápida, para que a sua proposta se torne lei o mais rapidamente possível e possamos contar com o instrumento de lei para coibir essa novidade em matéria de violência no Brasil. Essa onda de assassinatos por via da arma branca, da faca, é uma coisa mais do que desumana, acima de qualquer padrão de civilidade de mundo moderno, onde, queira ou não queira, o Brasil está inserido.

Mas, Sr. Presidente, eu estive no meu Estado, nesse final de semana, e quero aqui fazer o registro de um evento que entendo de grande importância, que começou no dia 28 e terminou no dia 29. Foi um seminário promovido pela Arquidiocese de Natal, à frente Dom Jaime Vieira, Arcebispo de Natal, que se associou ao Observatório Social do Nordeste e ao movimento RN Sustentável, para fazer esse evento, durante dois dias, em Natal, na Escola de Governo. Reuniu inteligências da Região Nordeste inteira, muitos, inclusive, integrantes da Universidade Federal de Campina Grande, da terra de V. Ex^a, Senador Raimundo Lira, proferindo palestras e fazendo uma avaliação sobre aquilo que foi o tema do seminário: “O Nordeste 60 anos depois – mudanças e permanências”.

Uma coisa muito oportuna. Eu assisti a algumas palestras e às conclusões das palestras. Ali foi feita uma avaliação crítica, mas, muito mais do que isso, uma projeção de futuro, com abordagens de temas da evolução tecnológica, do envolvimento das famílias dos jovens, daquilo que foi feito, daquilo que deixou de ser feito. Relembrou-se a presença de JK, Juscelino Kubitschek, de Celso Furtado, de Dom Helder Câmara.

A propósito, em seguida, far-se-ia uma sessão de homenagem aos 60 anos do primeiro encontro ocorrido em Campina Grande, por iniciativa do Dom Helder Câmara, do episcopado nordestino, com a presença de JK, para discutir Nordeste. Esse evento, a par de fazer uma avaliação das permanências e das mudanças, fez o registro daquele primeiro encontro de bispos ocorrido em Campina Grande, que reuniu as inteligências voltadas para a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que naquele tempo engatinhava. Um evento singular e que torna a discutir uma coisa que precisa voltar a ser discutida com veemência, porque já houve, Senador Raimundo Lira – V. Ex^a, que é paraibano e nordestino como eu –, um momento em que as atenções do Brasil estiveram muito mais voltadas para as diferenças regionais e para as dificuldades que o Nordeste vive do que hoje. E eu quero remeter as minhas conclusões às dificuldades que vivemos hoje.

Nesse seminário, com certeza absoluta, foram discutidas as mudanças. O que aconteceu nesses últimos 60 anos, de 1955 a 2015? O que aconteceu de novo, a partir de investimentos que se voltaram para as vocações naturais dos Estados?

O Porto de Itaqui, que é um megainvestimento no Maranhão, foi feito para embarcar o minério de alumínio e o minério de ferro que vêm do Pará, que vêm da região, e que vão para o resto do mundo – a partir de uma vocação natural da região.

O Porto de Suape, outro megainvestimento, foi construído na esquina do Brasil para, num dos Estados mais fortes do Nordeste, congrega a carga de entrada e a carga de saída pesadas, mobilizando as oportunidades econômicas da Região Nordeste em função de uma vocação natural: de ser Pernambuco, como o meu Rio Grande do Norte, a esquina do Brasil.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que foi por vocação, pelo petróleo da Bahia, que lá floresceu – claro que pela força das lideranças locais – o Polo Petroquímico de Camaçari, que é outro elemento novo que ocorreu nos últimos 50 anos ou menos, a partir de uma vocação natural da terra. Como floresceu? Além das grandes barragens que foram feitas ao longo de muitos anos, como a Armando Ribeiro Gonçalves, no meu Estado, a Castanhão, no Ceará; a Orós, também no Ceará; e tantas outras barragens que foram feitas como instrumento de preservação de uma fonte hídrica, sustentável e segura, capaz de suportar secas sucessivas.

Outra novidade que surgiu e que se somou a uma coisa que era a vocação natural da terra, que era a monocultura da terra, foi a fruticultura irrigada, a agricultura de frutas. Baseada em quê? Em solos de boa qualidade que existem no Nordeste em alguns Estados, na água de poços ou na água de rio e no fotoperiodismo – a quantidade de luz disponível por dia –, o que facilita. Os três elementos – solo de boa qualidade, água disponível e fotoperiodismo – produzem, como consequência, fruta de qualidade. Essa é uma novidade que ocorreu em muitos Estados da Federação, afora a grande vocação da região, que ficou evidenciada, que foi a do turismo.

O meu Estado, hoje, tem no turismo, dentre os seus trunfos econômicos, a maior fonte empregadora de mão de obra. O Ceará, a Bahia, a sua Paraíba, todos os Estados do Nordeste, quase sem exceção, entendem nessa vocação natural, baseada na hospitalidade do povo e na beleza natural das nossas praias e lagoas, a capacidade de com investimentos gerar emprego de caráter permanente. E, quando falo gerar emprego de forma permanente, é o emprego que, recebido o investimento, feita a fonte geradora, é gerado a partir de uma fonte competitiva. Quem compete com o turismo do Nordeste compete, na melhor das hipóteses, em condições de igualdade; quem produz produtos petroquímicos no mundo ou no Brasil produz em condições, na melhor das hipóteses, competitivas com os produtos petroquímicos feitos em Camaçari, na Bahia. E por aí vai. É a oportunidade baseada em vocação natural da terra. E é exatamente nisso que eu quero me deter.

Porque, a par de participar do encerramento, ao lado de Dom Jaime, ao lado de vários professores da UFRN, da Universidade Federal de Campina Grande, de estudiosos de vários Estados da Federação, de avaliar o passado e de projetar o futuro, eu tive a oportunidade de, ao longo do final de semana, conversar com conterrâneos meus e fazer uma avaliação, no mínimo, perigosa.

Eu citei aqui a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Eu era governador eleito quando inaugurei, tive a oportunidade de inaugurar, ao lado do governador de então, Lavoisier Maia, aquela barragem, que era uma das três maiores do Nordeste e que iria regularizar o curso de vários rios, a começar pelo Rio Açu, Rio Piranhas, e iria produzir, a partir da água acumulada e das terras à jusante da barragem, oportunidades econômicas de caráter competitivo.

Os últimos governos, Senador Raimundo Lira, a bem da verdade, não se pode fazer nenhum registro – quando se fala em Porto de Itaqui, Porto de Suape, Barragem do Castanhão, aeroporto “a”, aeroporto “b”.

Nos últimos governos, os governos do PT, não fizeram obras de caráter permanente para garantir permanência na geração de emprego competitivo na nossa região. Não há nenhuma grande novidade produzida pelos governos do PT na nossa região. Há uma coisa boa que foi feita, que é o Bolsa Família, que é a distribuição de renda com os mais pobres. Mas o Bolsa Família é dependente da renda pública do Estado, e, se o Estado, como agora, enfraquece a sua receita pública, acende-se a luz amarela no próprio programa de redistribuição de renda, porque o Estado começa a ficar carente de recursos para fazer o mínimo, e já começa a fazer os cortes até em coisas que são do mínimo, como, por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida, que já começa a ter cortes reais; quando, na verdade, uma água acumulada ou uma oportunidade econômica real e competitiva, em qualquer circunstância, gera emprego, independentemente de renda pública, que é o que eu defendo. É claro que é bom. Eu aplaudo a sustentação dos mais pobres, no Brasil inteiro, pelo programa Bolsa Família. Mas ele é dependente da renda pública, e, se o País entra em dificuldade econômica, programa como esse entra em sinal de alerta, como o que vou dizer. O que é que o Nordeste desejou dos governos do PT? Desejou, a partir de compromissos tomados de forma reiterada, a transposição das águas do São Francisco, uma obra iniciada há anos, prevista por um valor, mas que já está em quatro vezes este valor – quatro vezes este valor – e está longe de ser inaugurada.

O que é que eu recolhi neste final de semana no meu Estado? A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves é um dos reservatórios que foram feitos no passado, muito antes dos governos do PT, que significa, na verdade, a garantia da permanência de milhares de empregos na irrigação e na carcinicultura. O que é carcinicultura? É o cultivo de camarão, a partir de uma água que se recolha pela sangria da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves ou onde possa existir esta água. Como é que está o nível da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves? Baixo como nunca. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves é um dos reservatórios a serem mantidos em nível seguro pela transposição do São Francisco, e, como não está pronta, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves está entregue ao regime de chuvas normais. O que está para acontecer neste momento no meu Estado? Demissão em massa. Por conta de quê?

O nível crítico das águas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves está levando a notícia – que espero que não aconteça, mas tudo indica que vai acontecer – de que a sangria das águas que mantém o filete d'água ao longo do Rio Açu, à jusante da barragem, que alimenta o projeto do Baixo Açu, feito pelo Dnocs anos atrás e que sustenta milhares de empregos e famílias; a produção de banana em empreendimentos privados e vários, vários cultivos de camarão privados, que produzem, vendem e geram emprego, estão todos ameaçados, porque, segundo a Agência Nacional de Águas, quando a barragem atingir 24% do seu nível, a sangria será cortada, a água que abastece a geração desses empregos será cortada.

Senador Raimundo Lira, eu passei um momento difícil na vida pública quando, no meu segundo governo, em 1991, fui obrigado, para reequilibrar as finanças do meu Estado, quando toda a arrecadação não pagava uma folha e o Estado devia mais de duas folhas de pagamento, a demitir quatro mil pessoas. Sei o que é o sofrimento de perder quatro mil empregos para quatro mil famílias.

Pois, Senador Raimundo Lira, é o que está se esboçando como ameaça, a partir do fechamento das comportas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Os programas de irrigação do Baixo Açu, os programas de cultivo de camarão, os programas de cultivo de manga, de melão, de banana, que estão à jusante da Barragem, correm o seriíssimo risco de serem, de uma hora para outra, colapsados pela falta de um insumo básico chamado água. Em função de quê?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB – PB.) – Senador José Agripino, hoje é uma segunda-feira, posso fugir aqui um pouco às normas regimentais...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB – PB.) – ... e fazer uma complementação ao que está falando V. Exª a respeito da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Na condição de Presidente da comissão da transposição do São Francisco, estamos lutando para um terceiro eixo. Temos o eixo leste e o eixo norte – o eixo norte vai até a cidade de São José de Piranhas, no Estado da Paraíba. Então, com um pequeno acréscimo, poderemos fazer o terceiro eixo, entrando no Rio Piancó, perenizando o Rio Piancó.

O Rio Piancó vai abastecer o sistema Coremas/Mãe d'Água, no Estado da Paraíba, que é a maior acumulação de água da Paraíba. V. Exª sabe que a Paraíba é o Estado que tem a menor condição de recursos hídricos de todo o Nordeste brasileiro. O Nordeste tem 28% da população brasileira e apenas 3% dos recursos hídricos do País. Então, veja como o Rio Grande do Norte será beneficiado com o terceiro eixo entrando pelo Rio Piancó, porque ele vai abastecer o sistema Coremas/Mãe d'Água, que solta a água pelo Rio Piranhas, que, ao chegar do Rio Grande do Norte, toma o nome de Piranhas-Açu e vai abastecer o que chamamos, na Paraíba, de Barragem de Açu, que deve ser essa mesma Armando Ribeiro Gonçalves, com 2,4 bilhões de metros cúbicos. Quero dar essas informações a V. Exª, que são importantes não só para a Paraíba, mas para o Rio Grande do Norte, e pedir, naturalmente, o apoio de V. Exª para que possamos conseguir esse terceiro eixo e beneficiar 18 Municípios da Paraíba e mais vários Municípios do Estado de V. Exª, o Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Obrigado pelo aparte, Presidente Raimundo Lira. Saúdo sua boa-fé, seu otimismo, que eu tive no passado, porque esta obra, a transposição do São Francisco, começou, foi idealizada há mais de dez anos, e nós vivemos de promessa em promessa. Ela foi carro-chefe da campanha de reeleição de Lula, que prometia que dentro de dois anos estaria pronta. Lula terminou o segundo governo, nada. Serviu de novo de carro-chefe da campanha de Dilma, que prometia inaugurá-la já já, mas já se foram quatro anos e meio de Dilma e nada. E nós estamos, agora, como eu estou fazendo o relato, na iminência de um colapso em decorrência da promessa frustrada feita e não cumprida de um Governo que não tem para o Nordeste, que é a região mais atendida pelo programa Bolsa Família e onde o Governo mais recolhe votos para se manter no poder, uma obra de grande expressão para apresentar, uma só. A grande obra seria a transposição do São Francisco. Esteja seguro de que eu já estou de cabeça dentro do pleito do terceiro ramo para beneficiar a Paraíba.

Conte comigo totalmente, até porque esta obra vem de muito tempo atrás. Ela é a redenção de acúmulo permanente de água para muitas barragens – e o Coremas/Mãe d'Água é uma delas – e significa a permanência de nível seguro de água de beber e de irrigar, e irrigação significa geração de emprego.

Agora, eu tenho o direito de mostrar minha indignação pelas promessas feitas e pelo caráter de descaído do Governo do PT com a sua grande promessa feita ao Nordeste, que era a transposição das águas do São Francisco. E V. Exª pleiteia com toda legitimidade o terceiro eixo, para garantir a segurança hídrica para 18 cidades através da barragem Coremas/Mãe d'Água. O que eu estou pedindo é a conclusão ou o cumprimento da palavra baseado numa realidade, que a mim dói, que é o corte nos investimentos, até do próprio PAC. Se estão cortando as obras do PAC, que é o que há de prioritário em matéria de investimento do Governo – e o que vai

para o Nordeste é Bolsa Família e pouco mais ou nada –, eu tenho todo o direito de achar que as obras com a promessa de serem concluídas em dois anos podem levar quatro anos, seis anos. E aquilo que para nós é sagrado, que sempre existiu, que são os empregos, à jusante da Barragem do Açu, estão ameaçados. Que Deus nos livre, mas acho que isso vai acontecer, esses empregos vão ser perdidos, porque o Governo não cumpriu aquilo que prometeu, não fez a transposição.

O nível da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves caiu. E, com o nível baixo, vão cortar a água que faz funcionar a carcinicultura, o projeto de irrigação do Baixo Açu, as centenas de pequenos irrigantes ao longo do rio, a produção de banana ao longo do Baixo Açu, ao longo da área do Açu depois da barragem, tudo isso por falta de uma promessa feita e não cumprida.

O Ministro da Integração Nacional esteve neste fim de semana no Estado. Tudo que levem é bom. Levou para lá 1 milhão e pouco. Um milhão, não estou falando de bilhão, 1 milhão e pouco para pagar um pedacinho de uma adutora para a cidade de Carnaúba dos Dantas, que estava parada há meses por conta deste milhãozinho e pouco. E chegou com a expectativa de um convênio para aluguel de carros-pipa para transporte de água.

Senador Raimundo Lira, tudo que chegar é bem-vindo e nós temos mais é que agradecer. Agora, é revoltante. No momento em que, no meu Estado, milhares de empregos são ameaçados pela não conclusão da obra de transposição do São Francisco, milhares de empregos são ameaçados pelo nível da água da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o Ministro da Integração Nacional, que é o Ministro das barragens, da irrigação, não dar uma palavra sobre este assunto, a perspectiva do corte de milhares de empregos, é uma coisa revoltante. E é claro que, como potiguar, eu não poderia me calar e tive que trazer este assunto para a tribuna do Senado, ao lado de vários alertas que já fiz com relação ao que está por acontecer.

Semana passada foi a semana da Marcha dos Prefeitos. Eu me reuni com uns 70 ou 80 Prefeitos do meu Estado, eu e a bancada inteira, os Senadores todos, os Deputados Federais todos. E a minha mensagem para eles foi de que eu estou ao lado deles. Não é nem para investimentos com emendas, é principalmente para estar ao lado deles no que diz respeito ao pior que está por vir, que é a falta d'água de beber em centenas de Municípios pelo Nordeste inteiro, dentre os quais Municípios com 50 mil habitantes, como Currais Novos, que estão ameaçados de colapso completo de água. E vai ser impossível abastecer com carro-pipa uma cidade com 50, com 60 e com 70 mil habitantes.

A informação que me chega é de que Campina Grande está com o seu abastecimento de água seriamente comprometido. Você imagine só uma cidade do tamanho de Campina Grande. E o Ministro chega com o convênio de 1 milhão e pouco para uma conclusão de uma pequena adutora. Ótimo! Obrigado. E com uma expectativa de um convênio para aluguel de carro-pipa. E solução definitiva ou compromisso de solidariedade para o que está por vir, que é muito ruim, eu não vi nada.

Por esta razão é que ocupo a tribuna para trazer o meu aplauso à iniciativa da Igreja e dos órgãos envolvidos, o Observatório Social do Nordeste e o RN Sustentável, que fizeram este interessantíssimo seminário em Natal, cumprimentar a Igreja pela comemoração dos 60 anos do Encontro de Campina Grande, mas para trazer, com a responsabilidade de quem está aqui pelo voto do povo do Rio Grande do Norte, a perspectiva de uma realidade duríssima, que é a perda de empregos e a falta d'água que está por vir por incúria de um Governo que do Nordeste quer apenas os votos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador, José Agripino, nós somos irmãos, Rio Grande do Norte e Paraíba. E V. Ex^a é originário da Paraíba, da cidade de Catolé do Rocha. Somos irmãos, portanto, duas vezes.

V. Ex^a falou em Campina Grande.

Campina Grande tem mais de 400 mil habitantes.

A Barragem de Boqueirão, que abastece Campina Grande, construída por Juscelino Kubitschek com a capacidade de 550 milhões de m³, já está 20% assoreada. Portanto, tem mais de 100 milhões de m³ de areia, diminuindo sua capacidade para aproximadamente 440 milhões de m³.

Essa barragem está com apenas 18% a 19% de sua capacidade. Ela abastece mais 17 Municípios fora Campina Grande, totalizando uma população de 700 mil pessoas.

A previsão dos estudos feitos em Campina Grande pelos vários órgãos interessados nessa questão chegou à conclusão de que a água de Boqueirão só vai atender o abastecimento desses 18 Municípios, para 700 mil pessoas, até o mês de dezembro, até o dia 8 de dezembro deste ano de 2015.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – E com racionamento, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com racionamento, com certeza. Portanto, a situação é tão grave na Paraíba quanto é grave no Rio Grande do Norte.

O País e o Nordeste brasileiro têm necessidade absoluta e premente de que as obras da transposição do Rio São Francisco sejam apressadas e concluídas no mais rápido tempo possível para que se salvem os nortes-

tinhas de água. Água para beber, não é água para irrigar. Não é água para dar nem para a indústria nem para o comércio. É água para beber. Nós precisamos, portanto, que essa obra seja apressada.

Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Obrigado, Presidente Raimundo Lira. Obrigado pelo adjutório do seu aparte, que só corrobora os meus argumentos.

Diante desse quadro tétrico que se avizinha para Campina Grande, eu espero que caia uma chuvinha, para ir para 25%, 30%.

Eu só posso terminar minhas palavras dizendo: que Deus nos acuda! Que Deus nos acuda!

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, boa tarde. Obrigado à Presidência desta Mesa que oportuniza fazer os registros e colocar os pontos que eu gostaria de discutir nesta tarde, aqui no Senado.

Primeiro, dizer do sucesso que foi a audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, presidida pela Senadora Ana Amélia, realizada em Palmas, nesta sexta que passou. Esteve lá também o Senador Dário Berger, honrando-nos com a sua presença.

Nessa audiência, nós reunimos os setores da produção, setores da área técnica, os cientistas e os políticos para discutir a agricultura de baixo carbono e a piscicultura. A audiência teve a participação de mais de 250 pessoas desse público envolvido com essa área por quase três horas de duração desse debate sobre essa temática.

Tivemos uma exposição muito significativa do chefe do escritório da Embrapa Pesca e Aquicultura, que está sendo implantada lá em Palmas, no Tocantins, sobre a situação da agricultura de baixo carbono, a importância que tem para a economia brasileira e para os compromissos assumidos pelo nosso País junto a outras nações em relação ao combate a essas mudanças climáticas, que têm uma fase da conferência a ser realizada em Paris, no final deste ano.

Segundo, o potencial da piscicultura para o Brasil, como uma das fontes de produção de alimentos e proteína de alta qualidade. Então, foi muito positiva essa audiência e eu tenho que agradecer ao Senador Renan Calheiros, que ajudou a criar as Comissões, agradecer à Universidade Estadual do Tocantins, que cedeu toda a sua estrutura para a realização da audiência, a disposição da Senadora Ana Amélia, que saiu de Paris na quinta-feira e estava em Palmas na sexta-feira, para audiência às 14h e a presença do Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, que esteve conosco.

Eu me inscrevi para tentar fazer uma breve exposição sobre como eu vejo a situação do Brasil hoje.

Quero lembrar que, até 1930, o Brasil tinha os seus olhos muito dirigidos para o mar. O Brasil exportava suas matérias-primas e comprava produtos manufaturados. Não existia uma perspectiva nem um planejamento para a implantação de uma indústria mais sólida no nosso País. Nós vivíamos da indústria da cana-de-açúcar, exportando açúcar e comprando balinha fabricada em outros países.

Getúlio Vargas chega ao governo e dá início a uma mudança de visão, buscando construir uma alternativa de que o nosso País fosse substituindo as importações pela compra de máquinas, e não só vender matéria-prima. Começamos a industrializar o País.

Mas aquele País que, até os anos 30, era governado pela República do Café com Leite, que ora Minas, ora era São Paulo, aqueles governantes que eram adversários e não queriam um processo de nacionalização da economia, de soberania do País combateram duramente Getúlio Vargas. Em 1945, ele se afasta do governo pelas pressões, volta reeleito e é levado ao suicídio para não sofrer um golpe de Estado. Conta a história – e isto está provado –, não fosse o suicídio de Getúlio Vargas, ele seria deposto e nós sofreríamos um golpe de Estado por aqueles que eram contra a política da nacionalização da economia, da implantação de uma indústria sólida e de concessão de direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Esse grupo, àquela época, foi também o grupo que depôs João Goulart, porque não concordava com as reformas de base, não queria o País seguindo o caminho para se tornar uma nação soberana no mundo. Esse mesmo grupo depôs João Goulart.

Depois de João Goulart, tivemos o golpe militar e vivemos os anos de ditadura, mas o programa iniciado por Getúlio, que tirou os olhos do Brasil do mar e trouxe para o centro do País, a chamada Marcha para o Oeste, seguiu o seu curso.

Com a chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, nós tivemos a construção de Brasília, ou seja, a mudança da capital, Sr. Presidente, como todos nós sabemos, lá do Rio de Janeiro para este Planalto Central.

Imaginemos nós se a capital do Brasil ainda continuasse lá no Rio de Janeiro, a quantas estaríamos? Como seria o nosso País não fosse a ousadia, a força política e a determinação de Juscelino Kubitschek de seguir com a Marcha para o Oeste, mudando a capital do Brasil para o Planalto Central?

Juscelino também foi muito combatido, foi muito hostilizado, mas ele realizou essa obra junto com outros nacionalistas – não vou registrar o nome de todos para não esquecer alguns –, que é uma mudança muito significativa para o País.

Mas passou-se à ditadura, Sr. Presidente, vieram os governos do Presidente Sarney, do Presidente Collor, do Itamar. O Fernando Henrique chegou à Presidência da República. Lembro que no seu discurso de posse ele dizia que ia destruir o getulismo, que ia construir um novo modelo, que ia destruir o getulismo, que esse modelo getulista não servia para o País. E assumiu o governo. Governou por oito anos. E ele tirou os olhos do centro do País, não os levou pro mar, mas levou, praticamente, para a Avenida Paulista, porque nós passamos a dirigir o País com a visão economicista, visão concentradora de renda, beneficiando os grandes grupos econômicos, basicamente todos eles situados no grande centro econômico que é a Avenida Paulista neste País.

Entregamos a Vale do Rio Doce por R\$4 bilhões e dizíamos que precisávamos desse dinheiro para investir na educação, para investir na saúde, que o País não tinha recursos para investir, por isso precisava dispor da Vale do Rio Doce, assim como de outras empresas.

A Vale do Rio Doce, seis meses depois, se não me engano, já estava avaliada em R\$100 bilhões, ou seja, doamos a Vale do Rio Doce para alguns grupos.

É esse mesmo grupo que derrubou Getúlio, que derrubou João Goulart, que quis derrubar o Presidente Lula, que, agora, quer derrubar a Presidenta Dilma, e o discurso, as manchetes de jornais, se compararmos as manchetes de 1954 com as de hoje, as de 64 com as de hoje nos grandes jornais, verificaremos que, praticamente, só mudam os personagens. Penso que temos a oportunidade, Presidente Raimundo Lira, de mudar e dar um salto de qualidade no País muito grande. Para isso, é preciso que saíamos deste pessimismo, desta tentativa de induzir uma crise mais violenta do que é, desta tentativa de fazer parecer que o País virou um caos.

Estou como Raul Seixas: “[...] não preciso ler jornais, mentir sozinho, eu sou capaz.” Porque os meios de comunicação, os grandes meios de comunicação, via de regra, todos mentem todos os dias para o povo brasileiro, não são capazes de ter uma posição isenta sobre o que está acontecendo no País.

E, aí, quero registrar uma matéria de hoje do Florestan Fernandes, em que diz que não sabe se quem vai acabar primeiro são os grandes meios de comunicação ou o PT. O que tentam os meios de comunicação, estes grandes conglomerados de comunicação, junto com setores da oposição, é destruir um partido que tem uma folha histórica de contribuição para o País, que o vem transformando.

Ouvi atentamente, agora, o Senador Agripino Maia. Ora, o Nordeste tem grandes problemas hoje, mas a vida no Nordeste já foi muito mais difícil, V. Ex^a, que é nordestino, sabe disso. Certamente, ainda não tivemos a capacidade de resolver os problemas do Nordeste como é preciso, mas também, se não foram capazes de resolver em 50, 100 anos, 500 anos, não poderíamos resolver todos os problemas do Nordeste em apenas 12 anos. Mas acredito que avançamos.

As obras de transposição do São Francisco, que V. Ex^a, Sr. Presidente, sabe mais do que eu, estão em curso e, certamente, serão concluídas e trarão grande benefício para o Nordeste, para cada nordestino e cada nordestina que está lá. Mas não dá para ouvir aqui o nhem-nhem-nhem de que o Governo do PT não está gerando os empregos necessários e permanentes no Nordeste. Antes, esses empregos não eram gerados no Nordeste, e os nordestinos iam quase a maioria para o Estado de São Paulo, para os grandes centros da Região Sudeste, Presidente.

Hoje, essa migração diminuiu porque as oportunidades no Nordeste têm crescido. Sei que nós passamos neste momento por uma crise, mas é uma crise que eu acredito que, com os fundamentos econômicos que nós temos, com a situação em que o País está, com o Governo que tem, vai ser superada daqui para o final do ano, e a gente retoma o crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Concedo-lhe, com satisfação, um aparte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fugindo um pouco, hoje é uma segunda-feira, e a gente pode sair um pouco das normas regimentais, apenas para falar sobre a transposição do Rio São Francisco. Muitas pessoas, até do Nordeste, acham que as obras estão paradas, mas no dia de hoje estão registrados 9.133 trabalhadores nas obras, em todas as frentes, algumas frentes com 24 horas de trabalho em sistema de rodízio. Hoje, estão trabalhando nas obras da transposição 3.588 máquinas grandes, pequenas e médias. Hoje, já estão concluídos 73,7% das obras da transposição do São Francisco. É uma obra de grande porte. Para se ter uma ideia, são quatro túneis, sendo um o túnel de Cuncas, o maior túnel do País com 15km; são

nove estações elevatórias; 14 aquedutos, que são aqueles viadutos que transportam água; e 27 barragens, num total de 477km de canais. Portanto, é uma obra muito importante e, com certeza, vai ser a obra mais importante da história do Nordeste brasileiro. Aqui, apenas para complementar na condição de economista, digo que, nos últimos anos, o Nordeste tem crescido com taxas superiores ao crescimento do Brasil. Muito obrigado, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu é que agradeço a sua contribuição, Senador; quero adendá-la a meu pronunciamento porque ela vem enriquecê-lo muito.

Quero reafirmar que eu acredito que, Senador, em relação a essa questão das obras no Nordeste e outras que serão feitas, ferrovias que serão concluídas, outras que serão iniciadas é o que vem mudando o Brasil, e o senhor, como testemunhou, sabe disso. Agora é preciso a gente se somar ao Senador Requião hoje em alguns aspectos. Eu não concordo com ele em alguns aspectos, mas concordo que está na hora de a gente fazer um pacto em defesa desta Nação, somando-se todos os esforços para dar o passo seguinte. Governo, oposição, produtores, trabalhadores, fazendo um pacto pela Nação, porque muita coisa preparada que precisa ser concluída e que, sendo concluída, muda significativamente a condição do Brasil perante o mundo e a vida do povo brasileiro.

Não podemos entrar nessa cantilena de que o Brasil acabou, que é um caos. A gente precisa da oposição para poder chamar a atenção. Todo governo precisa de uma boa oposição.

Nós não precisamos de uma mídia mentirosa. Nós precisamos de meios de comunicação imparciais. Eu também quero me somar aqui às palavras de hoje do Senador Romero Jucá. Eu não quero cerceamento do direito de as pessoas falarem, do direito à comunicação. Mas a comunicação precisa ser plural. Os comunicadores, que são exploradores do serviço de concessão de comunicação, precisam ser leais ao País, precisam ser leais ao povo brasileiro, precisam comunicar com imparcialidade. Não podem se transformar na figura de um partido de oposição a um governo e a um outro partido. E isso nós não estamos vendo hoje. Nós vivemos sob a ditadura dos grandes meios de comunicação.

E quando se fala em regulamentar essa questão da comunicação no Brasil, vem a discussão de que nós queremos censura. Não, nós queremos evitar essa censura covarde que existe entre os meios de comunicação e o povo brasileiro. Porque eles não levam a informação de forma imparcial. Eles não informam e nem educam de forma imparcial o povo brasileiro para poder construir um sentimento de nacionalidade.

Acredito muito no Brasil. Acredito muito nas pessoas. Acredito que estamos no rumo certo. É questão de ajustarmos, porque tudo precisa de ajuste. E concordo com as palavras ditas aqui pelo Senador Requião no sentido de que a gente precisa se desvestir da coloração partidária, dessa situação de oposição e situação e pensarmos no Brasil.

É hora, então, do meu ponto de vista, de nós, ao discutirmos o Pacto Federativo, discutirmos que Brasil nós queremos para os próximos 20 anos, quanto ele custa e quem vai pagar a conta.

Nós temos discutido, Senador, aqui, no Congresso, as coisas urgentes que nós temos que fazer, nós precisamos corrigir coisas urgentes, mas nós precisamos decidir quanto custa o Brasil que nós queremos construir e quem vai pagar. E aí eu penso que não basta a gente olhar para o bolo que existe, ele não é suficiente, nós precisamos crescer o bolo e isso tem que vir daqueles que sempre lucraram neste País, que se enriqueceram e possuem grandes fortunas, grandes patrimônios. É hora de contribuir para o País, inclusive para poderem se tornar mais ricos, porque em um sistema capitalista como o nosso, à medida que o País vai crescendo, eles vão também crescendo as suas fortunas.

É necessário, neste momento, que a gente faça este pacto em defesa do País e que a gente construa uma perspectiva virtuosa de desenvolvimento com inclusão, distribuição de renda e inclusão social.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado por presidir esta sessão, na qual eu pude fazer aqui o meu pronunciamento nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Donizeti Nogueira, parabenizo-o pelas suas considerações.

Agora, em seguida, vou passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

Parabéns, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado.

Acabo de chegar de Porto Velho, Sr. Presidente, passamos por Ariquemes também, e tivemos a satisfação de, junto com o nosso Governador Confúcio Moura, poder dar a ordem de serviço para a construção do Hospital Regional da cidade de Ariquemes.

Um trabalho muito grande que fizemos aqui em Brasília para conseguir esta verba, é uma verba que nós colocamos no Orçamento da União, uma emenda de Bancada, indicada por mim e apoiada pelos demais Deputados Federais e também Senadores. Conseguimos fazer com que o Ministério da Saúde liberasse essa verba hoje, já há, dos R\$32 milhões, R\$16 milhões depositados na Caixa Econômica, à disposição do Governo do Estado. Foi feita a licitação e hoje nós demos a ordem de serviço para iniciar esta obra tão importante, não só para Ariquemes, mas para todo o Vale do Jamari e para todo o Estado de Rondônia, onde as pessoas vão poder se tratar, quando precisarem, nesse hospital, na sua cidade. Hoje muitas pessoas que precisam de um auxílio médico têm que recorrer a Porto Velho e, a partir do momento em que nós tivermos esse hospital, que é uma obra de quase 12 mil metros quadrados, uma obra importantíssima...

Então, ficam aqui meus cumprimentos ao Governador Confúcio Moura, por ter feito esse projeto, ainda quando era Prefeito municipal de Ariquemes. E agora, como Governador do Estado, consegue fazer a licitação e dar a ordem de serviço, em função de nós termos conseguido essa verba no Ministério da Saúde, através de uma emenda de Bancada que nós indicamos no ano de 2012.

Portanto, meus cumprimentos a toda equipe do Governo, ao Secretário da Saúde, ao Pimentel e toda a sua equipe, ao Prefeito Lorival também, aos Vereadores que votaram a doação do terreno por parte da Prefeitura para o Governo do Estado, aos Deputados estaduais que apoiaram o projeto e também votaram a liberação da contrapartida do Estado, no valor de R\$3,5 milhões, para a construção desta obra.

Outro registro que faço, Sr. Presidente, é sobre a quarta edição da exposição Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná. Nós tivemos o prazer de, na quinta-feira, acompanhar o Ministro Patrus Ananias. Fomos à tarde a Ji-Paraná, passamos a sexta-feira com o Ministro e pudemos verificar o sucesso que foi essa quarta edição da Feira Rondônia Rural.

Nós pudemos ver a alegria dos agricultores participando de palestras, participando de reuniões, para melhorar a produtividade agrícola em nosso Estado, principalmente a agricultura familiar, Senador Donizeti, que é o foco do nosso Estado. Rondônia é um Estado essencialmente agrícola, é um Estado jovem, que nasceu dos assentamentos feitos pelo Incra, há pouco tempo, não mais do que 40 anos. Nós temos lá mais de 220 assentamentos, que, de fato, deram a força da economia e a força da agricultura e do agronegócio do Estado de Rondônia.

Na minha fala, eu coloquei a importância de nós entregarmos títulos aos nossos agricultores. A maioria desses assentamentos que já estão emancipados ainda não tem o título das suas áreas, das suas terras. Eu fiz um pedido ao Ministro Patrus Ananias para que passasse essa responsabilidade para o Terra Legal, que faz a regularização fundiária na Amazônia e, em especial, evidentemente, no nosso Estado de Rondônia.

Quero só deixar bem claro e esclarecer aos meus amigos do Incra que o que pedimos para transferir para o Terra Legal foram os assentamentos já emancipados, aqueles assentamentos que estão consolidados, com pessoas morando há 30, 20, 15, 10 anos. Então, são assentamentos já emancipados, consolidados. São esses assentamentos que pedi ao Ministro para que transferisse para o Terra Legal em função do preço das terras.

O Incra, regimentalmente, não pode fazer uma cobrança menor do que está na legislação, e o Terra Legal tem condições de fazer uma cobrança dentro da realidade dos agricultores da agricultura familiar. O preço que a legislação brasileira está cobrando dos nossos agricultores, através do programa dos assentamentos, é muito alto, e os agricultores não têm como pagar. Através do programa Terra Legal, há essa possibilidade.

A feira foi muito importante. Muitos negócios foram feitos através do Pronaf, que é exatamente quem dá o apoio para nossos agricultores. Nós temos hoje o Plano Safra da Agricultura Familiar, e o Pronaf tem dado todo esse auxílio, tem melhorado a vida dos nossos agricultores, não só de Rondônia, é evidente, do Brasil inteiro, mas principalmente do nosso Estado, cuja economia depende da agricultura familiar.

E o importante não foram apenas os negócios feitos. O que entendo que foi mais importante nessa feira foi a entrega de mais de mil títulos definitivos para os agricultores. É uma questão de cidadania. O Governo do Estado, liderado pelo nosso Governador Confúcio Moura, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, comandado pelo Ministro Patrus Ananias, e o Terra Legal, comandado pelo Sérgio, grande parceiro dos agricultores, entregaram mil títulos para nossos agricultores, somente nesta feira, durante quatro dias.

Então, foi um sucesso muito grande. É a quarta edição dessa feira. Ano a ano...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Acir...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... nós temos aumentado a participação dos agricultores. Porque é Rondônia Rural Show, mas de *show* não tem nada. É apenas a aproximação dos agricultores com a tecnologia; tecnologia que não se restringe às máquinas, mas também é assistência técnica, é maneira de lidar com o solo, de tratar o seu rebanho.

Com prazer, ouço V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Senador Acir, mas é um *show* de tecnologia, de inovação, porque foi a isso que eu assisti na Agrotins, que é a nossa feira similar à...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Rondônia Rural Show.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ... à Rondônia Rural Show.

Estavam lá a Embrapa e a empresa de assistência técnica, o nosso Instituto Ruraltins. Muita coisa foi mostrada lá que traz uma expectativa e uma perspectiva para nós, de médio prazo, de que o campo vai continuar dando a resposta que este País precisa na geração de emprego, na geração de renda e na inclusão social.

Então, são muito importantes essas feiras. Eu andava um pouco distante, mas neste ano eu já tive a oportunidade de ir a duas: fui a Não-Me-Toque ver a feira lá, juntamente com a Senadora Ana Amélia, e agora vi a do meu Estado. Eu fiquei simplesmente maravilhado.

Há outra coisa a que eu queria me somar, ainda sobre as feiras. Eu sou do tempo em que o Estado promovia as feiras. Aqui no Estado de Goiás, por exemplo, vizinho do DF – ou que abriga o DF –, eu acompanhei, no Norte de Goiás, as Semanas Ruralistas. Essas Semanas Ruralistas deram origem às feiras agropecuárias. As feiras agropecuárias, as exposições, não dão conta do que são essas feiras de tecnologia, porque, nas feiras agropecuárias, hoje, construiu-se uma cultura, aí sim, do *show*, da festa, da possibilidade de lazer, literalmente dizendo.

E ontem – quero fazer este registro aqui – eu fui à Exposição Agropecuária de Guaraí em uma cavalgada. É por isso que eu estou assim, vermelhinho: fiquei três horas montado em um cavalo, na cavalgada, que foi um algo extraordinário.

Para dar uma ideia, nessa cavalgada lá em Guaraí, Senador, o povo vai para calçada, monta suas tendas e passa ali o dia esperando a cavalgada passar; faz o seu churrasco ali, toma a sua cerveja e faz a sua festa. A cidade, que tem menos de 30 mil habitantes, eu acredito que tinha mais de 15 mil pessoas na rua para ver a cavalgada passar. Foi um negócio muito lindo.

Então – para concluir minha fala –, eu acredito que essas feiras de tecnologia são extraordinariamente benéficas para os nossos Estados. E, como é em Rondônia, é também no Tocantins, que é um Estado novo, no qual estamos depositando muito as nossas esperanças para esse próximo período.

Por fim, nessa questão do Terra Legal, quero me somar a V. Ex^a, para continuarmos solicitando isso ao Ministro e ao Sérgio, que mudou a dinâmica do Terra Legal. Temos que reconhecer isto: depois do Sérgio, o Terra Legal pegou um outro pique, porque o título da propriedade dá segurança e alimenta a alma e o coração de toda pessoa que lutou por aquela terra como seu lugar de trabalho e de produção para poder abrigar sua família e gerar sua renda. Então, acho muito importante que apostemos, nesse próximo período, em regularizar. Isso vai resolver muitos problemas que inclusive no meu Estado são graves, que impedem e travam o desenvolvimento em função da falta de titularização das terras.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado pelo seu aparte.

De fato, é uma questão muito importante a regularização fundiária. Concordo com V. Ex^a, o Sérgio deu uma outra dinâmica à frente do Terra Legal. No começo, estava um pouco lento. Aliás, continua lento ainda, mas nós não podemos passar por cima da legislação brasileira. Nós entendemos que essa lentidão faz parte do sistema das leis. Nós temos que obedecer. A dinâmica com relação à TI foi resolvida dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a tecnologia da informática está à disposição e, hoje, ajuda muito os técnicos do MDA para essa regularização.

Ficam aqui os meus cumprimentos ao Secretário Padovani, que é o Secretário da Agricultura do Estado de Rondônia; a toda a equipe da Emater, que fez um trabalho excepcional. A feira é sempre de quatro dias, mas o trabalho é de meses, para organizar a feira, convidar as pessoas, buscar os agricultores nas suas propriedades, trazê-los à feira, levá-los de volta. Esse é um trabalho de Estado. É política pública para a agricultura, principalmente para a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Fazer as estações de demonstração, que têm que ser plantadas, cuidadas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Todas as estações de plantações, os equipamentos novos, as novas tecnologias. Foi uma feira muito importante.

Meus cumprimentos, meus agradecimentos pela visita dos Ministros Patrus Ananias, do MDA, e do Ministro Helder Barbalho, da Pesca, que também esteve na feira junto conosco e pôde, junto com o Ministro Patrus, verificar o potencial que tem o Estado de Rondônia para a produção agrícola e a produção de pescado também. Meus cumprimentos a todos; ao nosso Governador Confúcio Moura, que idealizou junto conosco essa feira, quatro anos atrás, que hoje, realmente, é um sucesso, porque aproxima o agricultor das novas tecnologias.

Fica aqui o registro com relação aos assentamentos, sobre a transferência dos assentamentos emancipados para o Terra Legal. Nós queremos ver o Incra continuar trabalhando, dando total apoio, como sempre demos, ao Incra, que é o grande responsável pelo desenvolvimento, pela história do nosso Estado de Rondônia.

O Incra tem que continuar o seu trabalho. Apenas os assentamentos emancipados, já consolidados, podem ser transferidos para o Terra Legal.

Fica aqui o meu registro também sobre a importância do Hospital Regional de Ariquemes, que teve as obras iniciadas hoje, esta que é uma obra da maior importância para o Estado, principalmente para o Vale do Jamari.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Donizeti Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Obrigado, Senador Acir. Parabéns pela sua exposição. V. Ex^a sempre defendendo Rondônia, como rondoniense de coração, assim como eu sou tocantinense de coração. Certamente, o povo de Rondônia tem orgulho do seu trabalho e do papel que desempenha junto ao Governo Federal e aqui no Senado Federal.

Esta é a 88ª Sessão Não Deliberativa.

Não havendo mais inscritos, encerro a presente sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória Nº 675**, de 2015, que "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001."

PARLAMENTARES	EMENDAS Nº S
Senadora ANGELA PORTELA	001;
Deputado EZEQUIEL FONSECA	002; 003;
Senador RICARDO FERRAÇO	004; 005; 006;
Deputado RICARDO BARROS	007; 008; 030; 031;
Deputado RUBENS BUENO	009;
Deputado JOÃO DERLY	010;
Deputado WEVERTON ROCHA	011; 012;
Deputado GIACOBO	013; 014; 015;
Deputado REGINALDO LOPES	016;
Deputado PEDRO UCZAI	017; 161;
Deputado JORGE CÔRTE REAL	018; 138; 139;
Deputado NELSON MARQUEZELLI	019;
Deputado OSMAR SERRAGLIO	020; 021; 022; 023; 024; 025; 026;
Deputado JOVAIR ARANTES	027; 028;
Deputado MARCELO MATOS	029;
Deputado MANOEL JUNIOR	032; 033; 189; 190; 191; 192;
Deputado ORLANDO SILVA	034;
Deputado MARCOS MONTES	035; 036; 037; 038;
Deputado LUCAS VERGILIO	039;
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	040; 041; 042; 043; 044; 045; 046; 047; 048; 049; 050; 051;
Deputado ROBERTO BALESTRA	052;
Deputado DANIEL VILELA	053; 054;
Senadora VANESSA GRAZZIOTIN	055; 056;
Deputado ALCEU MOREIRA	057;
Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO	058; 059; 060; 065;
Deputado LEONARDO QUINTÃO	061; 155;
Deputado SERGIO SOUZA	062;

PARLAMENTARES	EMENDAS Nº S
Deputado COVATTI FILHO	063;
Deputado GIOVANI CHERINI	064;
Senador WALTER PINHEIRO	066; 067; 068; 069; 070; 071; 072;
Senador DONIZETI NOGUEIRA	073; 143;
Deputado POMPEO DE MATTOS	074; 075; 076; 077;
Deputado SUBTENENTE GONZAGA	078;
Deputado LUIS CARLOS HEINZE	079; 080; 081; 082; 083; 084;
Deputado DARCÍSIO PERONDI	085; 150;
Deputado RAUL JUNGSMANN	086;
Deputado HUGO LEAL	087;
Deputado JHC	088;
Deputado ANDRE MOURA	089; 090; 091; 092; 093; 184; 185; 186;
Deputado PAUDERNEY AVELINO	094; 095; 153;
Deputado MENDONÇA FILHO	096; 097; 098; 099; 100; 101; 102; 103; 104; 105; 106; 107; 108; 109; 110; 154;
Senador JOSÉ AGRIPINO	111;
Senador HÉLIO JOSÉ	112; 164; 193;
Senador ROMERO JUCÁ	113; 114; 115; 116; 117; 118; 119; 120; 121; 122; 123; 124; 125; 126; 127;
Deputado JOÃO CARLOS BACELAR	128; 129; 165; 166; 167; 168; 169; 170;
Deputado SERGIO VIDIGAL	130; 131;
Deputado JORGINHO MELLO	132; 133; 134;
Deputado LAERCIO OLIVEIRA	135;
Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO	136; 137;
Deputado IZALCI	140; 141; 142;
Deputado PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	144;
Deputado HILDO ROCHA	145;
Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	146;
Deputado WELITON PRADO	147; 148;
Deputado OTAVIO LEITE	149;
Deputado PAULO MAGALHÃES	151;
Deputado ALEX CANZIANI	152;
Deputado DOMINGOS SÁVIO	156; 171; 172; 173; 174;
Deputado VANDERLEI MACRIS	157;
Deputado ZÉ SILVA	158;
Deputado PAES LANDIM	159; 160;
Deputado LUIS TIBÉ	162;
Deputado FERNANDO COELHO FILHO	163;
Deputado PASTOR EURICO	175;
Senador ROBERTO ROCHA	176;
Senador CRISTOVAM BUARQUE	177;
Deputado ALFREDO KAEFER	178; 179; 180; 181; 182; 183;
Deputado WELLINGTON ROBERTO	187; 188;

TOTAL DE EMENDAS: 193

MPV 675
00001

EMENDA Nº

(À MPV nº 675, de 21 de maio de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, onde couber, os seguintes artigos:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Os pedidos de renovação das permissões e concessões de serviços de radiodifusão poderão ser apresentados ao Ministério das Comunicações a partir de dois anos anteriores ao prazo final da outorga.

Parágrafo único. Os requerimentos de renovação serão instruídos com os documentos discriminados em regulamento.”

Art. 2º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até sessenta dias após a data de publicação desta Lei serão considerados tempestivos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 3º A Lei nº 4.117, de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33.....
.....

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se atendidos os requisitos legais e regulamentares.
.....

Art. 38.....
.....

§ 2º As alterações contratuais ou estatutárias, as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social, bem como as modificações de quadro diretivo a que se refere a alínea “b” do *caput* deste artigo que contrariem qualquer dispositivo legal ou regulamentar sujeitarão as entidades às sanções previstas neste código.

Art. 63.....

a) Infração às alíneas “a”, “c” e “g” do art. 38 e aos art. 53, 57 e 71;

59

Art. 4º Fica revogada a alínea “i” do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1962.

JUSTIFICAÇÃO

Os serviços de radiodifusão possuem fundamental importância na educação, no entretenimento, na promoção cultural e na prestação de serviços de utilidade pública ao povo brasileiro, especialmente nas regiões mais remotas do País. É sabido que o processo de renovação da outorga não é simples, envolvendo grande burocracia e dificultando o funcionamento especialmente das pequenas emissoras de rádio. Para tanto, é preciso facilitar o processo de renovação de outorga, garantindo a possibilidade de apresentação do pedido dois anos antes do vencimento e assegurando prazo de sessenta dias para que as empresas apresentem novos pedidos, entre outras medidas.

Sala das Sessões

SENADORA ÂNGELA PORTELA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 675
00002****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA

O art. 1º. da Lei no. 11.508/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º: (...)

§ 1º As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens e prestação de serviços a serem comercializados ou destinados ao exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

§ 2º Caberá ao Poder Executivo definir as espécies de serviços e intangíveis, classificadas de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, autorizadas a serem prestadas por empresas instaladas em ZPE.” (NR).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda estende os benefícios das ZPEs para a produção e exportação de mercadorias também para os serviços que forem autorizados pelo Poder Executivo. O modelo brasileiro de ZPEs é exclusivamente voltado para a indústria manufatureira, como eram as primeiras ZPEs, criadas no começo dos anos 70 do século passado.

Hoje, a maioria dos países utiliza conceitos mais abrangentes de ZPEs, que passaram a abrigar também serviços de diversos tipos, inclusive turismo, hospitais e universidades. Países como a China e a Índia utilizam intensamente as ZPEs para expandir o setor de Tecnologia da Informação (TI).

O Brasil tem, reconhecidamente, um grande potencial na área de desenvolvimento de softwares e de prestação de serviços de TI, que já conta com mecanismos de estímulo, tal como o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES), instituído pela Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, a chamada "Lei do Bem". A possibilidade de se instalar nas ZPEs seria um reforço apreciável para o desenvolvimento desse mecanismo no Brasil.

Resumidamente, a Emenda procura promover os seguintes objetivos: (a) ajustar o programa brasileiro ao padrão mais moderno de utilização desse mecanismo, já adotado por um grande número de países, e que evoluiu para a incorporação dos serviços nas ZPEs; (b) criar condições para a geração de empregos mais qualificados e, consequentemente, de melhor remuneração, dadas as maiores exigências colocadas pelos serviços, comparativamente aos setores manufatureiros tradicionais; e (c) ampliar a base de potenciais usuários das ZPEs, dado o limitado contingente de empresas industriais em condições de alcançar o elevado percentual de exportações requerido para a instalação nas ZPEs, especialmente em um contexto internacional de baixo crescimento, que tende a se prolongar por bastante tempo.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A maneira mais usual de estender aos fornecedores de serviços as condições existentes em ZPEs para a exportação de serviços tem sido permitir que eles também possam se instalar nas ZPEs existentes, em vez de se criarem enclaves específicos para essas atividades. A presente Emenda contempla exatamente esta alternativa.

Do ponto de vista do necessário controle aduaneiro, reconhece-se que operações envolvendo serviços apresentam características distintas em relação ao mais usual controle de mercadorias. Porém, a Receita Federal do Brasil (RFB) já administra, desde 2005, o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES), o qual, do ponto de vista do controle aduaneiro, não apresenta condições essencialmente distintas da inclusão dos serviços nas ZPEs, não introduzindo, portanto, algo inteiramente novo para o órgão.

Além disso, a RFB também administra uma extensa lista de regimes suspensivos de tributos e contribuições sobre serviços – tais como o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC) e o Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeronáutica Brasileira (RETAERO) - sem que se tenha conhecimento de falhas de controle.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2015

Deputado EZEQUIEL FONSECA

PP/MT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 675
00003****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA

O art. 18 da Lei n 11.508/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços, facultado ao Poder Executivo reduzir para até 50% (cinquenta por cento), no caso de pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação" (NR).

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem seu fundamento nas seguintes principais razões:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. O atual compromisso de exportar o mínimo de 80% da receita bruta somente pode ser alcançado por algumas centenas de empresas brasileiras, segundo estimativas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). A premente necessidade de aumentarmos substancialmente nossas exportações e a contração atual dos mercados externos tornam imperiosa a utilização de instrumentos indutores da maior participação de empresas brasileiras na atividade exportadora – e as ZPEs são empregadas exatamente para essa finalidade, no mundo inteiro.
2. Percentuais até mais elevados de vendas no mercado doméstico são encontrados na maioria das legislações estrangeiras de ZPEs. Frequentemente, estas vendas são totalmente livres, desde que sujeitas, evidentemente, ao pagamento integral de todos os impostos incidentes sobre o conteúdo importado dos produtos internados.
3. Diferentemente das empresas localizadas na Zona Franca de Manaus, que podem vender toda a sua produção no mercado doméstico com isenção ou redução de impostos, as vendas realizadas pelas empresas em ZPE no mercado interno, além de submetidas a um limite percentual, pagam, integralmente, todos os impostos indiretos incidentes sobre essas transações e sobre os componentes importados. Não há, portanto, concorrência desleal com relação às empresas instaladas fora das ZPEs.
4. As ZPEs são inteiramente compatíveis com as normas da Organização Mundial de Comércio e com o restante da política industrial e de comércio exterior do País. Além disso, já existem no Brasil regimes aduaneiros suspensivos de apoio às exportações de produtos manufaturados vinculados a percentuais semelhantes e até menores de venda no mercado externo, tais como o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP (60%) e o das Empresas Preponderantemente Exportadoras (50%). Portanto, as ZPEs não introduzem nada a que as empresas brasileiras já não estejam acostumadas.
5. No caso da exportação de serviços, já existe o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, que exige somente 50% de receita bruta decorrente da exportação desses serviços. Também aqui não está havendo nenhuma inovação revolucionária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6. Todos os investimentos realizados nas ZPEs são NOVOS, não existiam, e, portanto, não faz sentido se falar em perda de receita tributária para a União. A única hipótese de perda de receita (que ocorreria se empresas já existentes pudessem se transferir para as ZPEs) é vedada pela legislação. Além disso, os investimentos são realizados pelos governos estaduais, prefeituras e pela iniciativa privada. Ou seja, não acarretam perda de receita nem gastos para o governo federal.

7. Dito de outro modo, estamos falando de um programa que gera os resultados desejados por qualquer política de desenvolvimento – viabilização de investimentos nacionais e estrangeiros, criação de empregos, correção de desníveis regionais, aumento e diversificação de nossas exportações, promoção da difusão de novas tecnologias e métodos mais modernos de gestão – sem envolver recursos do governo federal.

8. Estamos tratando de dotar as empresas exportadoras brasileiras de condições isonômicas às de suas concorrentes nos mercados externos, que dispõem de condições semelhantes, há várias décadas. Por tudo isso, justifica-se a urgência em promovermos o necessário aperfeiçoamento da legislação brasileira de ZPEs.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2015

Deputado EZEQUIEL FONSECA

PP/MT

MPV 675
00004

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015:

“Art. XX A Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar acrescida do art. 24-A, com a seguinte redação:

“Art. 24-A Na hipótese de exportações realizadas por empresas exportadoras habilitadas em parcelamentos de débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, na análise de deferimento dos créditos de que trata o art. 22 desta Lei, não se aplicará a compensação em procedimento de ofício prevista no art. 73 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sobre as parcelas vincendas” (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O REINTEGRA é um mecanismo que visa promover o permanente ressarcimento do residuo tributário nas cadeias produtivas exportadoras, beneficiando diretamente milhares de empresas exportadoras brasileiras. Prática esta, não apenas reconhecida pela Organização Mundial do Comércio, mas executada pelos principais países concorrentes do Brasil no mercado internacional.

No entanto, a sua eficácia tem sido limitada por algumas medidas adotadas pela Administração Pública na sua operacionalização.

A previsão de compensação em procedimento de ofício prevista no art. 73 da Lei nº 9.430, de 1996 (art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012), no caso do REINTEGRA, nos parece desviar de sua finalidade precípua, qual seja, promover e estimular as exportações brasileiras a partir do aumento da sua competitividade.

2

Na medida em que esta compensação de ofício dos valores ressarcidos no âmbito do REINTEGRA é realizada nas hipóteses em que a empresa exportadora possui parcelamento de débitos, elimina-se o efeito caixa a curto prazo. Isso porque o procedimento adotado seria o de compensar os créditos do REINTEGRA, a cada trimestre calendário, com as últimas parcelas vincendas do parcelamento acordado.

Obviamente, tal compensação de ofício deve ser feita sobre as parcelas do parcelamento já vencidas e ainda não liquidadas, mas entendemos inadequado o procedimento sobre as parcelas vincendas, que tenham sido fruto de acordo voluntário de parcelamento entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e os contribuintes exportadores.

Entendemos que a aplicação da compensação de ofício dos créditos do REINTEGRA contra débitos vincendos com exigibilidade suspensa afronta o artigo 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), que prevê a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos tributários no caso de parcelamento.

Neste sentido, a presente emenda objetiva corrigir este problema, a partir da proposta de inclusão de artigo 24-A na Lei 13.043, de 2014, dispondo que não é permitida a compensação de ofício, prevista no art. 73 da Lei nº 9.430, de 1996, sobre as parcelas vincendas com exigibilidade suspensa.

Espera-se, assim, garantir um ambiente regulatório mais estável para que as empresas exportadoras brasileiras possam atuar com segurança nos mercados internacionais e que o REINTEGRA efetivamente atinja os seus objetivos de promover e estimular as exportações brasileiras a partir do aumento da sua competitividade.

Sala da Comissão,

Senador RICARDO FERRAÇO

MPV 675
00006

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015:

“**Art. XXº** A Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 22** No âmbito do Reintegra, a pessoa jurídica que exporte os bens de que trata o art. 23 poderá apurar crédito, mediante a aplicação de percentual de 3% (três por cento) sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior.

§1º O percentual referido no *caput* poderá ser alterado por ato do Poder Executivo, podendo variar entre 0,1 (um décimo por cento) e 3% (três por cento), admitindo-se diferenciação por bem.

§8º A alteração do percentual de que trata o § 1º somente terá vigência após 180 (cento e oitenta) dias da publicação do ato do Poder Executivo no Diário Oficial da União.” (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O REINTEGRA é um mecanismo que visa promover o permanente ressarcimento do resíduo tributário nas cadeias produtivas exportadoras beneficiando diretamente milhares de empresas exportadoras brasileiras. Prática esta, não apenas reconhecida pela Organização Mundial do Comércio, mas executada pelos principais países concorrentes do Brasil no mercado internacional.

2

A regulamentação deste mecanismo está a cargo do Poder Executivo, que editou, no dia 27 de fevereiro de 2015, o Decreto nº 8.415, reduzindo os percentuais de aplicação do Reintegra sobre o valor exportado já a partir de 1º de março de 2015.

A possibilidade de alterações significativas no percentual permitido para apuração de créditos tem grandes impactos na equação econômica das empresas exportadoras. A possibilidade de alterações imediatas gera ainda outro grave problema, qual seja, a falta de previsibilidade para os exportadores, afetando a sua capacidade de negociar.

A redução dos percentuais vigentes de maneira súbita e imediata desconsidera a realidade das empresas exportadoras que já haviam precificado suas exportações para embarque no futuro próximo considerando a vigência do percentual maior então em vigor.

É imprescindível que as empresas exportadoras tenham um período mínimo de previsibilidade a respeito da vigência das regras aplicáveis à sua atividade.

Esta emenda objetiva corrigir tais problemas. Assim, sugere-se a alteração do *caput* e do §1º do art. 22 da Lei nº 13.043, de 2014, fixando-se o percentual inicial em 3%, mas mantendo-se a permissão para que o Poder Executivo possa alterá-lo entre 0,1% e 3%. Adicionalmente, propõe-se a inclusão de novo parágrafo (§8º) definindo que as mudanças dos percentuais somente terão vigência a partir de cento e oitenta dias de sua publicação.

Espera-se, assim, garantir um ambiente regulatório mais estável para que as empresas exportadoras brasileiras possam atuar com segurança no mercado internacional.

Sala da Comissão,

Senador RICARDO FERRAÇO

MPV 675
00006

EMENDA Nº 1 - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015:

“**Art. XXº** A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 26.** O valor correspondente à compensação de débitos relativos às contribuições de que trata o art. 2º desta Lei será repassado ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social no máximo 2 (dois) dias úteis após a data em que ela for promovida de ofício ou for apresentada a declaração de que trata o § 1º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei da Super-Receita promulgada em 2007 concentrou na nova Secretaria da Receita Federal do Brasil as atribuições antes divididas entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social.

Por opção do legislador, a Lei nº 11.457, de 2007, expressamente afastou a aplicação do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, às contribuições previdenciárias, sendo, por isso, incabível a compensação de créditos de outros tributos com as contribuições previdenciárias vencidas ou vincendas.

A compensação tributária deve observar o disposto no art. 170 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), segundo o qual é necessária a existência de lei que estipule as condições e

2

garantias por meio das quais será possível o encontro de contas entre o contribuinte e o Fisco.

Na conjuntura em que se encontra atualmente a economia brasileira, entendemos que devemos revisitar o tema da compensação tributária de créditos previdenciários com outros débitos tributários, de forma que os créditos tributários acumulados possam ser regularmente utilizados para liquidação dos débitos previdenciários a cargo dos contribuintes.

Neste sentido, a presente emenda objetiva alterar o *caput* do art. 26 da Lei nº 11.457, de 2007, passando a autorizar que as citadas compensações também possam se dar com base em declaração do contribuinte.

Adicionalmente, revoga-se o parágrafo único do mesmo artigo, o que passa a permitir que seja feita a compensação de créditos tributários com débitos previdenciários.

Entende-se que tais alterações diminuirão a burocracia e tornarão o sistema mais justo e isonômico.

Sala da Comissão,

Senador RICARDO FERRAÇO



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
	26/05/2015		MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de 2015

	5	N. PRONTUÁRIO
--	---	---------------

6	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	-------------------------------------	----	---------------------------------------	----	--	----	----------------------------------	----	--

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do parágrafo doze do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e acrescenta novo parágrafo, nos seguintes termos:

Art. O parágrafo décimo segundo do art. 8º e o art. 28, ambos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 8º

§ 12.

XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi., bem como partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados, exclusivamente para a sua fabricação ou reparo, inclusive quando importados diretamente pelo fabricante de pá de motor ou da

turbina eólica.

§ 25. O saldo de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras do setor de energia eólica poderão ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria.

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:

XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI, bem como os insumos e matérias-primas destinados exclusivamente para a sua produção."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda vem aperfeiçoar o texto já incorporado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que trata da questão do PIS/COFINS em relação ao setor na energia eólica.

Atualmente, a energia eólica tem contribuído para o incremento do setor fonte, com um aumento exponencial tanto na capacidade instalada de geração de energia com a produção de pás, quanto na geração de empregos diretos e indiretos e investimentos nos últimos anos.

Entretanto, a redação atual do inciso XL do art. 8º, parágrafo 12, não tem contemplado de modo adequado o setor eólico, essencial para o aumento da produção de energia no país, sobretudo neste momento crítico para o setor energético.

A redação ora em vigor tem provocado um grande acúmulo de créditos de PIS/COFINS na cadeia produtiva, sem que os mesmos possam ser direcionados sob a forma de investimento, comprometendo a continuidade das empresas do setor.

Cabe destacar que medidas análogas já contemplaram em Medidas Provisórias, anteriormente aprovadas nesta Casa, diversos setores da área de produção e geração de energia.

Assim, é de suma importância a alteração da redação ora em vigor, nos termos propostos.

DEPUTADO RICARDO BARROS



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 26/05/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de 2015
		4	N. PRONTUÁRIO
6	<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
9	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA SUPRESSIVA

Revoga o art. 1º da Lei nº 13.097, de 2015

Art. Fica revogado os incisos XL do parágrafo 12, do art 8º da Lei nº 10.865, de 2004, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.097, de 2015.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda vem excluir o texto incorporado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que trata da questão do PIS/COFINS em relação ao setor na energia eólica.

Atualmente, a energia eólica tem contribuído para o crescimento da capacidade instalada desta fonte, com um aumento exponencial tanto na capacidade instalada de geração de energia com a produção de pás, quanto na geração de empregos diretos e indiretos e investimentos nos últimos anos.

Entretanto, a redação atual do referido art. 1º, não tem contemplado de modo adequado o setor eólico, essencial para o aumento da produção de energia no país sobretudo neste momento crítico para o setor energético.

A redação ora em vigor tem provocado um grande acúmulo de créditos de PIS/COFINS na cadeia produtiva, sem que os mesmos possam ser direcionados sob a forma de investimento, comprometendo a continuidade das empresas do setor.

Cabe destacar que medidas análogas já contemplaram em Medidas Provisórias, anteriormente aprovadas nesta Casa, diversos setores da área de produção e geração de energia.

Assim, é de suma importância a alteração da redação ora em vigor, nos termos ora proposto.

DEPUTADO RICARDO BARROS



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00009**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015****EMENDA**

Inclua-se, onde couber, na presente Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015, o seguinte artigo:

“Art. X. As pessoas jurídicas a que se refere o inciso I do Art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo Art. 1º da presente Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, deverão aplicar a alíquota de 15% (quinze por cento) nos meses-calendário compreendidos entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2015, e a alíquota de 20% (vinte por cento) para os demais meses.”

JUSTIFICAÇÃO

O artigo primeiro da referida Medida Provisória alterou a redação do inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.689, de 15.12.1988, que instituiu a CSLL, majorando a alíquota de CSLL incidente sobre o lucro das Entidades Financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). Um ponto relevante acerca da majoração da alíquota da CSLL diz respeito à sua não aplicação com relação aos acréscimos patrimoniais ocorridos antes da sua entrada em vigor: i.e., a eventual tributação proporcional a ser realizada no ajuste anual/fim do exercício, considerando as antecipações ou estimativas realizadas quando da vigência da alíquota de 15%.

Para não deixar dúvidas sobre qual alíquota cobrar nos respectivos meses do corrente ano propomos aplicar a atual alíquota de 15% (quinze por cento) nos meses-calendário compreendidos entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2015, e a alíquota de 20% (vinte por cento) para os demais meses.

Deputado **RUBENS BUENO**
PPS/PR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00010

EMENDA Nº _____

DATA
26/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR		PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO	JOÃO DERLY	PCdoB	RS	01/01
EMENDA ADITIVA				
<p>Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:</p> <p>“Art. XX. O art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º Poderão ser deduzidos, por tempo indeterminado, do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.”</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>Em dezembro de 2006, foi publicada a Lei nº 11.438, destinada a fomentar as atividades de caráter desportivo. Em seu art. 1º, possibilita que, até o ano-calendário de 2015, pessoas físicas e jurídicas deduzam do imposto de renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.</p> <p>A Lei de Incentivo foi um grande sucesso, por isso, entendemos fundamental a ampliação do prazo, por tempo indeterminado, para incentivarmos ainda mais o esporte nacional.</p>				
26/05/2015 DATA		_____ ASSINATURA		

MPV 675
00011



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA 675 de 2015				
AUTOR Weverton Rocha-PDT/MA				Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA	
<p>Acréscita-se o inciso III ao art. 3º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988, modificado pela MP 675 de 2014:</p> <p>*Art 3º.....</p> <p>I-.....</p> <p>II-.....</p> <p>III- Caberá ao Banco Central do Brasil fiscalizar para que o aumento dos percentuais da CSLL de que trata o inciso I sejam repassados aos seus correntistas na forma de aumento das tarifas bancárias.</p> <p>IV- A infringência ao inciso III sujeitará os infratores às penalidades estabelecidas pelo Banco Central do Brasil conforme regulamento.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A emenda proposta estabelece punição aos bancos quando constatado que o aumento da CSLL foi repassado aos correntistas na forma de aumento das tarifas bancárias. Não podemos permitir que mesmo com lucros estratosféricos os bancos possam repassar o aumento da contribuição sobre o lucro líquido à população como forma de amenizar suas perdas. Já basta termos que pagar um juro do cartão de crédito rotativo que atingiram em março, expressivos 345,8% ao ano a mais alta de todas as modalidades de crédito.</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURA</p>					

MPV 675
00012



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA 675 de 2015			
AUTOR Weverton Rocha-PDT/MA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>Modifica-se o inciso I do art. 3º da Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988, modificado pela MP 675 de 2014:</p> <p>Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>*Art.3º.....</p> <p>I - 25% (vinte e cinco por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e</p> <p>....." (NR)</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Aumentar somente em 5% a Contribuição Social Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras, conforme a proposição da medida provisória é muito insignificante quando se tem dados de que em um cenário de juros altos, os principais bancos do país têm registrado aumento no seu lucro nos primeiros meses deste ano acima de 10%. Atualmente, para tentar conter a inflação, a taxa básica de juros do país está em 13,25% ao ano – o que representa os juros reais (calculados após o abatimento da inflação prevista para os próximos 12 meses) mais altos do mundo.</p> <p>O Banco do Brasil, maior banco do país em ativos, anunciou recentemente que teve lucro líquido de R\$ 5,81 bilhões no primeiro trimestre, alta de 117,3% ante igual período de 2014.</p> <p>Já o Itaú-Unibanco registrou lucro líquido contábil de R\$ 4,41 bilhões no primeiro</p>				


trimestre deste ano. Foi registrado crescimento de 27,3% sobre os R\$ 3,472 bilhões do primeiro trimestre de 2013.

Segundo um levantamento feito pela consultoria Economática para a BBC Brasil, apesar da desaceleração econômica, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de capital aberto no Brasil foi de 18,23% em 2014 – mais que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,88%).

Assim, não é socialmente justo aumentar esta o CSLL em somente 5%, neste sentido, estipulamos uma alíquota de 10% o que reflete a taxa média de juros cobrados pelos bancos a seus correntistas.

ASSINATURA

MPV 675
00013

 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Emenda N° _____/____
---	--------------------------------

PROPOSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MP 675/2015	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA _____

PLENÁRIO

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
			1/1

TEXTUALIZAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. Os consumidores finais instalados em regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com unidades fabris em operação conectadas ao sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica com tensões iguais ou superiores a 138kV (cento e trinta e oito mil quilovolts), independentemente de terem exercido ou não a opção prevista nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, tem direito à contratação de fornecimento de energia na forma definida neste artigo.

§ 1º As concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, deverão, a partir da publicação desta lei, firmar, quando solicitado pelo consumidor final de que trata o caput, contrato de fornecimento, com vigência até 31 de dezembro de 2035, nas mesmas condições estabelecidas nos contratos de fornecimento descritos no art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, incluindo tarifas, preços, critérios de reajuste e demais condições de fornecimento.

§ 2º O montante de energia que será disponibilizado por cada concessionária geradora para atendimento aos respectivos contratos de fornecimento será calculado, mediante a transformação das reservas contratuais de demanda em energia, considerando a operação de cada unidade consumidora com fator de carga unitário.

§ 3º O montante de energia referido no §2º deste artigo será composto pela garantia física hidráulica complementada por parcela a ser retirada das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, alocadas às distribuidoras pelas respectivas concessionárias de geração.

§ 4º A garantia física hidráulica, mencionada no §3º deste artigo corresponderá àquelas vinculadas aos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica da concessionária geradora de serviço público em operação comercial em 1º de junho de 2014, além da parcela de garantia física de que trata o § 10 do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

§ 5º A parcela a ser retirada das cotas de garantia física hidráulica e de potência de que trata o § 3º deste artigo deverá considerar, além do montante necessário para o complemento da garantia física hidráulica, uma quantidade de energia equivalente a 5% (cinco por cento) do montante destinado ao atendimento desses consumidores, visando à mitigação do risco hidrológico.

§6º Os contratos de fornecimento previstos neste artigo poderão ser rescindidos ou ter seus montantes reduzidos caso o consumidor desista da energia elétrica da concessionária de geração em decorrência da autoprodução de energia elétrica, compra de outro fornecedor ou desativação da sua unidade industrial, desde que manifestado com 18 (dezoito) meses de antecedência, ficando, porém, assegurado às concessionárias de geração a manutenção das respectivas parcelas de garantia física mencionadas nos §§ 3º, 4º e 5º deste artigo.

§ 7º Os contratos de que trata este artigo poderão ser rescindidos ou ter seus montantes contratuais reduzidos caso as concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, tenham, respectivamente, suprimidas ou reduzidas quaisquer das parcelas consideradas no §3º.

§ 8º Caberá à Aneel a regulamentação dos procedimentos de que tratam os §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo em um prazo máximo de 60 (sessenta dias) contados da publicação desta Lei.

§ 9º. Com vistas a assegurar o atendimento dos contratos de fornecimento de energia elétrica alcançados por este artigo e garantir o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, as usinas hidrelétricas, em operação comercial em 1º de junho de 2014, das respectivas concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, terão seus prazos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a critério das concessionárias, não se destinando, excepcionalmente, as correspondentes garantias físicas vinculadas a esses contratos de fornecimento à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013

§10 Na aplicação deste artigo, salvo as alterações necessárias para constituição dos contratos de conexão e uso dos sistemas elétricos, as decorrentes de dispositivos legais supervenientes e as livremente pactuadas pelas partes, é vedado à concessionária e permissionária introduzir unilateralmente nos contratos de fornecimento outras alterações.

JUSTIFICATIVA

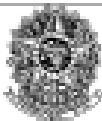
A presente emenda aditiva apresenta importante medida para manutenção de emprego e renda na Região Nordeste. Em virtude do cenário hidrológico adverso, os preços no mercado livre de energia aumentaram, impedindo que as empresas que possuem contratos celebrados entre concessionárias geradoras de serviço público os substituam por outros com preços condizentes com a normalidade do setor

elétrico. Entendemos, contudo, que são necessários ajustes para conferir maior efetividade à medida, considerando que o citado cenário adverso engloba também o polígono das secas - área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (municípios do Estado do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo), cujo fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais com unidades fabris em operação conectadas ao sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica com tensões iguais ou superiores a 138Kv denota-se essencial para, ao assegurar e preservar a sua competitividade, manter esses consumidores e suas plantas industriais nessas regiões notadamente críticas, marcadas por múltiplas carências nas áreas social e econômica, ante sua relevância na geração de trabalho, renda, tributos e diminuição das desigualdades regionais

Brasília, 25 de maio de 2015

Deputado Glacobo

MPV 675
00014

 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Emenda N° _____
---	-----------------

PROPOSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MP 675/2015	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA _____

PLENÁRIO			
AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
			1/1

TEXTUALIZAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. Os consumidores finais instalados em regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com unidades fabris em operação conectadas ao sistema de transmissão ou distribuição de energia elétrica com tensões iguais ou superiores a 138kV (cento e trinta e oito mil quilovolts), tem direito à contratação de fornecimento de energia elétrica na forma definida neste artigo.

§1º As concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, deverão, a partir da publicação desta lei, aditar os contratos de fornecimento firmados com os consumidores finais de que trata o caput e que estiveram vigentes até 31 de dezembro de 2014, para vigorarem até 31 de dezembro de 2035, respeitando-se as mesmas condições estabelecidas nos contratos originais, incluindo preços, tarifas, critérios de reajuste e demais condições de fornecimento.

§ 2º O montante de energia que será disponibilizado por cada concessionária geradora para atendimento aos respectivos contratos de fornecimento será calculado, mediante a transformação das reservas contratuais de demanda em energia, considerando a operação de cada unidade consumidora com fator de carga unitário.

§ 3º O montante de energia referido no §2º será composto pela garantia física hidráulica complementada por parcela a ser retirada das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, alocadas às distribuidoras pelas respectivas concessionárias de geração.

§ 4º A garantia física hidráulica, a que se refere o §3º, corresponderá àquelas vinculadas aos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica da concessionária geradora de serviço público em operação comercial em 1º de junho de 2014, além da parcela de garantia física de que trata o § 10 do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

§ 5º A parcela a ser retirada das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o § 4º deste artigo deverá considerar, além do montante necessário para o complemento da garantia física hidráulica, uma quantidade de energia equivalente a 5% (cinco por cento) do montante destinado ao atendimento desses consumidores, visando à mitigação do risco hidrológico.

§ 6º Os contratos de fornecimento previstos neste artigo poderão ser rescindidos ou ter seus montantes reduzidos caso o consumidor prescinda da energia elétrica da concessionária de geração em decorrência da autoprodução de energia elétrica, compra de outro fornecedor ou desativação da sua unidade industrial, desde que manifestado com 18 (dezoito) meses de antecedência, ficando, porém, assegurado às concessionárias de geração a manutenção das respectivas parcelas de garantia física mencionadas nos §§ 3º, 4º e 5º deste artigo.

§ 7º Os contratos de que trata este artigo poderão ser rescindidos ou ter seus montantes contratuais reduzidos caso as concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, tenham, respectivamente, suprimidas ou reduzidas quaisquer das parcelas consideradas no § 3º.

§ 8º Caberá à Aneel regulamentar os procedimentos de que tratam os §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) contados da publicação desta Lei.

§ 9. Com vistas a assegurar o atendimento dos contratos de fornecimento de energia elétrica alcançados por este artigo e garantir o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, as usinas hidrelétricas, em operação comercial em 1º de junho de 2014, das respectivas concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, terão seus prazos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a critério das concessionárias, não se destinando, excepcionalmente, as correspondentes garantias físicas vinculadas a esses contratos de fornecimento à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

JUSTIFICATIVA


A presente emenda aditiva apresenta importante medida para manutenção de emprego e renda na Área da SUDENE, uma das áreas mais pobres e carentes do Brasil. Em virtude do cenário hidrológico adverso, os preços no mercado livre de energia aumentaram, impedindo que as empresas que possuem contratos celebrados entre concessionárias geradoras de serviço público os substituam por outros com preços condizentes com a normalidade do setor elétrico. Entendemos, contudo, que são necessários ajustes para conferir maior efetividade à medida, considerando que o citado cenário adverso engloba também o polígono das secas - área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste -

SUDENE (municípios do Estado do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo), cujo fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais com unidades fabris em operação conectadas ao sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica com tensões iguais ou superiores a 138kV denota-se essencial para, ao assegurar e preservar a sua competitividade, manter esses consumidores e suas plantas industriais nessas regiões notadamente críticas, marcadas por múltiplas carências nas áreas social e econômica, ante sua relevância na geração de trabalho, renda, tributos e diminuição das desigualdades regionais. Além da manutenção do emprego e Renda.

Brasília, 25 de maio de 2015

Deputado Giacobbo

MPV 675
00015

 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Emenda N° _____/____
---	--------------------------------

PROPOSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MP 675/2015	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA _____

PLENÁRIO

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
			1/1

TEXTUALIZAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, por meio de suas subsidiárias, deverá, na forma definida neste artigo, firmar ou aditar, conforme o caso, contrato de fornecimento de energia elétrica com os consumidores finais instalados em regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com unidades fabris em operação conectadas ao sistema de transmissão ou distribuição de energia elétrica com tensões iguais ou superiores a 138kV (cento e trinta e oito mil quilovolts).

§1º O contrato de fornecimento de energia elétrica a que se refere o caput vigorará até 31 de dezembro de 2035, e terá como preço de energia inicial o mesmo obtido para a UHE São Manoel no 2º Leilão de Energia A-5 realizado no ano de 2013.

§2º Incumbe às subsidiárias da ELETROBRAS a que se refere o art. 2º da Lei 5.899 de 05 de julho de 1973, firmar os respectivos contratos de fornecimento de energia, observando-se as diretrizes estabelecidas neste artigo, podendo o consumidor final, com receita bruta anual de exportação superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), optar pelo reajuste anual vinculado ao IPCA ou à variação cambial, ficando, neste último caso, a ELETROBRAS autorizada a utilizar cotas de energia provenientes da ITAIPU para atendimento a estes consumidores.

§3º O montante de energia que será disponibilizado por cada concessionária geradora para atendimento aos respectivos contratos de fornecimento será calculado, mediante a transformação das reservas contratuais de demanda em energia, considerando a operação de cada unidade consumidora com fator de carga unitário.

§4º O montante de energia de que trata o §3º deste artigo será composto pela garantia física hidráulica das cotas de energia da ITAIPU ou das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, alocadas às distribuidoras pelas respectivas concessionárias de geração.

§ 5º A garantia física hidráulica, a que se refere o §4º deste artigo, corresponderá àquelas vinculadas aos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica da concessionária geradora de serviço público em operação comercial

em 1º de junho de 2014, da parcela de garantia física de que trata o §10 do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, além das cotas de energia de ITAIPU.

§ 6º A parcela a ser retirada das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o §4º deste artigo deverá considerar, além do montante necessário para o complemento da garantia física hidráulica, uma quantidade de energia equivalente a 5% (cinco por cento) do montante destinado ao atendimento desses consumidores, visando à mitigação do risco hidrológico.

§ 7º Os contratos de fornecimento previstos neste artigo poderão ser rescindidos ou ter seus montantes reduzidos caso o consumidor prescindir da energia elétrica da concessionária de geração em decorrência da autoprodução de energia elétrica, compra de outro fornecedor ou desativação da sua unidade industrial, desde que manifestado com 18 (dezoito) meses de antecedência, ficando, porém, assegurado às concessionárias de geração a manutenção das respectivas parcelas de garantia física mencionadas nos §§ 4º, 5º e 6º deste artigo.

§ 8º Os contratos de que trata este artigo poderão ser rescindidos ou ter seus montantes contratuais reduzidos caso as concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, tenham, respectivamente, suprimidas ou reduzidas quaisquer das parcelas consideradas no §4º.

§ 9º Caberá à Aneel a definição dos procedimentos de que tratam os §§ 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo em um prazo máximo de 60 (sessenta dias) contados da publicação desta Lei.

§ 10. Com vistas a assegurar o atendimento dos contratos de fornecimento de energia elétrica alcançados por este artigo e garantir o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, as usinas hidrelétricas, em operação comercial em 1º de junho de 2014, das respectivas concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, terão seus prazos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a critério das concessionárias, não se destinando, excepcionalmente, as correspondentes garantias físicas vinculadas a esses contratos de fornecimento à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda aditiva apresenta importante medida para manutenção de emprego e renda na Área da SUDENE, uma das áreas mais pobres e carentes do Brasil. Em virtude do cenário hidrológico adverso, os preços no mercado livre de energia aumentaram, impedindo que as empresas que possuem contratos celebrados entre concessionárias geradoras de serviço público os substituam por outros com preços condizentes com a normalidade do setor elétrico. Entendemos, contudo, que são necessários ajustes para conferir maior efetividade à medida, considerando que o citado cenário adverso engloba também o polígono das secas - área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (municípios do Estado do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo), cujo fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais com unidades fabris em operação conectadas ao sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica

com tensões iguais ou superiores a 138kV denota-se essencial para, ao assegurar e preservar a sua competitividade, manter esses consumidores e suas plantas industriais nessas regiões notadamente críticas, marcadas por múltiplas carências nas áreas social e econômica, ante sua relevância na geração de trabalho, renda, tributos e diminuição das desigualdades regionais. Além da manutenção do emprego e Renda.


No que concerne às Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - ELETROBRÁS, a emenda observa os limites de sua competência institucional definida pela Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, que dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU e dá outras providências, uma vez que a ELETROBRÁS configura órgão de coordenação técnica, financeira e administrativa do setor de energia elétrica, ao qual compete promover a construção e a respectiva operação, através de subsidiárias de âmbito regional, de centrais elétricas de interesse supra-estadual e de sistemas de transmissão em alta e extra-alta tensões, que visem a integração interestadual dos sistemas elétricos, bem como dos sistemas de transmissão destinados ao transporte da energia elétrica produzida em aproveitamentos energéticos binacionais.

Quanto à contratação de reajuste vinculado à variação cambial, oportuno esclarecer que não há vedação legal para este tipo de contratação, desde que devidamente autorizada por lei federal, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. Neste caso, a emenda, ainda, pretende conferir autorização legal para esse tipo de contratação, notadamente essencial para se assegurar competitividade às empresas exportadoras, que tem na energia elétrica um dos seus principais insumos.

Brasília, 25 de maio de 2015

Deputado Giacobbo

MPV 675
00016

 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	ETIQUETA
--	----------

Data / /	proposição Medida Provisória nº 675, de 21/ 05 / 2015
-------------	---

Autor REGINALDO LOPES	nº do prontuário
---------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICATIVA

O artigo 1º da Medida Provisória 675 de 2015 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

I – 27,5% (vinte e sete e meio por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;e....." (NR)

JUSTIFICATIVA

Os quatro maiores bancos do país, Banco do Brasil, ITAU, Bradesco e Santander, mantiveram lucros crescentes e inadimplência controlada em 2014, mesmo com a economia enfrentando uma crise que dificultou a vida de diversos setores, eles cresceram cerca de 27%. Se olharmos para o cenário do primeiro trimestre de 2015, mesmo com a economia dando sinais de retração os quatro maiores bancos do país registraram lucro maior que o mesmo período de 2014, algo superior a 20%. Uma vez que há a necessidade de um ajuste fiscal e que é preciso que os governos possam melhorar a arrecadação, é preciso que se aumentem os tributos de quem mais concentra renda no país. Com os dados acima é fácil perceber qual setor da economia tem desequilibrado esta conta, sem falar que não é um setor produtivo. A medida provisória acerta na necessidade de aumento deste imposto para este setor, mas analisando esta situação é preciso ser mais ousado. Uma vez que a tabela de imposto de renda pessoa física cobra do contribuinte com maior renda o percentual de 27,5%, podemos aplicar a mesma concepção para a acumulação de renda provinda do capital. Esta emenda visa propor a implementação desta ideia.

PARLAMENTAR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 675
00017****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675/ 2015**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica o inciso I do artigo 3º dando a seguinte redação:

“Art. 3º

I – 27,5% (vinte e sete e meio por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

e....."
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O princípio da progressividade, no direito tributário, estabelece que os impostos devem onerar mais aquele que detiver maior riqueza tributária.

Nesse sentido, o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, de 15% para 27,5%, das instituições financeiras, está plenamente de acordo com o princípio da progressividade tributária e da isonomia, inscrito na Constituição Federal, no Parágrafo 1º, do Art. 145.

A proposta de elevação da alíquota da CSLL se baseia também no caráter progressivo do imposto de renda no Brasil, já consolidado em legislação, para que se faça justiça tributária.

Muitos países desenvolvidos adotam o sistema progressivo de tributação. Os EUA, por exemplo, têm estabelecidas alíquotas do imposto de renda variáveis, entre 15% e 39,6%. A progressividade é escalonada em cinco patamares diferenciados: 15, 28, 31, 36, e 39,6%.

Beneficiadas pela política macroeconômica para conter a inflação, que recentemente elevou a taxa básica de juros do país para 13,25% ao ano, as instituições financeiras têm obtido lucros espetaculares nas últimas décadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Bradesco, por exemplo, encerrou o primeiro trimestre de 2015 com lucro líquido contábil de R\$ 4,24 bilhões, um crescimento de 6,3% com relação ao resultado do quarto trimestre de 2014 e de 23,3% frente ao mesmo período do ano anterior.

O Banco do Brasil, maior banco do país em ativos, anunciou recentemente lucro líquido de R\$ 5,81 bilhões no primeiro trimestre, alta de 117,3% ante igual período de 2014.

O Itaú-Unibanco registrou lucro líquido contábil de R\$ 4,41 bilhões no primeiro trimestre deste ano, crescimento de 27,3% sobre os R\$ 3,472 bilhões do primeiro trimestre de 2013.

Apesar da desaceleração econômica, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de capital aberto no Brasil foi de 18,23% em 2014 – mais que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,68%).

Reportagem publicada recentemente no jornal norte-americano *"The New York Times"*, cita os lucros dos cartões de crédito, no Brasil, em mais de 240% ao ano e de 100% cobrados pelos empréstimos bancários.

A emenda apresentada visa promover justiça fiscal, conforme o princípio da progressividade, da capacidade contributiva e da isonomia com demais setores.

Convencido da necessidade de corrigir essa distorção do sistema tributária brasileiro, solicito ao Senhor Relator o acolhimento desta emenda, e o apoio dos parlamentares desta Comissão para aprovação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, 26 de maio de 2015.

Deputado PEDRO UCZAI – PT/SC

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 675
00018****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015.**
(Do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 7.668, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015:

*Art. O artigo 4º da Lei 9.808, de 20 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 4º - Serão concedidos aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 31 de dezembro de 2020, o benefício de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM." (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece novo prazo de vigência para isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) concedido aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia, e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento dessas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas superintendências de desenvolvimento.

A isenção supramencionada é concedida pela Lei 9.808, de 20 de julho de 1999, em seu artigo 4º (redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011) com previsão de fruição do benefício até 31 de dezembro de 2015, abrangendo a região Nordeste e Amazônia:

"Art. 4º- Serão concedidos aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 31 de dezembro de 2015, o benefício de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)." (Redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011).

Trata-se de medida para a consolidação do objetivo fundamental da República grafado no artigo 3º da Constituição, que consiste em reduzir as desigualdades sociais e econômicas existentes nas diversas regiões do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pais, senão vejamos no texto reproduzido em seguida:

"Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Uma das estratégias propostas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, é a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, por meio do uso de instrumentos que estimulem a formação de capital fixo e social em regiões menos favorecidas, e que impliquem na geração de emprego e renda.

Assim, com a finalidade de dar continuidade aos esforços governamentais para redução das desigualdades regionais, propõe-se a prorrogação para 31 de dezembro de 2020, do prazo constante no art. 4º da Lei 9.808, de 1999, para a isenção do AFRMM aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem nas regiões do Nordeste e Norte (Amazônia) e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões.

Caso não seja prorrogada a isenção do AFRMM as empresas sediadas nas regiões Norte e Nordeste, hoje amparadas pela desoneração da SUDENE e SUDAN, pagarão 25% sobre o frete das cargas de importação diminuindo fortemente a competitividade dessas empresas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como ficou demonstrado, a manutenção da isenção do AFRMM é fundamental para a viabilidade das empresas na região Norte e Nordeste. O Governo e o Congresso Nacional devem priorizar a prorrogação desse mecanismo para garantir que o processo de desenvolvimento econômico e social seja contínuo e consistente nessas regiões. Esta isenção tem representado, em média, cerca de 9% do total arrecadado nos últimos anos.

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação da emenda, que é de fundamental relevância para redução das desigualdades regionais.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2015.

Deputado Jorge Córte Real
PTB/PE



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº:~~MPV 675~~**00019****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 26/05/2015	Medida Provisória nº 675/2015			
Autor Deputado Nelson Marquezelli PTB/SP			Nº do Prontuário	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo Global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**EMENDA MODIFICATIVA**

Modifique-se o artigo 1º da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

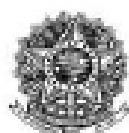
I – 30% (trinta por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e **(NR)”**

JUSTIFICAÇÃO

20% (vinte por cento) para um setor que sempre teve lucros astronômicos é muito pouco, só para exemplificar, citamos as taxas de juros cobradas nas faturas de cartão de crédito, que chegam a um patamar de 300% (trezentos por cento) ao ano.

Enaltecemos os termos da Medida Provisória, mas entendemos que o sistema financeiro especulativo deve arcar com um percentual compatível no país.

PARLAMENTAR**DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI**

MPV 675
00020

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data
26/05/2015Instituição
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015Autor
Deputado Osmar Serraglio – PMDB/PR

Nº do protocolo

☐ 1. O Supressiva
 ☒ 2. O Substitutiva
 ☐ 3. O Modificativa
 ☒ 4. O Aditiva
 ☐ 5. O Subst. global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Adescente-se o seguinte artigo à MPV nº675 /2015:

"Art. O art. 18 da Lei nº 8.727, de 6 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 19. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de refinanciamento de que trata esta lei, fazendo jus à remuneração de 0,01% ao ano, calculada sobre os saldos devedores atualizados, a ser paga mensalmente pelo devedor." (NR)

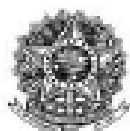
JUSTIFICATIVA

As companhias de habitação popular possuem o conhecimento e mantem corpo administrativo, técnico de engenharia e assistência social que possibilitam ao Estado cumprir os programas de interesse social, aplicando com responsabilidade os recursos públicos, acompanhando as obras, prezando pela qualidade do material, exercendo efetivamente a fiscalização e ainda com acompanhamento das famílias atendidas nesses programas no pré e pós ocupação, permitindo que as conclusões das obras e sua efetiva entregas sejam de plena economicidade para com o recurso público.

As tantas pagas pelas Cohabs reduzem a capacidade de investimento em habitação popular, desviando recursos da atividade fim dessas entidades. Para remover essa incongruência, onde o Governo faz o próprio Governo, apresento essa emenda e peço apoio dos nobres colegas parlamentares.

PARLAMENTAR

Dep. Osmar Serraglio – PMDB/PR

MPV 675
00021

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data
26/05/2015Proposição
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015Autor
Deputado Osmar Serraglio – PMDB/PR

Nº do protocolo

☐ 1. Supressiva
 ☒ 2. Substitutiva
 ☐ 3. Modificativa
 ☒ 4. Aditiva
 ☐ 5. Subst. global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigo à MPV nº 675/ 2015:

“Art. – Os serviços prestados por bancos oficiais às Companhias de Habitação Popular serão isentos de taxas e tarifas em todas operações”.

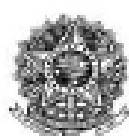
JUSTIFICATIVA

As companhias de habitação popular possuem o conhecimento e mantem corpo administrativo, técnico de engenharia e assistência social que possibilitam ao Estado cumprir os programas de interesse social, aplicando com responsabilidade os recursos públicos, acompanhando as obras, prezando pela qualidade do material, exercendo efetivamente a fiscalização e ainda com acompanhamento das famílias atendidas nesses programas no pré e pós ocupação, permitindo que as conclusões das obras e sua efetiva entregas sejam de plena economicidade para com o recurso público.

As tarifas pagas pelas Cohabs reduzem a capacidade de investimento em habitação popular, desviando recursos da atividade fim dessas entidades. Para remover essa incongruência, onde o Governo taxa o próprio Governo, apresento essa emenda e peço apoio dos nobres colegas parlamentares.

PARLAMENTAR

Dep. Osmar Serraglio – PMDB/PR

MPV 675
00022

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data
26/05/2015Proposição
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015Autor
DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR

Nº do protocolo

☐ 1. O Supressiva
 ☒ 2. O Substitutiva
 ☐ 3. O Modificativa
 ☒ 4. O Aditiva
 ☐ 5. O Subst. global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 2015:

Art. XX - Os entes da administração indireta vinculados a estados e municípios, com finalidade habitacional, constituídos na forma de empresas, autarquias ou fundações que demonstrem capacidade técnica e operacional compatível serão reconhecidos pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal como agentes promotores de projetos habitacionais que tenham como fonte de recursos o Orçamento Geral da União, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Caderneta de Poupança, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo de Arrendamento Residencial, fazendo jus às remunerações correspondentes aos serviços prestados.

§ 1º Para efeitos do disposto no caput deste artigo, entende-se por atribuições do agente promotor, dentre outras, as seguintes atividades:

I - identificação da demanda, seleção e classificação dos inscritos;

II - seleção de áreas para o empreendimento, avaliação obtenção de carta de opção para sua compra;

III - elaboração de projetos para loteamentos, habitações, infraestrutura e equipamentos comunitários, em seus aspectos socioeconômicos, financeiros, jurídicos e técnicos;

IV - execução das obras, diretamente ou por contratação de construtoras e fiscalização da construção das unidades habitacionais; e

V - trabalho social.

§2º Nos projetos habitacionais que atendam a população de até 50 mil habitantes, que tenham como principais fontes de recursos o Orçamento Geral da União ou do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, instituído nos termos da Lei nº 11.124, de 2005, os entes mencionados no caput deste artigo ficam autorizados a:

I - atuar como instituição depositária dos recursos;

II - definir e implementar os procedimentos operacionais necessários à aplicação dos recursos, com base nas normas e diretrizes elaboradas pelo Ministério das Cidades;

III - controlar a execução físico-financeira dos recursos; e

IV - prestar contas das operações realizadas com base nas atribuições que lhe sejam especificamente conferidas, submetendo-as ao Ministério das Cidades.

Justificação

As companhias de habitação popular possuem o conhecimento e mantem corpo administrativo, técnico de engenharia e assistência social que possibilitam ao Estado cumprir os programas de interesse social, aplicando com responsabilidade os recursos públicos, acompanhando as obras, prezando pela qualidade do material, exercendo efetivamente a fiscalização e ainda com acompanhamento das famílias atendidas nesses programas no pré e pós ocupação, permitindo que as conclusões das obras e sua efetiva entregas sejam de plena economicidade para com o recurso público

PARLAMENTAR**DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR**

MPV 675
00023



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	proposição Medida Provisória nº 675/2015
DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR	
Nº do prontuário	
1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. Sube. global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, os seguintes artigos:

Art. 1º Os agentes financeiros do SFH, nos saldos devedores dos financiamentos lastreados em recursos do FGTS, aplicarão atualização monetária igual à das contas vinculadas do referido Fundo.

Art. 2º A Caixa Econômica Federal, na condição de Administradora do FCVS será responsável pela apuração de saldos residuais, e demais valores, de responsabilidade desse Fundo resultantes da aplicação do art. 1º.

Justificação

Imediatamente após a extinção do Banco Nacional da Habitação – BNH, em 21 de novembro de 1986, o Conselho Monetário Nacional – CMN (na qualidade então adquirida de órgão central do SFH) veio disciplinar o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo e caixas econômicas.

Na Resolução Nº 1.221, de 24 de novembro de 1996, do Banco Central do Brasil, o CMN determinou que 60% desses recursos deveriam ser aplicados em financiamentos habitacionais e que os respectivos contratos teriam cláusula de atualização monetária vinculada ao rendimento das Letras do Banco Central, efetuada na mesma data e com a periodicidade que for estipulada para o pagamento das prestações. É o que se conhece, no âmbito

do SFH, por critério "data a data".

À época estava em vigor a Lei nº 5.107, de 15 de setembro de 1966 que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dera outras providências, entre as quais a estabelecida em seu artigo 13º, com o seguinte teor:

Art. 13. As aplicações do Fundo serão feitas diretamente pelo BNH ou pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, ou ainda pelos estabelecimentos bancários para esse fim credenciados como seus agentes financeiros segundo normas fixadas pelo BNH e aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I - garantia real;

II - correção monetária igual à das contas vinculadas mencionadas no art. 2º, desta Lei;

III - rentabilidade superior ao custo do dinheiro depositado, inclusive os juros.

(...)

Essa Lei foi revogada pela Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, que a sucedeu e, que, por sua vez, foi substituída pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a qual está em vigor.

Em todos esses textos legais, permanece a determinação no sentido de que a correção monetária das aplicações dos recursos do FGTS seja igual à das contas vinculadas. Não poderia mesmo ser de outra forma, já que se trata de patrimônio dos trabalhadores, cuja garantia deve ser preservada. A principal aplicação dos recursos do FGTS é a prestação de financiamentos imobiliários, notadamente para o segmento habitacional dito de interesse social.

Temos então a seguinte situação: de um lado, o CMN disciplina a atualização monetária das aplicações em financiamentos habitacionais com recursos da poupança e, de outro lado, uma lei ordinária disciplina a atualização monetária das aplicações dos recursos do FGTS.

Na ocasião, esses critérios praticamente se equivalem, já que o valor do índice de atualização era, em qualquer mês, o mesmo para as duas origens de recursos. O que variava era apenas o dia do mês a ser

considerado para sua aplicação. Enquanto as aplicações originárias da poupança eram atualizadas no dia de vencimento das prestações, aquelas originárias do FGTS eram atualizadas sempre no dia 10, independentemente do dia de vencimento das prestações.

Posteriormente, a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, veio instituir procedimentos a serem observados com relação à remuneração das cadernetas de poupança e aos financiamentos concedidos com seus recursos pelas sociedades de poupança e empréstimo, sociedades de crédito imobiliário e caixas econômicas.

A partir dessa Lei, a remuneração da poupança passou ter índices variáveis (as Taxas Referenciais, ou TR), dependendo do dia da aplicação. E esse instrumento legal determinou que os saldos devedores dos financiamentos neles referidos (originários da poupança) concedidos após a vigência da Medida Provisória que lhe deu origem, devem ser reajustados pela variação da TR do dia de assinatura do respectivo contrato (art. 18, §2º).

A Lei 8.177, de 1º de março de 1991, não se refere em nenhum momento a contratos de financiamento lastreados em recursos do FGTS. Ao contrário, sempre que se refere a financiamentos habitacionais, esclarece que se tratam daqueles com recursos da poupança. Porém, como passaram a existir 31 índices diferentes por mês, houve necessidade de que a Lei 8.177 elegesse um deles para as correções das contas vinculadas do FGTS, elegendo-se a TR do dia 1º de cada mês. Consequentemente, esse é também o índice a ser utilizado nas aplicações dos recursos desse Fundo.

Há desta forma um ponto a se esclarecer na legislação, já que a Caixa Econômica Federal – conforme expresso pela GENAF e pela SUFUS, em ofício nº 072/2004 dirigido à Associação Brasileira de Cohabs – entendeu que o índice aplicável a financiamentos com recursos provenientes da caderneta de poupança é extensivo aos financiamentos com recursos do FGTS, pois estaria amparado pelos §§ 3º e 4º do artigo 18 da Lei 8.177. Na verdade, esses parágrafos se referem às "operações ativas e passivas dos fundos vinculados ao SFH" (§ 3º) e às "obrigações do Fundo de Compensação de Variações Salariais" (§ 4º, extinto na ADIN 493).

A tal entendimento resulta em um forte fator de desequilíbrio financeiro para as COHABS, uma vez que a variação acumulada entre janeiro

de 1991 e julho de 2002 para a TR do dia 30 é 15 % inferior à variação da TR do dia 1º no mesmo período. Como o vencimento das prestações devidas pelos promitentes compradores de COHABs e ÓRGÃOS ASSEMELHADOS ocorrem massivamente nos dias 30, é lícito admitir-se que os seus prejuízos tendem para o citado percentual.

A comparação dos saldos devedores evoluídos de uma e de outra maneira, demonstra que o efeito é ainda mais danoso, pois os juros são calculados sobre valores diferenciados e vão sendo incorporados aos respectivos saldos que são reajustados pelos índices distintos. Dependendo da data do contrato, da taxa de juros e da data base do adquirente, as diferenças serão ainda extremamente maiores. Mas ainda que assim não o fossem, nada justifica que a administradora do FCVS imponha aos agentes procedimentos ao arrepio da legislação.

É para esclarecer este ponto da legislação e para permitir a continuidade de prestação de serviço de financiamento habitacional pelas COHABs, fomentando assim a competição nesse setor tão relevante de nossa economia, que ofereço a presente proposição.

PARLAMENTAR

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR

MPV 675
00024



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	proposição Medida Provisória nº 675/2015
autor DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR	Nº do prontuário
1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. Subs. global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, os seguintes artigos:

Art. 1º Fica a União autorizada a convalidar os Planos de Venda que encerram condições excepcionalizadas concedidas pela Caixa Econômica Federal às Companhias Habitacionais e Órgãos Assemelhados, respeitados os limites máximos fixados no subitem 3.4.5.3, Módulo III do Roteiro de Análise afeto ao Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS.

Art. 2º As Companhias de Habitação e os Órgãos Assemelhados formalizarão pedido de reabertura de análise, à Caixa Econômica Federal, na condição de administradora do FCVS, para os contratos que, anteriormente a esta Lei, tiveram a cobertura do FCVS negada.

Art. 3º A Caixa Econômica Federal, na condição de administradora do FCVS, fica a autorizada promover, junto as Companhias Habitacionais e Órgãos Assemelhados, Planos de Venda em condições excepcionalizadas, a serem estabelecidas em regulamentação específica.

Parágrafo Único. Até que a regulamentação específica de que trata o caput seja publicada, serão seguidos os parâmetros estabelecidos no subitem 3.4.5.3, Módulo III do Roteiro de Análise afeto ao Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS.

Justificação

A Caixa Econômica Federal tem, dentre outras, a atribuição de Administrar o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS e

integra o Conselho Curador desse fundo.

Nessa condição, a Caixa tem negado a responsabilidade do FCVS sobre os saldos residuais dos contratos de financiamento firmados pelas Companhias Habitacionais e Órgãos Assemelhados, com seus promitentes compradores, cujos Planos de Comercialização a eles vinculados, encerram condições especiais.

As operações de financiamento habitacional, quando originadas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, se submetem às condições expressas nos respectivos Planos de Comercialização que, por sua vez, foram autorizados pelo Banco Nacional da Habitação – BNH até sua extinção, ou por sua sucessora Caixa Econômica Federal.

O Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS – MNPO e o Roteiro de Análise – RA a ele vinculado, editados por Resolução do CC do FCVS, tratam a questão das condições especiais da seguinte forma, in verbis:

“MNPO DOCUMENTAÇÃO BÁSICA, COMPLEMENTAR E ADICIONAL – ENCAMINHAMENTO E ANÁLISE

10.2 Documentação complementar

Documentos necessários à comprovação de ocorrências casuais, específicas, previsíveis e excepcionalidades permitidas por legislação específica ou por autorização dos órgãos competentes:

.....
.....
j) procuração outorgada pelo Banco Nacional da Habitação – BNH ou outros documentos comprobatórios de condições excepcionais de contratação, previstos no Roteiro de Análise.

RA Módulo III

Condições especiais de contratação

3.4.5.3 Planilha de Rateio, Plano de Venda e Plano/Planilha de Comercialização.”

As COHAB eram fiscalizadas pelo BNH, que regulava desde o seu funcionamento até a concessão de financiamentos a seus mutuários

finais, operações estas que, obrigatoriamente, tinham suas condições de retorno aprovadas por aquele Banco.

Assim, o FCVS aceita estes documentos em comprovação às excepcionalizações concedidas pelo BNH ao Agente Financeiro, no que concerne às condições de retorno dos financiamentos a seus mutuários finais, limitado ao prazo máximo de 360 meses e a taxa de juros máxima de 11,3865%, mesmo que o documento não conste o protocolo do BNH.

As condições de retorno da dívida, autorizadas e excepcionalizadas pelo BNH, constantes do "Plano de Venda ou Plano/Planilha de Comercialização", dizem respeito à primeira contratação envolvendo a COHAB ou órgão assemelhado e o mutuário final.

A Administradora do FCVS tem utilizado como argumento para sustentar a negativa de responsabilidade do FCVS, que a Caixa Econômica Federal não é órgão competente para autorizar condições especiais nos Planos de Comercialização.

PARLAMENTAR

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR

**MPV 675
00025**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	proposição Medida Provisória nº 675/2015
---------------------------	--

autor DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR	Nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	3 modificativa	4. X aditiva	5. Subs. global
--------------	-----------------	----------------	--------------	-----------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, os seguintes artigos:

Art. 1º O inciso VIII do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido de alíneas 'a' e 'b', com a seguinte redação:

"Art. 30.....

VIII – nenhuma contribuição à Seguridade Social é devida:

a) se a construção residencial unifamiliar, destinada ao uso próprio, de tipo econômico, for executada sem mão de obra assalariada, observadas as exigências do regulamento;

b) na execução de habitações populares de interesse social, construídas de forma isolada ou em conjuntos habitacionais, de até 70 m² (setenta metros quadrados), ainda que seja utilizada mão de obra remunerada, por parte das Companhias de Habitação Popular Brasileiras-COHAB's, ou por parte de Agentes Públicos de Habitação mantidos pelos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, ou ainda, por parte de beneficiários de programas habitacionais desenvolvidos por essas entidades que realizem a obra isoladamente ou reunidos em Associação criada com o fim específico de executá-la ou administrá-la." (NR)

Art. 2º Ficam isentas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas auferidas por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, decorrentes das atividades de produção e venda de imóveis destinados à população de baixa renda.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo somente se aplica às empresas públicas, sociedades de economia e suas subsidiárias em que a

participação do ente público municipal, estadual ou federal controlador seja igual ou superior a noventa por cento do montante do capital social realizado.

Art. 3º As subvenções destinadas pela pessoa jurídica de direito público controladora para o custeio das empresas públicas e sociedades de economia mista em que tenham participação igual ou superior a noventa por cento do capital social realizado não serão computadas para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Parágrafo único. O emprego dos recursos decorrentes das subvenções governamentais de que trata o caput não constitui despesa ou custo para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, nem dá direito a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Justificação

A concessão de isenção das contribuições destinadas à Seguridade Social promovida nessa Medida Provisória objetiva, equiparar a construção popular, mesmo quando houver emprego de mão de obra assalariada, ao regime de mutirão uma vez que este regime já quase inexiste nos dias atuais. Com isso se busca fazer justiça aos beneficiários de programas habitacionais não possuem disponibilidade de tempo, em virtude de sua atividade profissional, e aos que não possuem qualificação necessária para a edificação de construções ou não possuem condições físicas, como os casos de idosos e portadores de necessidades especiais.

Para gozar da isenção proposta, a habitação popular deve ter, no máximo, 70 m² (setenta metros quadrados) e pode ser obra isolada ou integrante de conjuntos habitacionais, mesmo que tenha sido realizada com emprego de mão de obra assalariada. O que é compatível com a legislação vigente concede isenção das contribuições destinadas à Seguridade Social nos casos de execução de obra residencial unifamiliar, de uso próprio e de caráter econômico, realizada sem mão de obra assalariada, ou seja, pelo próprio dono ou em regime de mutirão, como determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em seu art. 30, inciso VIII, bem como a Instrução Normativa nº 971/2009/RFB, em seu art. 322, inciso XXV.

Em função disso, a presente medida adequa a legislação à realidade atual, de modo que o benefício da isenção tributária alcance àqueles que mais necessitam, quais sejam, os beneficiários dos programas de habitação popular das COHABs e dos Agentes Públicos de Habitação mantidos pelos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Ademais, é importante ressaltar que as COHABs foram responsáveis pela produção de mais de 1,5 milhões de moradias populares até o final da década de 80. Constituídas por Estados e Municípios, no final da década de 60, atualmente se organizam, em muitos casos, sob a forma de empresas públicas ou sociedades de economia mista, controladas pela respectiva pessoa jurídica de direito público.

As políticas econômicas restritivas de crédito implementadas nas últimas décadas do Século XX, conjugadas com a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), levaram a maioria dessas empresas a deixarem de operar diretamente no mercado. Converteram-se em órgãos executores da política habitacional, atuando tanto na construção de novas moradias, para venda subsidiada à população de baixa renda, quanto na organização de empreendimentos habitacionais.

Ocorre que muitas dessas operações demandam subvenções orçamentárias, geralmente oriundas dos próprios entes controladores, o que, nos termos da legislação vigente, fica sujeito à incidência de tributos federais: o imposto sobre a renda, a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para o PIS/PASEP e a Cofins.

Desonerando-se as receitas oriundas das atividades de produção e venda de tais imóveis, por parte de empresas controladas pelo poder público, com um percentual mínimo de 90% do capital social, e também a transferência de recursos orçamentários para essas empresas, a título de subvenção, atualmente sujeita à incidência da contribuição para o PIS/PASEP, dinamiza-se o setor e faz-se com que mais recursos atinjam seu objetivo final de ofertar moradia digna ao cidadão de baixa renda.

Essa medida tem inegável alcance social, tanto pelo aspecto do impulso que proporciona à solução do problema habitacional, no Brasil, como pelo prisma da desoneração da construção civil, forte geradora de empregos para trabalhadores de baixa qualificação profissional. Não interfere, além

disso, no equilíbrio do mercado privado de incorporação imobiliária, uma vez que a desoneração alcançaria apenas instituições públicas cujas atividades, já objeto de subsídios orçamentários, destinem-se exclusivamente à população de baixa renda.

PARLAMENTAR

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR

MPV 675
00026



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
26/05/2015	Medida Provisória nº 675/2015

autor	Nº do prontuário
DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR	

1 Supressiva	2. substitutiva	3 modificativa	4. X aditiva	5. Subs. global
--------------	-----------------	----------------	--------------	-----------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, os seguintes artigos:

Art. 1º Fica a União autorizada a definir parâmetros e condições de recuperação dos prêmios e das contraprestações devidos pelos agentes financeiros relativamente aos contratos de financiamento averbados na extinta ASH/SFH e com cobertura do FCVS, nas condições previstas nesta Lei.

Art. 2º Na apuração do valor da dívida vencida para liquidação ou negociação a partir da publicação desta Lei, a multa decendial, incidente sobre o pagamento em atraso dos prêmios de seguro dos contratos de financiamentos habitacionais até 1º de novembro de 1993, fica limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor do principal atualizado, e os juros moratórios calculados à taxa de 1% ao ano.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei, as novas operações de parcelamento de débitos, autorizados pela Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, abrangerão a totalidade dos valores dos prêmios e das contraprestações devidos pelos agentes financeiros e a totalidade dos valores das indenizações retidas, ambos até a última competência antes da publicação desta Lei.

Justificação

No âmbito do seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH, quanto à dívida contraída pelos agentes financeiros no período compreendido entre a vigência da Resolução de Diretoria (RD) n.º 18/77, do extinto BNH, e a edição da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP n.º 02, de 28 de outubro de 1993, vigia, como consequência da inadimplência, a aplicação da chamada “multa decendial”, que consistia na sujeição do agente financeiro ao pagamento da multa de 2% (dois por cento), por decêndio ou fração de atraso, sobre o prêmio devido, sem prejuízo da correção monetária cabível (cláusula 17, item 17.2).

Após a edição da Resolução CNSP nº 02/93, nos termos do artigo 10, extinguindo a multa supracitada, estabeleceu que o atraso no pagamento dos prêmios por parte do agente financeiro, implicaria na atualização dos valores devidos, com base diária, mediante a aplicação dos mesmos critérios utilizados nas operações do SFH, acrescidas de mora correspondente a 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante atualizado.

A Resolução nº 314/2012, também do CCFCVS, dispõe no § 2.º do artigo 2.º que na operacionalização da cobertura direta concedida pelo FCVS aos contratos de financiamento habitacional averbados na apólice do SH/SFH, atualmente denominado FCVS/Garantia, para fins de administração na CAIXA será regida por normas gerais, normas específicas e manual de procedimentos operacionais a serem aprovados pelo CCFCVS, sendo que, até a substituição normativa prevista, a administradora do FCVS observará as Condições e as Normas e Rotinas integrantes da Circular SUSEP nº 111, vigente desde 03 de dezembro de 1999 (neste ponto, destacamos que a edição das Resoluções CCFCVS nº 349 e 358, ambas do ano de 2013, em nada alteraram a disposição legal citada).

Convém ressaltar que, na apuração do valor da dívida dos agentes financeiros junto ao extinto Seguro Habitacional, atualmente denominado FCVS/Garantia, para eventual liquidação ou negociação, tem-se que a aplicação dos encargos pelo atraso no pagamento do prêmio ou contraprestação, tais como a multa decendial e, posteriormente, a incidências dos juros de mora no percentual de 1% (um por cento) sobre o prêmio devido, por mês ou fração de atraso, não permite que os primeiros disponham de condições de renegociar suas dívidas, visto o elevado custo financeiro da operação.

Nesse contexto, considerando tais dificuldades, e de modo a reduzir a inadimplência e dar condições para que os agentes financeiros optem pelo parcelamento da dívida, propondo, portanto, uma ação mediadora, em que sejam preservados os interesses dos Agentes Financeiros e o resguardo do FCVS.

PARLAMENTAR

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO PMDB/PR



**MPV 675
00027**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015.
(Do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 2015:

“Art. Para fins de declaração do imposto de renda do exercício de 2016, ano calendário 2015, os contribuintes poderão corrigir monetariamente o custo da aquisição dos bens móveis e imóveis, a contar de janeiro de 1996, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), entre o mês da aquisição e o mês de dezembro/2015.

Parágrafo único. Para fins de apuração de ganho de capital, os contribuintes poderão corrigir monetariamente o custo da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

aquisição dos bens, a contar de janeiro de 1996, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), entre o mês da aquisição e o mês de alienação.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda aditiva busca corrigir grave inconstitucionalidade relativa à apuração do imposto de renda decorrente de ganho de capital. Trata-se da proibição de atualização monetária do valor dos bens declarados no imposto de renda.

O art. 17 da Lei nº 9.249, de 1995, vedou a utilização de correção monetária para a atualização do valor de bens e direitos, gerando enorme distorção ao longo dos anos. O imposto passou a incidir não apenas sobre o lucro imobiliário, mas também sobre parcela do patrimônio. Para existir ganho de capital é necessário que o valor da venda seja superior ao valor decorrente da mera correção monetária. Assim, a emenda aditiva propõe a correção do valor dos bens por meio do IPCA a fim de que o ganho de capital apurado expresse a realidade.

A atualização monetária do valor dos bens declarados no imposto de renda é medida de justiça social.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda aditiva.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2015.

Deputado Jovair Arantes
Líder do PTB



**MPV 675
00028**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015.
(Do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de regime privado e de capitalização e as referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 2015:

"Art. Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural e agroindustrial contratadas por produtores rurais e suas cooperativas, no âmbito do PROÁLCOOL, instituído pelo Decreto nº 76.593, de 14.11.75, cujas normas para financiamentos rurais foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em 23.06.76, amparadas pelo Manual de Normas e Instrução do Banco Central do Brasil, sob o Título Regulamentos e Disposições Especiais (4) e Capítulo "Programa Nacional do Alcool" - Operações Rurais (23), independente da classificação do porte ou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

categoria econômica do produtor rural e da cooperativa, observadas as seguintes condições:

- I – prazo de pagamento: até 15 (quinze) anos, com até 03 (três) anos de carência;
- II – taxa efetiva de juros: de 3% (três por cento) ao ano;
- III – bônus de adimplência: de 15% (quinze por cento) sobre o valor das parcelas pagas até a data de vencimento.

§ 1º Os saldos devedores vencidos deverão ser atualizados até a data de renegociação pelos encargos de normalidade, com o expurgo de quaisquer multas ou encargos por inadimplemento.

§ 2º Na data da renegociação, incidirá rebate de 50% (cinquenta por cento) sobre os saldos devedores atualizados.

§ 3º A renegociação de que trata este artigo deverá ser formalizada em até 12 (doze) meses após a publicação desta Lei, podendo ser este prazo ampliado por decisão do Conselho Monetário Nacional.

§4º Ficam autorizados:

- I - a União e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO, a assumirem os ônus decorrentes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

da renegociação de dívidas de crédito rural e agroindustrial de que trata este artigo, referentes às operações efetuadas com recursos controlados do crédito rural, inclusive com risco para a União, ou administrados pelo BNDES;

II - o Poder Executivo, a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às instituições financeiras os custos decorrentes dos benefícios de que trata este artigo;

III - o Conselho Monetário Nacional, a estabelecer as condições necessárias à implementação do disposto neste artigo, inclusive no que se refere ao enquadramento das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações ou condomínios de produtores rurais, assim como as efetuadas na modalidade grupal ou coletiva.

§5º Ficam os agentes financeiros autorizados a suspender as cobranças administrativas ou a requerer a suspensão das execuções judiciais das dívidas de que trata este artigo até a conclusão do correspondente processo de renegociação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§6º Ficam suspensas as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais das dívidas de que trata este artigo até a conclusão do correspondente processo de renegociação.”

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional do Alcool foi instituído no ano de 1975, tendo por objetivo produzir um combustível alternativo para uso em veículos automotores, em um cenário de significativa elevação dos preços internacionais do petróleo. O Programa incentivou, por meio da concessão de financiamentos, a expansão da produção de matérias-primas destinadas à obtenção de etanol, em especial a cana-de-açúcar, assim como a modernização e a ampliação das destilarias existentes e a instalação de novas unidades produtoras e armazenadoras. Iniciou-se, então, em todo o País, a estruturação da hoje consolidada indústria de produção de etanol em larga escala.

Durante a estruturação inicial dessa indústria, várias restrições foram enfrentadas pelos que investiram no setor. A implantação de empreendimentos em localidades hoje sabidamente inadequadas ao cultivo de cana-de-açúcar e problemas na gestão de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

muitas unidades são alguns exemplos. Além disso, a opção do País pelo uso do etanol sofreu revezes, motivados, em especial, pela queda dos preços do petróleo no mercado internacional e o descrédito do consumidor quanto à garantia de abastecimento de etanol.

Adversidades como essas fizeram com que, ainda hoje, um contingente de empreendimentos da época acumulasse dívidas, grande parte em situação de inadimplência. Há casos em que pequenos produtores ou agricultores familiares respondem perante as instituições financeiras pelos desmandos e desvios de recursos outrora cometidos por dirigentes de suas cooperativas.

Ao propor a renegociação dessas dívidas com a concessão de alguns benefícios, a presente emenda reconhece os percalços enfrentados pelos que se aventuraram na estruturação da indústria de produção de etanol em larga escala em nosso País e prevê condições que buscam viabilizar a quitação de débitos hoje tidos como impagáveis, dado o tempo decorrido e os encargos financeiros acumulados.

O governo federal tem se mostrado bastante sensível às questões atinentes aos pequenos produtores rurais, conforme ficou evidenciado por meio da edição da Medida Provisória nº 636, de 2013, entre tantas outras. Durante a discussão da referida Medida Provisória, no âmbito do Congresso Nacional, houve a concordância do governo quanto à inclusão no Projeto de Lei de Conversão da renegociação das dívidas dos produtores rurais vinculados ao Projeto Agroindustrial do Canavieiro Abraham Lincoln, no Pará (Lei 13.001/2014).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, acredito que, de igual modo, a presente emenda busca fazer justiça aos produtores rurais e cooperados com dívidas oriundas do Programa Proálcool.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres para a aprovação da emenda aditiva.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2015.

Deputado Jovair Arantes

Líder do PTB



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00029 ETIQUETA

DATA
26/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO MARCELO MATOS - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALINEA

Inclui-se, onde couber no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, o seguinte dispositivo:

Art. 1º - Fica incluído o § 3º ao art. 10 da Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992, com a seguinte redação:

§ 3º O pagamento de tributos referentes ao benefício previsto no inciso I do artigo 7B do Decreto-Lei nº 37, de 1966, poderá ser suspenso pelo prazo máximo de 7 (sete) anos somente quando se tratar de industrialização de embarcação de que trata o parágrafo 2º(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo da última década a indústria da Construção Naval vem se reafirmando como um dos principais pilares para a produção industrial brasileira e provando ser um setor estratégico para a economia do país, tendo em vista sua capacidade de gerar empregos e de desenvolver as regiões onde se instala.

Como é sabido, o ciclo produtivo desta indústria é mais extenso do que aqueles com os

quais os demais segmentos industriais costumam trabalhar, podendo a construção de uma única embarcação levar anos, requerendo das empresas envolvidas uma ampla preparação logística para garantir a execução de seus contratos.

Devido ao alto custo dos insumos necessários para a realização de sua atividade, os estaleiros nacionais se valem do Regime do *Drawback* para viabilizar a aquisição da matéria-prima e os equipamentos necessários para a construção das embarcações que lhes são recomendadas.

Aliado a isto, é corriqueiro que os estaleiros nacionais enfrentem problemas como a escassez de mão de obra qualificada, greves e paralisações, atrasos irremediáveis de seus fornecedores e embates com seus clientes nacionais e estrangeiros. Todos estes fatores tem o condão de gerar graves atrasos ao já extenso cronograma do processo produtivo de uma embarcação de grande porte, fazendo com que, muitas vezes, o prazo de apenas 5 anos dos Atos Concessórios do Regime de *Drawback* seja insuficiente para abarcar toda a execução do contrato ao qual está vinculado.

Para que a indústria nacional não corra o risco de ter seus Atos Concessórios vencidos e que, portanto, tenham que dispor de significativos montantes para recolhimentos de impostos relativos à compra de insumos importados que deverão ser processados e exportados, comprometendo assim seu capital de giro para produção e o capital para realização de novos investimentos, além da execução dos contratos vigentes e a própria continuidade das atividades de algumas empresas do setor, é que encaminhamos a presente proposta de emenda, que prorroga o prazo máximo de utilização do Ato Concessório de *Drawback* para até (sete) anos.

Nesse contexto, é possível perceber a superação de um ambiente de incerteza do ponto de vista das empresas.

Em razão disso, a extensão do prazo é medida adequada sob os prismas político,

econômico e legal, haja vista que pretende atribuir segurança jurídica ao novo cenário que se revela com a aprovação da presente emenda.

ASSINATURA

Brasília, 26 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00030

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
	26/05/2015

3	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de 2015

RICARDO BARROS

5	N. PRONTUÁRIO
---	---------------

6	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	-------------------------------------	----	---------------------------------------	----	--	----	----------------------------------	----	--

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do parágrafo doze do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e acrescenta novo parágrafo, nos seguintes termos:

Art. O parágrafo décimo segundo do art. 8º e o art. 28, ambos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 8º

§ 12.

XL - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da Tipi., bem como partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados, exclusivamente para a sua fabricação ou reparo, inclusive quando importados diretamente pelo fabricante de pá de motor ou da

turbina eólica.

§ 25. O saldo de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras do setor de energia eólica poderão ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria.

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:

XXXVII - produtos classificados no Ex 01 do código 8503.00.90 da TIPI, bem como os insumos e matérias-primas destinados exclusivamente para a sua produção."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda vem aperfeiçoar o texto já incorporado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que trata da questão do PIS/COFINS em relação ao setor na energia eólica.

Atualmente, a energia eólica tem contribuído para o incremento do setor fonte, com um aumento exponencial tanto na capacidade instalada de geração de energia com a produção de pás, quanto na geração de empregos diretos e indiretos e investimentos nos últimos anos.

Entretanto, a redação atual do inciso XL do art. 8º, parágrafo 12, não tem contemplado de modo adequado o setor eólico, essencial para o aumento da produção de energia no país, sobretudo neste momento crítico para o setor energético.

A redação ora em vigor tem provocado um grande acúmulo de créditos de PIS/COFINS na cadeia produtiva, sem que os mesmos possam ser direcionados sob a forma de investimento, comprometendo a continuidade das empresas do setor.

Cabe destacar que medidas análogas já contemplaram em Medidas Provisórias, anteriormente aprovadas nesta Casa, diversos setores da área de produção e geração de energia.

Assim, é de suma importância a alteração da redação ora em vigor, nos termos propostos.

DEPUTADO RICARDO BARROS



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00031

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 26/05/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de maio de 2015
4	AUTOR RICARDO BARROS	5	N. PRONTUÁRIO
6	<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 1- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input type="checkbox"/> ADITIVA 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
8	ALÍNEA		

TEXTO

EMENDA SUPRESSIVA

Revoga o art. 1º da Lei nº 13.097, de 2015

Art. Ficam revogados os incisos XL do parágrafo 12, do art 8º e o inciso XXXVII art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004 , com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.097, de 2015.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda vem excluir o texto incorporado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que trata da questão do PIS/COFINS em relação ao setor na energia eólica.

Atualmente, a energia eólica tem contribuído para o crescimento da capacidade instalada desta fonte, com um aumento exponencial tanto na capacidade instalada de geração de energia com a produção de pás, quanto na geração de empregos diretos e indiretos e investimentos nos últimos anos.

Entretanto, a redação atual do referido art. 1º , não tem contemplado de modo adequado o setor eólico, essencial para o aumento da produção de energia no país sobretudo neste momento crítico para o setor energético.

A redação ora em vigor tem provocado um grande acúmulo de créditos de PIS/COFINS na cadeia produtiva, sem que os mesmos possam ser direcionados sob a

forma de investimento, comprometendo a continuidade das empresas do setor.

Cabe destacar que medidas análogas já contemplaram em Medidas Provisórias, anteriormente aprovadas nesta Casa, diversos setores da área de produção e geração de energia.

Assim, é de suma importância a alteração da redação ora em vigor, nos termos ora proposto.

DEPUTADO RICARDO BARROS

**MPV 675
00032**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/05/2015

Proposição

Medida Provisória nº 675 / 2015

Autor

DEPUTADO MANOEL JUNIOR- PMDB/PB

Nº Protocolo

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 Modificativa 4,X Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. xx. A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

.....

§ 9º Para efeito da habilitação para efetuar consignações na folha de pagamento dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, os planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de pessoas e as operações financeiras com participantes, assistidos e segurados contratadas junto a entidades abertas de previdência complementar e seguradoras de pessoas e previdência equiparam-se às operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas junto a instituições financeiras e sociedades de arrendamento.” (NR)

“Art. 6º.....

.....

§ 7º Para efeito da habilitação para efetuar consignações na folha de pagamento dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do caput deste artigo, combinado com o art. 1º desta Lei, os planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de pessoas e as operações financeiras com participantes, assistidos e segurados contratadas junto a entidades abertas de previdência complementar e seguradoras de pessoas e previdência equiparam-se às operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas junto a instituições financeiras e sociedades de arrendamento.” (NR)

Art. XXX. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 115.....

.....

VI – pagamento, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor de benefício, de:

a) empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas; e

b) planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de pessoas e as operações financeiras com participantes,

assistidos e segurados contratados junto a entidades abertas de previdência complementar e seguradoras de pessoas e previdência.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a seguinte emenda com o objetivo de resguardar o cumprimento das obrigações relativas aos planos de previdência complementar e seguro de pessoas e com o intuito de evitar o superendividamento dos consumidores bancários, propomos o acréscimo de previsões sobre a sua consignação em folha de pagamento na Lei n.º 10.820, de 2003, que regula a consignação nas folhas de empregados celetistas e aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, e na Lei n.º 8.213, de 1991, que trata da consignação em folha de beneficiários de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social.

Pedimos aos nobres colegas a aprovação da seguinte emenda a MP 675 de 2015.

DEPUTADO MANOEL JUNIOR- PMDB/PB

MPV 675
00033



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27/05/2015

Proposição

Medida Provisória nº 675 / 2015

Autor

DEPUTADO MANOEL JUNIOR- PMDB/PB

Nº Proenário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 Modificativa 4,X ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo Global

Página	Artigos	Parágrafos	Inciso	Alínea
--------	---------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. XX - O sujeito passivo da obrigação referente a tributos de competência da União, vencida até 31 de dezembro de 2013 poderá liquidar o débito mediante compensação com créditos contra a União, de que for titular originário ou por aquisição de terceiros, observado o seguinte:

I – a compensação, que extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação, será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos débitos compensados, bem como:

a) No caso de transferência de créditos de terceiros para compensação de obrigações vencidas até 31 de dezembro de 2013 as declarações de compensação de que trata esse inciso, para efeito de controle, deverão ser acompanhados dos títulos de transferência de titularidade dos créditos, entre cedentes e cessionários.

II – excetuando-se os créditos de que cogita a Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e a Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956, não poderão ser objeto de compensação:

- a) Os créditos representados por títulos públicos;
- b) O débito que já tenha sido objeto de compensação não homologada, exceto se a compensação tiver sido efetuada com base no previsto nesta Lei ou que venha a ser autorizada por força da prerrogativa prevista no Art. 7º;
- c) O valor objeto de pedido de restituição ou de ressarcimento já indeferido pela autoridade competente da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, exceto se o pedido se referir a créditos, cuja autorização de compensação esteja prevista nesta Lei ou que venha a ser autorizada por força da prerrogativa prevista no Art. 7º;

III – poderão ser compensados os débitos relativos a tributos e contribuições que já tenham sido encaminhados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição em Dívida Ativa da União;

IV – na hipótese do inciso anterior, caso a cobrança já tenha sido ajuizada, a compensação somente poderá se efetuada se o contribuinte suportar o pagamento da verba de sucumbência decorrente da extinção do processo em virtude da compensação à razão de um por cento do valor do débito consolidado, desde que o juízo não estabeleça outro montante;

V – Quaisquer créditos apurados por contribuintes que tenham optado por Programas de Recuperação Fiscal ou que possuam dívidas submetidas a parcelamento normal devem, primeiramente, ser compensados com dívidas habilitadas nesses programas ou parceladas, vedada qualquer compensação com tributos correntes e transferência para terceiros para efeito do disposto no art. 1º, enquanto houver dívidas submetidas a regime especial de pagamento, revogada qualquer disposição de lei em contrário.

§1º. Não se incluem entre as obrigações previstas no caput, as dívidas do sujeito passivo relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados, incidentes sobre bebidas e cigarros, bem com, o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e as Contribuições no Domínio Econômico.

§2º. Também não se incluem entre as obrigações previstas no caput, as dívidas do sujeito passivo submetidas a multa agravada em decorrência da prática de atos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, até que a decisão administrativa ou judicial, transitada em julgado, revogue sua imputação.

Art. XX - O deságio correspondente à diferença entre o valor do débito e o custo de aquisição de direitos de créditos contra a União, referidos no Art. 1º, cedidos por terceiros e utilizados na compensação, não integrarão o lucro real da pessoa jurídica, sujeitando-se à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

§1º. No caso de compensação efetuada por pessoa física, o deságio ficará sujeito à incidência exclusiva do imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

§2º. Para efeito deste artigo, considera-se auferida a receita correspondente ao deságio no mês em que ocorrer a homologação da compensação.

Art. XX - O ganho ou a perda de capital decorrente da cessão dos direitos de crédito contra a União, referidos no Art. 1º, não integrará o lucro real da pessoa jurídica.

§1º. A perda de capital a que se refere o caput não poderá ser compensada com nenhum tipo de receita, rendimento ou ganho de capital auferido pelo contribuinte.

§2º. É vedado o pagamento do imposto de que trata este artigo mediante compensação com os créditos a que se refere o Art. 1º e Art. 7º ou qualquer outro, independentemente de sua procedência.

Art. XX - O ganho de capital a que se refere o Art. 3º sujeitar-se-á à incidência do imposto de forma exclusiva.

Art. XX - O imposto sobre a renda a que se referem os Arts. 2º e 3º serão pagos em parcela única, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrer a homologação da compensação ato este praticado sob condição resolutive de comprovação de pagamento em DARF distinto e separado dos demais tributos a serem pagos pelo contribuinte.

§ Único – A Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB deverá instituir códigos específicos para o pagamento dos tributos a que se refere o caput.

Art. XX – O disposto nos Arts. 1º a 5º, a critério do Poder Executivo, poderá ser aplicado, também, em relação aos débitos do contribuinte para com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Art. XX - Além dos créditos de que cogita a Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e a Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956, previstos nesta Lei para a compensação de dívidas tributárias vencidas até 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a estender, a qualquer espécie de obrigação da União, poder liberatório para dívidas tributárias de sua competência, relativas a tributos e contribuições para o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, na forma que estabelecer e a seu critério.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo permitir aos contribuintes, com débitos relativos a tributos de competência da União, que possam liquidá-los ou amortizá-los, mediante compensação com créditos, contra a própria União, de que sejam titulares originários ou por aquisição de terceiros.

Atualmente a legislação em vigor permite apenas a compensação de débitos tributários, vencidos e vincendos, com créditos de titularidade do contribuinte, entretanto veda a transferência de créditos para terceiros, como também veda sua utilização para compensação de dívidas submetidas a parcelamentos especiais ou normais.

Essa vedação, contida na legislação em vigor, faz com que os créditos a rigor, somente possam ser compensados com tributos correntes, o que prejudica a realização orçamentária. Essa emenda resolve essa distorção, e, ao mesmo tempo, garante que o Estado honre, perante os contribuintes, suas próprias dívidas, sem reflexo na realização do orçamento.

Além disso, e mais importante, é que possibilita a realização de receita extraordinária de imenso valor, que gerará recursos que poderão ser utilizados a livre escolha do Poder Executivo, nas três esferas de governo, ao mesmo tempo desafoga as empresas devedoras. Isso porque a autorização para as transferências de créditos para terceiros, ocorrerão somente para compensar débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, o que inibe a utilização, desses mesmos créditos com dívidas correntes do cedente.

Importante ressaltar que essas transferências ocorrem sempre com deságio, que favorece o cessionário, estabelecendo que essas diferenças de valor, na pessoa do cessionário serão submetidas a tributação exclusiva e na pessoa do cedente não produzirão nenhum reflexo na apuração do seu lucro real, regramento esse que garante a realização da receita extraordinária, tanto para União, quanto para as demais unidades federadas, visto que a tributação se dará pelo Imposto sobre Renda, que possui regra constitucional de participação de estados e municípios.

Essa proposta contempla ainda a utilização de créditos não alcançados pela decadência cobrados como adicional restituível do IR, desde que a compensação se faça com débitos de seu titular ou de terceiros vencidos até 31 de dezembro de 2013, ainda que submetidos ao Programa de Recuperação Fiscal

ou parcelamentos especiais, permitindo que o Governo, ao mesmo tempo que honre dívidas passadas, gere receita adicional de impostos, sem comprometer a realização do orçamento corrente.

Essa emenda visa, prioritariamente, permitir que os créditos tributários sejam compensados com dívidas submetidas a parcelamentos especiais. Isso porque atualmente só permite compensar com dívidas correntes e veda a compensação com dívidas submetidas a parcelamento especiais o que se constitui flagrante distorção do sistema.

Por outro lado essa vedação de créditos tributários com débitos tributários de terceiros somente tem sentido quando se trata de tributos correntes, isso porque o governo não paga ou deixa de receber. Entretanto, se o crédito de terceiros é utilizado para compensar dívidas submetidas a parcelamentos especiais, dado os prazos alongados para solver a dívida, sua utilização se mostra bastante lúcida para a proteção do orçamento. Por estas razões, pedimos o apoio dos nossos pares para aprovação dessa emenda.

DEPUTADO MANOEL JUNIOR- PMDB/PB

MPV 675
00034



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/05/2015	Proposição Medida Provisória nº 675/2015
autor Deputado ORLANDO SILVA	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global	
Página	Artigos: 1º Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO EMENDA MODIFICATIVA <p>Art. 1º. O art. 1º da Medida Provisória nº 675, de 2015, que modifica o art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a contar com a seguinte redação:</p> <p>“Art.3º I – 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e ”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A Constituição Federal limita o poder de tributação do Estado à observância de princípios gerais, dentre eles a isonomia e a progressividade.</p> <p>Atualmente, as pessoas naturais são tributadas quanto à sua renda com alíquotas que alcançam até 27,5%. Contudo, ainda que a presente Medida Provisória vise corrigir a discrepância, as instituições financeiras ainda são tributadas no que concerne ao seu lucro líquido em apenas 20%, conforme a mesma norma, o que gera quebra da observância dos princípios constitucionais da igualdade tributária e da progressividade dos tributos.</p> <p>A presente proposição que ora apresento visa dar plenitude à observância dos princípios constitucionais em matéria tributária, prestigiando a atenção à capacidade contributiva de cada um, como, ainda, a auxiliar na recuperação do crescimento econômico sem onerar ainda mais o trabalhador brasileiro.</p> <p>PARLAMENTAR</p>	

MPV 675
00035



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Proposição Medida Provisória nº 675/15
Autor Deputado Marcos Montes PSD/MG	Nº do prestatário 257
1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se, onde couber, à Medida Provisória nº 675 de 21 de maio de 2015, o artigo com a seguinte redação:

Art. XX - A Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 1º -

§ 1º - Fica, todavia, sujeita ao regime estabelecido por esta Lei somente a pessoa jurídica brasileira da qual participem, com maioria do capital ou poder de controle, estados nacionais estrangeiros ou fundos soberanos estrangeiros.”

Justificativa

O Art. 190 da Constituição Federal é expresso no sentido de que “A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.”.

Ao estabelecer limites e condições para a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, a Lei nº 5.709/71 dá cumprimento ao dispositivo constitucional acima mencionado, resguardando a soberania do Estado Brasileiro, evitando a concentração de terras agrícolas, especialmente sob a propriedade de estrangeiros, cuja jurisdição interna não seja total.

A redação atual do § 1º do Art. 1º da mencionada Lei equipara, para as finalidades ali mencionadas, a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no Exterior às pessoas jurídicas estrangeiras, restabelecendo distinção entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro.

O mencionado dispositivo tem se mostrado de efeitos catastróficos, especialmente por impedir o saudável investimento estrangeiro direto (IED) em atividades produtivas da economia, necessárias ao desenvolvimento do país e à produção de saldos comerciais positivos.

É fundamental, por outro lado, garantir a preservação da soberania nacional, especialmente

evitando que se aconteça no Brasil os conhecidos fenômenos de neocolonização ou "land grabbing" que acomete países com fronteiras agrícolas não exploradas, nos quais investimentos são direcionados por interesses soberanos de estados nacionais estrangeiros, que em nada correspondem ao interesse nacional.

Nesse sentido, é manifestamente pertinente a preocupação de se garantir controle de investimentos que tenham por objetivo apenas e tão somente garantir a segurança alimentar e energética de países estrangeiros, em detrimento do interesse nacional, com a produção direcionada a populações determinadas, sem prejudicar, no entanto, que possam se desenvolver as atividades econômicas em mercados e para mercados, especialmente com abertura da economia brasileira aos saudáveis e necessários investimentos estrangeiros.

A proposta impõe, portanto, a vinculação aos ditames da Lei nº 5.709 apenas as pessoas jurídicas brasileiras da qual participem, com maioria do capital ou poder de controle, estados nacionais estrangeiros ou fundos soberanos estrangeiros, dispensando das exigências especiais as demais pessoas jurídicas brasileiras, especialmente as empresas que promovem investimentos produtivos aproveitando-se do investimento estrangeiro direto regularmente internalizado no país.

PARLAMENTAR

MPV 675
00036



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Proposição Medida Provisória 675, de 21.05.2015
Autor Deputado Marcos Montes PSD/MG	Nº do prontuário 257
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	Inciso
Alinea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, no texto da Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art. ... A Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

VI - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento fechados cujas quotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado ou pagos pelos Fundos de Investimento abertos, desde que, em ambas os casos, forem constituídos com regulamento que disponha que a aplicação de seus recursos é exclusiva em depósitos à vista ou nos ativos constantes do inciso IV e V acima".

§ 2º O benefício disposto nos incisos III e VI do caput deste artigo:

I - será concedido somente nos casos em que o Fundo de Investimento respectivo possua, no mínimo, 50 (cinquenta) quotistas;

II - não será concedido ao quotista pessoa física titular de quotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das quotas emitidas pelo Fundo de Investimento respectivo ou cujas quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fazer com que a isenção prevista no art. 3º, incisos IV e V, da Lei 11.933/2004, também se aplique a investimentos realizados nesses mesmos títulos por pessoa física residente, via fundo de investimentos. Com isso, os títulos do agronegócio, já isentos, passariam a ter o mesmo regime dos títulos imobiliários (Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI, Letras Hipotecárias - LH, Letras Crédito Imobiliário - LCI). Essa alteração propiciaria harmonizar a tributação dos títulos do agronegócio com os títulos imobiliários, quando o investidor for pessoa física residente.

Não há impacto fiscal, posto que está-se apenas evitando uma arbitragem tributária.

PARLAMENTAR

**MPV 675
00037**

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Proposição Medida Provisória 675, de 21.05.2015
Autor Deputado Marcos Montes PSD/MG	Nº do precatório 257
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	Inciso
Alínea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, no texto da Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art. ... O Art. 97 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 4º Sem prejuízo do disposto no caput, os fundos soberanos de qualquer país fazem jus à alíquota reduzida atribuída aos beneficiários residentes ou domiciliados no exterior.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto por recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país respectivo e que, adicionalmente, cumprem os seguintes requisitos:

I - apresentem, em ambiente de acesso público, uma política de propósitos e de investimento definida;

II - apresentem, em ambiente de acesso público e em periodicidade, no mínimo, anual, suas fontes de recursos; e

III - disponibilizem, em ambiente de acesso público, as regras de resgate dos recursos por parte do governo.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta objetiva acrescentar dois parágrafos ao art.97 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para deixar claro que também neste caso os Fundos Soberanos gozam da isenção prevista, independentemente do país em que está sediado, conforme já disciplinado no art. 1º, §§ 10 e 11, da Lei nº 12.431/2011. Harmoniza-se, desta forma, o tratamento dado aos Fundos Soberanos nas Leis citadas, que terão o mesmo benefício, seja investindo diretamente ou fazendo-o por intermédio de outros fundos. Dessa forma, estar-se-á apenas evitando uma arbitragem tributária.

PARLAMENTAR

MPV 675
00038

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Proposição Medida Provisória 675, de 21.05.2015
Autor Deputado Marcos Montes PSD/MG	Nº do prontuário 257
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se no texto da Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art. ... A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

§ 1º-A

VI – procedimento simplificado que demonstre o objetivo de alocar os recursos obtidos com a operação em projetos de investimento, inclusive os voltados à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação ou, no caso dos títulos do agronegócio regidos pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, e pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, no custeio da produção agrícola ou pecuária e no financiamento de seu beneficiamento ou industrialização.

§ 1º-C. O procedimento simplificado previsto nos incisos VI dos §§ 1º, 1º-A, 1º-B, e 1º-E deve demonstrar que os gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso ocorreram em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da oferta pública.

§ 1º-D. Para fins do disposto neste artigo, os fundos de investimento em direitos creditórios, os certificados de recebíveis imobiliários, os certificados de recebíveis do agronegócio-CRA e os certificados de direitos creditórios do agronegócio-CDCA podem ser constituídos para adquirir recebíveis de um único cedente ou devedor ou de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico".

§ 1º-E. Para fins do disposto no inciso I do caput, os títulos do agronegócio regidos pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, e pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, deverão ser remunerados por taxa de juros pré-fixada, vinculada a índice de preço, à TR ou à variação da taxa cambial, esta última quando permitido pela legislação vigente, vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, e, ainda, cumulativamente, apresentar os seguintes requisitos:

I - prazo médio total superior a 30 (trinta) meses, na data de sua emissão;

II - vedação à recompra dos títulos do agronegócio pelo emissor ou parte a ele relacionada e o cedente ou originador nos 2 (dois) primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional;

III - inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;

IV - prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias;

V - comprovação de que os títulos do agronegócio estejam registrados em sistema de registro, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas respectivas áreas de competência; e

VI - procedimento simplificado que demonstre o compromisso de alocar os recursos captados no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas a projetos de investimento, inclusive os relativos à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação ou custos da produção agrícola, pecuária ou de beneficiamento ou industrialização.”

JUSTIFICAÇÃO

A legislação atual confere alíquota zero de imposto de renda aos rendimentos provenientes de investimentos de longo prazo auferidos por investidores não residentes. Essas regras não se adequam ao agronegócio. O objetivo desta emenda é adequar os requisitos legais às necessidades do agronegócio.

A Lei nº 12.431/2011 criou requisitos diferenciados para títulos em geral, fundos de investimento em direito creditório e certificados de recebíveis imobiliários. Três dos requisitos inviabilizam ou dificultam de forma acentuada que os agricultores de culturas de ciclo anual (soja, milho, algodão, arroz, feijão, etc.) se beneficiem desse tratamento.

A principal dificuldade é a limitação do uso de recursos a projetos de investimento, isso porque, no campo, há atividades que são “de fato” investimento, mas qualificam-se como despesas. Além disso, as necessidades de projetos de investimento, no sentido técnico da expressão, são de menor impacto (aquisição de máquinas, construção de infraestrutura) e já são cobertos de forma razoável pelo sistema financeiro local. Por isso, pretende-se que, para os créditos do agronegócio, seja permitido que os recursos sejam utilizados também para custos.

O outro requisito é o prazo do título. A agricultura de grãos é tipicamente financiada pelo prazo de safra, pois isso se adequa à necessidade do produtor e reduz o risco do financiador. O aumento excessivo desse prazo não é conveniente ao financiador (dado o aumento do risco e a dificuldade de criar uma estrutura de garantias ligada à cultura) e ao produtor (pois suas necessidades de financiamento dependem, sobremaneira, da decisão sobre a cultura que irá plantar), razão pela qual seu planejamento de capital precisa ser revisado constantemente.

Nesse sentido, propõe-se a redução no prazo total dos títulos. Por fim, a produção de grãos para exportação tem como moeda funcional o dólar norte-americano. Isso porque, tanto os insumos (sementes, agrotóxicos e fertilizantes) quanto o grão são cotados em dólar e uma parte pequena das despesas (pessoal, combustível, eletricidade) estão em reais. Por esse motivo, pretende-se que os títulos também possam ser vinculados ao dólar. Nesse sentido, deve-se notar que a regra não visa criar novas hipóteses de contratação em dólar, mas sim conferir tratamento equivalente aos títulos que possam ser contratados com remuneração atrelada à moeda norte-americana. Não há impacto fiscal, pois o investimento por não-residente já é sujeito à alíquota zero. O que se pretende é alterar os requisitos para esse benefício, adequando-os às necessidades da produção rural.

PARLAMENTAR

**CONGRESSO NACIONAL****MPV 675
00039**

EMENDA Nº

/

APRESENTAÇÃO DE EMENDASDATA
26/05/2015**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 22 DE MAIO
DE 2015****TIPO**1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [X] MODIFICATIVA
5 [] ADITIVA**AUTOR
DEPUTADO LUCAS VERGÍLIO****PARTIDO
SD****UF
GO****PÁGINA
02****TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I - 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II - 15% (quinze por cento) no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa manter a alíquota de 15% da contribuição das cooperativas de crédito referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. A Cooperativa Financeira é uma associação de pessoas que buscam através da ajuda mútua, sem fins lucrativos, uma melhor administração de seus recursos financeiros. É uma instituição de crédito organizada sob forma de sociedade cooperativa, mantida pelos próprios cooperados, que exercem ao mesmo tempo o papel de donos e usuários. As cooperativas financeiras são eficientes para o fortalecimento da economia, a democratização do crédito e a desconcentração de renda, razão pela qual merecem uma alíquota diferenciada das demais instituições financeiras. Nestes termos, peço a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em

**Deputado Lucas Vergílio
SD/GO**



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00040

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015	
4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
9	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Propõe-se a inclusão dos seguintes artigos na MP 675, de 2015:

Art. A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o montante de R\$ 190.011.000,00 (cento e noventa bilhões e onze milhões de reais), decorrente do valor total da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI e ao Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza- IRPF, ocorridas entre 2008 a 2012, do percentual encontrado na diferença apurada entre a arrecadação bruta e a arrecadação líquida utilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no cálculo da distribuição dos recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), IPI- Exportação, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO FNE e FCO fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios e condições previstos nesta Lei.

Art. As parcelas pertencentes ao Distrito Federal e a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, serão proporcionais aos

coeficientes individuais de participação fixados pelo Tribunal de Contas da União, previsto no inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Art. Para a entrega dos recursos serão deduzidos, até o montante total apurado no respectivo período, os valores das dívidas vencidas e não pagas da unidade federada, na seguinte ordem:

I - primeiro, as contraídas junto à União, inclusive junto ao FGTS e INSS; depois, as contraídas com garantia da União, inclusive dívida externa; depois, as contraídas junto a entidades da administração federal indireta; e

II - primeiro, as contraídas pela administração direta da unidade federada; depois, as contraídas pela administração indireta da unidade federada.

§ 1º. Observada a ordem prevista nos incisos I e II do **caput**, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I - quitação de parcelas vincendas, conforme acordo com a unidade federada; e

II - suspensão temporária da dedução quanto às dívidas junto a entidades da administração federal indireta, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

§ 2º. Os valores serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, em relação aos valores que deixaram de ser repassados em relação aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Art. Os recursos a serem entregues à unidade federada, equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor das dívidas apurados serão satisfeitos pela União por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária.

Art. Caberá ao Poder Executivo editar as normas para remanejamento de recursos para atender o disposto na presente Lei.

O Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados são impostos compartilhados entre a União, estados,

Distrito Federal e municípios, uma vez que a União entrega parte da arrecadação dos referidos impostos aos entes federados, conforme preceitua o art. 159 da Constituição Federal.

Segundo estudos do Tribunal de Contas da União, fruto da decisão proferida no Acórdão nº 713, de 2014, a União Federal deixou de repassar R\$190,11 bilhões, aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios, fruto da desoneração tributária, entre os anos de 2008 a 2012.

Deste modo, urge a devolução destes valores aos Estados, Distrito Federal e Municípios para honrar o Pacto Federativo previsto constitucionalmente

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00041

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 27/05/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de 21 de maio de 2015
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
9	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescentem-se os seguintes artigos à MP 675, de 2015:

Art... A pessoa jurídica ou física que contratar beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal ficará isenta do recolhimento da contribuição patronal previdenciária e dos encargos sociais trabalhistas incidentes sobre o vínculo empregatício estabelecido.

§ 1º. Esta isenção se limitará ao valor da Bolsa Família paga ao empregado e perdurará enquanto vigente o vínculo de emprego, observado o limite máximo de cinco anos.

§ 2º. Para fazer jus ao benefício previsto no parágrafo anterior, o empregado contratado deverá ter, no mínimo, dois anos de vínculo com o Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Art. No período em que o vínculo empregatício previsto no artigo 1º da presente Lei for mantido, o benefício do Programa Bolsa Família, a que se refere o art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, será mantido no percentual de 100% do seu valor original, até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

JUSTIFICATIVA

A medida fortalece a abertura de novos postos para a população mais carente, concedendo benefícios fiscais para as pessoas físicas e jurídicas que efetuarem vínculo nesta modalidade.

Ao mesmo tempo, compensa os valores referentes aos encargos patronais com o valor pago a título de Bolsa Família, inserindo os egressos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00042

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015	
4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 675, de 2015

Art. 1º A alínea "a", do inciso II, do art. 8º da Lei n.º 9.250, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.8º.....

I.....

.....

II.....

.....

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, e às despesas anuais globais, limitadas a R\$2.400,00, comprovadamente realizadas com atividades de educação física, executadas em academias de práticas físicas ou desportivas e escolas de nataação ou de esportes, legalmente em funcionamento. "(NR)

JUSTIFICAÇÃO

. A manutenção do estado de saúde do indivíduo embute, atualmente, a prática de exercícios físicos regulares, capazes de prevenir a ocorrência de moléstias não só físicas como também mentais.

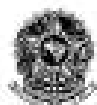
Em algumas situações, a prática de desportos ganha a chancela de atividade ocupacional, garantia do desenvolvimento harmônico das crianças sob os aspectos físicos e sociais.

Por falta de previsão, no entanto, tais atividades não se encontram especificadas no rol das despesas com saúde, circunstância que ora buscamos retificar, limitando-as a R\$ 2.400,00.

Uma vez que tais gastos são dedutíveis na apuração anual do Imposto de Renda das pessoas físicas, cuja previsão de renúncia já é quantificada, trata-se de mera extensão do benefício em vigor, não acarretando problemas de ordem orçamentária e financeira.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00043

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	EMENDA
---	--------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015	

4	AUTOR	5	N.º REGISTRO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS
---	--	--	--	--	--

7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 675, de 2015

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12.

VII - até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O desconto da contribuição previdenciária patronal paga à Previdência Social sobre a remuneração do empregado doméstico expirou no ano de 2014.

Esta foi uma conquista da sociedade, aprovada pela primeira vez no ano

2006, que permitiu reduzir a alta carga tributária incidente sobre os brasileiros.

O valor que a Receita Federal do Brasil deixa de arrecadar é pouco significativo frente ao volume de arrecadação que a cada ano cresce mais, incidindo, sobretudo, sobre a pessoa física, em especial a classe média.

Deste modo, a prorrogação de tal benefício por mais cinco anos é de fundamental importância para a sociedade brasileira.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00044

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015	

4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	--	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 675, de 2015

Art..... Os bens que integram remessa postal internacional de valor não superior a US\$ 200,00 (duzentos dólares dos Estados Unidos da América) serão desembaraçados com isenção do Imposto de Importação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem como objetivo reajustar o valor dos bens que são importados por pessoa física ou jurídica por meio de remessa postal internacional.

O valor atual de US\$ 50,00 (cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) encontra-se defasado, pois permanece com seu valor inalterado por mais de dez anos, sendo necessária sua atualização. Deste modo, contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação da presente Emenda.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 675
00045**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	RETORNA
---	---------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015	

4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	--	--	--	--	---

7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 675, de 2015

Art. O produto da arrecadação da União em relação ao imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelas autarquias e fundações federais de ensino superior, será considerado receita própria e destinado, exclusivamente, para investimentos de capital, ensino, extensão e em pesquisa científica e tecnológica na própria instituição de ensino superior tributada.

Parágrafo primeiro. A arrecadação prevista no *caput* do presente artigo será considerada recurso adicional àqueles provenientes de transferências da União na manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previstos no art. 212 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O investimento na educação superior é um dos pilares para que uma Nação assegure um desenvolvimento econômico sustentável.

Nesse sentido, seguindo o modelo de diversos países europeus e asiáticos, é de suma importância que estejam assegurados mais recursos para serem aplicados nas universidades brasileiras.

Assim, a presente Emenda estabelece que os recursos arrecadados pela União com a arrecadação sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, pelas autarquias e fundações federais de ensino superior, no lugar de inflarem os cofres da União, que nos últimos doze anos aumentou substancialmente, enquanto o Produto Interno Bruto não acompanhou este crescimento, fiquem na própria instituição de ensino superior tributada e destinado, exclusivamente, para investimentos de capital, ensino, extensão e em pesquisa científica e tecnológica.

Além dos recursos provenientes de transferências da União na manutenção e desenvolvimento do ensino superior, as universidades passarão a ter esta fonte adicional para investimentos de capital, ensino, extensão e em pesquisa científica e tecnológica.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00046

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 27/05/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de 21 de maio de 2015
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
9	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 675, de 2015:

Art... Ficam isentas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF as operações de compra de moeda estrangeira destinadas ao custeio de estudante brasileiro, seja bolsista ou não, em instituições no exterior, nas modalidades graduação-sanduiche, educação profissional e tecnológica, doutorado-sanduiche, doutorado pleno e pós-doutorado.

JUSTIFICAÇÃO

Em dezembro de 2013, o Governo Federal majorou o IOF sobre as operações para pagamentos em moeda estrangeira feitas com cartão de débito, saques em moeda estrangeira no exterior, compras de cheques de viagem (traveller checks) e carregamento de cartões pré-pagos com moeda estrangeira para 6,38%.

Esta medida prejudicou a todos os estudantes brasileiros que buscam uma melhor qualificação em instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros e tiveram seus custos de manutenção no exterior aumentados consideravelmente.

A presente proposição, então, objetiva promover um incentivo à formação de jovens brasileiros que, por meio de programas de fomento oficiais ou não, aprimoram seus conhecimentos no exterior.

Assim, a redução para zero do valor do IOF sobre as operações de compra de moeda estrangeira destinadas ao custeio dos estudantes é um valor extremamente reduzido da arrecadação federal, em função do benefício auferido com o aprimoramento da formação do estudante brasileiro em instituições de ensino de excelência no exterior.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 27/05/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de 21 de maio de 2015
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 675, de 2015:

Art... O art. 23 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1.995 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. Fica isento do imposto de renda o ganho de capital auferido na alienação do único imóvel que o titular possua, cujo valor de alienação seja de até R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), desde que não tenha sido realizada qualquer outra alienação nos últimos cinco anos."

JUSTIFICATIVA

A legislação atual só isenta do imposto de renda o ganho auferido em venda de imóvel até o valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)

Entretanto, este valor não é atualizado desde 1.995.

Assim, a correção do valor do imóvel é o melhor caminho para atender aos anseios da sociedade.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00048

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 DE MAIO DE 2015	

4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	+	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	--	--	--	---	---	---

7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 675, de 2015

Art..... Os limites territoriais marítimos entre os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e demais unidades da federação situadas ao sul observarão linhas de divisas correspondentes aos paralelos cuja latitude geodésica corresponde aquela do ponto de divisa terrestre entre os estados, até o ponto de sua interseção com os limites da plataforma continental. Parágrafo único. Os limites territoriais marítimos entre os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá observarão as linhas de divisas correspondentes aos meridianos cuja longitude geodésica corresponde aquela do ponto de divisa terrestre entre os estados até o ponto de sua interseção com os limites da plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa a alteração dos critérios para a delimitação do Mar Territorial brasileiro, de forma a contemplar, de modo equânime, todas as unidades da federação, consagrando o pacto federativo. A legislação atualmente presente provoca uma distorção que causa impacto na distribuição dos recursos provenientes do mar territorial. A sugestão ora apresentada decorreu de um valoroso estudo do Movimento Pró-Paraná em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, a Comissão de Direito internacional da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção do Estado do Paraná, a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná e a MINEROPAR. Destacamos que a proposição está amparada na legislação nacional e internacional e baseada nos Princípios da Equidade e Justiça, contemplando cada unidade da federação com a sua área proporcional em relação aos limites do mar territorial.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00049

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015	

4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 675, de 2015

Art..... O PIS/PASEP arrecadados pelo Governo Federal nas unidades da federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas públicas e autarquias, serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais e Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição de equipamentos para a educação e saúde municipais.

JUSTIFICATIVA

A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação são repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicação desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios.

A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos aos estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saúde e educação.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00050

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA 27/05/2015	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA nº 675 de 21 de maio de 2015
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

A MP 675, de 2015 passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art..... O art. 1º da Lei nº 11.668, de 2008 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 1º

§ 2º-Para os fins desta Lei, consideram-se atividades auxiliares relativas ao serviço postal as operações de intermediação de venda de produtos e serviços titularizados pela ECT, mediante o recebimento de remuneração correspondente ao percentual sobre os valores de vendas de tais produtos e serviços em nome dos Correios.”

JUSTIFICATIVA

A presente medida visa a tornar mais clara a relação tributária das operações realizadas entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e seus franqueados.

Isto porque a ausência de uma definição sobre a natureza das atividades auxiliares relativas ao serviço postal tem provocado uma sobrecarga tributária para as Agências de Correios Franqueados, que pode provocar a falência do setor e um desemprego em massa.

A presente alteração visa a solucionar a presente questão, definindo as atividades auxiliares relativas ao serviço postal, para que o setor tenha uma carga tributária compatível com o serviço prestado.

Contamos com a aprovação da presente Emenda.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
27/05/2015		Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015	
4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454	
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 675, de 2015

"Art. ____ Aplica-se às instituições financeiras públicas sob o processo de liquidação ordinária o disposto no art. 18, "d", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, quanto a débitos assumidos perante empresas públicas federais a partir de 30 de dezembro de 1992."

JUSTIFICATIVA

O acolhimento da proposta certamente implicará a satisfação do interesse público, já que as instituições financeiras públicas de desenvolvimento sob o processo de liquidação ordinária terão suas dívidas devidamente trazidas a patamares justos e reais, podendo oferecer as mesmas condições de redução aos seus devedores.

Deste modo alcança, não apenas maior eficiência na realização de seu ativo, mas também fôlego financeiro para o pagamento de sua conta ao seu credor federal, cujos créditos, em casos como os abrangidos pela presente Emenda, normalmente constam de seu balanço na rubrica contábil "Créditos Compensados em Provisão".

Isto significa dizer que foram baixados como prejuízo, sendo que qualquer quantia que a instituição federal credora venha a receber em decorrência desses créditos será a mesma consignada como lucro.

Deve-se reafirmar que existe claro equívoco quanto à incidência de juros sobre as dívidas das instituições financeiras públicas sob o processo de liquidação ordinária, contraídas perante empresas públicas federais. Pode-se afirmar que houve omissão do legislador quanto a esse relevante assunto, pois, afinal, o que aqui se trata é de liquidação, Instituto semelhante ao da falência, como se demonstrou acima.

É sabido que as instituições financeiras públicas de desenvolvimento em liquidação ordinária detêm débitos para com empresas públicas federais, cujos valores atingem cifras astronômicas, em total descompasso com a realidade econômica atual, principalmente pela incidência de juros sobre esses débitos.

Assim, as mutuárias finais não pagam, sob o argumento de que os valores devidos não se coadunam com a realidade atual, e as instituições financeiras não quitam o ente credor federal porque não recebem de seus devedores, estabelecendo-se aí verdadeira "bola de neve" para um e outro.

Nesse descompasso, em que os valores das dívidas estão inflados de maneira totalmente incompatível com a realidade econômica atual, os processos de liquidação ordinária têm-se arrastado por anos a fio, sem que o público e mesmo as autoridades governamentais entendam a razão dessa demora em se dar um solução definitiva para a questão, sendo que ao público, principalmente, parecer haver uma óbvia intenção de se estar "empurrando o caso com a barriga" como forma de se manter empregos e cargos.

Uma das medidas arrojadoras consiste na correção da omissão legislativa, mediante a extensão dos benefícios da não incidência de juros nas dívidas das instituições financeiras sob o processo de liquidação ordinária, contraídas com entes públicos federais.

Com isso, haveria a perspectiva de significativa redução desses débitos, assim como de fixação do prazo para o encerramento da liquidação e consequente tomada de decisões quanto ao destino da sociedade.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

MPV 675
00052

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Proposição Medida Provisória 675, de 21.05.2015
Autor Deputado Roberto Balestra – PP/GO	Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, no texto da Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art. A Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica em percentual ou valor do prêmio do seguro rural contratado no ano de 2014, na forma estabelecida no ato específico de que trata o art. 1º, devendo a obrigação assumida em decorrência desta subvenção ser liquidada no exercício financeiro de 2015.”

Parágrafo único. Aplica-se as demais disposições desta lei à subvenção estabelecida no caput.”

JUSTIFICAÇÃO

No ano passado o valor que constou inicialmente na Lei Orçamentária Anual - LOA para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR foi de R\$ 400 milhões. Todavia, em 19 de maio, ao anunciar o Plano-Safra 2014/2015, a Presidente da República informou que o orçamento seria elevado para R\$ 700 milhões, mesmo montante do ano anterior.

Infelizmente, o projeto de suplementação orçamentária, no valor de R\$ 300 milhões, só foi enviado ao Congresso 5 meses depois, no dia 14 de outubro. Por causa das eleições e pelo fato da pauta de votações do Congresso Nacional estar travada por outras matérias, o PLN nº 32/2014 somente foi aprovado em Plenário na sessão de 17/12/2014.

Enviado de imediato ao Executivo, o PLN só foi sancionado e publicado no Diário Oficial da União no dia 31/12/2014, na forma da Lei nº 13.077. Todo esse esforço acabou sendo em vão, pois o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não liberou o limite orçamentário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fazer o respectivo empenho dos valores devidos.

Tendo recebido demanda dos agricultores para a contratação de seguro rural em valores superiores ao orçamento inicial de R\$ 400 milhões, as seguradoras participantes do PSR confiaram na promessa feita pela Presidente Dilma e contrataram apólices adicionais, até o montante dos R\$ 300 milhões previstos na proposta de suplementação orçamentária enviada ao Congresso. Lamentavelmente, acabaram ficando sem o suporte do governo, por causa da decisão do Ministério do Planejamento, de negar-se a liberar limite de empenho para uma lei já sancionada pela Presidente e cujo projeto inicial foi de autoria do próprio Executivo.

Diante do ocorrido, restou a hipótese de utilização do Orçamento/2015 para honrar os R\$ 300 milhões que ficaram sem cobertura orçamentária em 2014. Todavia, há um dispositivo na Lei da Subvenção ao Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003) que impede tal procedimento. O parágrafo 3º do art. 1º da referida Lei estabelece que “as obrigações assumidas pela União em decorrência da subvenção econômica (...) serão integralmente liquidadas no exercício financeiro de contratação do seguro rural”.

Caso o governo não honre a quitação dessa dívida, haverá duas consequências nefastas que certamente abalarão a confiança no sistema de seguro rural brasileiro, comprometendo seu crescimento futuro. A primeira refere-se ao fato de que, na incerteza da subvenção, as seguradoras inseriram cláusulas nas apólices contratadas, prevendo que o agricultor terá de pagar a parcela prometida pelo governo, caso este não o faça. A segunda será a provável retração no volume de apólices contratadas pelas seguradoras maiores, levando a uma maior concentração nesse mercado, onde uma única seguradora hoje já domina mais da metade dos negócios.

Segundo estimativas do Ministério da Agricultura, foram 61,8 mil operações de seguro rural que ficaram com pagamento pendente em 2014, envolvendo principalmente as lavouras de soja, milho, maçã, uva e arroz.

Os Ministros da Agricultura e da Fazenda já anunciaram que as dívidas de subvenção ao seguro rural que ficaram sem cobertura orçamentária em 2014 serão quitadas com os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual de 2015, mas para isso é imprescindível que haja autorização legislativa, na forma da emenda ora sugerida. Vale ressaltar que a redação proposta é de autoria da Procuradora Geral da Fazenda Nacional, o que corrobora a disposição daquele Ministério em buscar soluções para a pendência.

PARLAMENTAR

Deputado Roberto Balestra
PP/GO



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00053

EMENDA Nº

DATA
/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [X] ADITIVA

AUTOR

DEPUTADO DANIEL VILELA

PARTIDO

PMDB

UF

GO

PÁGINA

01/01

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo, onde couber:

“Art. . Fica elevada para seis por cento a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS devida pelas pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.”

JUSTIFICAÇÃO

Compreendemos o atual momento de ajuste de contas pelo qual passa o país, o que demanda sacrifícios por parte de toda a sociedade. Entretanto, consideramos que esse esforço não vem sendo suportado de modo adequado, equânime e isonômico, vez que uma parcela das pessoas, físicas e jurídicas, os quais são muito mais do que privilegiados no que se refere à distribuição da renda, estão sendo olvidados neste chamado nacional de repartição do sacrifício para superarmos o atual delicado momento econômico enfrentado pelo país.

Referimo-nos às instituições financeiras, as quais consideramos devem também colaborar com sua parte, ao lado de todos os demais cidadãos, para o adequado e célere saneamento das contas públicas.

Nesse sentido, estamos propondo um aumento de dois pontos percentuais na alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, cuja arrecadação mensal é de cerca de 1,2 bilhão de reais, perfazendo um montante de 14,4 bilhões anualmente. Com o aumento proposto da alíquota, espera-se um incremento da ordem de cinquenta por cento nesse nível de receitas, o que equivale a uma majoração de 7,2 bilhões de reais anual na arrecadação, fazendo com que as instituições financeiras participem também do esforço nacional pela superação das dificuldades econômicas enfrentadas atualmente pelo povo brasileiro.

DATA

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00054 Nº

DATA
___/___/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [X] ADITIVA

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO DANIEL VILELA	PMDB	GO	01/01

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo, onde couber:

"Art. . Fica elevada para cinco por cento a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS devida pelas pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001."

JUSTIFICAÇÃO

Compreendemos o atual momento de ajuste de contas pelo qual passa o país, o que demanda sacrifícios por parte de toda a sociedade. Entretanto, consideramos que esse esforço não vem sendo suportado de modo adequado, equânime e isonômico, vez que uma parcela das pessoas, físicas e jurídicas, os quais são muito mais do que privilegiados no que se refere à distribuição da renda, estão sendo olvidados neste chamado nacional de repartição do sacrifício para superarmos o atual delicado momento econômico enfrentado pelo país.

Referimo-nos às instituições financeiras, as quais consideramos devem também colaborar com sua parte, ao lado de todos os demais cidadãos, para o adequado e célere saneamento das contas públicas.

Nesse sentido, estamos propondo um aumento de um ponto percentual na alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, cuja arrecadação mensal é de cerca de 1,2 bilhão de reais, perfazendo um montante de 14,4 bilhões anualmente. Com o aumento proposto da alíquota, espera-se um incremento da ordem de vinte e cinco por cento nesse nível de receitas, o que equivale a uma majoração de 3,6 bilhões de reais anual na arrecadação, fazendo com que as instituições financeiras participem também do esforço nacional pela superação das dificuldades econômicas enfrentadas atualmente pelo povo brasileiro.

DATA

ASSINATURA

**MPV 675
00066**

**EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 675, de 2015)**

Acrescente-se onde couber na Medida Provisória nº 675, de 2015, os seguintes artigos:

Art. Os empregadores cujo índice de rotatividade da mão de obra seja superior ao índice médio de rotatividade de seu setor de atividade econômica devem recolher contribuição adicional para o custeio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), incidente sobre o total das remunerações pagas, na seguinte proporção:

I - 5% (cinco por cento), para os empregadores cujo índice de rotatividade seja, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior ao índice médio;

II - 3% (três por cento), para os empregadores cujo índice de rotatividade seja entre 30% (trinta por cento) e 49% (quarenta e nove por cento) superior ao índice médio;

III - 2% (dois por cento), para os empregadores cujo índice de rotatividade seja até 29% (vinte e nove por cento) superior ao índice médio.

§ 1º Os percentuais de contribuição incidem sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos empregados que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

§ 2º Os percentuais indicados no *caput* são acrescidos de 2% (dois por cento) se o empregador possuir a seu serviço trabalhadores cuja contratação não tenha sido comunicada ao Cadastro Geral de Empregados e

2

Desempregados (CAGED), em percentual igual ou superior a 10% (dez por cento) dos empregados, por estabelecimento.

Art. Os índices médios de rotatividade por setor de atividade econômica devem ser apurados e divulgados semestralmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o disposto em regulamento, e devem ser estabelecidos individualmente em relação a todos os Estados e ao Distrito Federal.

Art. Na apuração dos índices de rotatividade devem ser excluídos da base de cálculo os trabalhadores cuja cessação do contrato de trabalho tenha ocorrido por qualquer das seguintes hipóteses:

I - aposentadoria do empregado por idade ou por tempo de contribuição, quando o empregado tenha sido contratado nos cinco anos anteriores à concessão do benefício;

II - aposentadoria do empregado por invalidez, cuja etiologia não seja relacionada ao trabalho;

III - morte do empregado, cuja etiologia não seja relacionada ao trabalho;

IV - cessação de contrato por prazo determinado, pelo advento do termo prefixado, pela execução dos serviços especificados ou pelo advento de acontecimento previsto no contrato;

V - cessação de contrato de aprendizagem;

VI - cessação de contrato de diretor sem vínculo empregatício;

VII - transferência do empregado para outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico;

VIII - cessação da relação de trabalho do trabalhador temporário, em relação à empresa tomadora, desde que a contratação tenha sido de acordo com o disposto na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

3

Art. A contribuição adicional para custeio do FAT deve ser apurada e recolhida anualmente, na forma de regulamento, admitindo-se seu parcelamento.

Art. Os dispositivos acima entram em vigor após decorrido um ano da publicação desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Dando sequência ao esforço que a Nação brasileira está fazendo para buscar o equilíbrio das contas públicas sem, no entanto, comprometer o processo de desenvolvimento do País e nem sacrificar de forma desnecessária o setor produtivo - empregadores e empregados -, a proposta que aqui apresentamos, busca coibir a rotatividade excessiva no emprego, como forma de garantir segurança ao trabalhador, redução do custo na formação do capital humano e maior sustentabilidade ao programa de seguro-desemprego.

A Presente emenda trata, fundamentalmente, de fazer com que os empregadores cujo procedimento conduza a uma desproporcional taxa de rotatividade da mão de obra sejam forçados a contribuir proporcionalmente para o custeio do seguro-desemprego.

A contribuição adicional não deve ser considerada como uma forma de complementação de arrecadação, apenas, mas, sobretudo, como um instrumento social de incentivo à gestão responsável de pessoal e como forma de se evitar que o empregador externalize os custos de sua desídia, sobrecarregando o seguro-desemprego, em detrimento de seus empregados, de seus competidores e, por fim, de toda a sociedade, que é obrigada a arcar com maiores despesas.

Por esse motivo, buscamos delimitar os pontos principais nos que tal contribuição deve se nortear.

4

Inicialmente, destacamos que, por se tratar de medida de combate ao mau uso dos trabalhadores, enectamos sua incidência sobre a folha de pagamentos do empregador, como forma de ressaltar seu caráter punitivo e social.

Determinamos, ainda, os critérios fundamentais de cálculo dos índices de rotatividade, que devem levar em consideração as especificidades da área de atuação econômica do empregador e do local onde desenvolvem suas atividades.

Buscamos, além disso, definir, de forma mais precisa possível, a base de apuração desses índices, de maneira a afastar a ocorrência de situações que podem gerar impacto negativo sobre índice de rotatividade de uma empresa.

Esse é o caso, por exemplo, da exclusão das aposentadorias por idade ou por tempo de contribuição da base de cálculo para os empregados admitidos até cinco anos antes da concessão do benefício, que se não fosse feita, apenaria o empregador que contratasse trabalhadores de idade mais avançada, próximos da aposentadoria.

Sala das Comissões, de maio de 2015

Senadora Vanessa Grazziotin
PCdoB/Amazonas

**MPV 675
00066**

**EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 675, de 2015)**

Acrescente-se onde couber na Medida Provisória nº 675, de 2015, os seguintes artigos:

Art. O art. 1º da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei regula a cobrança da Taxa de Serviços Administrativos – TSA, geridos exclusivamente pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, nos termos do art. 24, caput, do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º Taxa de Serviços Administrativos – TSA, tem como fato gerador o regular exercício do poder de polícia exercido pela administração pública visando o cumprimento da legislação disciplinadora da Zona Franca de Manaus quanto à importação e exportação de bens, mercadorias e produtos, bem como correta utilização das instalações da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se o regular exercício do poder de polícia a prática permanente, por agentes e pessoas jurídicas de direito público competentes, de atos administrativos de ingresso e internamento de notas fiscais, ou outro documento equivalente, na sua área de atuação, de realização de vistoria física ou técnica ou de autorização de uso e ocupação das instalações pertencentes à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

2

§ 3º O fato gerador da Taxa de Serviços Administrativos – TSA considera-se ocorrido na data da efetiva prática de quaisquer dos atos administrativos previstos no parágrafo anterior.” (NR)

Art. O art. 2º da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

VII – a Microempresa - ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP e a Micro Empresas Individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.” (NR)

Art. O art. 3º da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O pagamento da Taxa de Serviços Administrativos – TSA obedecerá aos valores constantes dos Anexos I a VI desta Lei.

§ 1º O prazo, condições e formas para recolhimento da Taxa de Serviços Administrativos – TSA, a ser gerido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, será regulamentado por ato do Superintendente da SUFRAMA.” (NR)

Art. O art. 5º da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os recursos provenientes da arrecadação da Taxa de Serviços Administrativos – TSA serão creditados diretamente para Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, que terá autonomia administrativa e financeira para gerir os recursos advindos do pagamento dos atos administrativos previstos no art. 1º desta Lei.” (NR)

Art. O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º....."

Parágrafo Único. Do total da arrecadação da Taxa de Serviços Administrativos – TSA, no mínimo, 5% (cinco por cento) será destinado ao cumprimento do disposto na alínea g do art. 11 do Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967".

Art. Fica revogado o art. 7º da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000.

Art. Os anexos II, III, IV, V e VI da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO II

Tabela de taxas de serviços administrativos cobrados pela Suframa Mercadoria Estrangeira (Comercialização)

	Faixas por Valor de Licenciamento		Faixas por Volume Internado		Valor em R\$
	de Importação (VALOR EM R\$)		(cm ³ /g/ml)		
1	0,01	1.000,00	1,00	100.000,00	2,32
1	0,01	1.000,00	acima de 100.000,01		3,47
2	1.000,01	2.500,00	1,00	100.000,00	8,66
2	1.000,01	2.500,00	acima de 100.000,01		15,84
3	2.500,01	6.000,00	1,00	100.000,00	25,01
3	2.500,01	6.000,00	acima de 100.000,01		34,46
4	6.000,01	10.000,00	1,00	100.000,00	51,85
4	6.000,01	10.000,00	acima de 100.000,01		69,23
5	10.000,01	15.000,00	1,00	100.000,00	83,11
5	10.000,01	15.000,00	acima de 100.000,01		116,99
6	15.000,01	20.000,00	1,00	100.000,00	142,32
6	15.000,01	20.000,00	acima de 100.000,01		167,64
7	20.000,01	25.000,00	1,00	100.000,00	191,30
7	20.000,01	25.000,00	acima de 100.000,01		214,95
8	25.000,01	30.000,00	1,00	100.000,00	239,61
8	25.000,01	30.000,00	acima de 100.000,01		262,27
9	30.000,01	35.000,00	1,00	100.000,00	299,36

4

9	30.000,01	35.000,00	acima de 100.000,01		314,45
10	35.000,01	40.000,00	1,00	100.000,00	328,04
10	35.000,01	40.000,00	acima de 100.000,01		363,62
11	40.000,01	45.000,00	1,00	100.000,00	366,77
11	40.000,01	45.000,00	acima de 100.000,01		400,91
12	45.000,01	50.000,00	1,00	100.000,00	425,99
12	45.000,01	50.000,00	acima de 100.000,01		461,47
13	50.000,01	55.000,00	1,00	100.000,00	485,63
13	50.000,01	55.000,00	acima de 100.000,01		526,79
14	55.000,01	60.000,00	1,00	100.000,00	553,48
14	55.000,01	60.000,00	acima de 100.000,01		597,17
15	60.000,01	65.000,00	1,00	100.000,00	580,93
15	60.000,01	65.000,00	acima de 100.000,01		604,68
16	65.000,01	70.000,00	1,00	100.000,00	629,30
16	65.000,01	70.000,00	acima de 100.000,01		663,61
17	70.000,01	75.000,00	1,00	100.000,00	678,77
17	70.000,01	75.000,00	acima de 100.000,01		703,62
18	75.000,01	100.000,00	1,00	100.000,00	768,14
18	75.000,01	100.000,00	acima de 100.000,01		832,85
19	100.000,01	125.000,00	1,00	100.000,00	867,01
19	100.000,01	125.000,00	acima de 100.000,01		1.081,34
20	125.000,01	150.000,00	1,00	100.000,00	1.217,48
20	125.000,01	150.000,00	acima de 100.000,01		1.353,69
21	150.000,01	175.000,00	1,00	100.000,00	1.448,22
21	150.000,01	175.000,00	acima de 100.000,01		1.543,65
22	175.000,01	200.000,00	1,00	100.000,00	1.820,30
22	175.000,01	200.000,00	acima de 100.000,01		1.820,30
24	200.000,01	300.000,00	1,00	100.000,00	2.227,00
24	200.000,01	300.000,00	acima de 100.000,01		2.630,71
25	300.000,01	350.000,00	1,00	100.000,00	2.906,59
25	300.000,01	350.000,00	acima de 100.000,01		3.178,47
26	350.000,01	400.000,00	1,00	100.000,00	3.407,94
26	350.000,01	400.000,00	acima de 100.000,01		3.836,41
27	400.000,01	450.000,00	1,00	100.000,00	3.886,60
27	400.000,01	450.000,00	acima de 100.000,01		4.154,39
29	450.000,01	(*)500.000,00	1,00	100.000,00	4.368,67
29	450.000,01	(*)500.000,00	acima de 100.000,01		4.583,34

5

ANEXO III

Tabela de taxas de serviços administrativos cobrados pela Suframa Mercadoria Estrangeira
(Bens Finais - Insumos da Indústria E OUTROS SETORES DE ATIVIDADE)

	Faixas por Valor de Licenciamento de Importação (VALOR EM R\$)		Faixas por Volume Internado (cm ³ /g/ml)		Valor em R\$
1	0,01	1.000,00	1,00	100.000,00	3,31
1	0,01	1.000,00	acima de 100.000,01		6,61
2	1.000,01	2.500,00	1,00	100.000,00	19,39
2	1.000,01	2.500,00	acima de 100.000,01		32,17
3	2.500,01	5.000,00	1,00	100.000,00	51,15
3	2.500,01	5.000,00	acima de 100.000,01		70,12
4	5.000,01	10.000,00	1,00	100.000,00	104,70
4	5.000,01	10.000,00	acima de 100.000,01		139,27
5	10.000,01	15.000,00	1,00	100.000,00	189,91
5	10.000,01	15.000,00	acima de 100.000,01		240,54
6	15.000,01	20.000,00	1,00	100.000,00	290,33
6	15.000,01	20.000,00	acima de 100.000,01		340,11
7	20.000,01	25.000,00	1,00	100.000,00	389,96
7	20.000,01	25.000,00	acima de 100.000,01		437,51
8	25.000,01	30.000,00	1,00	100.000,00	487,05
8	25.000,01	30.000,00	acima de 100.000,01		536,49
9	30.000,01	35.000,00	1,00	100.000,00	585,92
9	30.000,01	35.000,00	acima de 100.000,01		635,35
10	35.000,01	40.000,00	1,00	100.000,00	683,96
10	35.000,01	40.000,00	acima de 100.000,01		732,57
11	40.000,01	45.000,00	1,00	100.000,00	781,57
11	40.000,01	45.000,00	acima de 100.000,01		830,57
12	45.000,01	50.000,00	1,00	100.000,00	880,21
12	45.000,01	50.000,00	acima de 100.000,01		929,84
13	50.000,01	55.000,00	1,00	100.000,00	979,61
13	50.000,01	55.000,00	acima de 100.000,01		1.027,37
14	55.000,01	60.000,00	1,00	100.000,00	1.076,21

6

14	55.000,01	55.000,00	acima de 100.000,01		1.125,04
15	60.000,01	60.000,00	1,00	100.000,00	1.174,02
15	60.000,01	60.000,00	acima de 100.000,01		1.223,00
16	65.000,01	70.000,00	1,00	100.000,00	1.372,98
16	65.000,01	70.000,00	acima de 100.000,01		1.322,71
17	70.000,01	75.000,00	1,00	100.000,00	1.370,99
17	70.000,01	75.000,00	acima de 100.000,01		1.419,47
18	75.000,01	100.000,00	1,00	100.000,00	1.553,11
18	75.000,01	100.000,00	acima de 100.000,01		1.607,75
19	100.000,01	125.000,00	1,00	100.000,00	1.939,43
19	100.000,01	125.000,00	acima de 100.000,01		2.591,11
20	125.000,01	150.000,00	1,00	100.000,00	2.427,87
20	125.000,01	150.000,00	acima de 100.000,01		2.884,88
21	150.000,01	175.000,00	1,00	100.000,00	2.915,82
21	150.000,01	175.000,00	acima de 100.000,01		3.169,80
22	175.000,01	200.000,00	1,00	100.000,00	3.417,03
22	175.000,01	200.000,00	acima de 100.000,01		3.887,46
24	200.000,01	250.000,00	1,00	100.000,00	4.098,79
24	200.000,01	250.000,00	acima de 100.000,01		4.405,94
24	250.000,01	300.000,00	1,00	100.000,00	4.487,89
24	250.000,01	300.000,00	acima de 100.000,01		5.308,14
25	300.000,01	350.000,00	1,00	100.000,00	5.796,58
25	300.000,01	350.000,00	acima de 100.000,01		6.290,86
26	350.000,01	400.000,00	1,00	100.000,00	6.824,48
26	350.000,01	400.000,00	acima de 100.000,01		7.359,10
27	400.000,01	450.000,00	1,00	100.000,00	7.892,26
27	400.000,01	450.000,00	acima de 100.000,01		8.349,41
28	450.000,01	(*)500.000,00	1,00	100.000,00	11.629,52
28	450.000,01	(*)500.000,00	acima de 100.000,01		15.412,62

7

ANEXO IV

Tabela de taxas de serviços administrativos cobrados pela Suframa Mercadoria Estrangeira
(Bens Intermediários - Componentes)

	Faixas por Valor de Licenciamento de Importação (VALOR EM R\$)		Faixas por Volume Internado (cm ³ /g/ml)		Valor em R\$
1	0,01	1.000,00	1,00	100.000,00	0,82
1	0,01	1.000,00	acima de 100.000,01		1,64
2	1.000,01	2.500,00	1,00	100.000,00	4,14
2	1.000,01	2.500,00	acima de 100.000,01		8,64
3	2.500,01	5.000,00	1,00	100.000,00	10,63
3	2.500,01	5.000,00	acima de 100.000,01		14,61
4	5.000,01	10.000,00	1,00	100.000,00	21,59
4	5.000,01	10.000,00	acima de 100.000,01		28,56
5	10.000,01	15.000,00	1,00	100.000,00	38,09
5	10.000,01	15.000,00	acima de 100.000,01		49,61
6	15.000,01	20.000,00	1,00	100.000,00	59,37
6	15.000,01	20.000,00	acima de 100.000,01		69,12
7	20.000,01	25.000,00	1,00	100.000,00	79,22
7	20.000,01	25.000,00	acima de 100.000,01		89,31
8	25.000,01	30.000,00	1,00	100.000,00	99,30
8	25.000,01	30.000,00	acima de 100.000,01		109,29
9	30.000,01	35.000,00	1,00	100.000,00	119,90
9	30.000,01	35.000,00	acima de 100.000,01		129,51
10	35.000,01	40.000,00	1,00	100.000,00	139,32
10	35.000,01	40.000,00	acima de 100.000,01		150,12
11	40.000,01	45.000,00	1,00	100.000,00	149,11
11	40.000,01	45.000,00	acima de 100.000,01		170,09
12	45.000,01	50.000,00	1,00	100.000,00	180,44
12	45.000,01	50.000,00	acima de 100.000,01		190,78
13	50.000,01	55.000,00	1,00	100.000,00	199,94
13	50.000,01	55.000,00	acima de 100.000,01		209,09
14	55.000,01	60.000,00	1,00	100.000,00	219,81

8

14	55.000,01	55.000,00	acima de 100.000,01		238,52
15	60.000,01	60.000,00	1,00	100.000,00	248,24
15	60.000,01	60.000,00	acima de 100.000,01		248,98
16	65.000,01	70.000,00	1,00	100.000,00	258,40
16	65.000,01	70.000,00	acima de 100.000,01		258,98
17	70.000,01	75.000,00	1,00	100.000,00	278,68
17	70.000,01	75.000,00	acima de 100.000,01		284,19
18	75.000,01	100.000,00	1,00	100.000,00	318,56
18	75.000,01	100.000,00	acima de 100.000,01		348,92
19	100.000,01	125.000,00	1,00	100.000,00	408,73
19	100.000,01	125.000,00	acima de 100.000,01		452,53
20	125.000,01	150.000,00	1,00	100.000,00	551,80
20	125.000,01	150.000,00	acima de 100.000,01		551,08
21	150.000,01	175.000,00	1,00	100.000,00	598,40
21	150.000,01	175.000,00	acima de 100.000,01		647,74
22	175.000,01	200.000,00	1,00	100.000,00	695,90
22	175.000,01	200.000,00	acima de 100.000,01		744,05
24	200.000,01	250.000,00	1,00	100.000,00	824,43
24	200.000,01	250.000,00	acima de 100.000,01		924,83
24	250.000,01	300.000,00	1,00	100.000,00	925,70
24	250.000,01	300.000,00	acima de 100.000,01		1.107,47
25	300.000,01	350.000,00	1,00	100.000,00	1.108,91
26	300.000,01	350.000,00	acima de 100.000,01		1.290,36
26	350.000,01	400.000,00	1,00	100.000,00	1.386,76
26	350.000,01	400.000,00	acima de 100.000,01		1.591,30
27	400.000,01	450.000,00	1,00	100.000,00	1.595,54
27	400.000,01	450.000,00	acima de 100.000,01		1.691,67
28	450.000,01	(*)500.000,00	1,00	100.000,00	2.745,75
28	450.000,01	(*)500.000,00	acima de 100.000,01		3.800,42

ANEXO V

Tabela de taxas de serviços administrativos cobrados pela Suframa Mercadoria Estrangeira
(Bens de Informática)

	Faixas por Valor de Licenciamento de Importação (VALOR EM R\$)		Faixas por Volume Internado (cm ³ /g/ml)		Valor em R\$
1	0,01	1.000,00	1,00	100.000,00	0,72
1	0,01	1.000,00	acima de 100.000,01		1,43
2	1.000,01	2.500,00	1,00	100.000,00	4,77
2	1.000,01	2.500,00	acima de 100.000,01		8,11
3	2.500,01	5.000,00	1,00	100.000,00	13,05
3	2.500,01	5.000,00	acima de 100.000,01		17,89
4	5.000,01	10.000,00	1,00	100.000,00	28,91
4	5.000,01	10.000,00	acima de 100.000,01		35,83
5	10.000,01	15.000,00	1,00	100.000,00	48,47
5	10.000,01	15.000,00	acima de 100.000,01		61,10
6	15.000,01	20.000,00	1,00	100.000,00	73,90
6	15.000,01	20.000,00	acima de 100.000,01		88,70
7	20.000,01	25.000,00	1,00	100.000,00	98,06
7	20.000,01	25.000,00	acima de 100.000,01		111,42
8	25.000,01	30.000,00	1,00	100.000,00	124,74
8	25.000,01	30.000,00	acima de 100.000,01		138,06
9	30.000,01	35.000,00	1,00	100.000,00	150,07
9	30.000,01	35.000,00	acima de 100.000,01		162,07
10	35.000,01	40.000,00	1,00	100.000,00	174,24
10	35.000,01	40.000,00	acima de 100.000,01		186,41
11	40.000,01	45.000,00	1,00	100.000,00	199,11
11	40.000,01	45.000,00	acima de 100.000,01		211,80
12	45.000,01	50.000,00	1,00	100.000,00	224,67
12	45.000,01	50.000,00	acima de 100.000,01		237,54
13	50.000,01	55.000,00	1,00	100.000,00	249,76
13	50.000,01	55.000,00	acima de 100.000,01		261,98
14	55.000,01	60.000,00	1,00	100.000,00	277,15

10

14	55.000,01	60.000,00	acima de 100.000,01		290,32
15	60.000,01	65.000,00	1,00	100.000,00	301,43
15	60.000,01	65.000,00	acima de 100.000,01		314,54
16	65.000,01	70.000,00	1,00	100.000,00	326,20
16	65.000,01	70.000,00	acima de 100.000,01		341,86
17	70.000,01	75.000,00	1,00	100.000,00	361,74
17	70.000,01	75.000,00	acima de 100.000,01		361,62
18	75.000,01	100.000,00	1,00	100.000,00	397,24
18	75.000,01	100.000,00	acima de 100.000,01		432,00
19	100.000,01	125.000,00	1,00	100.000,00	498,08
19	100.000,01	125.000,00	acima de 100.000,01		528,20
20	125.000,01	150.000,00	1,00	100.000,00	621,12
20	125.000,01	150.000,00	acima de 100.000,01		686,07
21	150.000,01	175.000,00	1,00	100.000,00	748,06
21	150.000,01	175.000,00	acima de 100.000,01		804,76
22	175.000,01	200.000,00	1,00	100.000,00	871,22
22	175.000,01	200.000,00	acima de 100.000,01		937,89
24	200.000,01	250.000,00	1,00	100.000,00	1.024,36
24	200.000,01	250.000,00	acima de 100.000,01		1.111,02
24	250.000,01	300.000,00	1,00	100.000,00	1.149,14
24	250.000,01	300.000,00	acima de 100.000,01		1.380,58
25	300.000,01	350.000,00	1,00	100.000,00	1.494,21
25	300.000,01	350.000,00	acima de 100.000,01		1.607,84
26	350.000,01	400.000,00	1,00	100.000,00	1.738,70
26	350.000,01	400.000,00	acima de 100.000,01		1.853,56
27	400.000,01	450.000,00	1,00	100.000,00	1.982,95
27	400.000,01	450.000,00	acima de 100.000,01		2.112,38
28	450.000,01	(*)500.000,00	1,00	100.000,00	3.071,21
28	450.000,01	(*)500.000,00	acima de 100.000,01		4.834,11

ANEXO VI

Tabela de taxas de serviços administrativos cobrados pela Suframa Internamento de Mercadoria Nacional

	Faixas por Valor de Licenciamento de Importação (VALOR EM R\$)		Faixas por Volume Internado (cm³/g/ml)		Valor em R\$
1	0,01	100,00	1,00	100.000,00	0,60
1	0,01	100,00	acima de 100.000,01		1,00
2	100,01	500,00	1,00	100.000,00	1,53
2	100,01	500,00	acima de 100.000,01		2,06
3	500,01	1.000,00	1,00	100.000,00	4,52
3	500,01	1.000,00	acima de 100.000,01		6,97
4	1.000,01	2.000,00	1,00	100.000,00	9,91
4	1.000,01	2.000,00	acima de 100.000,01		12,64
5	2.000,01	5.000,00	1,00	100.000,00	20,86
5	2.000,01	5.000,00	acima de 100.000,01		28,07
6	5.000,01	10.000,00	1,00	100.000,00	42,49
6	5.000,01	10.000,00	acima de 100.000,01		55,90
7	10.000,01	20.000,00	1,00	100.000,00	81,39
7	10.000,01	20.000,00	acima de 100.000,01		126,88
8	20.000,01	50.000,00	1,00	100.000,00	204,31
8	20.000,01	50.000,00	acima de 100.000,01		281,74
9	50.000,01	100.000,00	1,00	100.000,00	456,12
9	50.000,01	100.000,00	acima de 100.000,01		630,60
10	100.000,01	150.000,00	1,00	100.000,00	922,01
10	100.000,01	150.000,00	acima de 100.000,01		1.213,61
11	150.000,01	200.000,00	1,00	100.000,00	1.411,76
11	150.000,01	200.000,00	acima de 100.000,01		1.610,01
12	200.000,01	300.000,00	1,00	100.000,00	1.888,83
12	200.000,01	300.000,00	acima de 100.000,01		2.167,65
13	300.000,01	500.000,00	1,00	100.000,00	2.826,10
13	300.000,01	500.000,00	acima de 100.000,01		3.484,54
14	500.000,01	1.000.000,00	1,00	100.000,00	4.819,11

12

14	500.000,01	1.000.000,00	acima de 100.000,01		8.193,57
15	1.000.000,01	3.000.000,00	1,00	100.000,00	9.393,51
15	1.000.000,01	2.000.000,00	acima de 100.000,01		12.307,34
16	2.000.000,01	3.000.000,00	1,00	100.000,00	15.381,68
16	2.000.000,01	3.000.000,00	acima de 100.000,01		18.416,01
17	3.000.000,01	5.000.000,00	1,00	100.000,00	21.516,35
17	3.000.000,01	5.000.000,00	acima de 100.000,01		24.614,69

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda que ora apresentamos à Medida Provisória 675 de 2015, altera os dispositivos legais previstos nos artigos 2º e 3º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, revogando ainda a disposição atualmente prevista no art. 7º e alterando os Anexos II a VI da referida norma legal para findar com a celeuma jurídica instalada no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual compreende o território do estado do Amazonas e, por consequência, é competente para o julgamento das ações judiciais impetradas em face da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, com o fito de declarar inexigível a cobrança da Taxa de Serviços Administrativos – TSA, que foi instituída pela lei federal supracitada.

Fala-se em celeuma jurídica, uma vez que empresas situadas na Zona Franca de Manaus – ZFM deram início a processos individuais com pedido de declaração de inexigibilidade da TSA com base em uma medida cautelar deferida e proferida nos autos da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI-MC n. 2178/DF, a qual declarou inconstitucional o art. 6º que institui a Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA, também disposta pela Lei

nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, bem como da mesma forma o fez no que se refere à TSA.

Frente a essa decisão, as empresas lograram êxito em seus pleitos, inviabilizando por parte da SUFRAMA a cobrança e recolhimento dos valores devidos a título de TSA, mesmo que os serviços de fiscalização de internamento de notas fiscais e controle de entrada e saída de produtos, bens e mercadorias continuem a serem prestados por esta autarquia federal.

Nesse sentido, não se pode esquecer que ditas empresas ao se fixarem na ZFM e terem os seus Projetos Produtivos Básicos – PPB's aprovados passam a ser beneficiárias de uma série de incentivos fiscais próprios deste regime de exceção constitucionalmente previsto na Carta Magna pátria e instituído para alavancar, ainda na década de 60 do século passado, o desenvolvimento industrial e social da região norte do país, fazendo-se necessário então ter um órgão federal fiscalizador que seja capaz de garantir o devido cumprimento das normas legais vigentes para que não haja o desvirtuamento da finalidade da concessão de benefícios fiscais às empresas instaladas nesse importante parque industrial.

E a regular instituição e cobrança dessa Taxa de Serviços Administrativos - TSA é de suma importância para garantir meios econômicos à SUFRAMA com o fito repor os custos derivados da prestação de serviço público e do efetivo exercício do poder de polícia necessários para fiscalizar e controlar a entrada e saída de bens, mercadorias e produtos da Zona Franca de Manaus – ZFM.

Nesse contexto, a perda de arrecadação da SUFRAMA no que concerne à reposição dos custos derivados da prestação de serviços público e do efetivo exercício do poder de polícia chega, no ano de 2014, a uma cifra de R\$

14

82.755.248,33 (oitenta e dois milhões setecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos).

Perdas essas que se somadas aos anos anteriores (2008 a 2014) chegam ao montante de R\$ 155.792.683,89 (cento e cinquenta e cinco milhões setecentos e noventa e dois mil seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos), que não foram recolhidos, apesar da normal continuidade da execução dos atos administrativos tratados na Lei 9.960/2000.

Portanto, para que tais questionamentos legais sejam sufragados e a reposição financeira pelos serviços administrativos prestados pela autarquia federal em questão sejam normalizados, necessárias se fazem as alterações propostas nos artigos e anexos da referida norma legal, a fim garantir não somente a continuidade deste regime de desenvolvimento industrial, mas também para findar com dita celeuma jurídica hoje instalada.

Tendo em vista as razões acima alinhadas, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Comissões, em de maio de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675

00057A

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
27.05.2015	Medida Provisória nº 675, de 2015.

autor	Nº do prontuário
Dep. ALCEU MOREIRA	

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 () Modificativa	4 . (X) Aditiva	5 Substitutiva global
--------------	----------------	--------------------	-----------------	-----------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

Art. A Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 24-A. A comercialização de armas de fogo, suas partes, componentes e acessórios, munições, incluídos estojos, espoletas, pólvora e projéteis, só poderá ser efetuada em estabelecimento registrado no Comando do Exército e cadastrado na Polícia Federal.

§ 1º A autorização para novas fábricas de armas de fogo e munições e respectivas partes, inclusive estojos, projéteis, espoletas e pólvora no caso de munição, somente será concedida à empresa que comprovar domínio técnico completo e capacidade efetiva de fabricação do produto integral em território nacional, devendo ser apresentado um plano para a nacionalização da produção, no caso de instalação de novas fábricas.

§ 2º Não será permitida a fabricação de partes, peças, componentes e insumos de armas de fogo e munição, a exceção de espoleta e pólvora, por empresas que não produzam o produto final completo, salvo se vinculada ao Título de Registro (TR) do fabricante mencionado no § 4º.

§ 3º O plano citado no § 4º deverá conter valores de instalação, geração de empregos, prazos e metas de produção e de comercialização que serão avaliados pelo Comando do Exército.

§ 4º A instalação de novas fábricas deverá ser negada se for demonstrado prejuízo às Empresas Estratégicas de Defesa (EED) já existentes em território nacional.

§ 5º O domínio técnico e a capacidade efetiva de fabricação de que trata o § 4º deverão ser comprovados por meio de visitas técnicas e avaliação do produto.” (NR)

*Art. 24-B. Fica proibida a importação de armas de fogo, suas peças e acessórios, munições e suas partes, de uso restrito e permitido, exceto se autorizada pelo Comando do Exército para os órgãos de segurança pública, fabricantes de armas e munições, empresário individual ou sociedade empresária para pesquisa e desenvolvimento, representantes comerciais, colecionadores, atiradores, caçadores, expositores e representações diplomáticas.

§ 1º Os importadores de armas de fogo, suas peças e acessórios, munições e suas partes ao preencherem a Licença de Importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, devem informar as características dos produtos objeto de importação, ficando o desembaraço aduaneiro sujeito à satisfação desse requisito.

§ 2º A importação destinada a órgão de segurança pública, poderá ser autorizada quando inexistir similar nacional ou o produto a ser importado, por questão de ordem técnica ou operacional, devidamente justificada, apresentar especificações que não possam ser atendidas pela indústria brasileira no prazo necessário para o recebimento do produto.

§ 3º A importação pelos fabricantes de armas e munições pode ser autorizada para a realização de pesquisa, estudos e testes, ou em atendimento a plano de nacionalização aprovado pelo Comando do Exército.

§ 4º A importação por empresário individual ou sociedade empresária poderá ser autorizada, para comércio, caso seja considerada conveniente e somente para armas de uso permitido sem similar nacional.

§ 5º Os representantes comerciais podem ser autorizados a importar, em caráter temporário, as amostras necessárias para fins de demonstração ou mostruário, desde que comprovem exercer efetivamente a representação comercial do fabricante estrangeiro em território nacional, sendo-lhe vedada a importação do produto para outros fins.

§ 6º As importações realizadas por expositores são limitadas aos produtos necessários para participação em feiras, exposições e eventos do gênero, desde que por período certo, de acordo com a duração do evento que motivou a importação e, em todo caso, mediante autorização prévia.

§ 7º Realizada a demonstração pelo representante comercial, ou terminado o evento do qual tenha participado o expositor, os produtos importados para tais fins devem, a critério do importador, ser reexportados ou doados a quem possa legitimamente adquiri-los, mediante autorização do Comando do Exército.

§ 8º As importações solicitadas pelos colecionadores podem ser autorizadas quando se tratar de produtos que guardem pertinência com a atividade realizada e desde que justificada a sua conveniência, de acordo com normas editadas pelo Comando do Exército, sendo que a importação por atiradores e caçadores, só será autorizada se inexistir similar nacional ou o produto a ser importado, por questão de ordem técnica ou operacional, devidamente justificada, apresentar especificações que não possam ser atendidas pela indústria brasileira no prazo necessário para o recebimento do produto.

§ 9º As importações solicitadas pelas representações diplomáticas necessitam de parecer favorável do Ministério das Relações Exteriores.

§ 10. As armas de fogo e munições importadas deverão receber, no país de origem, as marcações previstas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei no 10.826, de 2003, e nas respectivas regulamentações.

§ 11. A Empresa Estratégica de Defesa (EED) poderá importar armas de fogo e munições, suas partes, peças e componentes, sem a determinação do § 10, desde que realize no território nacional todas as marcações necessárias antes de comercializar os produtos e que esteja devidamente autorizada a fabricar integralmente o produto objeto da importação.

§ 12. A Secretaria da Receita Federal do Brasil fiscalizará a entrada e saída de produtos de que trata este artigo.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Um dos maiores problemas referentes à segurança nacional e à violência no território brasileiro é a dificuldade de controlar o tráfico de armas e munições e a fabricação clandestina destes produtos. Dados levantados pelo Ministério da Justiça revelaram que mais da metade das armas de fogo que circulam no país é ilegal e oriunda do tráfico.

O Brasil ocupa o primeiro lugar da América Latina do triste ranking de tráfico de armas. A fronteira brasileira tem 17 mil km de extensão, o que correspondem a 27% do território brasileiro, e faz a divisa de 11 Estados com 10 países, um vasto território explorado por traficantes de armas.

O tráfico de armas é a terceira maior atividade criminosa do mundo, perdendo apenas para o narcotráfico e o tráfico humano, alerta as Nações Unidas. O tráfico ilegal de armas vem transformando a América Latina em campo de batalha, onde ocorrem quatro em cada dez assassinatos no mundo. Já tivemos notícia inclusive, que determinadas armas de calibres inferiores podem ser formalmente importadas de maneira legal, mas que na prática entram no País armas de calibres restritos.

Por estas razões, a fabricação de armas e munições deve receber tratamento restritivo no Brasil. Sua demanda deve observar apenas a necessidade de suprimento. A importação e fabricação destes produtos não devem gerar uma oferta excessiva e sim apenas necessária, principalmente para viabilizar e facilitar o controle, dificultando a extravio de armas e munições.

Ainda, é importante ressaltar que as restrições trazidas por esta proposta, estão de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa - END, aprovada pelo Decreto 6.703/2008, que pauta a proteção e a reorganização da indústria de defesa na busca do desenvolvimento tecnológico independente, fixando como uma das diretrizes a subordinação das considerações comerciais aos imperativos estratégicos por meio de regime legal, regulatório e tributário que proporcione o alcance desse objetivo. Bem como, através da dualidade de suas produções, que devem ser distribuídas de forma equilibrada entre aplicações civis, militares e policiais.

No mais, nosso País enfrenta outro grave problema que é a fabricação clandestina de armas e munições. Nos últimos anos, 25 fábricas clandestinas de munição foram encontradas pela polícia, em diversas cidades brasileiras, como por exemplo, Olímpia – Interior de SP, Rondonópolis – Interior de SP, Barreiros/MG, Caldas Novas/GO, Carira/Interior de SE, Cubat/Interior da PB, Macapá/AP, Tijucas/SC e São Francisco de Itabapoana/RJ. Uma delas, em Bauru/SP, com produção mensal de 300 mil unidades. Outra em Caruaru/PE fabricava mais de 200 mil unidades por mês.

Na medida em que o mercado brasileiro é infestado por produto contrabandeado ou mesmo produzidos ilegalmente, em fábricas clandestinas, subverte-se completamente a lógica das políticas públicas de segurança.

Assim, é impossível pensar em garantia de segurança se não houver uma política eficiente de

combate a esse problema.
Estas são as razões pelas quais apresento a presente emenda.

Sala de sessões, em 27 de maio de 2015.

Deputado ALCEU MOREIRA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00058 ETIQUETADATA
27/03/2014

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescente-se ao art. 3º da Lei nº 7.689, de 16 de dezembro de 1988, alterada pela Medida Provisória nº 675/2015, os seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 3º.....

§ 1º No caso do inciso I, a partir de 1º de janeiro de 2016, os recursos arrecadados em decorrência da instituição de alíquota superior a 15% (quinze por cento) serão alocados pela União em ações e serviços de saúde, adicionalmente aos valores mínimos a que se refere o inciso I do § 2º da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, vedado o seu contingenciamento.

§ 2º Parcela não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos a que se refere o § 1º será distribuída aos Estados e ao Distrito Federal, observado como critério de rateio o estabelecido no inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, na redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 2013.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 675/2015 eleva de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento) a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL para o setor financeiro. A Exposição de Motivos nº 065/2015 aponta para um aumento de arrecadação estimado de aproximadamente R\$ 395.600.000,00 (novecentos e noventa e cinco milhões e seiscentos mil reais) para o ano de 2015,

R\$ 3.789.400.000,00 (três bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões e quatrocentos mil reais) para o ano de 2016 e R\$ 4.061.000.000,00 (quatro bilhões e sessenta e um milhões de reais) para o ano de 2017.

Esses recursos, nos termos da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que instituiu a CSLL, devem ser destinados ao financiamento da seguridade social.

Propõe-se, com a presente emenda, que esses recursos adicionais sejam utilizados para assegurar a ampliação do orçamento de ações e serviços de saúde de responsabilidade da União, a partir do exercício financeiro de 2016. Propõe-se, ainda, que parcela não inferior a 70% (setenta por cento) desses recursos sejam rateados entre Estados e Distrito Federal, observados critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 62, de 1989, que "*Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação*", a redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 2013.

Com a aprovação da presente emenda, tendo em vista as projeções de aumento de arrecadação apresentadas pela mencionada Exposição de Motivos nº 065/2015, estima-se que possam ser agregados ao Orçamento da União para a área da saúde cerca de R\$ 3,78 bilhões em 2016 e R\$ 4,06 bilhões em 2017. Destes, pelo menos R\$ 2,64 bilhões seriam destinados obrigatoriamente aos Estados e ao Distrito Federal em 2016 e R\$ 2,84 bilhões em 2017, distribuídos proporcionalmente, conforme os critérios utilizados para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

ASSINATURA

Brasília, 26 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00059 ETIQUETA

DATA
26/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO - PDT (CE)

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ()
SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se na MP n. 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10

§ 4º A isenção constante do Caput não se aplica a pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 106, de 10 de janeiro de 2001, cujo lucro ou dividendo terá incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%."

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, os rendimentos de lucros e dividendos das pessoas físicas ou jurídica não são tributados. No caso da pessoa jurídica, a justificativa para a legislação que isenta os lucros e dividendos distribuídos é de que os rendimentos já são tributados pela empresa e estimulariam a atividade produtiva, além de inibir a evasão e simplificar controles.

Não concordo com a generalização do incentivo, haja vista sabermos que, diante da elevada taxa básica de juros vivenciada atualmente, as instituições financeiras têm auferido ganhos cada vez maiores, situação que tem propiciado inclusive a diversificação de seu âmbito

de situação, onde destaco a participação em outros grupos empresariais.

Dessa forma, entendo como perfeitamente justo que os ganhos obtidos por essas entidades sob a forma de recebimento de lucros ou dividendos advindos dessas empresas sejam tributados na fonte à alíquota de 15% de imposto de renda.

Esta a razão pela qual apresentamos a presente emenda.

ASSINATURA

Brasília, 26 de maio 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00060 ETIQUETA

DATA
25/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO - PDT (CE)

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ()
SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se na MP n. 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Alterações nos valores das tarifas vigentes em 21/05/2015, ainda que incidentes apenas sobre parcela dos serviços ofertados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, somente poderão ser efetuadas com periodicidade anual, a contar da referida data, e devem ser comunicadas aos clientes com antecedência mínima de noventa dias.

Parágrafo único - O Conselho Monetário Nacional definirá, no prazo de 90 (noventa) dias, regras específicas para rigoroso acompanhamento da composição do custo das tarifas cobradas pelas instituições de que trata o caput, com o objetivo de coibir a prática de preços abusivos e que possa prejudicar os consumidores.

JUSTIFICAÇÃO

Durante as décadas de elevada inflação, as tarifas bancárias não eram um item importante das receitas das instituições financeiras. A estratégia consistia em atrair os correntistas com isenção ou baixas tarifas para extrair grandes ganhos com a intermediação dos depósitos gratuitamente deixados pelos clientes nas instituições. Após a estabilização da economia, o fim dos ganhos trazidos pela inflação levou as instituições a seguirem agressiva política de tarifas como compensação. Atualmente, as receitas vindas da cobrança de tarifas correspondem a um terço do total do faturamento e são superiores às despesas administrativas.

Diante desse cenário, as instituições financeiras provavelmente buscarão repassar os valores adicionais de tributação – aproximadamente R\$ 8,8 bilhões até 2017 – aos consumidores de seus serviços, penalizando, dessa forma, as classes menos favorecidas da sociedade, contrariando exatamente a intenção da Medida Provisória.

A emenda propõe que a periodicidade do reajuste das tarifas bancárias seja anual e que, entre a revisão de preços, haja total transparência no planilhamento dos custos que compõem a formação das respectivas tarifas, evitando-se, por conseguinte, grandes distorções nas tabelas praticadas pelo sistema financeiro de maneira geral e que possam prejudicar os consumidores.

Esta a razão pela qual apresentamos a presente emenda.

ASSINATURA

Brasília, 25 de maio de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 675
00061****EMENDA ADITIVA Nº**
(à MPV 675/2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. ____ - O art. 189 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 189....."

Parágrafo único. A existência de fontes naturais de calor não caracteriza, por si só, como insalubre a atividade ou a operação." (NR)

JUSTIFICATIVA

A assunção da insalubridade apenas pela exposição ao sol, inviabilizaria em significativa parte do país o trabalho em quase a totalidade do dia. Não há controle possível das intempéries, da mesma forma que não se pode moderar a incidência da luz solar, especialmente por se tratar de um país com a predominância de climas quentes e de alto índice de insolação, como o tropical e o equatorial.

Não obstante a impossibilidade de medição do grau de exposição ao fator de risco durante a jornada de trabalho, não se pode também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desconsiderar que não é apenas durante o período laboral que o obreiro é exposto à luz do sol.

Portanto, a imposição do adicional de insalubridade em condições em que é inviável a atuação do empregador na real eliminação dos fatores de risco – sujeitos a variações geográficas e sazonais e que atuam fora do ambiente de trabalho - além de ser fonte de inegável insegurança jurídica, desestimula a atividade produtiva em setores fundamentais para a economia do país, notadamente o trabalho na lavoura e a construção civil.

Nesse sentido é que a presente emenda vem assegurar que a exposição ao sol, por si só, não é suficiente para caracterizar a insalubridade. Ela permite que, nos casos concretos, sejam considerados elementos específicos como: eventuais jornadas exaustivas em regiões com maior incidência solar, exposição a produtos químicos e o tempo de exposição ao sol, em horários indevidos, fora do ambiente de trabalho.

Brasília, em de 2015

Deputado Leonardo Quintão
PMDB - MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Sérgio Souza - PMDB/PR

062

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art.40.

§ 1º.

§ 10º. a suspensão de que trata este artigo aplica-se também às vendas de insumos destinados a transportador ferroviário que, no ano anterior ao da aquisição, tenha 50% ou mais de sua receita de frete obtida mediante transporte de produtos para pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

Justificativa

A suspensão de que trata este artigo aplica-se também às vendas de insumos destinados a transportador ferroviário que, no ano anterior ao da aquisição, tenha 50% ou mais de sua receita de frete obtida mediante transporte de produtos para pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

Sala da Comissão,


Deputado SÉRGIO SOUZA



MPV 675
00063



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

		Proposição	
		Medida Provisória 675 de 2015	
autor		nº do prontuário	
Poder Executivo			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva
		5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
			Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de novembro de 2015 os seguintes dispositivos:

Art.... A Lei nº 12.546 de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º. Excetuando-se as empresas do Inciso I, que poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota 2% (dois por cento), poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), com as seguintes atividades:

Art. 9º

§ 17. As empresas exportadoras, com atividades referidas no inciso I do Art. 7º da Lei nº 12.546/2011, não poderão optar pela tributação substitutiva de acordo com o disposto no art. 7º, caput, contribuindo com as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal a partir do Plano Brasil Maior em agosto de 2011, introduziu nova modalidade de cálculo do pagamento de INSS patronal visando desonerar a folha de pagamentos de maneira a incentivar alguns segmentos econômicos, como é o caso do setor de TIC (tecnologia da informação e comunicação), aprovando a Lei nº 12.546/2011.

Esta lei dispõe em seu Art. 7º que a contribuição à seguridade social passe a incidir sobre a receita bruta, com alíquota de 2% para os setores enumerados em seus incisos. O setor de TI/TIC é referido no inciso I e sua caracterização remete a Lei nº 11.774/2008, art. 14, §§ 4º e 5º. O §4º enumera uma lista de oito serviços.

Contudo, o Projeto de Lei nº 863/2015 altera o caput do artigo 7º da referida Lei nº 12.546/2011, entre outras alterações, reduz a desoneração da folha para 56 setores, aumentando a alíquota de 2% para 4,5% (contribuição previdenciária) sobre a receita bruta para diversos setores, incluindo o setor de TI/TIC. Nestes termos, a alteração proposta amplia em 125%, a redução concedida anteriormente para o setor de TI/TIC. O argumento para redução do benefício tributário foi o reequilíbrio das contas públicas, gastos com mão-de-obra, bem como a alegação equivocada de redução dos postos de trabalho. Todavia, na prática, a dedução do benefício aumentará os custos das empresas, mesmo com a possibilidade de optar pelo regime anterior, que é bem-vinda, mas que mesmo assim afetará eventual possibilidade de crescimento do setor e a geração de novos postos de trabalho.

Importante considerar que o aumento das alíquotas comprometerá todos os resultados positivos obtidos até a presente data pela desoneração, agravando ainda mais os desafios de competitividade da indústria nacional no setor, até porque reduzirá sua capacidade de investimentos. Não custa lembrar que o setor de TI/TIC, depois do advento da Internet, é um dos poucos setores que sofre concorrência direta de empresas estrangeiras não sediadas no país, oferecendo produtos e serviços eletrônicos que podem ser remetidos para o nosso país através da rede de comunicações com pouco ou nenhum controle.

Outro ponto preocupante, aprovado com o texto da Lei nº 12.546/2011, diz respeito à isenção total do recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal das empresas exportadoras de softwares. Isto pois, determina a Lei nº 12.546/2011, em seu artigo 9º, inciso II, alínea a, a exclusão da base de cálculo das contribuições a receita bruta de exportações.

A norma dispõe que a determinação da base de cálculo deve ser considerada admitindo-se a exclusão da receita bruta decorrente de exportação. Com tal alteração as empresas exportadoras no Brasil não recolhem Contribuição Previdenciária Patronal (nem 20% sobre a folha de pagamentos e nem 2% do faturamento bruto), sob o argumento de que não se deve “exportar” impostos. Esta distorção acaba por ocasionar passivo previdenciário e desigualdade entre as empresas exportadoras e as empresas não exportadoras, bem como manifesto prejuízo para toda a sociedade.

Note-se que as empresas exportadoras não recolhem Contribuição Previdenciária Patronal, entretanto, seus funcionários quando necessitam dos benefícios como Auxílio doença, Auxílio Maternidade, Acidente do Trabalho e a Aposentadoria se socorrem da previdência que é custeada por toda a sociedade. Pela referida norma este passivo não é suportado pelas empresas exportadoras, pois nada pagam a título de contribuição previdenciária, ou seja, utilizam mão de obra local, seus funcionários utilizam o sistema previdenciário, mas deixam a conta para ser suportada pelas empresas não exportadoras.

Destaca-se, também, que as exportadoras são as que têm, em geral, maior

faturamento e estrutura; enquanto empresas de menor porte, ainda se consolidando no mercado brasileiro, ficam obrigadas a pagar uma conta que não deveria ser por elas suportada. Para as empresas do setor de TIC, que são na sua maioria pequenas e médias empresas, a situação é ainda mais grave em função da concorrência com empresas que não estão nem aqui sediadas. A concorrência assim é dita predatória por conta da própria legislação.

Impende observar que a Receita Federal do Brasil aprovaria este ajuste à Lei n.º 12.546/2011 para as empresas exportadoras, visto que não pagam nenhum outro imposto, portanto, devem contribuir com 20% sobre a remuneração de suas folhas de pagamento a título de Contribuição Patronal Previdenciária, a chamada contribuição substitutiva – CPRP. Neste sentido há a possibilidade de se aumentar a base de arrecadação, ou seja, compêlir as empresas exportadoras para que também contribuam com a previdência social e desta forma não sendo necessário majorar a alíquota para as demais empresas brasileiras que geram empregos e contribuem para a economia de nosso País.

Cabe lembrar que o setor já tentou sensibilizar o governo para que não mudasse as alíquotas praticadas para o setor de TIC, um dos primeiros setores beneficiados pela Lei n.º 12.546/2011. Mais do que isto, o setor de TIC criou empregos e gerou novas receitas, demonstrando a efetividade da desoneração. Tanto assim que a mesma deixou de ser considerada experimental e passou a ser permanente pela Lei n.º 13.043/2013. Lamentavelmente a resposta oferecida foi a de que todos os setores e empresas precisam arcar com seu quinhão neste momento de ajuste fiscal. Se for para ser assim, é de suma importância que através do PL 863/2015 seja revista e alterada a Lei n.º 12.546/2011, para que também empresas exportadoras de software e serviços de TI possam ajudar a enfrentar este momento de ajustes voltando a contribuir para a previdência.

COVATTI FILHO
DEPUTADO FEDERAL



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00064 ETIQUETA

DATA 25/05/2015	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015
--------------------	-----------------------------------

AUTOR DEP. GIOVANI CHERINI – PDT (RS)	Nº PRONTUÁRIO
--	---------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA
--------	--------	-----------	--------	--------

De-se a seguinte redação ao artigo 1º da MP 675, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I – 30% (trinta por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 675/2015 eleva de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento) a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL para o setor financeiro. A Exposição de Motivos nº 065/2015 aponta para um aumento de arrecadação estimado de aproximadamente R\$ 995.600.000,00 (novecentos e noventa e cinco milhões e seiscentos mil reais) para o ano de 2015, R\$ 3.789.400.000,00 (três bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões e quatrocentos mil reais) para o ano de 2016 e R\$ 4.061.000.000,00 (quatro bilhões e sessenta e um milhões de reais) para o ano de 2017.

Esses recursos, nos termos da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que instituiu a CSLL, devem ser destinados ao financiamento da seguridade social.

Propõe-se, com a presente emenda, que a alíquota seja elevada de 15% para 30%, considerando que o ajuste proposto pelo governo mostra-se ínfimo em relação ao exorbitante aumento no lucro das instituições financeiras, obtido mesmo diante de um cenário econômico adverso. A medida permitirá uma arrecadação adicional de aproximadamente R\$ 26,4 bilhões até 2017.

Esta a razão pela qual apresentamos a presente emenda.

ASSINATURA

Brasília, 25 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00065 ETIQUETA

DATA
27/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Modifique-se o inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I - 35% (trinta e cinco por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em 29/04/15, decidiu pela terceira vez consecutiva, somente esse ano, aumentar os juros básicos da economia em 0,50 ponto percentual, o que representa um aumento de 1% apenas em 2015. Esses aumentos contribuem para a configuração de um cenário nada auspicioso de crescimento e distribuição de renda no País. Por outro lado, as seis maiores instituições

financeiras obtiveram lucro líquido superior a R\$ 28,4 bilhões, dados de junho de 2014, que representam crescimento de 14,3 na comparação com o primeiro semestre de 2013. No primeiro trimestre desse ano, os bancos privados surpreenderam com lucros crescentes e expansão de negócios. O Itaú lucrou R\$5,733 bilhões no trimestre, 6,8% mais do que no mesmo período de 2014. O Banco do Brasil, maior banco do país em ativos, anunciou recentemente que teve lucro líquido de R\$ 5,81 bilhões no primeiro trimestre, alta de 117,3% ante igual período de 2014.

Segundo um levantamento feito pela consultoria Economatica para a BBC Brasil, apesar da desaceleração econômica, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de capital aberto no Brasil foi de 18,23% em 2014 - mais que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,68%).

Tudo isso demonstra robusta capacidade contributiva das instituições financeiras que em muito poderá colaborar para a ampliação e melhoria de serviços essenciais à sociedade brasileira, vez que representa um reforço considerável ao caixa da seguridade social. Isto porque, conforme a alínea "c" inciso I artigo 195 da Constituição Federal, a seguridade social será financiada, especialmente, com contribuições sociais. Assim, o aumento da alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL para 35% (trinta e cinco por cento) terá expressivo impacto positivo sobre o sistema único de saúde - SUS.

Por fim, a exposição de motivos da MP aponta para um aumento de arrecadação estimado em aproximadamente R\$ 3.789.400.000,00 para o ano de 2016, considerando a alíquota de 20%, o que eleva essa estimativa para algo em torno de R\$ 6,65 bilhões, quando aplicada a alíquota proposta de 35%.

O aumento da alíquota da CSLL, para 35%, das instituições financeiras, está de acordo com o princípio da progressividade tributária e da isonomia, inscrito na Constituição Federal, no Parágrafo 1º, do Art. 145, o qual preceitua que os impostos serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. Capacidade esta já demonstrada por meio da robustez e crescimento do lucro dos bancos.

Além disso, o aumento aqui proposto também está de acordo com alguns países do Mercosul, tais como: Argentina, Uruguai e Paraguai, que tributam o lucro dos bancos em torno de 30%, segundo "Estudo Comparado de Sistema Tributário".
<http://portal.revistas.usp.br/index.php/vml/article/viewFile/2607/1587>

ASSINATURA

Brasília, 27 de maio de 2015.

MPV 675
00066

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Incluem-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, artigos com a seguinte redação:

“Art. A. O art. 18 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Fica elevada para 5% (cinco por cento) a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS devida pelas pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.” (NR)

Art. B. O disposto no art. A desta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

A constante lucratividade do setor financeiro no Brasil demonstra a alta capacidade contributiva desse segmento econômico. Deveras, as instituições financeiras e as empresas de seguros privados e de capitalização recolhem, com alíquotas majoradas, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Previdenciária Patronal.

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, engaja o setor financeiro no esforço de ajuste fiscal envidado no segundo mandato do

2

Presidenta Dilma Rousseff ao elevar de 15% para 20% a alíquota da CSLL, dele exigida. As demais pessoas jurídicas continuam a recolher a CSLL à alíquota de 9%.

A nosso ver, a capacidade contributiva do setor financeiro ainda comporta a elevação de 4% para 5% da alíquota da Cofins a que as empresas do setor estão sujeitas no regime cumulativo. As demais pessoas jurídicas desse regime continuarão a recolher a Cofins à alíquota de 3%.

Em miúdo, com a entrada em vigor desta Emenda, recolherão a Cofins à alíquota de 5% as seguintes pessoas jurídicas:

- a) os bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas e as agências de fomento referidas no art. 1º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;
- b) as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário e as sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- c) as empresas de arrendamento mercantil;
- d) as cooperativas de crédito;
- e) as empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito;
- f) as entidades de previdência complementar privada, abertas e fechadas; e
- g) as associações de poupança e empréstimo.

3

Em síntese, trata-se da mesma lista de pessoas jurídicas sujeitas à elevação para 20% da alíquota da CSLL, a que se acresceram os fundos de pensão e entidades de previdência complementar abertas e da qual se excluíram as administradoras de cartões de crédito.

Sala da Comissão,

Senador WALTER PINHEIRO

**MPV 675
00067**

EMENDA N.º - CM

(à MPV n.º 675, de 2015)

Inclua-se na Medida Provisória n.º 675, o seguinte artigo:

"Art. ... Fica revogado o art. 1º e seu § 1º da Lei n.º 11.312, de 27 de junho de 2006."

JUSTIFICATIVA

O art. 1º da Lei n.º 11.312, de 2006, reduz a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea "a" do § 2º do art. 81 da Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

Trata-se de um privilégio fiscal injustificado, causando grande custos ao Banco Central, devido à valorização cambial e acumulação de reservas cambiais, as quais têm um elevado custo de manutenção, dado o diferencial entre taxas de juros internas e externas, e perda de arrecadação decorrente. Permite, ainda, que investidor estrangeiro se aproveite das taxas de juros reais praticadas no Brasil, que são as mais elevadas do Mundo, sem recolher o imposto de renda ao erário brasileiro, incentivando a especulação financeira e a evasão de divisas.

Sala das Sessões,

Senador Walter Pinheiro

**MPV 675
00068**

EMENDA N.º - CM

(à MPV n.º 675, de 2015)

Inclus-se na Medida Provisória nº 675, o seguinte artigo:

"Art. Fica revogado o art. 9º e respectivos parágrafos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995, prevê que a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Trata-se de um privilégio fiscal absurdo e irrazoável, pois desconsidera que os sócios e acionistas já são renumerados pela apropriação dos lucros da atividade empresarial.

Dados do IPEA aponta os danos que essa isenção causam ao sistema tributário nacional, aumentando a sua regressividade. A carga tributária bruta incidente sobre renda, lucros e ganhos de capital de pessoas jurídicas caiu de 3,7% para 3,3% do PIB, entre 2007 e 2012. Por sua vez, a carga tributária de impostos sobre transações financeiras e de capital, passou de 1,7% para 0,7% do PIB, no mesmo período. Entretanto, a carga tributária bruta sobre a renda das pessoas físicas subiu de 2,3% para 2,6% do PIB, entre 2007 e 2012.

No período de 2004 a 2009, estima-se que a distribuição de juros sobre capital próprio feita pelas empresas aos seus acionistas totalizou R\$ 116.867 bilhões. Esse mecanismo permitiu uma redução nas despesas dos encargos tributários das empresas, no tocante ao recolhimento de IRPJ e CSLL, de R\$ 39,7 bilhões, em valores correntes.

Dados mais recentes indicam que, se essa isenção não existisse, o Tesouro Nacional teria recolhido cerca de R\$ 14 bilhões a mais em 2014, quase o montante que o Governo pretendia obter apenas com a edição das Medidas Provisórias nº 664 e 665.

Assim, a presente emenda visa extinguir o privilégio e permitir a taxação dessa destruição disfarçada de lucros, observado, evidentemente, o princípio da anualidade, cláusula pétrea da Constituição.

Sala das Sessões,

Senador Walter Pinheiro

**MPV 675
00069**

EMENDA N.º - CM

(à MPV n.º 675, de 2015)

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, o seguinte artigo:

Art. O art. 10 da Lei de n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, que beneficie pessoa jurídica ou física, domiciliados no País ou no exterior, integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário.

§ 1º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

§ 2º As pessoas jurídicas que auferam, em cada ano-calendário, até o limite superior da receita bruta fixada no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 139, de 10 de novembro de 2011, não integrarão a base de cálculo do imposto referido no caput ” (NR).

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo tributar os rendimentos oriundos da distribuição de lucros e dividendos pelo Imposto de Renda, afastando a isenção concedida, desde 1995, pelo artigo 10 da Lei nº 9.249, de 1995.

Com base nessa Lei, são isentos do imposto de renda os lucros e dividendos distribuídos pelas empresas ou bancos, inclusive, quando essa distribuição se converte em remessa de lucro ao exterior.

Segundo esse dispositivo os lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas não estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integram a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário se for pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Dados de estudo do DIEESE apontam que entre 2008 e 2013, os recursos transferidos para o exterior a título de remessa de lucros e dividendos,

realizados por empresas estrangeiras aqui estabelecidas, mais que dobraram. O volume de recursos enviado ao exterior totalizou o montante de US\$ 23,8 bilhões, em 2013, aumento de 107% em relação a 2006. Esse volume, quando desagregado por setor, apresenta o seguinte perfil: 56,4% da indústria; 40,8% dos serviços e 2,8% referem-se à agricultura, pecuária e atividade extrativa mineral. Segundo matéria do Valor Econômico publicada em 19.12.2014, a remessa de lucros e dividendos ao exterior, apenas em novembro de 2014, atingiu US\$ 2,704 bi. No ano, as remessas somavam até então US\$ 22,429 bilhões, com previsão de que atingiriam US\$ 25,5 bilhões no ano.

Esse volume, assim, é isento do imposto de renda, privilegiando-se os rendimentos do capital, em detrimento do rendimento do trabalho, ferindo o princípio da progressividade e distributividade.

Convertendo o valor de US\$ 25 bilhões à taxa de câmbio de R\$ 3,00, chega-se ao montante de R\$ 75 bilhões, que se fossem tributados com uma alíquota de 15% possibilitariam uma arrecadação tributária de R\$ 11 bilhões, somente em 2014. Esse é o montante que o Estado brasileiro deixou de arrecadar em 2014, por conta desse benefício.

Note-se que a presente proposta não atingiria as pequenas e microempresas, em cumprimento ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Assim, a presente emenda visa corrigir essa distorção e garantir que o Imposto de Renda atue como instrumento de distribuição de renda e justiça fiscal, distribuindo sobre setores altamente lucrativos, e que tem maior capacidade contributiva, os custos que ora são impostos à sociedade por meio do "ajuste fiscal" em curso.

Sala das Sessões

Senador Walter Pinheiro

MPV 675
00070

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, os seguintes artigos:

“Art... O art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 22.

§ 1º.....

§ 2º É vedado aos fornecedores de serviços essenciais em domicílio cobrar dívidas do consumidor ou exigir comprovante de pagamento ou fatura de qualquer espécie pelo fornecimento ou execução do serviço, após o prazo de um ano do fornecimento ou da prestação do serviço.

§ 3º Consideram-se serviços essenciais em domicílio:

I – o fornecimento de água por encanamento;

II – o fornecimento de energia elétrica;

III – o fornecimento de gás por encanamento;

IV – a captação de esgoto;

V – a telefonia fixa.” (NR)

“Art... O § 1º do art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art.206.

§1º.....

VI – a pretensão de cobrança de dívidas oriundas da prestação contínua de serviços essenciais em domicílio.

.....” (NR)

2

JUSTIFICAÇÃO

Infelizmente ainda é bastante comum que consumidores que quitam seus débitos regularmente sejam obrigados a localizar recibos de pagamentos realizados há muitos anos. Em inúmeros casos a cobrança é feita de maneira tardia e errônea devido a falhas nos sistemas operacionais das empresas prestadoras de serviços públicos.

Os sistemas de cobrança, pagamento e compensação encontram-se hoje integralmente informatizados, sendo de fácil e rápida identificação eventual não pagamento por parte dos consumidores. A esse respeito, é comum que consumidores realmente inadimplentes tenham seus serviços suspensos de forma bastante tempestiva.

Em tal ambiente, entendemos que é um ônus excessivo para o consumidor ser obrigado a guardar os comprovantes de pagamento pelo prazo de cinco anos em observância ao prazo de prescrição previsto no art. 206, § 5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Propomos, assim, alterações ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e ao § 1º art. 206 do Código Civil de forma a estabelecer que os prestadores de serviços públicos tenham um prazo máximo de um ano para cobrar eventuais débitos dos consumidores.

Esclareço ainda que tramitou nesta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, de minha autoria, que versa sobre o mesmo assunto. A matéria foi arquivada ao final da última legislatura e protocolei, em 31 de março de 2015, requerimento pedindo o desarquivamento da proposição, o qual aguarda desde então sua inclusão na Ordem do Dia. Contudo, considerando a relevância e a urgência da matéria para os consumidores que, diariamente, são indevidamente cobrados e muitas vezes por essa razão privados do acesso a serviços essenciais, aproveito a oportunidade para

3

oferecer emenda à MPV nº 675, de 21 de maio de 2015, na tentativa de solucionar definitivamente este problema.

Dada a importância e o benefício da aprovação desta proposta para milhares de consumidores em todo o Brasil, conto com o apoio e aprovação dos nobres Pares desta Casa.

Sala da Comissão,

Senador WALTER PINHEIRO

**MPV 675
00071**

EMENDA N.º - CM

(à MPV n.º 675, de 2015)

Inclui-se na Medida Provisória nº 675, o seguinte artigo:

Art. ... A partir de 1º de janeiro de 2016, fica instituída a contribuição adicional de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal, a ser destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador para o financiamento do Programa do Seguro Desemprego, de que trata a Lei nº 7.998, de 1990, devida pelos empregadores cujo índice de rotatividade da mão de obra seja superior em mais de dez por cento ao índice médio de rotatividade de seu setor de atividade econômica mediante a aplicação do percentual de 0,2% (vinte centésimos por cento), incidente sobre:

I - a receita operacional bruta e transferências correntes e de capital recebidas, no caso de empresas públicas, sociedades de economia mista, e respectivas subsidiárias, e quaisquer outras sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público;

II - o total da folha de pagamento de remuneração dos seus empregados, no caso de sociedades cooperativas, em relação às operações praticadas com cooperados, fundações públicas e privadas, condomínios e demais entidades sem fins lucrativos inclusive as entidades fechadas de previdência privada e as instituições de assistência social;

III - a receita operacional bruta, no caso das demais pessoas jurídicas de direito privado, não compreendidas nos incisos I e II, bem assim as que lhe são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo será calculada por ponto de percentagem do índice de rotatividade acima da média do setor de atividade econômica, na forma do regulamento, até o máximo de 5% (cinco por cento).

§ 2º O índice médio de rotatividade setorial será apurado, de forma regionalizada, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e divulgado até 31 de dezembro do ano anterior ao de sua aplicação.

§ 3º Serão excluídos, na forma do regulamento, da apuração dos índices de rotatividade os trabalhadores cujos vínculos empregatícios tenham cessado em decorrência de aposentadoria, morte, cessação de contrato de trabalho por prazo determinado ou de curta duração, cessação de contrato de aprendizagem ou em decorrência de transferência para empresa do mesmo grupo econômico.

§ 4º A contribuição de que trata o "caput" será recolhida mensalmente, na mesma data do recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 5º. O percentual de contribuição apurado na forma deste artigo será acrescidos de 2% (dois por cento) se o empregador possuir a seu serviço trabalhadores cuja contratação não tenha sido comunicada ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em percentual igual ou superior a 10% (dez por cento) dos empregados, por estabelecimento.

§ 6º Não se aplica o disposto neste artigo às micro e pequenas empresas e ao empregador doméstico."

JUSTIFICAÇÃO

Passados quase 27 anos de sua vigência a Constituição de 1988 ainda não foi regulamentada em um aspecto essencial, que é a criação de uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei, a ser destinada exclusivamente ao financiamento do seguro-desemprego. Essa contribuição adicional, prevista no art. 239, § 4º da Constituição, visa, além de desestimular a rotatividade no mercado de trabalho, onerar aqueles que são os responsáveis diretos pelo excesso de despesas com os benefícios do seguro-desemprego apontadas como justificção para as medidas de ajuste introduzidas pela Medida Provisória nº 665, de 29 de dezembro de 2014.

Naquela oportunidade, o Congresso Nacional debateu a redução dos benefícios, visando a redução das despesas, mas ignorou a necessidade de que a questão também fosse enfrentada sob o prisma das receitas, o que permitiria compartilhar a responsabilidade pelo ajuste entre trabalhadores e empregadores de forma mais equilibrada.

Trata-se de tema que já foi objeto de debates no Congresso Nacional. Desde 1989 tramita na Câmara dos Deputados proposição com essa finalidade, do Deputado Jorge Arbage que, aprovada em primeira votação até o momento não teve sua apreciação concluída. Desde então, face à mora legislativa, proposições com o mesmo sentido foram apresentadas em ambas as Casas.

Em momentos de contração econômica, o problema da rotatividade no mercado de trabalho é agravado pela visão de curto prazo que orienta a atividade empresarial. No Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, essa taxa em 2013 foi de 63,7%, ou seja, de cada dez empregados, seis passam por desligamento e admissão no posto de trabalho ao longo do ano. Se for considerada apenas a taxa de rotatividade, descontados os motivos ligados aos trabalhadores como morte, aposentadoria e pedido de demissão, o percentual é 43,4%, com maior incidência nos setores da agricultura e pecuária e construção civil, onde, em geral, se encontram os trabalhadores de menor renda. Segundo o Ministério, predomina no país o emprego de curta duração: entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos ocorreram com menos de seis meses. Aproximadamente 65% das contratações sequer atingiram um ano completo. Quando analisada a escolaridade e a idade, constata-se que entre os desligamentos ocorridos em 2013, há predominância de trabalhadores mais jovens e menos escolarizados.

A taxa tem se mantido estável desde 2010, mas é provável que, no ano de 2014, sofra elevação onerando ainda mais o conjunto da sociedade. Segundo do DIEESE, esse percentual é associado a fatores como postos de trabalho frágeis e contratos firmados por prazos curtos para atender a uma demanda de produção. Assim, o lucro empresarial acaba sendo pago por todos os cidadãos, onerando o custeio do Programa do Seguro-Desemprego.

Do ponto de vista fiscal, propomos que a contribuição somente vigore a partir de 2016, dando tempo ao mercado de trabalho para se ajustar. Ademais, propomos uma contribuição que seja proporcional à rotatividade, de forma regionalizada e por setor de atividade. Em cumprimento ao art. 1º, § 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, propomos que sejam isentas dessa contribuição as micro e pequenas empresas, e, ainda, os empregadores domésticos. Propomos, também, que, em respeito à situações que sejam determinadas pela sazonalidade ou dinâmica da atividade, igualmente isentamos as empresas que tenham rotatividade até 10% superior à média setorial e regional.

Assim, empresas com até 10% de rotatividade acima da média setorial e regional não seriam oneradas, mas acima desse percentual, haveria a oneração proporcional da ordem de 0,2% sobre o faturamento a cada ponto percentual acima da média, mas limitada a 5% do faturamento. Exemplificando: se a empresa apresentar rotatividade de 11 a 20% superior à média, pagará contribuição de 2%; se for de 21 a 30%, pagará 3%; se for de 31 a 40%, pagará 4%. Acima de 41%, pagará 5%.

Trata-se de onerar proporcionalmente, e mais significativamente, aqueles estabelecimentos que mais contribuem para a rotatividade. Segundo o Ministério do Trabalho, cerca de 6% das empresas foram responsáveis por mais de 60% dos desligados entre 2007 e 2013, e deverão, assim, ser oneradas de forma proporcional a sua rotatividade.

Sala das Sessões,

Senador Walter Pinheiro

**MPV 675
00072**

EMENDA N.º - CM

(à MPV n.º 675, de 2015)

Inclui-se na Medida Provisória nº 675, o seguinte artigo:

“Art. ... Fica instituído, nos termos deste artigo, adicional de tributação sobre o preço da comercialização final dos bens de consumo considerados supérfluos ou de luxo.

§ 1º. São considerados supérfluos ou de luxo os bens de consumo relacionados no § 2º cujo valor de venda unitário superem o preço de referência estabelecido em regulamento.

§ 2º. Incluem-se entre os bens de consumo e serviços considerados supérfluos ou de luxo, nos termos do regulamento:

- I – jóias e relógios;
- II - perfumes e cosméticos;
- III – bebidas alcoólicas;
- IV – charutos, cigarros e cigarrilhas e demais produtos derivados do tabaco;
- V – consoles para jogos eletrônicos;
- VI – calçados, bolsas e valises;
- VIII – embarcações de esporte e recreio, esquis aquáticos e jet-esquis;
- IX – aeronaves de esporte e recreio;
- X - automóveis e motocicletas para uso pessoal;

§ 3º O adicional de que trata o “caput” será de cinco pontos percentuais, que será somado à alíquota total do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicável aos bens e serviços na mesma classificação tributária.

§ 4º Os recursos oriundos do adicional de tributação de que trata este artigo serão destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza instituído pelo art. 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

JUSTIFICAÇÃO

Pretende-se com a presente proposta instituir fonte de receita para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza instituído pelo art. 80 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, baseada nos conceitos de seletividade e progressividade que devem orientar a ordem tributária, regulamentado o disposto seu inciso II.

Após 15 anos da vigência dessa norma constitucional, acha-se a mesma ainda sem a devida regulamentação. Em um momento de ajuste fiscal e retração, em que os direitos sociais passam a ser prejudicados pela necessidade de redução de despesas, é necessário buscar as fontes alternativas de receita que compartilhem os custos desse ajuste em todas as camadas da sociedade.

Se, por um lado, os produtos essenciais, como os da cesta básica, devem ser isentados de tributos, os bens e serviços supérfluos ou de luxo devem ser taxados em patamares superiores aos dos bens e serviços de uso regular e comum, levando-se em conta o seu valor e padrão de consumo. Assim, um bem de alto valor unitário, nas categorias elencadas, deve ser sobretaxado, a fim de propiciar fonte de recursos para as políticas sociais voltadas à erradicação da pobreza.

Sabemos que a caracterização de um bem ou serviço como supérfluo ou de luxo é de difícil caracterização. Mas o senso comum permite, com clareza, perceber que um relógio ou anel que custe mais de R\$ 1.000 reais é, seguramente, de luxo, pois o custo desse bem transcende em muito a sua utilidade enquanto bem essencial ou de uso cotidiano. O mesmo se pode dizer de um veículo de R\$ 300.000,00, ou uma bolsa de “grife” de mais de R\$ 2.000,00. E, numa população como a brasileira, são poucos os cidadãos que tem renda ou poder aquisitivo para custear tais luxos. Assim, para que tal aferição seja feita, torna-se necessário atribuir à Administração Tributária a competência para editar

os regulamentos que definam, a partir de preços de referência, que produtos, nas classificações propostas, se enquadrarão na hipótese.

Aquelas que detêm maior capacidade econômica, e assim maior capacidade contributiva, situadas nos estratos superiores da sociedade, tem capacidade, portanto, de contribuir com os cofres públicos, pagando um pouco mais por esses bens e serviços supérfluos ou de luxo, e sem que essa sobretaxação prejudique o seu orçamento doméstico.

Dessa forma, oferecemos à consideração dos Ilustres Pares essa contribuição para o aperfeiçoamento do sistema tributário nacional.

Sala das Sessões,

Senador Walter Pinheiro



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Donizeti Nogueira

MPV 675
00073

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Modifique-se o artigo 1º da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I – **30% (trinta por cento)**, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A redação original da Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, propõe a alteração para 20% (vinte por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, para as pessoas jurídicas de seguros privados, as pessoas jurídicas de capitalização e as pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. A medida visa estabelecer incidência tributária compatível com a capacidade contributiva dos setores econômicos abrangidos.

Entendo que o aumento para 20% (vinte por cento) para um setor que sempre teve lucros astronômicos é muito pouco em relação, por exemplo, as taxas de juros cobradas nas faturas de cartão de crédito. Por isso proponho o aumento para 30% (trinta por cento) da alíquota da CSLL.

Sala da Comissão,

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00074 ETIQUETA

DATA
25/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALINEA

Incluem-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber o seguinte artigo:

Art. Os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 1º O Sinarm concederá licença de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta licença.

.....

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante licença do Sinarm.

§ 6º A expedição da licença a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de

"Art. 5º

§ 1º O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de licença do Sinarm."

JUSTIFICATIVA

A Lei 10.826/2003 estabelece que mediante o cumprimento das exigências por ela estabelecidas, o Sinarm concederá autorização para a compra de arma de fogo.

Embora a posse de arma de fogo seja um direito, ratificado nas urnas no Referendo de 2005, onde cerca de 60 milhões de brasileiros disseram “não” à proibição do comércio de armas e munições, as autoridades responsáveis pela expedição do registro, mesmo após o cumprimento de todas as exigências, têm negado este direito com a justificativa de que por tratar-se de uma autorização, é ato discricionário que pode ser negado a qualquer momento mediante juízo de conveniência.

Assim, se a autoridade competente, por convicções pessoais ou por influência de ONGs desarmamentistas, não quiser conceder o registro de arma de fogo, pode simplesmente negá-lo.

Desta maneira, para que não ocorra esta situação, é necessário que a Lei, ao invés de estabelecer que a concessão de registro é uma autorização, deve tratá-la como licença, para que uma vez preenchido os requisitos legais, este direito seja concedido.

A licença é o ato vinculado, unilateral, pelo qual a Administração faculta a alguém o exercício de uma atividade, uma vez demonstrado pelo interessado o preenchimento dos requisitos legais exigidos.

Assim, o certificado de registro de arma de fogo deve ser concedido pela Polícia Federal, se preenchidos os requisitos elencados na Lei 10.826/2003.

POMPEO DE MATTOS

Brasília, 25 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00075 ETIQUETA

DATA
25/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Incluem-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber o seguinte artigo:

Art. Os arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54.

I – utilizando capacete de segurança, com prazo de validade não superior a 3 (três) anos, com viseira ou óculos protetores;

.....(NR)

“Art. 55.

I – utilizando capacete de segurança, com prazo de validade não superior a 3 (três) anos;”

.....(NR)

“Art. 244.

I – sem usar capacete de segurança, dentro do prazo de validade, com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo CONTRAN;

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

Se o risco de morrer em uma colisão de automóvel já é significativo, a depender das circunstâncias do acidente, sobre uma motocicleta essas chances são 20 vezes maiores. Esse número sobe para 60 vezes se a pessoa não estiver usando o capacete, ou este estiver fora das especificações e cuidados recomendados pelo fabricante.

Embora obrigatório o uso, a legislação em vigor não fixa um prazo de validade para os capacetes. No entanto, este equipamento de segurança deve ser trocado regularmente. O principal motivo da substituição do capacete após três anos, desde que não tenha sofrido nenhuma queda, não está relacionado à perda de suas características protetivas, e sim à diminuição da altura das espumas, que formam a forração interna do capacete. O achatamento faz com que o capacete fique folgado na cabeça do usuário, girando em todos os sentidos e prejudicando, assim, a sua segurança.

No caso dos capacetes importados, em função da formulação diferenciada das espumas, estas se transformam em pequenos pedaços, como flocos, causando o mesmo efeito comentado no parágrafo anterior após período curto de uso.

Ainda, pela falta de informação, os capacetes na maioria dos casos não são trocados após as quedas, o que leva uma enorme quantidade de usuários a terem uma falsa sensação de segurança, fazendo uso de capacetes que embora esteticamente não demonstrem, já não suportam os impactos para os quais foram concebidos. Assim, o estabelecimento de um prazo de validade supriria esta deficiência, fazendo esta parcela de usuários repor este dispositivo de segurança, reduzindo o número de vítimas em acidentes.

POMPEO DE MATTOS

Brasília, 25 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00076 ETIQUETA

DATA
27/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALINEA

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber o seguinte artigo:

"Art. Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos classificados nas posições 9302.00.00, 9303, 9304.00.00 e 93.06 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto 6.006, de 29 de dezembro de 2006, quando adquiridos diretamente na indústria, para uso pessoal, dos integrantes das Forças Armadas e dos órgãos mencionados no art. 144 da Constituição Federal."

Justificativa

A legislação atual apenas isenta de IPI os produtos comercializados diretamente às Forças Armadas e órgão de segurança pública, mas a venda a seus integrantes não contempla mencionado benefício.

Policiais estão em permanente serviço, mesmo fora de seu horário de trabalho, e expostos aos mesmos riscos existentes durante a jornada de trabalho. Em muitos casos, os riscos são ainda agravados, como demonstra o Relatório 15 anos da Ouvidoria da Polícia de São Paulo.

Segundo o estudo, os policiais são vitimados majoritariamente quando estão fora de serviço: 71,4% dos policiais militares e 63,1% dos policiais civis morreram em ocorrências fora da escala de serviço. Considerando o período de 2001-2009, observa-se que o risco de os policiais militares morrerem fora de serviço é 2,5 vezes superior ao de morrer durante o serviço.

Atualmente no Brasil, um policial é assassinado a cada 32 horas no Brasil, conforme levantamento feito pela Folha de São Paulo nas secretarias estaduais de Segurança Pública.

Conforme a reportagem, os dados oficiais apontam que ao menos 229 policiais civis e militares foram mortos neste ano no país, sendo que a maioria deles, 183 (79%), estava de folga.

Mesmo diante dos riscos a que estão constantemente expostos, estes profissionais, muitas vezes, não recebem da respectiva instituição o treinamento adequado e suficiente, tendo de arcar, por conta própria, com o devido aprimoramento, o que geralmente é inviabilizado por conta da alta carga tributária incidente a estes produtos.

Desta maneira, assim como ocorrem com os órgãos de segurança pública, é primordial conceder a seus integrantes o referido benefício fiscal.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS

Brasília, 27 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00077 ETIQUETA

DATA
27/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Incluiam-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber o seguinte artigo:

"Art. Ficam alteradas para o percentual de 20% (vinte por cento) as alíquotas do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativas aos produtos classificados nas posições 9302.00.00, 93.03, 9304.00.00, 93.05, exceto a posição 9305.91.00, e 9306.29.00 da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto 6.006, de 29 de dezembro de 2006."

Justificativa

A legislação atual apenas isentou de IPI os produtos comercializados diretamente às Forças Armadas e órgão de segurança pública.

Contudo, na questão específica da incidência de IPI sobre a indústria fabricante de armas, cuja alíquota é de 45%, resulta em onerosidade a outros órgãos públicos, eis que boa parte deles suporta a incidência do imposto, pois a isenção não os alcança.

Como exemplo, podemos citar os seguintes órgãos públicos: IBAMA, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, ABIN, DEPEN, Senado Federal, Câmara de Deputados, Banco Central, Casa Militar, Guardas Municipais e DETRAN.

No mais, referida incidência e, consequentemente, os altos custos, também impedem, muitas vezes, a aquisição de equipamento para uso pessoal dos integrantes das forças policiais.

Policiais estão em permanente serviço, mesmo fora de seu horário de trabalho, e expostos aos mesmos riscos existentes durante a jornada de trabalho. Em muitos casos, os riscos são ainda agravados.

Atualmente no Brasil, um policial é assassinado a cada 32 horas no Brasil, conforme levantamento feito pela Folha de São Paulo nas secretarias estaduais de Segurança Pública.

Mesmo diante dos riscos a que estão constantemente expostos, estes profissionais, muitas vezes, não recebem da respectiva instituição o treinamento adequado e suficiente, tendo de arcar, por conta própria, com o devido aprimoramento, o que geralmente é inviabilizado por conta da alta carga tributária incidente a estes produtos.

Por fim, é importante lembrar que a elevada alíquota ainda estimula o contrabando, uma vez que armas produzidas em outros países podem ser facilmente adquiridas com valores muito inferiores, pois sobre elas não incidem cargas tributárias tão elevadas.

Estas são as razões pelas quais apresento a presente emenda.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS

Brasília, 27 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00078 ETIQUETA

DATA
21/05/2015
DOU de
22/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

AUTOR
Deputado Subtenente Gonzaga – PDT-MG

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 (X) SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ()
SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Dê-se ao inciso I, do art. 3º, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 1º da MP nº 675, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º.....]"

Art. 3º.....

I – 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

....."(NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade retirar as Cooperativas de Crédito (inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001) do rol das pessoas jurídicas que vão sofrer majoração da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, pela Medida Provisória ora em análise.

Esta supressão é de fundamental importância, já que estas entidades são organizadas sob forma de sociedade cooperativa, mantida pelos próprios cooperados e exercem um papel social de enorme valor, pois seus cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários. Ou seja, estas cooperativas financeiras são eficientes para o fortalecimento da economia, a democratização do crédito e a desconcentração de renda.

É de bom alvitre registrar, que nestas cooperativas todas as operações são feitas pelos seus associados (empréstimos, aplicações, depósitos e outras) e são revertidas em seu benefício através de preços justos. Assim sendo os recursos aplicados na cooperativa ficam na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento das localidades onde está inserida.

O ajuste fiscal pode ser necessário, contudo sem prejudicar os pequenos investidores que são, em sua maioria, pertencem a classes trabalhadoras, como a dos policiais e bombeiros militares.

ASSINATURA

Brasília, _____ de 2015.

MPV 675
00079



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015			
Autor LUIS CARLOS HEINZE			Nº do Prontuário 500	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutivo Global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigo a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015:

"Art. ____ Insira-se o seguinte § 5º no Art. 1º da lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003

§ 5º Fica a União autorizada, em caráter excepcional, a assumir obrigações em decorrência da subvenção econômica de que trata este artigo referentes a apólices de seguro rural contratadas no ano de 2014, podendo o pagamento dessas obrigações ser realizado no exercício financeiro de 2015, observadas as demais disposições desta Lei. (NR)

Justificação

A modificação na legislação permitirá o pagamento da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, no valor de R\$ 300 milhões, referente as contratações realizadas pelos produtores rurais junto às seguradoras no exercício de 2014. A medida, já acordada com o governo, beneficiará mais de 60 mil produtores rurais.

LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS

MPV 675
00080



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 06/05/2015	Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015			
Autor LUIS CARLOS HEINZE			Nº de Prontuário 500	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutivo Global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se os seguintes artigos a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, renumerando-se os demais, que dispõem sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Art. 5º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o montante de R\$ 1.950.000.000,00 (um bilhão e novecentos e cinquenta milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O montante referido no **caput** será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em parcela única trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 6º A parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no Anexo.

Art. 7º Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente setenta e cinco por cento ao Estado e vinte e cinco por cento aos seus Municípios.

Parágrafo único. O rateio entre os Municípios da parcela de que trata o parágrafo único do art. 5º obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS de seus respectivos Estados, aplicados no exercício de 2014.

Art. 8º Para a entrega dos recursos à unidade federada serão obrigatoriamente deduzidos, até o montante total apurado no respectivo período, os valores das dívidas vencidas e não pagas da unidade federada, na seguinte ordem:

I - primeiro as contraídas junto à União, depois as contraídas com garantia da União, inclusive dívida externa; somente após, as contraídas junto a entidades da administração indireta federal.

II - primeiro as da administração direta, depois as da administração indireta da unidade federada.

Parágrafo único. Respeitada a ordem prevista nos incisos I e II do caput, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I - a quitação de parcelas vincendas, por meio de acordo com o ente federado; e

II - quanto às dívidas junto às entidades da administração federal indireta, a suspensão temporária da dedução, quando as informações necessárias não estiverem disponíveis no prazo devido.

Art. 9º Os recursos a serem entregues à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 8º serão satisfeitos pela União por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 10 O Ministério da Fazenda poderá definir regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere o [art. 155, § 2º, inciso X, alínea "a", da Constituição](#).

§ 1º O ente federado que não enviar as informações referidas no caput poderá ficar sujeito à suspensão do recebimento do auxílio de que trata esta Lei.

§ 2º Regularizado o envio das informações de que trata o caput, o repasse será retomado e os valores retidos serão entregues no mês imediatamente posterior.

ANEXO

AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, PARA FOMENTO DAS EXPORTAÇÕES - EXERCÍCIO 2014

ACRE	0,08121%	PARAÍBA	0,34888%
ALAGOAS	1,07184%	PARANÁ	5,31730%
AMAPÁ	0,06247%	PERNAMBUCO	0,52518%
AMAZONAS	0,86210%	PIAUÍ	0,32005%
BAHIA	5,28189%	RIO DE JANEIRO	3,32888%
CEARÁ	0,31285%	RIO GRANDE DO NORTE	0,37584%
DISTRITO FEDERAL	0,00000%	RIO GRANDE DO SUL	7,67588%
ESPIRITO SANTO	6,18852%	RONDÔNIA	0,96482%
GOIÁS	8,57702%	RORAIMA	0,02051%
MARANHÃO	1,72618%	SANTA CATARINA	3,12103%
MATO GROSSO	18,90828%	SÃO PAULO	4,18078%
MATO GROSSO DO SUL	2,54831%	SERGIPE	0,28631%

MINAS GERAIS	21,64855%	TOCANTINS	0,91160%
PARÁ	9,13343%	TOTAL	100,00000%

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta atende aos requisitos de urgência e relevância, pois a medida de auxílio financeiro visa complementar os recursos necessários para que os Estados e os Municípios façam frente a despesas em grande medida relacionadas ao atendimento de serviços públicos essenciais.

Com vistas a se obter informações quanto ao comportamento do volume de créditos acumulados do ICMS dos estabelecimentos exportadores, tal como ocorreu na implementação desse auxílio financeiro em anos anteriores, o Ministério da Fazenda poderá definir as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea "a", da Constituição.

LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS

**MPV 675
00081**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/05/2015	Medida Provisória nº 675 DE 2015			
Autor LUIS CARLOS HEINZE			Nº de Prontuário 500	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo Global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigo a Medida Provisória 675 de 21 de maio de 2015

Art. O art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

§ 11 A pessoa jurídica que até o final de cada trimestre-calendário não conseguir utilizar o crédito presumido apurado nos termos deste artigo, relativamente aos produtos classificados nos códigos 10.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), poderá:

I - efetuar a sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – solicitar seu ressarcimento em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 12 O saldo acumulado dos créditos presumidos de que trata este artigo, já existente na data de entrada em vigor da lei que permitir o ressarcimento e compensação de tais créditos ao final de cada trimestre-calendário, poderá ser compensado nos termos dos parágrafos antecedentes.”(NR)

JUSTIFICATIVA

O crédito presumido relativo à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), previsto no artigo 8º da Lei n. 10.925/04, foi criado visando compensar as empresas adquirentes de certos produtos agropecuários, dentre os quais o arroz em casca, dos tributos incidentes nas etapas anteriores à produção agropecuária. Isso porque a aquisição de tais produtos, cujos códigos NCM encontram-se listados no dispositivo legal, não possibilita a adjudicação regular dos créditos de PIS e COFINS previstos no artigo 3º, III, das Leis n. 10.637/02 e 10.833/03, seja porque as receitas auferidas por seus vendedores estão desoneradas das mencionadas contribuições, seja porque muitos destes vendedores são pessoas físicas não contribuintes da contribuição ao PIS e da COFINS. Tal crédito presumido visa, assim, recompensar os adquirentes dos mencionados produtos por conta da desoneração da etapa intermediária da cadeia de produção e comercialização dos produtos agropecuários, que os impede de adjudicar normalmente créditos de PIS e COFINS forte no artigo 3º, III, das Leis n. 10.637/02 e 10.833/03 – vale lembrar que os insumos utilizados em tal etapa intermediária sofrem a incidência das aludidas contribuições e que tal tributação onera a cadeia econômica. Nesse sentido, constava da Exposição de Motivos da Medida Provisória 66/02, que criou o mencionado crédito presumido: “no caso específico do setor agroindustrial, constata-se uma significativa relevância na aquisição de insumos que, no modelo proposto, não resultaria em transferência de créditos, porquanto não estão sujeitos à tributação – como é o caso de insumos adquiridos de pessoas físicas (...) Isto posto, optou-se por conceder um crédito presumido”. A Exposição de Motivos da Medida Provisória 183/04 foi ainda mais clara, ao dispor que “o mencionado crédito presumido foi instituído com a única finalidade de anular a acumulação do PIS e da Cofins nos preços dos produtos dos agricultores e pecuaristas pessoas físicas, dado que estes não são contribuintes dessas contribuições, evitando-se, assim, que dita acumulação repercutisse nas fases subseqüentes da cadeia de produção e comercialização de alimentos”.

Ocorre, entretanto, que por ser passível de compensação apenas com débitos de PIS e COFINS, os créditos presumidos concedidos pelo artigo 8º da Lei n. 10.925/04 não tem qualquer valia para as empresas que atuam exclusivamente com a industrialização e comercialização de arroz. A mencionada restrição à compensação de tais créditos apenas com débitos de PIS e de COFINS acaba por esvaziar qualquer benefício que poderia advir às adquirentes do arroz em casca porquanto a receita que auferem pela venda do arroz industrializado não sofre a incidência das mencionadas contribuições – tal receita está sujeita à alíquota zero de PIS e de COFINS. A desoneração da receita auferida pela venda do arroz industrializado tornou sem efeito o crédito presumido concedido pelo artigo 8º da Lei n. 10.925/04 às empresas que industrializam e vendem arroz.

Por outro lado, a Lei n. 12.431/11 permitiu às empresas exportadoras solicitar o ressarcimento e a posterior compensação dos créditos presumidos ora examinados com todo e qualquer tributo federal. Tal previsão legal tornou evidente a

desigualdade de tratamento jurídico-tributário imposta às empresas que exportam produtos agropecuários frente às que os vendem no mercado interno – porque o arroz produzido no Brasil é quase todo consumido no mercado interno, tal possibilidade de aproveitamento dos créditos presumidos não aproveita às empresas produtoras de arroz.

Não bastasse, tal situação tem gerado verdadeiro e inadmissível desequilíbrio entre as empresas que apenas comercializam os produtos cujos códigos NCM encontram-se listados no dispositivo legal e as empresas que também comercializam produtos outros cuja venda gera receita tributada pela contribuição ao PIS e pela COFINS. Isso porque essas últimas empresas acabam compensando os créditos presumidos com débitos de PIS e COFINS decorrentes de receitas vinculadas à venda de outros produtos, diversos daqueles cujos códigos NCM encontram-se listados no artigo 8º da Lei n. 10.925/04.

Visando, assim, cumprir com a finalidade do crédito presumido de que trata o artigo 8º da Lei n. 10.925/04, especificamente em relação à cadeia de industrialização e comercialização do arroz, bem como visando possibilitar iguais condições de concorrência entre as empresas que atuam exclusivamente em tal cadeia frente àquelas que também atuam em outros segmentos, serve o presente projeto de lei a tornar compensáveis os créditos presumidos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de arroz em casca em face de débitos relativos a qualquer tributo federal.

Vale referir, finalmente, em respeito ao quanto disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), que a possibilidade de compensação dos créditos presumidos com débitos relativos a quaisquer tributos federais ou mesmo seu ressarcimento em pecúnia não representa renúncia de receita pública nem novo incentivo fiscal. Trata-se apenas da regularização e viabilização de incentivo outrora fixado, esvaziado, quanto à cadeia do arroz, por conta de medidas posteriores que desoneraram as receitas das vendas de arroz industrializado.

PARLAMENTAR

LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS

**MPV 675
00082**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Proposição Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015
Autor LUIS CARLOS HEINZE	Nº do prontuário 500
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, no texto da Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art. A Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica em percentual ou valor do prêmio do seguro rural contratado no ano de 2014, na forma estabelecida no ato específico de que trata o art. 1º, devendo a obrigação assumida em decorrência desta subvenção ser liquidada no exercício financeiro de 2015.

Parágrafo único. Aplica-se as demais disposições desta lei à subvenção estabelecida no caput."

JUSTIFICAÇÃO

No ano passado o valor que constou inicialmente na Lei Orçamentária Anual - LOA para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR foi de R\$ 400 milhões. Todavia, em 19 de maio, ao anunciar o Plano-Safra 2014/2015, a Presidente da República informou que o orçamento seria elevado para R\$ 700 milhões, mesmo montante do ano anterior.

Infelizmente, o projeto de suplementação orçamentária, no valor de R\$ 300 milhões, só foi enviado ao Congresso 5 meses depois, no dia 14 de outubro. Por causa das eleições e pelo fato da pauta de votações do Congresso Nacional estar travada por outras matérias, o PLN nº 32/2014 somente foi aprovado em Plenário na sessão de 17/12/2014.

Enviado de imediato ao Executivo, o PLN só foi sancionado e publicado no Diário Oficial da União no dia 31/12/2014, na forma da Lei nº 13.077. Todo esse esforço acabou sendo em vão, pois o Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão não liberou o limite orçamentário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fazer o respectivo empenho dos valores devidos.

Tendo recebido demanda dos agricultores para a contratação de seguro rural em valores superiores ao orçamento inicial de R\$ 400 milhões, as seguradoras participantes do PSR confiaram na promessa feita pela Presidente Dilma e contrataram apólices adicionais, até o montante dos R\$ 300 milhões previstos na proposta de suplementação orçamentária enviada ao Congresso. Lamentavelmente, acabaram ficando sem o suporte do governo, por causa da decisão do Ministério do Planejamento, de negar-se a liberar limite de empenho para uma lei já sancionada pela Presidente e cujo projeto inicial foi de autoria do próprio Executivo.

Diante do ocorrido, restou a hipótese de utilização do Orçamento/2015 para honrar os R\$ 300 milhões que ficaram sem cobertura orçamentária em 2014. Todavia, há um dispositivo na Lei da Subvenção ao Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003) que impede tal procedimento. O parágrafo 3º do art. 1º da referida Lei estabelece que "as obrigações assumidas pela União em decorrência da subvenção econômica (...) serão integralmente liquidadas no exercício financeiro de contratação do seguro rural".

Caso o governo não honre a quitação dessa dívida, haverá duas consequências nefastas que certamente abalarão a confiança no sistema de seguro rural brasileiro, comprometendo seu crescimento futuro. A primeira refere-se ao fato de que, na incerteza da subvenção, as seguradoras inseriram cláusulas nas apólices contratadas, prevendo que o agricultor terá de pagar a parcela prometida pelo governo, caso este não o faça. A segunda será a provável retração no volume de apólices contratadas pelas seguradoras menores, levando a uma maior concentração nesse mercado, onde uma única seguradora hoje já domina mais da metade dos negócios.

Segundo estimativas do Ministério da Agricultura, foram 61,8 mil operações de seguro rural que ficaram com pagamento pendente em 2014, envolvendo principalmente as lavouras de soja, milho, maçã, uva e arroz.

Os Ministros da Agricultura e da Fazenda já anunciaram que as dívidas de subvenção ao seguro rural que ficaram sem cobertura orçamentária em 2014 serão quitadas com os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2015, mas para isso é imprescindível que haja autorização legislativa, na forma da emenda ora sugerida. Vale ressaltar que a redação proposta é de autoria da Procuradora Geral da Fazenda Nacional, o que corrobora a disposição daquele Ministério em buscar soluções para a pendência.

PARLAMENTAR

LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS

MPV 675
00083



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015			
Autor LUIS CARLOS HEINZE			Nº de Prontuário 500	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo Global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigo a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015:

Art____ O art. 1º da lei 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a supressão do inciso XIV, acrescido dos parágrafos 8º e 9º e com a seguinte redação no inciso V

"Art. 1º

V – produtos classificados nos códigos 0713.33.19, 0713.33.29, 0713.33.99 e 1106.20 da TIPI;

§ 8º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno dos produtos classificados nos códigos 1006.10.91, 1006.10.92, 1006.20, 1006.30, 1006.40.00 e 1101.00.10 da Tipi.

§ 9º Fica vedado o aproveitamento de créditos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins decorrentes de operações de importação dos produtos classificados nos códigos 1006.10.91, 1006.10.92, 1006.20, 1006.30, 1006.40.00 e 1101.00.10 da Tipi." (NR)

Justificação

O Brasil é autossuficiente na produção de arroz. Na última safra, de acordo com a Conab, foram colhidas 12,4 milhões de toneladas, frente ao consumo de 12 milhões de toneladas. No entanto, desde 2004, após a publicação da lei

10.925/04 os orizicultores experimentam seguidos prejuízos e quedas acentuadas nos valores pagos pela saca de arroz, o que impede, inclusive, o crescimento da produção do grão e das exportações.

A legislação, ao promover a desoneração tributária de vários produtos essenciais para os brasileiros, também isentou os importados. Para alguns seguimentos da agricultura, como o arroz e o trigo, essa tarifa zero do PIS e da Cofins aumentou ainda mais a disparidade dos custos de produção, frente aos produzidos no Mercosul.

Há décadas os orizicultores e triticultores nacionais enfrentam a concorrência desleal dos produtores dos países membros do bloco. Os valores dos defensivos, fertilizantes, óleo diesel, mão-de-obra, energia elétrica e, inclusive, dos tratores e colheitadeiras que são produzidos no Brasil são significativamente inferiores aos praticados no nosso país.

É dever desta Casa e do governo incentivar a produção nacional. Portanto, esta emenda deve ser aprovada como forma de resguardar os produtores brasileiros e impedir que ainda mais prejuízos, que afetam inclusive o governo com custos de renegociações de dívidas e apoio a comercialização, continuem a impedir o desenvolvimento e o crescimento da lavoura orizícola e tritícola.

LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS

**MPV 675
00084**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26/05/2015	Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015			
Autor LUIS CARLOS HEINZE			Nº de Prontuário 500	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo Global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 88 da lei 13.019/2014 passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 88. Esta Lei entra em vigor em 26 de julho de 2017.

Justificação

É de interesse nacional que as relações de fomento e colaboração formalizadas entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil sejam planejadas e implementadas de forma a permitir com que todos os princípios e regras previstos no novo marco regulatório sejam observados. Para que isso aconteça, o tempo de preparação da Administração Pública e das Organizações deve considerar a observância de novos paradigmas que exigem diálogo e formação conjunta.

Com base no exposto, verifica-se a evidente relevância da medida e sua urgência, tendo em vista que a entrada em vigor da Lei 13.019, de 2014, no próximo dia 26 de julho, poderá acarretar a imediata paralisação de diversas e importantes parcerias, inclusive nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O prazo de dois anos servirá de adaptação a essas áreas, parceiras do setor público e de grande importância nos municípios.

LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS

MPV 675
00085

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data 27/05/2015	Proposição Medida Provisória n. 675 de 2015			
Autor			nº do precatório	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
Página 1				

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se novo artigo à Medida Provisória nº 675/2015 na forma que se segue:

Art. . Nos anos-calendário de 2015, 2016 e 2017, fica elevado para 50% (cinquenta por cento) o limite máximo para compensação previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o ano-calendário de 1995, a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) fixa o limite máximo de 30% (trinta por cento) para a compensação dos prejuízos fiscais acumulados nos exercícios anteriores com o lucro apurado no exercício corrente.

Dada a atual gravidade dos indicadores de desempenho da atividade econômica brasileira e a inquestionável dificuldade vivenciada pelo setor produtivo em amortizar suas perdas, é premente elevar para 50% (cinquenta por cento), nos anos-calendário de 2015, 2016 e 2017, o limite de compensação de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL, com o intuito de propiciar a recuperação da atividade econômica, notadamente, no que diz respeito às empresas exportadoras.

Trata-se de evitar uma tributação indevida sobre empresas que passaram por períodos de instabilidade econômica – situação que, infelizmente, deve ser agravada na atual conjuntura econômica do país. Com efeito, o prejuízo sofrido por uma empresa em um dado ano não desaparece com a abertura de um novo período de apuração. Assim, o lucro em um exercício que vem cobrir prejuízos anteriores não revela a mesma capacidade contributiva daquele lucro que não tem por trás um histórico de resultados negativos.

Além da urgência de capitalização e defesa dos empregos, a elevação da possibilidade de compensação do prejuízo fiscal do setor produtivo é necessária dada a irrazoabilidade da incidência de tributos sobre resultados negativos, especialmente em momentos de retração e escassez de crédito da economia brasileira.

Esta medida é inteira justiça fiscal e não caracteriza efetiva renúncia de receita, pois não se configura como anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, como dispõe o § 1º do Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

PARLAMENTAR

Brasília, 27 de maio de 2015.

MPV 675
00086

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Inclua-se, onde couber, na presente Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, os seguintes artigos:

“Art. x. O art. 10 da Lei de n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, que beneficie pessoa jurídica ou física, domiciliados no País ou no exterior, integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário.

§1º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

§2º As pessoas jurídicas que auferiram, em cada ano-calendário, até o limite superior da receita bruta fixada no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 139, de 10 de novembro de 2011, não integrarão a base de cálculo do imposto referido no caput ” (NR)

Art. xx Fica revogado o art. 9º e respectivos parágrafos da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, com redação dada pelo art.78 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a *reintrodução do Imposto sobre Lucros e Dividendos Distribuídos*, extinto em 1997. O Brasil é um dos poucos países do mundo que não tributam lucros e dividendos distribuídos, o que contribui para aumentar o caráter regressivo de nossa estrutura tributária. Segundo estudo recente do IPEA, a reintrodução desse imposto permitiria a obtenção de uma receita de até 0,7% do PIB (R\$ 38 bilhões), o que constitui um elemento importante para o ajuste fiscal proposto pelo governo.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que adotam a isenção total dos lucros e dividendos, o que é justificado tecnicamente pelo fato de que os lucros já são tributados na pessoa jurídica. Contudo, outros países desenvolvidos também tributam o lucro duas vezes, na pessoa jurídica e na pessoa física, existindo alguns mecanismos de compensação, dependendo do caso. A retomada da tributação de lucros e dividendos é uma proposta que contribui para desconcentrar renda no topo da pirâmide, além de proporcionar uma receita adicional ao governo, estimada em 0,7% do PIB caso se dê a partir de uma alíquota de 15%, igual àquela que incide sobre os demais ganhos de capital.

Deputado **RAUL JUNGSMANN**
PPS/PE



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00087

ETIQUETA

Data 28/05/2015	Proposição Medida Provisória nº 675/2015
AUTOR Deputado HUGO LEAL – PROS/RJ	Nº do Prontuário 306
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	Inciso
Alinea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

A Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 14

§ 8º O disposto no caput deste artigo aplica-se também aos bens utilizados na execução de serviços de transporte de mercadorias em ferrovias, classificados nas posições 86.01, 86.02, 86.04, 86.06 e 86.07.19.90, aos trilhos e demais elementos de vias férreas, classificados nas posições 44.06, 68.10, 73.01, 73.02 e 73.18 da Nomenclatura Comum do Mercosul relacionados pelo Poder Executivo.

Art. 15

§ 1º Podem ainda ser beneficiários do Reporto o concessionário de transporte ferroviário, a empresa locadora de locomotivas e vagões e o operador ferroviário independente.

Art.16 Aos beneficiários do Reporto descritos no artigo 15 desta Lei ficam incluídas das empresas de dragagem, definidas na Lei 11.610, de 12 de dezembro de 2007, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de treinamento profissional de que trata o artigo 32 da Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei dos Portos), e poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo Reporto até 31/12/2020.

JUSTIFICATIVA

Por esta proposta de emenda busca-se, através de alteração ao artigo 16, alterar o prazo de vigência do benefício instituído pela Lei 11.033 (REPORTO), que se destina a permitir que os investimentos em infra estrutura sejam desonerados do Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS, de modo que os contribuintes que se dedicam a essa atividade, que exige elevados dispêndios, continuem recebendo incentivo numa área que é tão crucial para o desenvolvimento do País. Essa prorrogação garante a continuidade da modernização das estruturas logísticas e portuárias brasileiras e, conseqüentemente, atende às crescentes demandas do comércio exterior, já que traz redução de custos operacionais para aqueles que atuam nessa área.

A alteração no parágrafo 1º do artigo 15 visa incluir como beneficiários do Reporto tanto as empresas locadoras de locomotivas e vagões, tornando mais atrativa para as ferrovias a alternativa de locação desses equipamentos, quanto os operadores ferroviários independentes, como medida de isonomia para estes últimos.

A alteração no artigo 14 é proposta com o objetivo de permitir que outros elementos de vias férreas que não se classificam nas posições fiscais atualmente incluídas na Lei 11.033, tais como veículos para inspeção e manutenção de vias, dormentes de concreto, perfis de aço, e grampos/tirefonds possam ser beneficiados pelo mesmo incentivo, já que representam uma parcela bastante considerável do custo total de projetos de via férrea e sua conseqüente manutenção.

PARLAMENTAR

Dep. HUGO LEAL – PROS/RJ



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00088

EMENDA Nº _____/____

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 28/05/2015	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015
---------------------------	--

TIPO				
1 [] SUPRESSIVA	2 [] SUBSTITUTIVA	3 [] MODIFICATIVA	4 [X] ADITIVA	5 [] SUBSTITUTIVA/GLOBAL

AUTOR DEPUTADO JHC	PARTIDO SD	UF AL	PÁGINA
------------------------------	----------------------	-----------------	--------

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 675/2015, onde couberem, os seguintes artigos:

Art. __ As despesas decorrentes do Art. 10 da Lei Federal nº 12.999/2014 ficam excluídas de eventuais contingenciamentos de despesas no ano de 2015.

Art. __ Revoga-se o Art. 15 da Lei Federal nº 12.999/2014.

JUSTIFICAÇÃO

Como se sabe, o setor sucroenergético tem atravessado uma crise sem precedentes, com o fechamento de diversas plantas e desaparecimento de vagas de emprego, que, no momento anterior à crise, chegou a empregar 1,5 milhão de pessoas.

Com a estiagem havida na safra de 2012/2013, os produtores rurais que se dedicam à cana-de-açúcar, especialmente na região Nordeste e Rio de Janeiro, tiveram uma grande diminuição da produção, que, somada à crise apontada, terminou por inviabilizar aquela cultura.


Na esteira esse cenário, promulgou-se a Lei Federal nº 12.999/2014, que trazia, em seu Art. 10, a possibilidade de a União repassar a esses produtores rurais uma subvenção, a título de compensação.

Essa compensação, no entanto, tem permanecido cada vez mais distante dos produtores rurais, haja vista o atual momento de crise e o contingenciamento de gastos da União em decorrência do chamado ajuste fiscal.

A despeito do necessário ajuste, algumas áreas são extremamente sensíveis, e o contingenciamento nessas searas poderá ter efeito irreversível para todo um nicho da economia do país.

Assim, buscando excluir a subvenção de que trata a Lei Federal 12.999/2014 do corrente processo de contingenciamento, busca-se inserir no ordenamento as disposições contidas nesta Emenda, as quais garantirão acesso dos produtores rurais aos valores previstos naquela Lei ainda em 2015 (dois mil e quinze), evitando-se o agravamento da saúde financeira dessa parcela da economia nacional.

Deputado JHC


 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MPV 675 00089	1
		ETIQUETA	
Data	Proposição		
	Medida Provisória nº 675/2015		
Autor		Nº do prontuário	
Deputado ANDRÉ MOURA			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
Alínea			
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>O inciso I, do artigo 3º, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 675, de 21 de Maio de 2015, passa a ter a seguinte redação:</p> <p style="margin-left: 40px;">*Art. 1º A <u>Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</u>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p style="margin-left: 40px;">*Art.3º</p> <p style="margin-left: 40px;"><u>L</u> - 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas concessionárias e autorizadas do serviço de radiodifusão de sons e imagens e as autorizadas e permissionárias do serviço de retransmissão de televisão; e</p> <p style="margin-left: 40px;">....." (NR)"</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>O intuito da emenda é preservar a justiça social tributária, que é um dos princípios norteadores do nosso sistema tributário nacional. Ou seja, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte (art. 145, § 1º, da CF/88).</p>			

2

De fato, sendo pessoal e considerando a capacidade econômica do contribuinte, o imposto poderá ser exigido na medida justa correspondente às condições de cada um. Vale dizer, o imposto deverá ser progressivo, ajustando-se às características individuais dos contribuintes.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC

DATA	ASSINATURA
28/05/2015	

 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MPV 675 00090	1
		ETIQUETA	
Data	Proposição		
	Medida Provisória nº 675/2015		
Autor		Nº do projeto	
Deputado ANDRÉ MOURA			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
Alínea			
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>O inciso I, do artigo 3º, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 675, de 21 de Maio de 2015, passa a ter a seguinte redação:</p> <p style="margin-left: 40px;">*Art. 1º A <u>Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</u>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p style="margin-left: 40px;">*Art.3º</p> <p style="margin-left: 40px;"><u>L</u> - 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas concessionárias e autorizadas do serviço de radiodifusão de sons e imagens e as autorizadas e permissionárias do serviço de retransmissão de televisão, de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e</p> <p style="margin-left: 40px;">....." (NR)"</p>			
JUSTIFICATIVA			
<p>O intuito da emenda é preservar a justiça social tributária, que é um dos princípios norteadores do nosso sistema tributário nacional. Ou seja, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os</p>			


2

direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte (art. 145, § 1º, da CF/88).

De fato, sendo pessoal e considerando a capacidade econômica do contribuinte, o imposto poderá ser exigido na medida justa correspondente às condições de cada um. Vale dizer, o imposto deverá ser progressivo, ajustando-se às características individuais dos contribuintes.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC

DATA	ASSINATURA
28/05/2015	

 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MPV 675 00091	1
		ETIQUETA	
Data	Proposição		
	Medida Provisória nº 675/2015		
Autor		Nº do projeto	
Deputado ANDRÉ MOURA			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
Alínea			
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>A Medida Provisória nº 675, de 21 de Maio de 2015, passa a ser acrescida do seguinte artigo:</p> <p style="margin-left: 40px;"><i>“Art. O artigo 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:</i></p> <p style="margin-left: 40px;"><i>‘Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2,0% (dois por cento):</i></p> <p style="margin-left: 40px;">.....</p> <p style="margin-left: 40px;">.....</p> <p style="margin-left: 40px;"><i>§ 13. O caput deste artigo não se aplica às pessoas jurídicas concessionárias e autorizadas do serviço de radiodifusão de sons e imagens e as autorizadas e permissionárias do serviço de retransmissão de televisão, que contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 4,5% (quatro inteiros e cinco</i></p>			

2


décimos por cento).”**JUSTIFICATIVA**

O intuito da emenda é preservar a justiça social tributária, que é um dos princípios norteadores do nosso sistema tributário nacional. Ou seja, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte (art. 145, § 1º, da CF/88).

De fato, sendo pessoal e considerando a capacidade econômica do contribuinte, o imposto poderá ser exigido na medida justa correspondente às condições de cada um. Vale dizer, o imposto deverá ser progressivo, ajustando-se às características individuais dos contribuintes.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC

DATA	ASSINATURA
28/05/2015	

 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MPV 675 00092	1
		ETIQUETA	
Data	Proposição		
	Medida Provisória nº 675/2015		
Autor		Nº do prontuário	
Deputado ANDRE MOURA			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
Alínea			
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>A Medida Provisória nº 675, de 21 de Maio de 2015, passa a ser acrescida do seguinte artigo:</p> <p style="margin-left: 40px;"><i>Art. O art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:</i></p> <p style="margin-left: 40px;"><i>Art. 9º</i></p> <p style="margin-left: 40px;"><i>§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irrevogável para todo o ano-calendário.</i></p> <p style="margin-left: 40px;"><i>§ 14. Excepcionalmente, para o ano de 2015, a opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a junho de 2015, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irrevogável para o restante do ano.</i></p> <p style="margin-left: 40px;"><i>§ 15. A opção de que tratam os §§ 13 e 14, no caso de empresas que contribuem simultaneamente com as contribuições previstas</i></p>			

2

no art. 7º e no art. 8º, valerá para ambas as contribuições, e não será permitido à empresa fazer a opção apenas com relação a uma delas.

§ 16. Para as empresas relacionadas no inciso IV do caput do art. 7º, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irrefratável até o seu encerramento." "


JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a restaurar a redação de parte da Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015, que trata de opção de modalidade de tributação de empresas de serviços de tecnologia de informática, dentre outros ramos de atividade.

A opção visa a beneficiar o setor que decida por pagar 2% sobre a receita bruta, ao invés de 20% sobre a folha de pagamento.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRE MOURA	SE	PSC

DATA	ASSINATURA
28/05/2015	

 <p>CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS</p>		<p>MPV 675 00093</p> <p style="text-align: right;">1</p>
		<p>ETIQUETA</p>
<p>Data</p>	<p>Proposição</p> <p>Medida Provisória nº 675/2015</p>	
<p>Autor</p> <p>Deputado ANDRÉ MOURA</p>		<p>Nº do prontuário</p>
<p> <input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global </p>		
Página	Artigo	Parágrafo
<p>Inciso</p> <p>Alinea</p>		
<p>TEXTO/JUSTIFICAÇÃO</p>		
<p>A Medida Provisória nº 675, de 21 de Maio de 2015, passa a ser acrescida do seguinte artigo:</p> <p style="margin-left: 40px;"><i>“Art. O art. 4º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:</i></p> <p style="margin-left: 40px;"><i>‘Art. 4º</i></p> <p style="margin-left: 40px;"><i>§ 1º—B Estender-se-á o pagamento em até trezentas e sessenta prestações mensais, quando tratar-se de débitos vencidos com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS das entidades referidas nos § 12 e 13 deste artigo cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo que em fase de execução fiscal ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.</i></p> <p style="text-align: right; margin-right: 40px;">.....</p> <p style="text-align: right; margin-right: 40px;">.....</p>		
<p>JUSTIFICATIVA</p>		

As entidades sem fins econômicos são muito oneradas com a elevada carga tributária existente no País, em especial, com a contribuição previdenciária incidente sobre suas folhas de pagamento.

Essas entidades são voltadas em sua maioria para prestação de serviços à comunidade e, portanto, seus custos são representados, majoritariamente, pelo pagamento de salários. Dessa forma, a contribuição previdenciária consome grande parte dos recursos arrecadados, com dificuldade, por essas entidades.

Em momentos de restrição financeira, para garantir a manutenção de suas atividades, as entidades sem fins econômicos não têm outra opção senão atrasar o pagamento da contribuição devida ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Nessas situações, é importante que o Estado ofereça condições para que essas instituições possam quitar suas dívidas e manter suas atividades. Por essa razão, é que propomos a extensão do atual parcelamento das dívidas previdenciárias de duzentas e quarenta para trezentas e sessenta prestações mensais.

Na década de noventa, as entidades sem fins econômicos surgiram como uma esperança de renovação do espaço público, do resgate da solidariedade e da cidadania, por meio de fórmulas simples como o voluntariado e filantropia, mas revestidas de natureza empresarial.

Com essa nova roupagem, essas instituições têm prestado enorme serviço à comunidade. Trata-se de um setor capaz de auxiliar o Poder Público a enfrentar os problemas sociais mais prementes do país. Em relação à atuação do Estado, possuem as seguintes vantagens, que as tornam imprescindíveis para a comunidade: operação com maior autonomia, controle social direto da sociedade, a eficiência de gestão e a qualidade dos seus serviços.

Pela importância que as instituições sem fins econômicos têm para a sociedade, assim como pelo apoio que prestam ao próprio Estado,

3

devem ser criados incentivos para garantir a sua sobrevivência.			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC
DATA	ASSINATURA		
28/05/2015			

MPV 675
00094



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015			
autor Dep. Pauderney Avelino – Democratas/AM			Nº do prontuário	
1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art.X Ficam reduzidas a 0% (zero) as alíquotas das contribuições para PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas de venda dos produtos classificados nos códigos 4011.40.00 e 4013.90.00 da TIPI.

Parágrafo Único. A redução a que se refere o *caput* aplica-se às receitas de venda realizadas por pessoas jurídicas fabricantes que utilizarem no processo de industrialização, em estabelecimentos implantados na Zona Franca de Manaus, de acordo com o processo produtivo básico fixado em legislação específica, borracha natural produzida por extrativismo não madeireiro na Região Norte.”

JUSTIFICATIVA

A Política de Desenvolvimento Socioeconômico da Zona Franca de Manaus representa a principal estratégia do Governo Federal do Brasil, desde o ano de 1967, para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental brasileira, cuja economia estagnou a partir do fim do Ciclo da Borracha em 1912.

Depois do ciclo econômico da borracha, produto resultante da extração do látex da seringueira, no período dos anos 1870 até o ano de 1912, a economia da Amazônia, do estado do Amazonas, e, consequentemente, também a economia de Manaus, conheceram um período de estagnação de aproximadamente sessenta anos.

Somente em 1967 o Governo Brasileiro estabeleceu uma política de desenvolvimento sócio-econômico regional para a Amazônia, denominada Zona Franca de Manaus, cujo objetivo foi a construção do processo de desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Um dos fatores que promoveu a estagnação referida foi a nova forma de

aquisição/utilização da borracha natural. Metade do necessário para a indústria era importada e a outra metade produzida por cultivo no Sul do País.

Para se ter uma idéia, a Amazônia, de onde a borracha é oriunda, representa cerca de 3% desse mercado.

Recentemente, o Sindicato interestadual da indústria de materiais e equipamentos ferroviários e rodoviários (Simefre) apresentou ao Governo federal um projeto de desenvolvimento de um polo produtivo de veículos, partes e peças de duas rodas, que tende a promover o desenvolvimento acelerado e a geração de renda para a região Norte.

Para tanto, dependerá diretamente, na cadeia de produção, de pneus e câmaras para motocicletas.

Nesse sentido, tendo em vista o número de famílias que poderiam se beneficiar de tal medida, tanto por meio de aumento de renda própria como por vias de desenvolvimento da região, este parlamentar pede o apoio nos nobres pares para a incorporação de tal emenda no projeto de conversão, de modo que se promova a isonomia competitiva e se reestabeleça o equilíbrio no mercado dessa indústria.

Dep. Pauderney Avelino – Democratas/AM
PARLAMENTAR

MPV 675
00095



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015			
autor Dep. Pauderney Avelino – Democratas/AM			Nº do prontuário	
1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art.X A Lei nº 10.996, de 16 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
.....

Art. 5º A suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/PASEP incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços e da COFINS devida pelo importador de bens estrangeiros ou serviços do exterior, prevista nos arts. 14, § 1º, e 14-A da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, será resolvida mediante a aplicação de alíquota 0 (zero), quando as mercadorias importadas forem utilizadas em processo de fabricação de matérias-primas, produtos industrializados finais, por estabelecimentos situados na Zona Franca de Manaus - ZFM, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, ou quando forem objeto de obsolescência forçada ou destruição física, em decorrência de alteração do processo produtivo básico-PPB, por decisão do governo federal. (NR)

.....
.....

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo assegurar a igualdade de tratamento

deferido aos bens utilizados em processo de industrialização na Zona Franca de Manaus (ZFM), aos insumos industriais e às outras mercadorias importadas para integração ao citado processo, que deixarem de sê-lo por alteração do processo produtivo básico, determinada pelos órgãos competentes do Governo Federal.

É imprescindível evitar a ocorrência de novos custos no processo industrial, cujos projetos foram inicialmente aprovados, devido a atos estranhos à decisão empresarial. Trata-se de garantir a segurança jurídica para o setor industrial, de forma que alterações posteriores exigidas pelo Governo não impliquem em majoração de custos ou, ao menos, que o impacto seja mitigado.

Ante o exposto, e tendo em vista a importância social de que se reveste o benefício fiscal proposto, gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

Dep. Pauderney Avelino – Democratas/AM
PARLAMENTAR

MPV 675
00096



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data

Proposição:

Medida Provisória nº 675/2015.

Autor:

Dep. Mendonça Filho - Democratas/PE

Nº do prontuário

1. ☐ supressiva

2. ☐ substitutiva

3. ☐ modificativa

4. ☒ aditiva

5. ☐ substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art.X O art. 1º Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguinte redação:

“Art. 1º

XXIX - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, classificado no código 2711.19.10 da TIPI, destinado à preparação doméstica de alimentos de consumo humano.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Emenda é conceder benefício fiscal para as empresas que comercializam Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a fim de viabilizar a oferta desse produto a preços mais acessíveis à população brasileira.

No Brasil, o GLP é um dos principais componentes da matriz energética residencial. Dado que é a nossa mais importante fonte de energia para cocção, não restam dúvidas de que ele exerce um papel fundamental no dia a dia do brasileiro.

Assim sendo, é fundamental que a tributação sobre referido produto não seja onerosa. Por isso, a apresentação da presente Emenda, que propõe a redução a zero das alíquotas da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre operações com GLP destinado à preparação

doméstica de alimentos de consumo humano.

Com essa medida, os preços do gás de cozinha tendem a sofrer uma redução, o que beneficiará milhares de brasileiros, especialmente os mais pobres.

Trata-se de uma medida de grande alcance social e inteira justiça fiscal uma vez que beneficiará justamente os mais necessitados, os estratos mais carentes da população brasileira.

Ante o exposto, e tendo em vista a importância social de que se reveste o benefício fiscal proposto, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV 675
00097



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data:

Proposição:

Medida Provisória nº 675/2015.

Autor:

Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE

Nº do prontuário

1. ☐ supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

“Art.X Ficam reduzidas a 0% (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica.

§ 1º O disposto no **caput** do art.X aplica-se às geradoras de energia elétrica, qualquer que seja a forma de sua geração.

§ 2º A tarifa de energia elétrica deverá ser reduzida proporcionalmente ao valor que deixar de ser pago em razão do disposto no caput, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 3º Na hipótese do não cumprimento do disposto no § 1º, as contribuições deverão ser pagas, acrescidas de multa, de mora ou de ofício, e juros, na forma da legislação aplicável.

§ 4º As vendas efetuadas com alíquota 0% (zero) da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

§ 5º O saldo credor apurado na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário em virtude do disposto no caput poderá, observada a legislação específica aplicável à matéria, ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

II - pedido de ressarcimento em dinheiro.

§ 6º O disposto neste artigo produzirá efeitos pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do ano subsequente ao de sua entrada em vigor.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo reduzir a tarifa de energia elétrica paga pelas famílias e pelas indústrias brasileiras. A redução perseguida pelo Governo por meio da MP 579, de 2012, se mostrou menor que a prometida e pode avançar via desoneração dos tributos que incidem sobre o setor.

A redução da tarifa será consequência da desoneração tributária prevista no art. 1º da proposição, que consiste na redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica das geradoras.

O benefício fiscal ora proposto garantirá duplo benefício às famílias brasileiras. O primeiro com a redução no valor da conta de energia elétrica que pagam mensalmente. O segundo, benefício indireto, virá com a redução dos custos da indústria instalada no País, com o consequente aumento da competitividade frente ao mercado internacional e a manutenção ou, até mesmo, a ampliação dos postos de trabalho.

De acordo com a reportagem “O caríssimo kW brasileiro” do jornal O Estado de S. Paulo, de 15/4/2012, o custo da energia elétrica fornecida à indústria no Brasil é 52% maior do que a tarifa média internacional. Com essa diferença gritante de custos arcados pela indústria nacional, a capacidade de os produtos brasileiros concorrerem no mercado internacional fica muito prejudicada, afetando inclusive o nível de emprego.

Diante do exposto e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste o incentivo fiscal proposto, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV 675
00098



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data:

Proposição:

Medida Provisória nº 675/2015.

Autor:

Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE

Nº do prontuário

1. ☐ supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

“Art.X Ficam reduzidas a 0% (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica.

§ 1º O disposto no **caput** do art.X aplica-se às transmissoras de energia elétrica.

§ 2º A tarifa de energia elétrica deverá ser reduzida proporcionalmente ao valor que deixar de ser pago em razão do disposto no caput, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 3º Na hipótese do não cumprimento do disposto no § 1º, as contribuições deverão ser pagas, acrescidas de multa, de mora ou de ofício, e juros, na forma da legislação aplicável.

§ 4º As vendas efetuadas com alíquota 0% (zero) da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

§ 5º O saldo credor apurado na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário em virtude do disposto no caput poderá, observada a legislação específica aplicável à matéria, ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

II - pedido de ressarcimento em dinheiro.

§ 6º O disposto neste artigo produzirá efeitos pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do ano subsequente ao de sua entrada em vigor.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo reduzir a tarifa de energia elétrica paga pelas famílias e pelas indústrias brasileiras. A redução perseguida pelo Governo por meio da MP 579, de 2012, se mostrou menor que a prometida e pode avançar via desoneração dos tributos que incidem sobre o setor.

A redução da tarifa será consequência da desoneração tributária prevista no art. 1º da proposição, que consiste na redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica das transmissoras.

O benefício fiscal ora proposto garantirá duplo benefício às famílias brasileiras. O primeiro com a redução no valor da conta de energia elétrica que pagam mensalmente. O segundo, benefício indireto, virá com a redução dos custos da indústria instalada no País, com o consequente aumento da competitividade frente ao mercado internacional e a manutenção ou, até mesmo, a ampliação dos postos de trabalho.

De acordo com a reportagem “O caríssimo kW brasileiro” do jornal O Estado de S. Paulo, de 15/4/2012, o custo da energia elétrica fornecida à indústria no Brasil é 52% maior do que a tarifa média internacional. Com essa diferença gritante de custos arcados pela indústria nacional, a capacidade de os produtos brasileiros concorrerem no mercado internacional fica muito prejudicada, afetando inclusive o nível de emprego.

Diante do exposto e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste o incentivo fiscal proposto, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV 675
00099



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data:

Proposição:

Medida Provisória nº 675/2015.

Autor:

Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE

Nº do prontuário

1. ☐ supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

“Art.X Ficam reduzidas a 0% (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica.

§ 1º O disposto no **caput** do art.X aplica-se às distribuidoras de energia elétrica.

§ 2º A tarifa de energia elétrica deverá ser reduzida proporcionalmente ao valor que deixar de ser pago em razão do disposto no caput, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 3º Na hipótese do não cumprimento do disposto no § 1º, as contribuições deverão ser pagas, acrescidas de multa, de mora ou de ofício, e juros, na forma da legislação aplicável.

§ 4º As vendas efetuadas com alíquota 0% (zero) da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

§ 5º O saldo credor apurado na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário em virtude do disposto no caput poderá, observada a legislação específica aplicável à matéria, ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

II - pedido de ressarcimento em dinheiro.

§ 6º O disposto neste artigo produzirá efeitos pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do ano subsequente ao de sua entrada em vigor."

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo reduzir a tarifa de energia elétrica paga pelas famílias e pelas indústrias brasileiras. A redução perseguida pelo Governo por meio da MP 579, de 2012, se mostrou menor que a prometida e pode avançar via desoneração dos tributos que incidem sobre o setor.

A redução da tarifa será consequência da desoneração tributária prevista no art. 1º da proposição, que consiste na redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica das distribuidoras.

O benefício fiscal ora proposto garantirá duplo benefício às famílias brasileiras. O primeiro com a redução no valor da conta de energia elétrica que pagam mensalmente. O segundo, benefício indireto, virá com a redução dos custos da indústria instalada no País, com o consequente aumento da competitividade frente ao mercado internacional e a manutenção ou, até mesmo, a ampliação dos postos de trabalho.

De acordo com a reportagem "O caríssimo kW brasileiro" do jornal O Estado de S. Paulo, de 15/4/2012, o custo da energia elétrica fornecida à indústria no Brasil é 52% maior do que a tarifa média internacional. Com essa diferença gritante de custos arcados pela indústria nacional, a capacidade de os produtos brasileiros concorrerem no mercado internacional fica muito prejudicada, afetando inclusive o nível de emprego.

Diante do exposto e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste o incentivo fiscal proposto, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV 675
00100



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data:

Proposição:

Medida Provisória nº 675/2015.

Autor:

Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE

Nº do prontuário

1. ☐ supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

“Art.X Ficam reduzidas a 0% (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica.

§ 1º A tarifa de energia elétrica deverá ser reduzida proporcionalmente ao valor que deixar de ser pago em razão do disposto no caput, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º Na hipótese do não cumprimento do disposto no § 1º, as contribuições deverão ser pagas, acrescidas de multa, de mora ou de ofício, e juros, na forma da legislação aplicável.

§ 3º As vendas efetuadas com alíquota 0% (zero) da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

§ 4º O saldo credor apurado na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário em virtude do disposto no caput poderá, observada a legislação específica aplicável à matéria, ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

II - pedido de ressarcimento em dinheiro.

§ 5º O disposto neste artigo produzirá efeitos pelo prazo de 5 (cinco) anos,

contados do primeiro dia do ano subsequente ao de sua entrada em vigor.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo reduzir a tarifa de energia elétrica paga pelas famílias e pelas indústrias brasileiras. A redução perseguida pelo Governo por meio da MP 579, de 2012, se mostrou menor que a prometida e pode avançar via desoneração dos tributos que incidem sobre o setor.

A redução da tarifa será consequência da desoneração tributária prevista no art. 1º da proposição, que consiste na redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de energia elétrica.

O benefício fiscal ora proposto garantirá duplo benefício às famílias brasileiras. O primeiro com a redução no valor da conta de energia elétrica que pagam mensalmente. O segundo, benefício indireto, virá com a redução dos custos da indústria instalada no País, com o consequente aumento da competitividade frente ao mercado internacional e a manutenção ou, até mesmo, a ampliação dos postos de trabalho.

De acordo com a reportagem “O caríssimo kW brasileiro” do jornal O Estado de S. Paulo, de 15/4/2012, o custo da energia elétrica fornecida à indústria no Brasil é 52% maior do que a tarifa média internacional. Com essa diferença gritante de custos arcados pela indústria nacional, a capacidade de os produtos brasileiros concorrerem no mercado internacional fica muito prejudicada, afetando inclusive o nível de emprego.

Diante do exposto e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste o incentivo fiscal proposto, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV 675
00101



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 675, de 2015.
-------------	---

Autor Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE	Nº do prontuário
---	-------------------------

1 Supressiva	2.Substitutiva	3.Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global
---------------------	-----------------------	-----------------------	---------------------	-------------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluem-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, os seguintes artigos:

“Art.X Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviço público de saneamento básico.

§ 1º O valor correspondente às contribuições que deixar de ser pago em razão da redução de alíquotas prevista no caput deverá ser integralmente investido na construção ou ampliação de redes de coleta e tratamento de esgoto.

§ 2º O não cumprimento do disposto no § 1º do caput implicará o pagamento do tributo devido, acrescido de juros e de multa, de mora ou de ofício, na forma da legislação aplicável.

Art.XX A pessoa jurídica que usufruir do incentivo fiscal criado por esta Lei deverá elaborar e apresentar anualmente ao Tribunal de Contas da União – TCU relatório circunstanciado que detalhe e confronte o montante das contribuições que deixaram de ser pagas e as obras realizadas ou que estejam em execução, anexando os documentos comprobatórios dos dados fornecidos.”

JUSTIFICATIVA

A situação do saneamento básico no Brasil é alarmante: 57% dos brasileiros ainda não têm esgoto coletado. Esse dado consta do estudo “Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro”, realizado pelo Instituto Trata Brasil com a colaboração e pesquisa da Fundação Getúlio Vargas – FGV. (http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/ems/files/trata_fgv.pdf).

O referido estudo destaca seis pontos preocupantes relacionados à precariedade do saneamento básico no Brasil:

- 1) em apenas um ano foram despendidos pelas empresas R\$ 547 milhões em remunerações referentes a horas não-trabalhadas de funcionários que tiveram que se ausentar de seus compromissos em razão de infecções gastrointestinais;
- 2) a probabilidade de uma pessoa com acesso à rede de esgoto se afastar das atividades por qualquer motivo é 6,5% menor que a de uma pessoa que não tem acesso à rede. O acesso universal teria um impacto de redução de gastos de R\$ 309 milhões nos afastamentos de trabalhadores;
- 3) se for dado acesso à coleta de esgoto a um trabalhador sem esse serviço, espera-se que a melhora geral de sua qualidade de vida ocasione uma produtividade 13,3% superior, possibilitando o crescimento de sua renda em igual proporção;
- 4) o ganho global com a universalização é bastante significativo em termos de renda do trabalhador. Estima-se que a massa de salários, que hoje é de R\$ 1,1 trilhão, deva se elevar em 3,8%, possibilitando um crescimento da folha de pagamentos de R\$ 41,5 bilhões;
- 5) a universalização do acesso à rede de esgoto pode trazer uma valorização média de até 18% no valor dos imóveis – esse seria o ganho de uma família que morava em imóvel em uma região que não tinha acesso à rede e que passou a ser beneficiada com os serviços;
- 6) em 2009, dos 462 mil pacientes internados por infecções

gastrointestinais, 2.101 morreram no hospital. Se houvesse acesso universal ao saneamento, haveria uma redução de 25% no número de internações e 65% na mortalidade – ou seja, 1.277 vidas seriam salvas.

Diante desses pontos em destaque, ficou clara a abrangência das consequências negativas para o povo brasileiro do baixo índice de atendimento do sistema de coleta e tratamento de esgoto, especialmente aquelas relacionadas à saúde pública, à qualidade de vida dos brasileiros mais carentes e também ao meio ambiente.

Constatada essa situação, e visando mitigar os efeitos maléficos dos baixos índices de saneamento básico no Brasil, decidi propor a alocação de novos recursos públicos para a construção ou ampliação de redes de coleta e tratamento de esgoto.

Os recursos públicos serão oriundos da concessão de incentivo fiscal às empresas prestadoras de serviço público de saneamento básico.

O incentivo fiscal se consubstancia na redução a 0 (zero) das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, atualmente 1,65%, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, hoje fixada em 7,6%.

A empresa que usufruir do incentivo fiscal, deixando de pagar as contribuições, e não fizer os investimentos terá que pagá-las, acrescidas de multa, de mora ou de ofício, e juros, na forma da legislação aplicável.

Um ponto a destacar é o fato de que o incentivo fiscal somente será concedido à empresa que aplicar integralmente o valor das contribuições não pagas em investimentos na construção ou ampliação de redes de coleta e tratamento de esgoto.

Segundo o presidente em exercício da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Walter Gazi, em entrevista concedida à Agência Câmara, “a cobrança da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS representa um gasto de R\$ 2 bilhões por ano. Dinheiro que, segundo ele, poderia ser investido na melhoria e universalização do sistema de saneamento. São 75 milhões de pessoas sem acesso a esgotamento sanitário e 98 milhões que não têm tratamento de esgoto.”

Portanto, trata-se de medida de grande alcance social e econômico e de

inteira justiça fiscal uma vez que possibilitará a redução dos custos das empresas, permitindo a elevação do montante dos investimentos na construção e ampliação das redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário, que beneficiará justamente os mais necessitados, os estratos mais carentes da sociedade.

Diante do exposto e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a aprovação e incorporação desta Emenda ao Projeto de Lei de Conversão.

PARLAMENTAR

MPV 675
00102



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015.
autor Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE	Nº do prontuário
1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

“Art.X O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 8º

§ 5º O proprietário de um único imóvel residencial que perceba renda de aluguel referente a esse imóvel e que, ao mesmo tempo, seja inquilino em imóvel residencial de terceiros, somente terá considerado como rendimento recebido para efeitos do inciso I do *caput* deste artigo a diferença positiva, quando houver, entre o valor recebido e o valor pago.

”

JUSTIFICATIVA

O contribuinte do IRPF possuidor de imóvel residencial pode, por diversos motivos, não residir em sua propriedade. Isso ocorre, por exemplo, quando o contribuinte é obrigado a se mudar de cidade, muitas vezes de forma temporária. Nesse caso, de maneira a evitar a venda do imóvel de sua propriedade, com todas as implicações em termos de custo de transferência e tempo gasto na transação, o cidadão normalmente opta por alugar um imóvel na cidade de destino e, de forma a compensar o novo gasto mensal, aluga o imóvel de sua propriedade. Assim, imaginando que os valores dos aluguéis mencionados sejam semelhantes, não haveria qualquer impacto

sobre a renda ou orçamento familiar do contribuinte.

O exemplo acima, contudo, não é observado pela Receita Federal quando da Declaração Anual de Ajuste do IRPF. Para a Receita, somente "existe" o valor do aluguel recebido. Assim, o contribuinte paga IRPF sobre todo o montante recebido, sem que se considerem os valores pagos. Trata-se, obviamente, de tratamento injusto, uma vez que o orçamento familiar do contribuinte em questão não fica acrescido do valor do aluguel recebido, mas sim da diferença entre o recebido e o pago, quando essa diferença de fato existe.

Destarte, de forma a assegurar mais justiça tributária, propõe-se que o proprietário de imóvel residencial alugado que seja inquilino de imóvel de terceiros possa declarar como rendimento somente a diferença entre o valor recebido e o valor pago, quando houver. De se registrar que se trata de medida bem específica, com o poder de afetar o valor do imposto pago de poucos contribuintes. Assim, o impacto orçamentário ficaria bastante restrito, facilmente coberto pelos sucessivos aumentos de arrecadação pelo Governo Federal observados nos últimos anos.

Diante do exposto e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a aprovação e incorporação desta Emenda ao Projeto de Lei de Conversão.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00103

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 675, de 2015.
------	--

Autor Dep. Mendonça Filho - Democratas/PE	Nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva	2.Substitutiva	3.Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	----------------	----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluem-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, os seguintes artigos:

Art.X O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

.....

II –

.....

j) a pagamentos de despesas com material escolar utilizados pelo contribuinte e por seus dependentes, quando fizerem jus à dedução prevista na alínea b deste inciso, até o limite anual individual equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor fixado nos itens da alínea b deste inciso para o respectivo ano-calendário;

.....

§ 3º As despesas médicas, de educação e com material escolar dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação e material escolar, o limite previsto nas alíneas b e i do inciso II do caput.

....." (NR)

Art.XX O regulamento definirá os termos, limites e condições da aplicação do disposto no art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995.

Art.XXX O disposto na alínea i do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, aplica-se pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de publicação desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da emenda é conceder ao contribuinte brasileiro o direito de deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física as despesas que realizar com a aquisição de material escolar para uso próprio e de seus dependentes.

Cumprе ressaltar que, para evitar o abuso do direito que ora se concede ao contribuinte, o Poder Executivo editará regulamento, definindo os termos, limites e condições que deverão ser observados pelo contribuinte para poder usufruir da redução da base de cálculo do imposto.

No regulamento, o Poder Executivo poderá especificar dentre outras questões, o tipo, a quantidade por item e a qualidade do material adquirido que dará ao contribuinte o direito de usufruir do benefício de que trata esta Emenda.

Trata-se de uma medida de grande importância para o País uma vez que a redução dos custos da educação contribuirá sobremaneira para incentivar a melhoria do nível de escolaridade do povo brasileiro.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria para o desenvolvimento da educação no Brasil, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR

**MPV 675
00104**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015.			
autor Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE			Nº do precatório	
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:</p> <p>Art.X O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art.8º</p> <p>.....</p> <p>II -</p> <p>.....</p> <p>b).....</p> <p>.....</p> <p>9. R\$ 7.381,80 (sete mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos), para o ano-calendário de 2014;</p> <p>10. R\$ 7.861,62 (sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos), a partir do ano-calendário de 2015.</p> <p>.....” (NR)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Pela presente emenda, pretende-se recompor o limite de dedução relacionado às despesas com educação, tendo por base os valores efetivamente cobrados pelas escolas</p>				

particulares no Brasil.

O Procon do Estado de Goiás realiza pesquisa anual das mensalidades escolares. Na última, de 27 de novembro de 2013, *“foram pesquisados pelos técnicos do Procon Goiás, entre os dias 18 e 26 de novembro de 2013, preços de mensalidades escolares de Escolas de Educação Infantil (Jardim I e II), Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º), em 25 (vinte e cinco) estabelecimentos de ensino, para o ano de 2014”*.

Importante registrar que o Estado de Goiás foi escolhido pelo fato de sua renda per capita se aproximar bastante daquela observada para o Brasil como um todo.

Os resultados dessa última pesquisa mostram o seguinte: no caso da pré-escola, a mensalidade média ficou em R\$ 615,15. Para o ensino fundamental, observou-se valor médio mensal de R\$ 646,88. Já para o ensino médio, a mensalidade média obtida pelo Procon foi de R\$ 826,45.

Tendo por base os números acima, optou-se pela menor média, relacionada à pré-escola. Ainda assim, para o ano-calendário 2014, o limite anual ficaria em R\$ 7.381,80, bem acima do que ora propõe o governo e verdadeiramente alinhado com a realidade dos brasileiros que se vêm na obrigação de pagar escola para seus filhos.

Para 2015, optou-se por reajustar o limite com base no teto da meta de inflação, uma vez que no governo Dilma observa-se inflação média muito próxima a 6,5% ao ano. Assim, opta-se por não utilizar o centro da meta, como deseja o governo, uma vez que a inflação há muito se situa próxima ao limite superior.

Ante o exposto, e tendo em vista a importância social de que se reveste o benefício fiscal proposto, eu gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

**MPV 675
00105**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015
autor Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE	Nº do prontuário
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 675, de 2015:

Art. Os montantes entregues pela União ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios não poderão sofrer redução em função de desonerações temporárias dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

JUSTIFICATIVA

Em momentos de crise econômica, o Poder Executivo Federal costuma adotar medidas no sentido de reaquecer a demanda, mantendo a produção e o emprego em níveis satisfatórios. De modo a preservar ou diminuir os impactos sobre a atividade econômica, é comum observarmos a redução temporária de impostos da União. É o que ocorre com a redução temporária das alíquotas do IPI de alguns produtos de setores considerados fundamentais para que os efeitos da crise sejam menos sentidos, como é o caso, por exemplo, do setor automobilístico.

Não se discute, aqui, se a medida acima tem ou não eficácia, se deve ou não ser adotada, mas de que maneira afeta as receitas dos Municípios, principalmente aqueles com forte dependência de repasses, especialmente o Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Sabe-se que a crise econômica por si só já afeta as receitas de todos os entes federativos, via queda de arrecadação tributária provocada por uma menor atividade econômica. Junte-se a isso a diminuição dos repasses ocasionada pela redução temporária de impostos, fruto de uma ação de política econômica tomada isoladamente pelo governo central, sem qualquer consulta às prefeituras ou governos estaduais, e fica criada situação de verdadeira penúria para boa parte dos Municípios brasileiros. Vale lembrar que nossos Municípios já vêm sendo enormemente penalizados no pacto federativo, haja vista a crescente participação das contribuições no 'bolo' arrecadatório.

Diante do quadro acima, julga-se fundamental estabelecer que o Governo Federal arque com o ônus de eventuais reduções temporárias dos impostos que compartilha com os

Municípios. Pretende-se, assim, que os montantes entregues pela União aos Municípios, por força do disposto no art. 159 da Constituição Federal, relativos à arrecadação do IPI e do IR, não sejam impactados por conta da redução provisória desses impostos.

PARLAMENTAR

MPV 675
00106



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015			
autor Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE			Nº do prontuário	
1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 675, de 2015:

Art.X A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real ou do lucro presumido, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada para:” (NR)

JUSTIFICATIVA

A subvenção para investimento pode ser entendida como uma destinação de recursos públicos a entes privados com o objetivo de suportar gastos ou investimentos que originalmente lhes caberiam, dado determinado interesse público no desenvolvimento dessa atividade privada.

Essa subvenção, quando a empresa é tributada com base no lucro real, não é tributada, mas quando a empresa é tributada com base no lucro presumido, a verdade é diametralmente oposta.

Acontece que diversos já foram os entendimentos em relação às subvenções para investimentos. Seriam elas receitas? Esses entendimentos entendiam, até 2012, que não seriam tributadas, entre 2012 e 2014 seriam tributáveis, nos casos de parcerias Públicos Privadas (PPPs). A partir de 2014, essa subvenção, em que pese ainda ser considerada receita, não seria mais tributável, desde que a empresa optasse pela tributação via lucro real.

Nesses termos, sugerimos às pessoas jurídicas sujeitas à apuração pelo lucro presumido, a extensão do método contábil de não se computarem na apuração do lucro as subvenções para investimento concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, bem como as doações feitas pelo poder público.

Se acatada, pretende-se apenas estipular método contábil único sobre o assunto, deferindo o tratamento isonômico apropriado às empresas tributadas pelo lucro real e pelo lucro presumido.

Ante o exposto, e tendo em vista a importância social de que se reveste o benefício fiscal proposto, gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

**MPV 675
00107**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 675, de 2015			
autor Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE			Nº do prontuário	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art. X. O art. 17 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17 – (...)

I - tratando-se de bens e direitos cuja aquisição tenha ocorrido até o final de 1995, o custo de aquisição poderá ser corrigido monetariamente até 31 de dezembro desse ano, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996, sendo-lhe aplicado o Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M a partir dessa data;

II - tratando-se de bens e direitos adquiridos após 31 de dezembro de 1995, o custo de aquisição dos bens e direitos poderá ser atualizado com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo assegurar ao contribuinte pessoa física a devida atualização do custo de aquisição de bens e direitos, a partir de 1º de janeiro de 1996, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, para fins de incidência do Imposto de Renda.

O dispositivo legal ao qual se deseja alterar permitia a correção monetária do

custo de aquisição até o final de 1995, não se lhe aplicando qualquer atualização monetária a partir dessa data.

Acontece que essa impossibilidade, mantida nos últimos anos, tem provocado evidente distorção entre o valor patrimonial declarado e o real valor patrimonial do bem, gerando um ganho de capital fictício sobre o custo de aquisição que não fora atualizado.

Esse efeito mascara a efetiva valorização do bem, apenas sobre o qual deveria incidir a tributação sobre o ganho de capital. Se assim não for, estariamos tributando, por meio do Imposto de Renda, não só a renda, mas o próprio patrimônio da pessoa.

Cabe destacar, ainda, que o período inflacionário pelo qual vivemos nos últimos anos justifica a propositura ora exposta.

Ante o exposto, e tendo em vista a importância social de que se reveste o benefício fiscal proposto, gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE
PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675**00108^{TA}****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015			
autor Dep. Mendonça Filho			Nº do prontuário	
1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 1º da Lei nº 11.491, de 2007:

“§4º É vedado ao FI-FGTS realizar, direta ou indiretamente, repasse de recursos a instituições financeiras, incluídos os bancos de desenvolvimento.”

JUSTIFICATIVA

Recentemente temos observados movimentos por parte do governo no sentido de descaracterizar o objetivo original do FI-FGTS. Criado para fomentar investimentos em infraestrutura, temos observado o governo fazer pressão sobre o Conselho Curador do FGTS no sentido de “tapar buraco” em empresas públicas, como é o caso do BNDES.

Dessa forma, de maneira a salvaguardar o patrimônio do trabalhador, que já percebe remuneração abaixo da inflação em sua conta vinculada do FGTS, propomos que regra que já consta do regulamento do FI-FGTS seja trazida para a lei que criou esse fundo de investimento, impossibilitando repasse de recursos para instituições financeiras.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675

00109TA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015
autor Dep. Mendonça Filho	Nº do prontuário
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 675, de 2015:

"Art. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil são obrigadas a manter dispositivo antifurto de acionamento automático que inutilize ou torne inadequadas à circulação as notas de dinheiro quando detectada abertura ilícita dos terminais de auto-atendimento"

JUSTIFICATIVA

Um tipo de crime que assola o país e que cada vez é mais praticado é o de furto aos chamados caixas eletrônicos. Não raro, tais furtos envolvem, inclusive, a explosão desses terminais, colocando em risco a vida de pessoas próximas a eles ou mesmo em seus interiores.

De forma a inibir a prática de tal crime, propomos que seja exigido dos bancos a instalação de dispositivos antifurto que inutilizem ou torne inadequadas à circulação as cédulas obtidas mediante prática ilícita. Mecanismos como esses já existem e inibiriam enormemente a ocorrências desses furtos.

Assim, solicito o apoio à presente emenda, de forma a reduzir a ocorrência do crime ora tratado e propiciar mais segurança aos cidadãos brasileiros.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675

001107A

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015
autor Dep. Mendonça Filho	Nº do prontuário
1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alinea

TEXTO / JUSTIFICATIVA

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 675, de 2015:

"Art. Tarifas cobradas por serviços prestados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem ter seus valores informados mensalmente, em extrato gratuito, de forma individualizada, com clara indicação da natureza desses serviços"

JUSTIFICATIVA

A cobrança de tarifa por parte das instituições financeiras no Brasil responde por parcela importante da receita das mesmas.

Ainda que já se exija a disponibilização do valor das tarifas nas dependências bancárias e na internet, a cobrança das mesmas muitas vezes não é entendida pelo consumidor de serviços bancários.

Assim, de forma a dar mais transparência nessa cobrança, propõe-se que extrato pormenorizado seja fornecido gratuitamente ao cliente bancário, como forma do mesmo ter pleno conhecimento dos valores que estão saindo de sua conta e a título de quê.

Essa medida simples, que implica baixo custo às instituições, pode inclusive permitir maior concorrência entre elas. Conhecer o que se paga e a razão do pagamento deve incentivar o usuário final a pesquisar entre os bancos, pressionando por uma queda nos valores cobrados.

PARLAMENTAR

**MPV 675
00111**

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, onde couber, artigo com a seguinte redação:

“Art. Estão excluídas da regra do artigo 3º, inciso I da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, com a redação conferida pela presente lei, devendo recolher a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas pela alíquota de 9% (nove por cento), as seguradoras especializadas em saúde previstas na Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001”.

JUSTIFICATIVA

Conforme a EM nº 00065/2015 subscrita pelo Senhor Ministro da Fazenda, a Medida Provisória nº 675, de 2015 objetiva “... *adequar a tributação incidente sobre o setor financeiro, tornando-a compatível com sua capacidade contributiva*”.

Ocorre que, da forma ampla como foi redigida a alteração na Lei nº 7.689, de 1988, todas as pessoas jurídicas de seguros privados ficarão sujeitas à majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro para 20%. Ocorre que as seguradoras especializadas em saúde previstas na Lei nº 10.185, de 2001, em que pese constituídas como seguradoras, nada mais são, conforme artigo 2º dessa mesma lei, do que **espécie do gênero** operadoras de planos de saúde¹.

A grave desequiparação entre agentes de um mesmo segmento econômico, como aqui ocorre, ainda mais em um mercado altamente sensível como o da saúde suplementar, gera um insolúvel problema concorrencial. Por

¹ “Art. 2º Para efeito da Lei nº 9.636, de 1998, e da Lei nº 9.963, de 2000, enquadra-se o seguro saúde como plano privado de assistência à saúde e a sociedade seguradora especializada em saúde como operadora do plano de assistência à saúde.”

2

outro lado, não podem as seguradoras especializadas em saúde ser niveladas ao setor financeiro, tudo justificando sejam elas excepcionadas das sucessivas majorações de alíquota da contribuição social sobre o lucro.

Por fim, a presente emenda não trará um impacto maior ao Tesouro Nacional, naquilo que o Senhor Ministro da Fazenda aponta para um sensível aumento de arrecadação. Isso porque, as seguradoras especializadas representam um número pouco expressivo no mercado (onze seguradoras), com lucros muito inferiores àqueles vistos no setor financeiro.

Sala da Comissão,

Senador **JOSÉ AGRIPINO**
DEM/RN

**MPV 675
00112**

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

Art. 1º Dê-se ao § 8º do Art. 14 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a seguinte redação:

“Art.14

§ 8º O disposto no caput deste artigo aplica-se também aos bens utilizados na execução de serviços de transporte de mercadorias em ferrovias, classificados nas posições 86.01, 86.02, 86.04, 86.06 e 86.07.19.90, aos trilhos e demais elementos de vias férreas, classificados nas posições 44.06, 68.10, 73.01, 73.02 e 73.18 da Nomenclatura Comum do Mercosul relacionados pelo Poder Executivo. (NR)

Art. 2º Dê-se ao § 1º do Art. 15 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a seguinte redação:

“Art. 15

§ 1º Podem ainda ser beneficiários do Reporto o concessionário de transporte ferroviário, a empresa locadora de locomotivas e vagões e o operador ferroviário independente. (NR)

Art. 3º Dê-se ao Art. 16 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a seguinte redação:

“Art. 16 Os beneficiários do Reporto descritos no artigo 15 desta Lei ficam acrescidos das empresas de dragagem, definidas na Lei 11.610, de 12 de dezembro de 2007, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de treinamento profissional de que trata o artigo 32 da Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei dos Portos), e poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo Reporto até 31/12/2020. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Por esta proposta de emenda busca-se, através de alteração ao artigo 16, alterar o prazo de vigência do benefício instituído pela Lei 11.033 (REPORTO), que se destina a permitir que os investimentos em infraestrutura sejam desonerados do Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS, de modo que os contribuintes que se dedicam a essa atividade, que exige elevados dispêndios, continuem recebendo incentivo numa área que é tão crucial para o desenvolvimento do País. Essa prorrogação garante a continuidade da modernização das estruturas logísticas e portuárias brasileiras e, conseqüentemente, atende às crescentes demandas do comércio exterior, já que traz redução de custos operacionais para aqueles que atuam nessa área.

A alteração no parágrafo 1º do artigo 15 visa incluir como beneficiários do Reporto tanto as empresas locadoras de locomotivas e vagões, tornando mais atrativa para as ferrovias a alternativa de locação desses equipamentos, quanto os operadores ferroviários independentes, como medida de isonomia para estes últimos.

A alteração no artigo 14 é proposta com o objetivo de permitir que outros elementos de vias férreas que não se classificam nas posições fiscais atualmente incluídas na Lei 11.033, tais como veículos para *inspeção* e manutenção de vias, dormentes de concreto, perfis de aço, e grampos/tirefonds possam ser beneficiados pelo mesmo incentivo, já que representam uma parcela bastante considerável do custo total de projetos de via férrea e sua conseqüente manutenção.

Sala da Comissão,

Senador *HÉLIO JOSÉ*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00113

EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo:

“Art. ____ Fica autorizada, em atendimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação da operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, a cargo do Ministério da Defesa, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, *caput*, inciso V, da Constituição.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de emenda com objetivo de atender a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê a necessidade de existência prévia e expressa de autorização para contratação de crédito externo em lei específica.

Para garantir da soberania do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica assinou recentemente, contrato comercial para aquisição de 36 aeronaves novas de caça de múltiplo emprego, denominado Projeto FX-2. Referida aquisição dependerá de financiamento externo junto ao Governo da Suécia, cuja mensagem presidencial já se encontra em tramitação no Ministério da Fazenda.

Desse modo, para que a mensagem possa ser apreciada nesta Casa, conto com apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

**MPV 675
00114**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ**EMENDA Nº - CM**
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015:

Art. ____ O Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar acrescido dos §§ 4º e 5º:

“Art. 17.

§ 4º Os lucros obtidos por instituição financeira serão oferecidos à tributação, quando se tratar de instituição controlada por holding financeira de propósito específico, deduzidos os juros e outros encargos associados ao empréstimo contratado pelo controlador com destinação específica de aumento de capital para saneamento de passivos e viabilização de planos de negócios desenvolvidos pela instituição financeira adquirida, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido de que trata a Lei nº 7.989, de 15 de dezembro de 1988, mediante ajuste na Parte A do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR.

§ 5º Na hipótese a que se refere o § 4º, os juros e outros encargos associados ao empréstimo deverão ser contabilizados pela *holding* financeira de propósito específico como custo de aquisição da instituição financeira receptora dos recursos captados mediante o empréstimo.” (NR).

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de emenda com objetivo permitir uma adequação contábil incentivadora de operações societárias entre entidades financeiras. Pretende-se possibilitar a exclusão do lucro líquido de instituição financeira receptora dos juros e encargos associados ao empréstimo contratado por holding financeira, com o propósito específico de aumentar o capital para sanear passivo e viabilizar plano de negócios para instituição financeira adquirida. No mesmo sentido, sugere-se a previsão de contabilização dos referidos encargos do empréstimo como custo de



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

aquisição, pela *holding* financeira, da instituição financeira receptora dos recursos obtidos.

Cumpra esclarecer que a proposição não causa prejuízo algum ao erário público ou não se tratar de renúncia fiscal, mas sim de equilíbrio entre receitas e as despesas necessárias a sua produção.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

**MPV 675
00115****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ****EMENDA Nº – CM**
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. ____ A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 231.....

VIII- efetuando transporte remunerado de pessoas ou bens, quando não for licenciado para esse fim, salvo casos de força maior e com a permissão da autoridade competente:

Infração: gravíssima

Penalidade: multa e apreensão do veículo;

Medida Administrativa: remoção do veículo.”

“Art. 231-A – Efetuar o transporte remunerado de pessoas, nas modalidades intermunicipal, metropolitana, urbana, semi-urbana e táxi, sem autorização, permissão ou concessão dos Estados membros, Distrito Federal e municípios:

Infração: gravíssima

Penalidade: multa, apreensão do veículo e perdimento;

Medida Administrativa: remoção do veículo.”(NR)

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda com objetivo de conceder à Agência Nacional de Transporte Terrestres - ANTT mecanismos eficazes para coibir a prática do transporte clandestino de passageiros as linhas interestaduais e internacionais, de sua outorga, e a evasão de tributos devidos aos cofres públicos.

Por questão de isonomia, os entes federados em conformidade com as suas competências constitucionais, no tocante ao transporte coletivo de passageiros, deverão ter o mesmo tratamento dado à União, dando-lhes, também, condições eficazes de combate ao transporte clandestino ou pirata.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00116

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, remunerando-se os demais:

“Art. O art. 22 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 8º Na hipótese de exportações realizadas por empresas exportadoras devidamente habilitadas nos programas de parcelamento incentivado de que tratam as Leis nº 9.964, de 10 de abril de 2000, nº 10.684, de 30 de maio de 2003, nº 11.941, de 27 de maio de 2009, nº 12.973, de 13 de maio de 2014, nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, e a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, na análise de deferimento dos créditos resultantes de que trata este artigo, não se aplicará a compensação em procedimento de ofício sobre as parcelas vincendas com exigibilidade suspensa.” (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Em 15 de junho de 2014, o Governo Federal reconheceu a necessidade de equacionar o problema da acumulação de resíduos tributários no custo de exportação por meio da edição da Medida Provisória (MPV) nº 651, que reinstituiu o Regime Especial de Remigração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA.

Pelo regime, a pessoa jurídica exportadora pode apurar crédito, mediante a aplicação de percentual estabelecido em ato do Poder Executivo, sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior.

A MPV nº 651/2014 foi regulamentada inicialmente pelo Decreto nº 8.304, de 12 de setembro de 2014, e pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 428, de 1º de outubro de 2014.

Com a conversão da MPV nº 651, de 2014, na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, tornou-se necessária a edição de um novo decreto



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

regulamentador, de forma a compatibilizar o ordenamento infralegal às diversas emendas legislativas incorporadas ao texto original da referida Medida Provisória.

Foi, então, editado o Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015. Ocorre que o novo decreto não tratou de um grave problema relativo à garantia de liquidez dos créditos atribuídos pelo Reintegra, especialmente para as empresas exportadoras brasileiras que, porventura, em passado recente, também aderiram aos programas de parcelamento incentivado de débitos tributários federais (comumente denominados de "REFIS").

Estamos falando da compensação de ofício entre os créditos obtidos pelas empresas exportadoras no âmbito do Reintegra com débitos cuja exigibilidade está suspensa, pois estão incluídos em parcelamento, de acordo com o art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional. O procedimento adotado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) está previsto no art. 61 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012.

Todavia, a aplicação da compensação de ofício, no caso do Reintegra, é não apenas ilegal, por ampliar o cabimento da compensação de ofício mediante mera Instrução Normativa, exorbitando sua função meramente regulamentar, mas também descabida, pois desvia a finalidade precípua do Reintegra, qual seja, de promover e estimular as exportações brasileiras, a partir do aumento da sua competitividade e rentabilidade. Ao se permitir a compensação de ofício inclusive com parcelas vincendas de parcelamentos, não haverá, como consequência, nenhum efeito positivo de caixa para as empresas exportadoras a curto prazo.

Obviamente, caberia tal compensação de ofício sobre parcelas do Refis já vencidas e ainda não liquidadas, mas jamais sobre parcelas vincendas, que tenham sido fruto de acordo voluntário de parcelamento entre a RFB e os contribuintes exportadores.

Diante deste diagnóstico, justifica-se o urgente aprimoramento do arcabouço jurídico que regula o Reintegra. Para isso, propomos a presente emenda à Medida Provisória nº 671, de 2015, a fim de vedar a compensação de ofício sobre as parcelas vincendas com exigibilidade suspensa, na análise de deferimento dos créditos resultantes do Reintegra.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

**MPV 675
00117**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ**EMENDA Nº — CM**
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ O art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 26. O valor correspondente à compensação de débitos relativos às contribuições de que trata o art. 2º desta Lei será repassado ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social no máximo 2 (dois) dias úteis após a data em que ela for promovida de ofício ou for apresentada a declaração de que trata o § 1º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.’ (NR)”

Justificativa

Trata-se de emenda para alterar a Lei nº 11.457, de 2007, objetivando autorizar a compensação dos débitos relativos a contribuições previdenciárias com créditos de outros tributos federais.

A Lei da Super-Receita promulgada em 2007 concentrou na nova Secretaria da Receita Federal do Brasil as atribuições antes divididas entre a Secretaria da Receita Federal e o INSS. Por opção do legislador, a Lei nº 11.457/07 expressamente afastou a aplicação do art. 74 da Lei nº 9.430/96 às contribuições previdenciárias, sendo, por isso, impossível a compensação de outros tributos com as contribuições previdenciárias vincendas.

Considerando a conjuntura em que se encontra atualmente a economia brasileira, necessitando urgente de medidas que a impulsionem, proponho a revisão do tema da compensação tributária de créditos previdenciários com débitos tributários, de forma que os créditos tributários acumulados pelos exportadores possam ser regularmente



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

utilizados para liquidação dos débitos previdenciários a cargo da indústria. Essa medida, não incorre em qualquer renúncia fiscal que venha a afetar a meta de superávit primário prevista pelo Ministério da Fazenda para o corrente exercício.

Conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente iniciativa, uma vez que de grande significado para indústria brasileira.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00118

EMENDA Nº – CM (à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ O art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal, dos Municípios e em cargo de direção de Serviço Social Autônomo, nas seguintes hipóteses:

§ 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Serviço Social Autônomo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos.

§ 2º Na hipótese de o servidor cedido a empresa pública, sociedade de economia mista ou serviço social autônomo, nos termos das respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem.

.....’ (NR)’

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta trata da alteração, na Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990, para incluir entidades do Serviço Social Autônomo como entes passíveis de receber a cessão de servidores públicos regidos pelo diploma legal.

Os Serviços Sociais Autônomos são aqueles instituídos por lei com personalidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, porém de cooperação com o Poder Público para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, e, ainda que não sejam consideradas integrantes da Administração Indireta, administram verbas decorrentes de contribuições parafiscais e gozam de uma série de privilégios próprios dos entes públicos, assim, estão sujeitas a normas semelhantes às da Administração Pública sob vários aspectos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

A definição, os princípios e o escopo dos Serviços Sociais Autônomos, portanto, permitem sua inclusão como entes receptores de funcionários públicos federais, e, a presente alteração dá a mesma segurança jurídica a esses funcionários cedidos aos Serviços Sociais às demais cessões aos órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios.

Para evitar qualquer distorção, propomos limitar essa cessão para cargos de direção dessas entidades e prever que o procedimento será sempre feito sem ônus para a União.

Assim, cumpre registrar que a medida proposta não acarretará aumento de despesas, e apenas possibilitará que funcionários públicos federais possam contribuir, ainda mais, com os trabalhos realizados por esses serviços de cooperação com o Poder Público, todavia, sem perderem seus direitos adquiridos advindos da contratação por concurso público.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00119SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ**EMENDA Nº – CM**

(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ Os arts. 20 e 22 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. Nos casos de incorporação, fusão ou cisão, o saldo existente na contabilidade, na data da aquisição da participação societária, referente à mais-valia de que trata o inciso II do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, decorrente da aquisição de participação societária, poderá ser considerado como integrante do custo do bem ou direito que lhe deu causa, para efeito de determinação de ganho ou perda de capital e do cômputo da depreciação, amortização ou exaustão.

.....”(NR)

“Art. 22. A pessoa jurídica que absorver patrimônio de outra, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, na qual detinha participação societária adquirida com ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição de participação societária, poderá excluir para fins de apuração do lucro real dos períodos de apuração subsequentes o saldo do referido ágio existente na contabilidade, à razão de 1/60 (um sessenta avos), no máximo, para cada mês do período de apuração.

Parágrafo único. Ficam convalidadas as exclusões para fins de apuração do lucro real decorrentes do aproveitamento do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), decorrentes de aquisições de participações societárias de partes dependentes ou relacionadas anteriores ao advento desta Lei.”(NR)

Justificativa

As alterações nos referidos artigos têm por objetivo reconhecer, expressamente, a legitimidade da possibilidade de utilização do ágio interno decorrente de operações entre partes relacionadas/dependentes. A inclusão do parágrafo único, em particular, deixa clara a legitimidade da utilização do ágio interno nas operações anteriores



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

ao advento da Lei 12.973/2014, resultado da conversão da MP 627/2013, preservando-se o distanciamento entre o conceito jurídico e o conceito técnico-contábil até então existente.

O simples fato de as partes serem ligadas e relacionadas, por si só, não deve ser determinante para afastar o direito à dedutibilidade do ágio gerado em uma transação interna. Uma vez comprovadas a licitude das condutas, a lisura na avaliação da empresa adquirida, bem como o legítimo propósito negocial, deve ser expressamente prevista a hipótese de aproveitamento do ágio interno.

Nesse contexto, excluídas as hipóteses de simulação, é perfeitamente possível que haja uma operação legítima dentro de um grupo econômico com a formação de ágio.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00120

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, onde couber, dois novos artigos com a seguinte redação:

Art. ____ O artigo 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

I -

II -

III -

IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.”(NR)

Art. ____ O artigo 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A COFINS não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

I -

II -

III -

IV – cessão ou transferência de direitos a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, inclusive licença de tecnologia, cujo pagamento represente ingresso de divisas.”(NR)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

JUSTIFICAÇÃO

A inovação e a pesquisa em ciência e tecnologia no ambiente produtivo são necessárias para estimular a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial no Brasil. Ocorre que, atualmente, o regime tributário, ao invés de facilitar, onera a exportação de tecnologia desenvolvida no Brasil para outros países.

Isso porque, da forma como redigida, a legislação tributária atual (i.e. Lei nº 10.637, de 2002 e Lei nº 10.833, de 2003) acaba limitando a dedução do PIS e da COFINS às receitas decorrentes de operações de exportação a aquelas relacionadas com bens, mercadorias e serviços. Todavia, com a evolução da economia e da tecnologia há outras riquezas produzidas em território nacional que podem ser objeto de exportação e geração de divisas para o país.

Destaquem-se, por exemplo, as receitas decorrentes do licenciamento de tecnologia que, quando utilizada por não residentes, deve ser devidamente remunerada gerando ingresso de recursos no país – o que representa uma importante fonte de remuneração de empresas nacionais desenvolvedoras de tecnologia local.

Em desacordo com o que determina a Constituição Federal, a legislação ordinária acaba limitando a dedução ampla e irrestrita concedida pelo legislador constituinte às receitas de exportação – que é uma das principais formas do Estado de promover a economia nacional.

A Constituição Federal, em seu artigo 149, §2º, inciso II, prevê a isenção do PIS e da COFINS sobre quaisquer receitas de exportação, sem limitação, nos seguintes termos: “*as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo; I – não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; (...)*”

Por sua vez, as hipóteses de isenção do PIS e da COFINS na sistemática não-cumulativa estão delimitadas nos artigos 5º da Lei nº 10.637, de 2002¹ e artigo 6º da Lei nº 10.833, de 2003², que excluem somente as receitas decorrentes de

¹ Lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002

“(...) Art. 6º A contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

I – exportação de mercadorias para o exterior;

II – prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;

III – venda à empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.”

² Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003

“(...) Art. 6º A COFINS não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

I – exportação de mercadorias para o exterior;

II – prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

exportação de mercadorias para o exterior e da prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior da incidência das contribuições.

Sob o argumento de que o artigo 111 do Código Tributário Nacional determina que “*interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: (...) II - outorga de isenção*”, a Secretaria da Receita Federal já se posicionou em mais de uma ocasião no sentido de que a isenção do PIS e da COFINS não se aplica, por exemplo, sobre as receitas de royalties recebidos do exterior em contrapartida pelo licenciamento ou cessão de direito desenvolvido no Brasil. Veja-se, por exemplo, a Solução de Consulta nº 92, de 12 de junho de 2012 exarada pela Secretaria da Receita Federal:

“Os royalties recebidos do exterior, em pagamento pelo licenciamento ou cessão de direito de uso de programa de computação, não configuram receita de exportação nem de prestação de serviços, de sorte que não se enquadram nas três hipóteses de não-incidência de Cofins previstas no art. 6º, incisos I a III, da Lei nº 10.833, de 2003.” (original sem grifo)

Assim, a interpretação da legislação atual acaba tributando pelo PIS e pela COFINS as receitas decorrentes da exportação de direitos e intangíveis.

O presente projeto visa ajustar a redação da legislação ordinária de forma a dar plena efetividade ao artigo 149 da Constituição Federal, estendendo a desoneração do PIS e da COFINS também sobre as receitas decorrentes de exportação de direitos e tecnologia.

Por considerarmos de alta relevância a presente proposta, rogamos aos nobres Colegas pela aprovação deste Projeto de Lei.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

**MPV 675
00121****SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ****EMENDA Nº - CM**
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015:

“Art. ____ É vedado restringir, a título de contingenciamento do crédito ao setor público, a contratação de operação de crédito por sociedade de economia mista estaduais, titulares de concessão do serviço público, que não se enquadrem na condição de empresa estatal dependente a que se refere a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, suas subsidiárias e controladas.”(NR)

JUSTIFICACÃO

A concessão de crédito para empresas estatais é regulada pela Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

A referida Lei instituiu a figura da empresa estatal dependente, definindo-a como sendo “a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação societária”. A empresa estatal dependente foi equiparada ao ente da Administração Pública Direta, aplicando-se-lhe todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive e especialmente, as restrições para contratar operações de crédito que decorreram dessa Lei Complementar. Por exclusão, as empresas estatais que não recebem recursos dos tesouros para atendimento de suas necessidades de custeio, também conhecidas como empresas estatais não dependentes, ficaram liberadas para contratar operações de crédito.

Entretanto, a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.827, de 30 de março de 2001, que consolida e redefine as regras para o contingenciamento do crédito ao setor público, ao definir restrições para as operações de crédito a serem



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

contratadas pelo Setor Público incluem também as empresas estatais não dependentes, entre as quais se encontram as concessionárias de serviço público.

Em 26 de novembro de 2008, foi emitida a Resolução do CMN nº 3.647, que dispõe que a Resolução nº 2.827, de 2001, e suas alterações subsequentes, não se aplicam à Petrobras e suas subsidiárias e controladas. Essa decisão permite, portanto, à Petrobras Distribuidora S.A., que desde 1993 é a concessionária de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, não ser submetida às regras de contingenciamento de crédito ao setor público, aplicadas às demais concessionárias.

A redação atual da Resolução do CMN nº 2.827, de 2001, tem impedido as concessionárias estatais de serviço público – que não se enquadram na categoria de empresas estatais dependentes – de investir na implantação e expansão de suas empresas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de seus respectivos Estados por meio da geração de emprego e renda. Propomos, então, corrigir essa distorção, com a exclusão das sociedades de economia mista estaduais titulares de concessão do serviço público que não se enquadrem na condição de empresa estatal dependente, suas subsidiárias e controladas do conceito de setor público para efeitos das normas legais e infralegais que limitem o acesso ao crédito por parte de órgãos e entidades do setor público.

Tal medida proporcionará condições para o desenvolvimento do país. Por isso, contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senador **ROMERO JUCÁ**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCA

MPV 675
00122

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, onde couber, dois novos artigos com a seguinte redação:

Art. ____ O art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Os contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados entre concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, com consumidores finais, vigentes na data de publicação desta Lei e que tenham atendido ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, deverão ser editados para vigorar de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2042, seguindo o disposto nos parágrafos abaixo, mantidas as demais condições contratuais, inclusive as tarifas e os respectivos critérios de reajuste em vigor.

§ 1º. O montante total de energia que será disponibilizado por cada concessionária geradora para atendimento aos respectivos contratos de fornecimento de que trata este artigo será calculado mediante a transformação em energia das reservas de potência contratuais de referência vigentes, incluindo as respectivas flexibilidades contratuais e perdas elétricas, considerando a operação de cada unidade consumidora com fator de carga unitário.

§ 2º. O montante total de energia referido no parágrafo anterior será composto pela garantia física hidráulica complementada por parcela a ser revertida das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, alocadas às distribuidoras pelas respectivas concessionárias de geração.

§ 3º. A garantia física hidráulica, mencionada no parágrafo anterior, corresponderá ao somatório das parcelas de garantia física de que tratam os §§ 10 e 13 do art. 1º da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

§ 4º. A parcela a ser revertida das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o §2º deste artigo, deverá considerar, além do montante necessário para o complemento da garantia física hidráulica, uma quantidade de energia equivalente a 5% (cinco por cento) do montante destinado ao atendimento desses consumidores, visando à mitigação do risco hidrológico.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

§ 5º. Os contratos de que trata este artigo poderão ser rescindidos ou não aditados caso o consumidor prescindir totalmente da energia elétrica da concessionária de geração, em especial por exercício da opção de que trata o art. 15 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, da opção por autoproduzir a energia elétrica de que necessita, ou da desativação da sua unidade industrial, desde que manifestado com 12 (doze) meses de antecedência, ficando, porém, assegurado às concessionárias de geração a manutenção das respectivas parcelas de garantia física mencionadas nos §§ 2º, 3º e 4º deste artigo.

§ 6º. O montante total de que trata o § 2º será mantido durante todo o período estabelecido no caput e somente poderá ser reduzido por meio de lei, devendo, nesse caso, haver a consequente diminuição dos montantes de energia previstos nos contratos, de forma proporcional, sem ônus para as respectivas concessionárias de geração, inclusive as sob controle federal.

§ 7º. No caso da concessionária geradora de serviço público sob controle federal atuante na região Nordeste, a parcela de sua receita anual composta pela diferença entre o somatório do valor apurado considerando a tarifa média de energia aplicável aos respectivos contratos de fornecimento de que trata este artigo e a respectiva RAG – Receita Anual de Geração média, de que tratam os arts. 13 e 15 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deverá ser aplicada em investimentos de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, conexões elétricas e geração de energia a partir de fontes renováveis, tudo na citada região Nordeste.

§ 8º. Caberá à Aneel a implementação dos procedimentos de que trata este artigo em um prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do início do prazo referido no caput.

Art. O art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 1º
.....
.....

§ 13. As usinas hidrelétricas em operação comercial em 1º de junho de 2014 passíveis de prorrogação das concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, vinculadas ao atendimento dos contratos de fornecimento alcançados pelo art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, terão seus prazos de concessão prorrogados, a critério das concessionárias, não se lhes aplicando, excepcionalmente, o disposto nos incisos I e II do § 1º e no § 5º deste artigo.

§ 14. O disposto no § 7º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, só se aplicará à receita proveniente da venda da energia



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

das usinas hidrelétricas de que trata o § 13 retro, a partir da prorrogação dos prazos das respectivas concessões.”

Justificativa

A inclusão dos artigos ora propostos visa evitar um retrocesso sem precedentes na moderna industrialização do nordeste brasileiro, bem como criar as bases para investimentos em energia renovável, notadamente energia eólica, e, infraestrutura de transmissão e conexão na mencionada região. Isso ocorrerá com a consolidação do regime jurídico específico e diferenciado para os consumidores industriais atendidos diretamente por concessionárias de geração de serviço público, inclusive as sob controle federal.

O fornecimento de energia elétrica em referência teve início na região Nordeste do País há quase 70 anos, com a edição do Decreto nº 19.706, de 03 de outubro de 1945, que outorgou à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do rio São Francisco. Adicionalmente, o Decreto nº 19.706, de 03 de outubro de 1945, previu a possibilidade da CHESF atender diretamente a consumidores industriais que viessem a se instalar naquela região. Essa medida visou incentivar o desenvolvimento econômico-social da região Nordeste, mediante a atração e instalação de novas indústrias, com a consequente geração de empregos, tributos e divisas.

As indústrias dependentes dos contratos de fornecimento da CHESF, integrantes dos setores químicos, metalúrgico, siderúrgico, mineração, entre outros, têm a energia elétrica como um dos seus principais insumos, sendo caracterizadas como eletrointensivas. A participação nos custos da eletricidade na fabricação de alguns produtos pode chegar, por exemplo, até a 70% em alguns setores fabris.

Nos últimos 30 anos elas investiram não apenas em suas fábricas, mas levaram outros integrantes de suas cadeias produtivas para a região, multiplicando os efeitos econômicos de sua produção. Essas companhias estão localizadas em municípios de pequeno porte na Bahia, Alagoas e Pernambuco, e muitas vezes são responsáveis por parcela significativa dos empregos e da renda geradas nessas cidades. Juntos, esses consumidores geram atualmente 9 mil empregos diretos e 145 mil se somados os diretos e indiretos. Essas fábricas estão há décadas desenvolvendo a economia do Nordeste, gerando emprego e riqueza em municípios, que em alguns casos são as únicas empregadoras de grande porte. Nas cidades do Nordeste onde estão instaladas, essas empresas faturam conjuntamente cerca de R\$ 10 bilhões. Dada sua capacidade multiplicadora de riqueza dentro de cada Estado, onde estão outras empresas fornecedoras e clientes, respondem por um valor agregado à economia local anual estimado em R\$ 16 bilhões.

Atualmente, o fornecimento direto de energia elétrica pela CHESF a esses consumidores é essencial para viabilizar a manutenção de suas plantas industriais na região, bem como preservar a competitividade de várias cadeias produtivas instaladas no nordeste.

A alternativa de aquisição de energia elétrica por esses consumidores, após o término de seus atuais contratos, em 30 de junho de 2015, junto às concessionárias locais de distribuição de energia elétrica, se mostra inviável em razão do volume expressivo de energia elétrica por eles demandado, de aproximadamente 800MW, em contraste com a situação crítica de subcontratação de energia elétrica enfrentada pelas concessionárias locais de distribuição. O mercado livre de energia, tão pouco, tem condições de atender a essa demanda na região nordeste a partir de meados de 2015, em função da baixa liquidez



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

desse ambiente de comercialização decorrente da Lei 12.783/2013 (conversão da MP 579/2012). Adicionalmente, a Lei 12.783/2013 promoveu subsídio entre regiões, visto que a contribuição prestada pelas hidrelétricas da CHESF representa 66% da energia e cotas que possibilitou a redução tarifária média de 20% para o conjunto dos brasileiros, enquanto a região Nordeste, por outro lado, representa somente 15% do consumo nacional.

Assim, diante da iminência do término dos contratos de fornecimento de energia desses consumidores, em 30 de junho de 2015, a viabilidade da manutenção dessas plantas na região Nordeste encontra-se seriamente ameaçada, sendo necessário viabilizar a sua manutenção mediante a prorrogação em caráter permanente dos contratos de fornecimento vigentes.

A consolidação do regime jurídico específico, diferenciado, dos consumidores industriais atendidos diretamente por concessionárias de geração de serviço público, inclusive as sob controle federal pode proporcionar via a emenda proposta, a continuidade dos contratos com as indústrias, proporcionando a CHESF uma geração de caixa para investir em energia renovável e infraestrutura energética na Região Nordeste. Assim, há a oportunidade de se criar um ciclo virtuoso. A manutenção dos contratos industriais preserva na CHESF a energia hidrelétrica que pode proporcionar adicionalmente a expansão da geração de energia limpa e renovável no nordeste, com a energia das hidrelétricas vinculadas à continuidade dos contratos industriais, assegurando a competitividade das indústrias, viabilizando os recursos e possibilitando firmar energias renováveis como eólica e solar abundantes na região.

Essa solução corresponde a que melhor atende ao interesse público, considerando-se a necessidade de desenvolvimento econômico-social da região Nordeste, a competitividade da energia elétrica para a indústria brasileira lá instalada, viabilizando a expansão da geração de energia elétrica de fontes limpas, renováveis e não emissoras de gases de efeito estufa.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00123

EMENDA Nº — CM (à MPV nº 675, de 2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo:

“Art. __. Para efeito de interpretação do disposto no art. 3º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nos §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a incorporação de ações ou quotas nas operações de integralização de capital, considerando sua natureza de permuta, somente se sujeita à apuração do ganho de capital, nas hipóteses de a pessoa física subscritora:

I – optar por lançar, em sua declaração de bens, as ações ou quotas recebidas por valor superior ao das ações ou quotas transferidas a título de integralização; ou

II – receber torna, assim entendida como a percepção adicional de qualquer valor, em espécie, bens ou direitos distintos das ações ou quotas representativas do capital da pessoa jurídica objeto da integralização.

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o ganho de capital será apurado apenas em relação à torna.

§ 2º A condição de permuta não se altera ainda que o valor pelo qual as ações ou quotas entregues pela pessoa física tenham ingressado no patrimônio da pessoa jurídica, em decorrência da avaliação estabelecida pela legislação societária, por valor superior ao constante da declaração de bens da pessoa física.

§ 3º O registro de ágio, pela pessoa jurídica objeto da integralização, em relação às operações realizadas pela pessoa física na forma deste artigo, permanece sujeito à legislação aplicável às pessoas jurídicas, especialmente em relação à sua amortização e dedutibilidade, por ser desvinculado do tratamento tributário aplicável à pessoa física integralizadora.”

Justificação

Nas últimas duas décadas, graças, principalmente, à estabilidade econômica alcançada pelo Brasil e à consequente melhoria do ambiente de negócios para as empresas nacionais, diversas operações de reorganização societária resultaram na formação de conglomerados empresariais fortalecidos e eficientes, gerando, inclusive, maior contribuição aos cofres públicos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Tal evolução implicou profunda revisão no modelo de gestão empresarial no País, impondo o profissionalismo e a concentração decisória, mas descentralizando e especializando as atividades-fim, mediante, principalmente, a instituição de holdings, fazendo de nossas empresas organismos mais consistentes para o enfrentamento da forte concorrência de uma economia globalizada e competitiva.

Em muitos casos, para a efetivação das reorganizações societárias, especialmente nas incorporações de empresas, fez-se necessário que pessoas físicas, na maioria das vezes de famílias de empreendedores históricos do Brasil, detentoras de significativas participações societárias nas empresas envolvidas no processo, se vissem na contingência de, até para salvaguardar seu patrimônio, integralizar o capital de outras empresas, mediante o aporte de suas participações. O art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, guarda perfeita consonância com uma correta política de estímulo à capitalização das empresas nacionais, dando-lhe o correto tratamento de permuta.

Porém, diante da intensidade das operações, do elevado porte das empresas e das grandes quantias envolvidas acabaram por despertar a atenção da RFB, que desencadeou diversas ações de fiscalização, das quais resultaram situações que envolvem valores simplesmente impagáveis sob o argumento de um pretenso ganho de capital.

A suposta legitimidade para tributar pessoas físicas em operações de incorporação de ações ignora a legislação vigente, considerando como renda fatos em que inexistem qualquer acréscimo patrimonial. De acordo com a lei tributária brasileira, a pessoa física deve observar o regime de caixa (tributa-se à medida que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos). Somente no momento da efetiva alienação das ações é que deve ocorrer a apuração e, se for o caso, a tributação dos possíveis ganhos de capital da pessoa física. Somente assim ocorrerá o recebimento de valores que materializam o efetivo acréscimo patrimonial e, portanto, a renda.

Neste sentido, processos de reorganização empresarial que não produzam qualquer ganho ou variação patrimonial para os titulares (pessoas físicas) das ações, capitalizam o investidor, elevam a competitividade de nossa economia, induzem o investimento produtivo e, principalmente, promovem o crescimento e a modernização das estruturas empresariais.

Desta forma, para preservar os legítimos interesses da Administração Tributária Federal, bem como fornecer a segurança jurídica necessária aos contribuintes, sobretudo no mercado de capitais, a presente proposta elucida as situações pelas quais se faz a adequada apuração do ganho de capital de pessoa física nas hipóteses do art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.713, de 1988.

Cabe destacar que a emenda ora apresentada atinge apenas a pessoa física, não alterando a forma de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica. O texto proposto não altera nada nem esclarece qualquer aspecto do imposto de renda (ganho de capital) das empresas (IRPJ), nem tampouco tem nada a ver com figura do ágio e das condições para a sua dedutibilidade.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Por fim, vale mencionar que o objeto desta emenda não gera qualquer renúncia de receita e tampouco perda de arrecadação e que os dispositivos propostos têm como único objetivo deixar claro aquilo que já está previsto em lei há mais de 20 anos, buscando a sua adequada interpretação que dever ser feita da lei.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCA

MPV 675
00124

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescente-se, onde couber, os dispositivos abaixo ao texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, com a seguinte redação:

“Art. _____. A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 57-B. As centrais petroquímicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), poderão descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado na produção de polietileno.

§ 1º O montante do crédito presumido de que trata o caput será determinado mediante aplicação de alíquota específica correspondente a R\$ 80,00 (oitenta reais) por metro cúbico de etanol.

§ 2º O crédito presumido de que trata o caput poderá ser utilizado conforme estabelecido no § 2º do art. 57-A.”

Justificativa

A presente emenda visa garantir que não haja descontinuidade da implementação e desenvolvimento das iniciativas e investimentos da Química Verde no Brasil.

Para tanto, faz-se necessário prever a concessão de crédito presumido de PIS/COFINS sobre as aquisições de etanol por centrais petroquímicas, de forma a viabilizar o acesso a matéria-prima mais competitiva.

Em verdade, o referido crédito presumido já está previsto no artigo 57-B, da Lei nº 11.196/2005, como forma de compensar o setor da química verde pela majoração da tributação do etanol adquirido pelas centrais petroquímicas, que, a partir da publicação da MP nº 613/2013, passaram a ter que pagar R\$ 120 por metro cúbico de etanol, ao invés dos R\$ 48 por metro cúbico previstos anteriormente.

O que se pretende com essa emenda é tão-somente implementar tal crédito presumido, já que os projetos de investimento em química verde, para produção do polietileno verde, contavam com uma tributação de R\$ 48/m³ de etanol e crédito de 9,25%



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

de PIS/COFINS sobre o preço do etanol adquirido, como equação indispensável à manutenção das suas linhas de produção e à aprovação de novos investimentos no setor.

Com efeito, as referidas mudanças na regra de recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na comercialização do etanol tiveram impactos significativos sobre o custo do etanol adquirido pela indústria química verde.

Além disso, o retorno da CIDE na gasolina agravará ainda mais essa situação, ao impactar diretamente nos preços do etanol para a indústria química, já que não se espera um aumento expressivo da oferta de etanol e o seu preço tem se mantido em torno de 70% do preço da gasolina.

Nesse sentido, é preciso que os impactos das referidas medidas para o setor da Química Renovável sejam neutralizados por meio da implementação do crédito já previsto no art. 37-B, da Lei 11.196/2005, sob pena de comprometimento da implementação e desenvolvimento de projetos da indústria Química Renovável.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00125

EMENDA Nº – CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescente-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, com a seguinte redação:

"Art. _____. As centrais petroquímicas sujeitas ao pagamento da CIDE, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), poderão descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado como insumo produtivo.

§ 1º. O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação das seguintes alíquotas específicas sobre a aquisição do etanol:

- a) R\$ 21,36 (vinte e um reais e trinta e seis centavos) por metro cúbico adquirido, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep;
- b) R\$ 98,64 (noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos) por metro cúbico adquirido, em relação à Cofins;
- c) R\$ 100,00 (cem reais) por metro cúbico adquirido, em relação à CIDE.

§ 2º. O crédito presumido não aproveitado em determinado período de apuração poderá ser aproveitado nos períodos subsequentes e ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - pedido de ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 3º. O crédito presumido de que trata este artigo não está sujeito à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

§ 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a majorar e a reduzir as alíquotas específicas do crédito presumido, com parâmetro nos mesmos percentuais de majoração ou redução da tributação sobre a gasolina."



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

Justificativa

A presente emenda visa garantir que não haja descontinuidade da implementação e desenvolvimento das iniciativas e investimentos da Química Verde no Brasil, tendo em vista a falta de competitividade de preço da matéria-prima renovável.

O retorno da CIDE na gasolina agravará ainda mais a situação da química verde, ao impactar diretamente nos preços do etanol, já que não se espera um aumento expressivo da oferta de etanol para fins industriais e o seu preço tem se mantido em torno de 70% do preço da gasolina.

O Decreto Federal nº 8.935/2015 reinstituiu a CIDE nas operações com gasolina em R\$ 100/m³. Além disso, aumentou a tributação do PIS/PASEP e da Cofins, em R\$ 120/m³. Esse aumento repercutiu diretamente no preço da gasolina e, por via reflexa, no preço do etanol comprado pelas indústrias da química verde.

Tendo em vista a particularidade setorial da química verde que utiliza matérias-primas renováveis e a sua importância estratégica para economia brasileira, a presente emenda visa introduzir medida neutralizadora a esse novo custo tributário atribuído às Centrais Petroquímicas inseridas no âmbito da química verde.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00126

EMENDA Nº — CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescente-se, onde couber, os dispositivos abaixo ao texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº. 675, de 2015, com a seguinte redação:

“Art. _____. A pessoa jurídica produtora de nafta petroquímica sujeita à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), sem prejuízo do previsto no §3º do art.5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, poderá descontar da referida contribuição, devidas em cada período de apuração, crédito presumido relativo às vendas para centrais petroquímicas de nafta petroquímica de produção própria ou adquirida de terceiros, inclusive importada, nos termos e condições estabelecidos neste artigo.

§ 1º O crédito presumido de que trata o caput corresponderá a 16% (dezesseis por cento) sobre o valor da receita de venda da nafta petroquímica.

§ 2º O crédito presumido de que trata o caput não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 3º O crédito presumido previsto neste artigo que a pessoa jurídica não conseguir utilizar até o final de cada trimestre-calendário poderá ser:

I – compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria;

§ 4º O crédito presumido de que trata o caput poderá ser aproveitado em relação a vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2020.

§ 5º O crédito presumido de que trata o caput não será computado na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)”.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

Justificativa

A presente emenda visa garantir que não haja a interrupção do fornecimento de matéria-prima à indústria petroquímica nacional.

Para tanto, faz-se necessário prever a concessão de crédito presumido de CIDE sobre a venda de nafta petroquímica no mercado brasileiro, de forma a viabilizar que matéria-prima mais competitiva seja disponibilizada para a indústria petroquímica nacional.

Historicamente, o setor petroquímico nacional sempre contou com a nafta petroquímica produzida no Brasil. A demanda nacional de nafta petroquímica é de 10 milhões de toneladas anuais. As refinarias brasileiras têm capacidade de produzir 11 milhões de toneladas de nafta, sendo que, há mais de décadas, 7 milhões de toneladas são fornecidas à indústria petroquímica brasileira.

Ocorre, todavia, que, com o aumento da demanda nacional por gasolina, que tem crescido cerca de 15% ao ano, parte da nafta que vinha sendo fornecida à petroquímica passou a ser utilizada para a formulação de gasolina.

Com isso, foi reduzida a importação de gasolina e aumentada a importação de nafta. Esse fenômeno ocorrido nos últimos anos pode ocasionar o repasse para a indústria petroquímica do custo da importação de nafta que foi destinada à formulação da gasolina.

Tal repasse de custo ao setor petroquímico brasileiro, já combatido com o advento do *shale gas* norte-americano (custo 70% inferior ao da nafta), forçaria o fechamento de algumas linhas/unidades dos pólos petroquímicos localizados na Bahia, Rio Grande do Sul e na Região do ABC, em São Paulo, com impactos gravíssimos.

Estudo técnico da consultoria ICA, feito para a Abiquim, mostra que a redução de produção poderia levar à perda de cerca de 70 mil postos de trabalho, com redução de R\$ 2,3 bilhões na renda do trabalho. A receita da União seria reduzida em mais de R\$ 500 milhões, enquanto que a balança comercial seria reduzida em US\$ 2,1 bilhões. A redução na receita anual (líquida) da indústria seria da ordem de R\$ 13,1 bilhões e o PIB seria 0,1% menor.

Além disso, R\$ 1 bilhão em investimentos anunciados estão à espera da definição quanto ao custo da nafta nacional que será fornecida à indústria petroquímica brasileira.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Nesse sentido, a presente emenda visa solucionar o problema por meio da concessão de crédito presumido de CIDE sobre a venda de nafta petroquímica no mercado brasileiro, de modo a assegurar a competitividade da indústria petroquímica nacional e viabilizar a realização de novos investimentos no setor.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ

MPV 675
00127



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 675, de 2015)

Inclui-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. ____ Fica autorizada a concessão de subvenção com a finalidade de promover a equalização de juros para as empresas industriais exportadoras, visando a manter a competitividade da indústria de exportação brasileira de produtos manufaturados, que necessitam de capital intensivo.

§ 1º Somente poderão se habilitar à subvenção as empresas industriais, predominantemente exportadoras, com, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de exportação da sua produção total e cujo faturamento anual seja de, no máximo, 70% (setenta por cento) do seu ativo permanente.

§ 2º A referida subvenção limitar-se-á à diferença convertida em reais entre os juros pagos e a taxa IIFXOR interbancária, quando o financiamento em moeda estrangeira, ou a diferença entre os juros pagos e a taxa TJLP, quando o financiamento for em moeda nacional.

§ 3º Eventuais receitas financeiras, obtidas com aplicação de sobras de caixa, serão deduzidas da subvenção na mesma razão do disposto no § 2º.

§ 4º Os custos incorridos com *hedge* cambial, poderão ser computados na referida subvenção, limitados ao fluxo de pagamento de juros e amortizações do exercício corrente.

§ 5º A referida subvenção não será computada na base de cálculo da apuração do lucro real e nem base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, constituindo-se uma receita não tributável.

§ 6º O limite anual de dispêndio do Tesouro Nacional, para o cumprimento do disposto neste artigo, será estabelecido pela Lei Orçamentária, sendo que no exercício de 2015 será limitado a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões) de reais.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

§ 7º O Ministro de Estado da Fazenda editará regulamento definindo os parâmetros e limites da respectiva subvenção, dentro dos parâmetros deste artigo.”

Justificativa

A alteração proposta na presente Medida Provisória tem como objetivo o desenvolvimento econômico do Brasil. Visa conceder incentivo, na forma de subvenção econômica, para as empresas industriais exportadoras brasileiras, promovendo a equalização de juros com o fim de garantir a competitividade.

A modificação proposta é fundamental no presente momento, uma vez que indústria apresenta quadro negativo. Os indicadores mostram uma estagnação do setor industrial brasileiro, que vem apresentando taxas de crescimento modestas e até negativas. Contribuem para isso os elevados custos dos insumos, como energia elétrica e mão de obra, e a infraestrutura sabidamente deficiente no Brasil. Reverter o quadro é urgente para arrecadação de impostos, manutenção de empregos e desenvolvimento do país.

A proposta também é relevante se consideramos os problemas do setor externo brasileiro. O balanço de pagamentos do país tem se deteriorado de forma preocupante, com o aumento do déficit em transações correntes, especialmente se tomado como proporção do PIB. Para isso, tem contribuído a redução do saldo da balança comercial, com a expansão das importações sem o correspondente incremento das exportações.

O benefício será concedido às empresas industriais, preponderantemente exportadoras, que tenham no mínimo 80% (oitenta por cento) de exportação da sua produção total, e cujo faturamento anual seja de no máximo 70% (setenta por cento) do seu ativo permanente. Garante-se, com isso, que o benefício seja direcionado efetivamente a indústrias exportadoras, permitindo-lhes financiar-se a um custo menor, mais próximo daqueles suportados por seus concorrentes estrangeiros. A emenda traz outras salvaguardas para que o referido objetivo seja alcançado com o menor custo possível. Em primeiro lugar, limita-se o montante da subvenção: quando se tratar de empréstimo internacional, o limite será a diferença entre os juros pagos e a taxa LIBOR; quando nacional, a diferença entre a taxa de juros e a TJLP. Além disso, eventuais receitas financeiras obtidas com aplicação de sobras de caixa serão deduzidas da subvenção.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Por outro lado, a subvenção não será considerada rendimento tributável para fins de imposto de renda, nem integrará a base de cálculo da CSLL. Se não fosse assim, o benefício terminaria por ser devolvido em parte para a própria Tesouro Nacional, responsável pelo benefício, reduzindo-se seu alcance.

Por fim, há um limite global para o benefício de R\$ 400.000.000,00 para 2015, suficiente para alcançar os resultados esperados, mas que não coloca em risco a responsabilidade fiscal. Inclusive, sempre atento a seguir as normas legais, ressalto que o recurso orçamentário para a presente medida se encontra no Orçamento da União, na funcional 28.846.0909.0008.0001, ação **AUXÍLIO À CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO** (LEIS N°S 10.438, DE 26/04/2002, E 12.783, DE 11/01/2013) – NACIONAL.

Assim, a modificação proposta é relevante e oportuna tanto por dinamizar a combatida indústria brasileira, quanto por promover uma melhoria das contas externas do país.

Sala da Comissão,

Senador ROMERO JUCÁ



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 ETIQUETA
MPV 675
00128

Data	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA nº 675/2015
Autor DEP. JOÃO CARLOS BACELAR PR/BA	nº da propositura
1. () Supressiva 2. () Substitutiva 3. () Modificativa 4. () Aditiva 5. () Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea

EMENDA

Acrescente-se, onde couber, o dispositivo abaixo ao texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº. 675, de 22 de maio de 2015, com a seguinte redação:

***Art. X.** Fica introduzido o § 24, ao art. 8º da Lei nº. 10.865, de 30 de abril de 2004, com a seguinte redação:

Art. 8º.

{...}

§ 24. Na hipótese do inciso I do caput do art. 3º, as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0, recolherão o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação, respectivamente, sob as alíquotas de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento)."

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos da justificativa da MPV 668/2015, foram aumentadas as alíquotas das contribuições do PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação do patamar total de 9,25% para 11,75%. A medida tem o objetivo de igualar a tributação da indústria nacional e das mercadorias importadas, equalizando a mesma carga tributária do PIS/Cofins do mercado interno e do PIS/Cofins incidente sobre a importação.

Apesar do aumento das alíquotas, o novo texto do art. 15 da Lei 10.865/2004, introduzido pela MPV 668/2015, assegura expressamente o crédito das contribuições incidentes sobre as importações aos contribuintes sujeitos ao regime da não-cumulatividade do PIS/Pasep e Cofins.

Ocorre que existem setores estratégicos para o desenvolvimento da economia que estão sujeitos obrigatoriamente ao regime da cumulatividade do PIS/Pasep e Cofins e não poderão descontar crédito sobre esse novo aumento, a exemplo das empresas de construção de obras de infraestrutura.

O aumento da carga tributária sobre o mencionado setor vai na contramão das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal de melhoria da qualidade da infraestrutura do país, em consonância com a diretriz precípua do Plano de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC.

Em última análise, o aumento da carga tributária sobre o setor de infraestrutura repercutirá em nova despesa pública do Governo, tendo em vista a necessidade de reajustar o equilíbrio das contas públicas em andamento.

Desse modo, a presente Emenda visa aperfeiçoar o texto da MPV 668, permitindo que as obras de infraestrutura continuem recolhendo as contribuições ao PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação sob a alíquota de 9,25%.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

 ETIQUETA
MPV 675
00129

Data	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA 675/2015			
Autor DEP. JOÃO CARLOS BACELAR PR/BA			nº da propositura	
1. () Supressiva 2. () Substitutiva 3. () Modificativa 4. () Aditiva 5. () Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

EMENDA

Acrescente-se, onde couber, o dispositivo abaixo ao texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº. 675, de 22 de maio de 2015, com a seguinte redação:

Art. X. Fica introduzido o § 24, ao art. 8º da Lei nº. 10.885, de 30 de abril de 2004, com a seguinte redação:

Art. 8º.

(...)

§ 24. Na hipótese do inciso I do caput do art. 3º, as empresas sujeitas ao regime cumulativo, recolherão o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação, respectivamente, sob as alíquotas de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento)."

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos da justificativa da MPV 668/2015, foram aumentadas as alíquotas das contribuições do PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação do patamar total de 9,25% para 11,75%.

A medida tem o objetivo de harmonizar o marco legal de regência das referidas contribuições sociais, após decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que entendeu inconstitucional parcela da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidente na importação de mercadorias.

Com o intuito de evitar-se que a importação de mercadorias passe a gozar de tributação mais favorecida do que aquele incidente sobre os produtos nacionais, foi realizado o referido aumento da carga tributária dos produtos importados, em defesa da indústria nacional, equalizando a distorção causada por decisão do STF.

Ocorre que o texto da MPV foi confeccionado apenas sob a perspectiva dos contribuintes sujeitos ao regime não cumulativo das contribuições ao PIS/Pasep e Cofins, sem levar em consideração a peculiaridade do regime jurídico dos contribuintes sujeitos ao regime cumulativo. Estes últimos, em sua maioria, são pequenas e médias empresas adeptas do regime de lucro

presumido do IRPJ e CSLL e que obrigatoriamente apuram o PIS/Pasep e Cofins sob o regime cumulativo.

O aumento do PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação de forma indiscriminada sobre os contribuintes do regime de cumulatividade causará distorções concorrenciais no mercado interno brasileiro.

Por exemplo, as indústrias brasileiras sujeitas ao regime cumulativo que comprem matéria-prima no exterior serão ainda mais oneradas pela MPV 668 em 2,5% do preço dos seus insumos, visto que o PIS/Cofins-Importação representa um custo não recuperável.

Por outro lado, segundo o novo art. 15 da Lei 10.865/2004, com redação da MPV 668/2015, as indústrias brasileiras sujeitas ao regime não-cumulativo que comprem matéria-prima importada com a tributação da MPV 668, poderão recuperar esse aumento de carga tributária nas contribuições sociais recolhidas sobre as suas vendas no mercado interno, dentro do regime não-cumulativo, sem qualquer impacto em seu custo.

Ademais, existem setores estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira que estão sujeitos obrigatoriamente ao regime da cumulatividade do PIS/Pasep e Cofins e não poderão descontar crédito sobre esse novo aumento do PIS/Pasep Importação, a exemplo das empresas de construção de obras de infraestrutura.

O aumento da carga tributária sobre a infraestrutura inibirá a competitividade de novos projetos no Brasil, ocasionará a repactuação de contratos públicos em razão do desequilíbrio econômico instaurado, além de contrariar as políticas públicas implementadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC.

Desse modo, a presente Emenda visa corrigir uma distorção ao marco legal introduzido pela MPV 668, com o intuito apenas de aperfeiçoar o sistema das multicitadas contribuições sociais, excepcionando das novas alíquotas os contribuintes sujeitos ao regime cumulativo.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00130 ETIQUETA

DATA
27/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 ()
SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Modifique-se o inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art.3º

I - 27,5% (vinte e sete e meio por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em 29/04/15, decidiu pela terceira vez consecutiva, somente esse ano, aumentar os juros básicos da economia em 0,50 ponto percentual, o que representa um aumento de 1% apenas em 2015. Esses aumentos contribuem para a configuração de um cenário nada auspicioso de crescimento e distribuição de renda no País. Por outro lado, as seis maiores instituições financeiras obtiveram lucro líquido superior a R\$ 28,4 bilhões, dados de junho de 2014, que

representam crescimento de 14,3 na comparação com o primeiro semestre de 2013. No primeiro trimestre desse ano, os bancos privados surpreenderam com lucros crescentes e expansão de negócios. O Itaú lucrou R\$5,733 bilhões no trimestre, 6,8% mais do que no mesmo período de 2014. O Banco do Brasil, maior banco do país em ativos, anunciou recentemente que teve lucro líquido de R\$ 5,81 bilhões no primeiro trimestre, alta de 117,3% ante igual período de 2014.

Segundo um levantamento feito pela consultoria Economatica para a BBC Brasil, apesar da desaceleração econômica, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de capital aberto no Brasil foi de 18,23% em 2014 - mais que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,68%).

Tudo isso demonstra robusta capacidade contributiva das instituições financeiras que em muito poderá colaborar para a ampliação e melhoria de serviços essenciais à sociedade brasileira, vez que representa um reforço considerável ao caixa da seguridade social. Isto porque, conforme a alínea "c" inciso I artigo 195 da Constituição Federal, a seguridade social será financiada, especialmente, com contribuições sociais. Assim, o aumento da alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL para 27,5% (vinte e sete e meio por cento) terá expressivo impacto positivo sobre o sistema único de saúde - SUS.

O aumento da alíquota da CSLL, para 27,5%, das instituições financeiras, está de acordo com o princípio da progressividade tributária e da isonomia, inscrito na Constituição Federal, no Parágrafo 1º, do Art. 145, o qual preceitua que os impostos serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. Capacidade esta já demonstrada por meio da robustez e crescimento do lucro dos bancos.

ASSINATURA

Brasília, 27 de maio de 2015.



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

~~PROPOSTA~~DATA
27/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015.

AUTOR
DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - PDT

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 ()
SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se, onde couber no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, o seguinte dispositivo:

Suprima-se o artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda se baseia na necessidade de asseverar caráter progressivo ao imposto de renda no Brasil. Assim, pretende-se suprimir a isenção do imposto de renda retido na fonte sobre remessa de lucros e dividendos para o exterior, o que vem prejudicando os números do Balança de Pagamentos ao provocar expressivo volume de remessas ao exterior. Para elucidar, informamos que, em 2014, o déficit em transações correntes atingiu 4,2% do PIB, segundo dados do Banco Central do Brasil, o que representa um crescimento de mais de 100% quando comparado com o ano de 2011, quando o déficit representou 2,1% do PIB.

Para melhor exemplificar, relatório do Banco Central do Brasil divulgado em 26/05/15 com o resultado do balanço de pagamentos relativos a abril de 2015, aponta que as transações correntes apresentam déficit de US\$6,9 bilhões, acumulando, nos últimos doze meses, salto negativo de US\$100,2 bilhões, equivalente a 4,53% do PIB.

ASSINATURA

Brasília, 27 de maio de 2015.

MPV 675
00132

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 27/05/2015	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675/2015			
AUTOR DEPUTADO JORGINHO MELLO				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p align="center">TEXTO</p> <p>Inclua-se, onde couber, no texto da Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:</p> <p>Art. O §3º do art. 60 da Lei nº 8.113, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 60.</p> <p>§3º Durante os primeiros trinta dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença ou de acidente de trabalho ou de qualquer natureza, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral, ressalvadas as empresas classificadas como micro e pequenas empresas, que permanecerão responsáveis apenas pelos primeiros vinte dias." (NR)</p> <p>.....</p> <p align="center">Sala das Sessões, de maio de 2015.</p> <p align="center">JUSTIFICATIVA</p> <p>A ampliação para todos as empresas, independentemente do seu porte, a responsabilidade pelo pagamento dos primeiros trinta dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho, gera uma elevação de custos generalizada, prejudicando ainda mais as micro e pequenas empresas, segmento que já é extremamente sacrificado na cobrança de tributos e pelos obstáculos que enfrenta para a sua própria sobrevivência. Diante disso, e como forma de preservar a sobrevivência desse mesmo segmento de micros e pequenas comerciantes propomos a presente emenda. Diante da necessidade de sacrifício de todos, ao invés de propormos a manutenção do prazo anterior, que era de quinze dias, apresentamos a proposta para ressalvar o segmento.</p> <p align="center">ASSINATURA</p> <p align="center">_____</p>				

af6d778d-5d37-3086-82f9-cdab3cac665

MPV 675
00133



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

EMENDA Nº

DATA
__/__/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015.

TIPO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☐ MODIFICATIVA 5 ☐ ADITIVA

AUTOR DEPUTADO JORGENHO MELLO	PARTIDO PR	UF SC	PÁGINA 01/02
<p>Acrescenta-se ao texto da Medida Provisória 675/15, onde couber, o seguinte artigo:</p> <p>Art. xxx. Fica reduzido o percentual de crédito presumido do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os estabelecimentos industriais envasadores das bebidas classificadas no código 2202, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), na seguinte forma:</p> <p>I – 10% para o ano de 2016; II – 5% para o ano de 2017; III – 0% para o ano de 2018.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>As grandes corporações do setor de refrigerantes aproveitam o crédito de IPI, sobre as matérias-primas adquiridas com isenção, trata-se de uma "estratégia" de produção e comercialização do insumo concentrado proveniente da Zona Franca de Manaus (ZFM).</p> <p>Ao produzirem o concentrado na ZFM e, posteriormente, repassarem o insumo para as engarrafadoras situadas por todo o território nacional, as grandes corporações minimizam os impactos da carga tributária sob suas atividades, obviamente, à custa da sociedade.</p> <p>É certo que, quanto maior o preço pago pelo concentrado, maior é a quantidade de créditos a disposição, estes capazes de compensar os débitos gerados na produção e comercialização dos refrigerantes.</p> <p>Cumprir destacar que tanto a fábrica produtora do concentrado, como as engarrafadoras espalhadas pelo país, fazem parte de uma mesma corporação, de um complexo sistema produtivo cuja intenção é apenas de minimizar a carga tributária. Assim, a prática de superfaturar o concentrado não gera custos adicionais a empresa que o adquire, tendo em vista a simples possibilidade de ser compensada, isto é, o preço adicional pago pelo concentrado retorna a empresa adquirente, através de várias formas como, por exemplo, incentivo de vendas.</p> <p>Assim, no curto prazo, o próprio Estado (e, conseqüentemente, a sociedade) é o mais prejudicado devido a renúncia fiscal ocasionada pela engenharia tributária das grandes corporações.</p>			

No médio e longo prazo, por sua vez, quem perde são os concorrentes (as pequenas empresas regionais) e os consumidores, que possuem poucas opções de sabores de refrigerantes à disposição e, inevitavelmente, a preços fixados em patamares "monopólicos".

De fato, os ganhos tributários das grandes corporações provenientes da engenharia tributária via de Manaus extrapola o nível contábil, alcançando a esfera mercadológica, pois a carga de impostos que compõe os preços dos refrigerantes nacionais serão inferiores a carga imposta aos refrigerantes regionais.

Importante ressaltar que a demanda por refrigerantes é fortemente elástica, isto é, há sensibilidade a variações dos preços. Assim, qualquer ganho apropriado capaz de minimizar os efeitos da elevada carga tributária, gera, inevitavelmente, vantagem competitiva. Ademais, os ganhos provenientes da engenharia tributária de Manaus eleva a capacidade de efetivação de investimentos, sobretudo os destinados ao marketing, fator este essencial para a competitividade na indústria de refrigerantes.

Portanto, esta emenda visa apenas buscar o equilíbrio da carga tributária incidente sobre as grandes corporações do setor de refrigerantes face às empresas regionais, haja vista que estas não estão inseridas na engenharia tributária, justamente por serem pequenas empresas.

Por essas razões apresento a emenda.

DATA

ASSINATURA

MPV 675
00134



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

EMENDA Nº

DATA
__/__/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE
2015

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO JORGINHO MELLO	PR	SC	01/01
<p>Acrescente-se ao texto da Medida Provisória 675, onde couber, o seguinte artigo:</p> <p><i>XX – Art. xxx. Fica vedada a utilização do benefício de redução de 75% do Imposto de Renda, as empresas que produzem produtos classificados na posição 2106.90.10 da tabela TIPI.</i></p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>No Brasil, as empresas de bebidas são altamente incentivadas em seus estados de origem. Além dos incentivos estaduais, existem benefícios concedidos àquelas empresas que produzem refrigerantes, tais como: IR, IPI e ICMS. Em razão destes benefícios, as grandes empresas multinacionais se utilizam de planejamentos tributários com o intuito de uma elisão fiscal.</p> <p>Um exemplo disto é a redução de 75% na base de cálculo do IR. Assim, as grandes empresas multinacionais acabam fazendo uma transferência de seu lucro para as suas subsidiárias sediadas no estado do Amazonas, fazendo com que recolham menos impostos aos cofres públicos. Somente nos anos de 2011 a 2013, estima-se que, a Recofarma, Arosuco e PepsiCo juntas, deixaram de recolher aos erários públicos cerca de R\$ 2,4 bilhões de IR.</p> <p>Os estados brasileiros são os que mais perdem diante deste cenário. Do total da renúncia fiscal (1,1 bilhão), 44,4% deveriam ser destinados aos Estados brasileiros via Fundos constitucionais – FPE.</p> <p>Os Municípios, por sua vez, deixaram de receber sob FPM mais de R\$ 304 milhões, 12,7% do total da renúncia fiscal oriunda da produção e</p>			

comercialização do concentrado na ZFM pelas grandes corporações.

Um país como o Brasil, dotado de problemas sociais, de infraestrutura e nos setores básicos como saúde, educação e habitação, não pode “abrir mão” de valores dessa magnitude em prol de incentivar grandes empresas que não necessitam de nenhum tipo de benefício para concorrer no mercado, prejudicando, assim, pequenas empresas espalhadas por todo o território nacional.

Nota-se que a União não pode abrir mão desta arrecadação em prejuízo da sociedade.

Por essas razões apresento a emenda.

DATA

ASSINATURA

**MPV 675
00136**

CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. [...] - O artigo 58 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943(Consolidação das Leis do Trabalho), passa a vigorar com a inclusão do seguinte parágrafo 4º:

Art. 58.....

§ 4º Ao transporte do trabalhador rural, quando gratuito e fornecido pelo empregador, não se aplica a exceção trazida pela segunda parte do § 2º, não sendo computado na jornada de trabalho o tempo despendido no deslocamento até o local de trabalho e para o seu retorno, ainda que se trate de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, atendida a legislação aplicável aos trabalhadores rurais e ao transporte de trabalhadores.

....." (NR).

JUSTIFICATIVA

A alteração da legislação trabalhista rural se faz necessária em face à adequação às suas peculiaridades. A Constituição Federal estendeu todos os direitos trabalhistas urbanos ao trabalhador rural. Apesar da excelente intenção do constituinte originário, o trabalho no campo possui peculiaridades em relação ao trabalho urbano. Assim, é necessário um tratamento diferenciado, tendo em vista a melhor aplicação dos direitos dos trabalhadores rurais às especialidades do seu local de trabalho.

No que tange às horas *in itinere* – que é o tempo gasto da residência do trabalhador ao local de trabalho, elas são previstas no § 2º do art. 58 da CLT, e tem como regra o não cômputo das horas de deslocamento na jornada de trabalho. A exceção é a parte final do § 2º, que alude que quando o local for de difícil acesso ou não servido por transporte público, e o empregador fornecer o transporte, as horas *in itinere* serão computadas na jornada de trabalho.

Assim, entendemos que o fornecimento de transporte é um serviço público, portanto de responsabilidade do Estado. À luz do art. 175 da Constituição Federal de 1988, é obrigação do Poder Público a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. Via de regra, a delegação de serviços públicos acontece quando há interesse, tanto do Poder Público em desonerar-se do serviço, quanto do particular em explorar economicamente o serviço posto à disposição.

A inexistência do interesse do particular não exime o Poder Público de prestar o serviço à população. Pelo contrário, ele o deverá prestar de forma direta. Diante disso, não incumbe ao empregador fornecer transporte aos empregados diante da omissão e da negligência do Poder Público em oferecer serviços essenciais de sua competência.

Portanto, quando um empregador assume essa atitude louvável de oferecer transporte aos seus empregados, ele estará propiciando uma melhor comodidade e rapidez no trajeto até o serviço, além de diminuir o desgaste físico dos mesmos, respeitando, assim, o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constante no artigo 1º, III, da Constituição Federal.

Em razão disso, devemos modificar o entendimento da legislação em vigor, a qual prevê a punição do empresário que fornece condução aos seus empregados.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado Federal **LAÉRCIO OLIVEIRA**
Solidariedade/SE

MPV 675
00136

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001

EMENDA ADITIVA Nº

Dê-se ao art. 1º da Mpv nº 675, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I – 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente às ações e serviços públicos de saúde” e

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O produto integral da arrecadação da CSLL deveria ser destinado para o financiamento das ações e serviços públicos da seguridade social. Foi com este argumento que a sociedade brasileira aceitou ainda mais um tributo para se somar à enorme quantidade de rubricas que integram a carga tributária em nosso País.

2

Não obstante, temos percebido que a CSLL (como, de resto, quase todas as outras contribuições sociais) vem sendo destinada para o cumprimento de metas fiscais que nada têm a ver com a seguridade social. Além disso, por intermédio dessas contribuições, o governo tem evitado partilhar com os demais entes da Federação os sucessivos recordes de arrecadação tributária.

Nada mais justo, portanto, que o adicional de arrecadação que se pretende obter com a majoração de alíquota objeto da presente Medida Provisória seja integralmente destinado às ações e serviços públicos de saúde, uma área do orçamento da seguridade social que é tão prioritária como carente de recursos.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada Conceição Sampaio

**MPV 675
00137**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se, integralmente, o texto do art. 1º da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, pelo seguinte:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º

I - 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 675, de 2015, eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras que especifica, de 15% para 20%, para aumentar a arrecadação de tributos federais, num contexto de ajuste fiscal.

2

No entanto, desde a conversão da Medida Provisória nº 413, de 2008, na Lei nº 11.727, de 2008, remonta injustiça, que visamos corrigir com a apresentação desta Emenda.

Originalmente a Medida Provisória nº 413, de 2008, fixou alíquotas distintas para as pessoas jurídicas de seguros privados, as de capitalização, as instituições financeiras em geral e para as demais pessoas jurídicas, consoante o disposto no § 9º do art. 195 da Constituição Federal, segundo o qual a contribuição social sobre o lucro pode ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica exercida pela pessoa jurídica. As pessoas jurídicas de seguros privados, as de capitalização e as instituições financeiras sofreram um aumento na alíquota da CSLL para 15%, enquanto as demais pessoas jurídicas passaram a pagar uma alíquota de 9%.

Na deliberação da matéria no Congresso Nacional, foram excluídas da incidência dessa nova alíquota majorada as administradoras de mercado de balcão organizado, as bolsas de valores e de mercadorias e futuros, e as entidades de liquidação e compensação, sob o argumento de que não se tratam propriamente de instituições financeiras e de que têm papel estratégico na captação de recursos para financiamento de empresas produtivas.

Assim, esta Emenda busca excluir deste novo aumento de tributo as cooperativas de crédito e as associações de poupança e empréstimo, conferindo-lhes o mesmo tratamento tributário das pessoas jurídicas em geral.

A iniciativa se justifica na medida em que as cooperativas de crédito e as associações de poupança e empréstimo não objetivam o lucro com as operações financeiras, e sim cumprem funções sociais, além de financiarem pequenos negócios nos mais diversos ramos da atividade produtiva, pelo que contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada CONCEIÇÃO SAMPAIO

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 675
00138****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015.**
(Do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 7.688, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos índices I e VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015:

"Art. Fica extinta a cobrança de foro, taxa de ocupação e laudêmio sobre terrenos de marinha."

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Aditiva busca a extinção da cobrança de foro, taxa de ocupação e laudêmio sobre terrenos de marinha. A emenda baseia-se no Projeto de Lei nº 951/2015, de autoria do Dep. Fábio Mitidieri (PSD/SE), em tramitação na Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em sua embasada Justificativa, o Deputado Fábio Mitidieri apresenta a seguinte argumentação:

“Por força de uma legislação espantosamente antiga, datada do Segundo Império (Decreto nº 4.105, de 31 de dezembro de 1868), os titulares do domínio útil dos chamados “terrenos de marinha” (os que banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis vão até a distância de 15 braças craveiras (33 metros) para a parte de terra, contadas desde o ponto a que chega o preamar médio”, segundo o § 1º do art. 1º daquele diploma) são obrigados a verter anualmente aos cofres públicos duas estranhas quantias, identificadas como “foro” e “taxa de ocupação”, além de se sujeitarem ao pagamento de outro montante igualmente exótico, o “laudêmio”, quando transferem o domínio útil de que são titulares.

Trata-se de uma cobrança que fazia sentido quando instituída, mas que hoje se revela extemporânea. (...)”

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação da emenda aditiva.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2015.

Deputado Jorge Côrte Real
PTB/PE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 675
00139**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015.
(Do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 7.668, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015:

*Art. O art. 189 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

*Art. 189.....

Parágrafo único. A existência de fontes naturais de calor não caracteriza, por si só, como insalubre a atividade ou a operação." (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A assunção da insalubridade apenas pela exposição ao sol inviabilizaria em significativa parte do país o trabalho em quase a totalidade do dia. Não há controle possível das intempéries, da mesma forma que não se pode moderar a incidência da luz solar, especialmente por se tratar de um país com a predominância de climas quentes e de alto índice de insolação, como o tropical e o equatorial.

Não obstante a impossibilidade de medição do grau de exposição ao fator de risco durante a jornada de trabalho, não se pode também desconsiderar que não é apenas durante o período laboral que o obreiro é exposto à luz do sol.

Portanto, a imposição do adicional de insalubridade em condições em que é inviável a atuação do empregador na real eliminação dos fatores de risco - sujeitos a variações geográficas e sazonais e que atuam fora do ambiente de trabalho - além de ser fonte de inegável insegurança jurídica, desestimula a atividade produtiva em setores fundamentais para a economia do país, notadamente o trabalho na lavoura e a construção civil.

Nesse sentido é que a presente emenda vem assegurar que a exposição ao sol, por si só, não seja suficiente para caracterizar a insalubridade. Ela permite que, nos casos concretos, sejam considerados elementos específicos como: eventuais jornadas exaustivas em regiões com maior incidência solar, exposição a produtos químicos e o tempo de exposição ao sol, em horários indevidos, fora do ambiente de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação da emenda aditiva.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2015.

Deputado Jorge Côrte Real
PTB/PE



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00140

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26.05.2015	Proposição Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015
--------------------	---

autor Deputado Izalci	nº do prontuário
--------------------------	------------------

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 Modificativa	4 AditivaX	5 Substitutivo global
--------------	----------------	----------------	------------	-----------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte dispositivo:

“O art. 28, § 9º, alínea e, alínea t, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“t) o valor relativo a plano educacional, ou bolsa de estudo, que vise à educação básica e superior, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde não seja utilizado em substituição de parcela salarial e que previsto em sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho e que todos os empregados ou dependentes e dirigentes tenham acesso ao mesmo;”.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda a Medida Provisória nº 675/2015 encontra seu fundamento no art. 205 da Constituição Federal, pois objetiva desonerar da incidência do imposto sobre a renda do empregado; e sobre a contribuição à seguridade social, tanto do empregador quanto do empregado; a concessão de bolsa de estudos tanto para o trabalhador quanto para seu dependente legal.

É estreme de dúvida o propósito da nação brasileira em facilitar, o tanto quanto possível o acesso à educação da classe trabalhadora, vinculada ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como seus dependentes legais.

Na seara trabalhista esta situação já foi reconhecida por esta Casa de Leis quando aprovou a alteração da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a não se considerar salário: a educação, em estabelecimento de ensino

próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

Resta ainda a mácula e a injustiça de se onerar a educação mediante a exação do imposto de renda em desfavor do trabalhador que recebe bolsa de estudos, para si ou para seu dependente, estabelecida em sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho, considerando tal valor como renda tributável; da mesma forma em se onerar, neste caso, o empregador e o empregado, com o dever de contribuir para a seguridade social, quando a bolsa de estudos refere-se à educação superior ou é concedida aos dependentes dos trabalhadores.

Há que se considerar o fato de que a concessão de bolsas de estudos para empregados ou seus dependentes, tanto no que se refere ao ensino básico quanto ao ensino superior é prática corrente em inúmeras sentenças normativas, acordos ou convenções coletivas de trabalho.

A Receita Federal do Brasil à vista de tais acordos e convenções coletivas, as tem ignorado e autuado, sistematicamente, as partes, delas exigindo o pagamento tanto do imposto sobre a renda quanto da contribuição à seguridade social dos valores das bolsas de estudo, quantificando-as de acordo com as anuidades da instituição de ensino onde as bolsas são usufruídas.

Por esta razão entendemos ser importante que a inclusão deste dispositivo na MP nº 675/2015, por meio da presente emenda, convictos de que estaremos aprimorando a Medida Provisória em prol da educação no Brasil.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00141

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26.05.2015	Proposição Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015
--------------------	---

autor Deputado Izalci	nº do prontuário
--------------------------	------------------

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 Modificativa	4 AditivaX	5 Substitutivo global
--------------	----------------	----------------	------------	-----------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte dispositivo:

Os art. 7º a 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, à alíquota de dois por cento, as empresas que prestam serviços referidos nos §§4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008, e as empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclassse 5510-8/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), bem como as empresas prestadoras de serviços educacionais.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda a Medida Provisória nº 675/2015 encontra seu fundamento no art. 205 da Constituição Federal, que dispõem que a Educação é direito de todos e dever do Estado, portanto, é dever do Poder Público oferecer educação de qualidade à população.

A presente emenda aditiva objetiva desonerar da previdência as empresas prestadoras de serviços educacionais.

Com a redução dos encargos previdenciários, as empresas prestadoras de serviços educacionais cada vez mais poderão prestar ao Brasil serviços de qualidade que repercutirão nas gerações futuras.

A inclusão deste dispositivo na MP nº 675/2015 representa um

significativo avanço legislativo, porque faz justiça social.

Por esta razão entendemos ser importante a aprovação da presente emenda, convictos de que estaremos dando às novas gerações, melhores oportunidades, por meio da educação.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00142

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 27.05.2015	Proposição Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015
--------------------	---

autor Deputado Izalci	nº do prontuário
--------------------------	------------------

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 Modificativa	4 AditivaX	5 Substitutivo global
--------------	----------------	----------------	------------	-----------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte dispositivo:

"Acrescenta o art. 26-A a Lei nº 9250/1995, com a seguinte redação: "

"Não integram a remuneração do empregado e nem constituem base de cálculo para incidência de impostos ou contribuições os valores aplicados pelo empregador na educação, ensino e formação profissional de seus funcionários e dependentes."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 6º da Carta da República estabelece como direitos sociais entre outros a educação. Na mesma linha o art. 205 da Constituição Federal dispõe que a Educação é direito de todos e dever do Estado, portanto, é dever do Poder Público oferecer educação de qualidade à população.

A cada dia as empresas vêem a necessidade de capacitar e reciclar seus funcionários, pois em um mercado competitivo e global como o que vivemos o investimento em educação é crescente, vez que as empresas além do lucro buscam o desenvolvimento social.

Há um clamor entre empregados e empregadores, que inclusive pactuam nas convenções coletivas do trabalho a concessão de bolsas de estudo aos empregados e seus dependentes, pelo empregador sem que esta despesa integre a remuneração do trabalhador e consequentemente onere a folha das empresas, aumentando impostos e contribuições sociais.

A inclusão deste artigo na Medida Provisória 675/2015 representa um significativo avanço legislativo, porque faz justiça social, já que em muitas convenções coletivas já se pactua o oferecimento de bolsas de estudo aos

empregados e aos seus familiares, permitindo assim, que as empresas tornem-se parceiras do Estado no oferecimento da educação de qualidade.

Por esta razão entendemos ser importante a alteração do diploma citado, por meio da presente emenda, convictos de que estará se inaugurando uma nova era de parcerias em prol da educação no Brasil.

PARLAMENTAR



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Donizeti Nogueira

MPV 675
00143

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Inclui-se os seguintes artigos à Medida Provisória nº 675, de 22 de maio de 2015:

Art. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§1º O imposto de renda anual devido incidente sobre os rendimentos de que trata o caput deste artigo será calculado de acordo com tabela progressiva anual correspondente à soma das tabelas progressivas mensais vigentes nos meses de cada ano-calendário.

§2º A parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ficará sujeita à incidência de uma das seguintes alíquotas adicionais de imposto de renda:

I – Acima R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), alíquota adicional de 7,5% (sete e meio por cento);

II – Acima de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), alíquota adicional de 12,5% (doze e meio por cento), ou;

III – Acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), alíquota adicional de 17,5% (dezessete e meio por cento).

..... (NR)”

Art. Dê-se ao art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o seguinte redação:

“Art. 3º



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Donizeti Nogueira

§1º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento, ressalvado o disposto no §2º.

§2º As pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, cuja parcela do lucro real, presumido ou arbitrado exceder o valor resultante da multiplicação das parcelas da base de cálculo abaixo discriminadas, pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeitam-se à incidência de uma das seguintes alíquotas adicionais de imposto de renda:

I – Acima R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), alíquota adicional de 10% (dez por cento);

II – Acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), alíquota adicional de 12,5% (doze e meio por cento), ou;

III - Acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), alíquota adicional de 15% (quinze por cento);

§3º O disposto nos §§1º e 2º aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação.

§4º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore atividade rural de que trata a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990.

§5º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

(NR)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Donizeti Nogueira

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca elevar a tributação do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas que possuem altos rendimentos.

É notório que o Brasil tributa a renda de forma a aliviar os grandes salários e impondo uma carga maior a contracheques mais baixo. De acordo com estudo a rede UHY, associação internacional de consultorias, o Brasil tem uma carga tributária considerada leve para as classes mais altas. O estudo classifica a taxação dos ricos no Brasil de "relativamente leve".

Em 2011, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisava só a taxação por faixa de renda no Brasil, já havia apontado alívio fiscal para salário gordo. "O sistema tributário brasileiro exerce peso excessivo sobre as camadas pobres e intermediárias de renda, o que se deve, especialmente, aos impostos sobre o consumo", dizia o pesquisador Fernando Gaiger Silveira, autor do estudo.

No mesmo sentido busca-se elevar a tributação de instituições financeiras, mas dar maior isonomia, tributando de forma mais contundente aquelas pessoas jurídicas que historicamente possuem altos lucros. Tal medida vai ao encontro dos objetivos da Medida Provisória nº 675/2015, que, em sua exposição de motivos, destaca a "necessidade de adequar a tributação incidente sobre o setor financeiro, tornando-a compatível com sua capacidade contributiva."

Sala da Comissão,

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

MPV 675
00144

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 28/05/2015	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015				
AUTOR Deputado Professor Victório Galli				Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	
<p>Modifique-se o inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.889, de 15 de dezembro de 1988, que passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º I-27,0% (vinte e sete por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e” (NR)</p> <p style="text-align: center;">Justificação</p> <p>Segundo um levantamento feito pela consultoria Economática para a BBC Brasil, apesar da desaceleração econômica, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de capital aberto no Brasil foi de 18,23% em 2014 – mais que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,88%).</p> <p>A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em 29/04/15, decidiu pela terceira vez consecutiva, somente esse ano, aumentar os juros básicos da economia em 0,50 pontos percentual, o que representa um aumento de 1% apenas em 2015. Esses aumentos contribuem para a configuração de um cenário nada auspicioso de crescimento e distribuição de renda no País. Por outro lado, as seis menores instituições financeiras obtiveram lucro líquido superior a R\$ 28,4 bilhões, dados de junho 2014, que representam crescimento de 14,3 na comparação com o primeiro semestre de 2013. No primeiro trimestre desse ano, os bancos</p>					

privados surpreenderam com lucros crescentes e expansão de negócios. O Itaú lucrou R\$ 5,733 bilhões no trimestre, 8,8% mais do que no mesmo período de 2014. O Banco do Brasil, maior banco do PIS em ativos, anunciou recentemente que teve lucro líquido de R\$ 5,81 bilhões no primeiro trimestre, alta de 117,3% ante igual período de 2014.

Tudo isso demonstra robusta capacidade contributiva das instituições financeiras que em muito poderá colaborar para a ampliação e melhoria de serviços essenciais à sociedade brasileira, vez que representa um reforço considerável ao caixa da seguridade social. Isto porque, conforme a alínea "c" inciso I artigo 195 da Constituição Federal, a seguridade social será financiada, especialmente, com contribuições sociais. Assim, o aumento da alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL para 27,0% (vinte e sete por cento) terá expressivo impacto sobre o sistema único de saúde - SUS.

O aumento da alíquota da CSLL, para 27,0%, das instituições financeiras, está de acordo com o princípio da progressividade tributária e da isonomia, inscrito na Constituição Federal, no Parágrafo 1º, do Art. 145, o qual preceitua que os impostos serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. Capacidade esta já demonstrada por meio da robustez e crescimento do lucro dos bancos.

ASSINATURA

**MPV 675
00145**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se à Mpv nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

"Art. 2º Dos recursos arrecadados em decorrência da ampliação de alíquota de que trata o artigo anterior, 15% (quinze por cento) serão destinados aos Fundos Municipais de Saúde, para distribuição de acordo com os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios"

Sala da Comissão, em 28 de Maio de 2015.

Deputado HILDO ROCHA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00146 ETIQUETA

DATA
26/02/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, de 2015

AUTOR

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JÚNIOR – PSDB/RS

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescente-se o inciso II ao art. 3º da Lei nº 7689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 675, de 2015, alterando-se e renumerando-se os demais:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.

I – 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I, IV a VII, IX e X do §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II – 15% (quinze por cento), no caso das pessoas jurídicas referidas nos incisos II e III do §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III – 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.

” (NR)

Art. Esta Medida Provisória entra em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As instituições financeiras estão definidas, de forma ampla e generalizada, no artigo 17 da Lei nº 4.595/1964. Entretanto, grandes diferenças existem entre as atividades por estas exercidas, uma vez que os bancos atuam no mercado financeiro, enquanto as corretoras/distribuidoras de títulos e valores mobiliários atuam no mercado de capitais.

Enganam-se os que colocam as corretoras/distribuidoras de títulos e valores mobiliários no mesmo patamar dos Bancos, em termos de porte e resultado, entre outras

características.

Melhor definição para corretoras/distribuidoras de títulos e valores mobiliários encontra-se na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 1.655, de 1989, que dispõe que:

"as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Dentre seus objetivos estão: operar em bolsas de valores, subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; emitir certificados de depósito de ações; intermediar operações de câmbio; praticar operações no mercado de câmbio; praticar determinadas operações de conta margem; realizar operações compromissadas; praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros; operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros."

Em síntese, suas principais atividades são a intermediação de títulos e valores mobiliários e execução de ordens de compra e venda de ativos para investidores, em geral, cobrando corretagens, taxas e comissões pelos serviços prestados.

Cumpra ressaltar que suas atividades não apresentam a natureza de negócios creditícios, mas que visam, basicamente, a canalizar recursos de investidores para as entidades e instituições emissoras – principalmente sociedades anônimas abertas –, através de capital de risco, mediante a emissão pública de valores mobiliários. (Eizirick, Gaal, Parente, & Henriques, 2011).

Já os bancos comerciais, de investimentos e múltiplos, além de atuarem também na intermediação de valores mobiliários, realizam diversas operações bancárias típicas como operações de crédito, de financiamento, de empréstimos, e possui uma variada gama de outros produtos e serviços, (que são expressamente vedados às corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários) em especial:

- Empréstimos (nos quais entram os empréstimos propriamente ditos – chamados tecnicamente de mútuos – para as mais diferentes atividades, começando pelos mútuos pessoais, passando pelo financiamento de veículos, "casa própria", negócios, indústrias, etc. e os empréstimos decorrentes das linhas de crédito automáticas, os conhecidos juros do cartão de crédito, do cheque especial etc.); e
- Serviços bancários (cartões de crédito e débito, cheques, TEDs, DOCs, transferências internacionais etc.).

Nessas atividades, exclusivamente bancárias, - que está a abissal diferença entre

esses tipos de instituições e que fazem o resultado dos bancos ser milhares de vezes maior que o das corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

Com efeito, a análise do balanço dos bancos deixa claro que seu lucro está baseado preponderantemente em "spread" bancário (diferença cobrada entre os juros recebidos e pagos) e ao valor dos serviços.

Em contrapartida, a atividade de serviços, prospecção de clientes, investidores, distribuição de produtos, que é a atividade das corretoras e distribuidoras, representa menos que 5% do seu resultado geral, como pode se depreender da tabela de Análise Setorial – Atual (em anexo).

São esses fatores que permitiram aos bancos um crescimento exponencial que possibilitasse uma rede de distribuição composta por milhares de agências. É o que, ainda hoje, alimenta seu crescimento e os torna cada vez mais distantes das corretoras e distribuidoras de títulos valores mobiliários. Não se sabe se e quando isso vai mudar - provavelmente nunca, tendo em vista que é tendência mundial. Por mais que as Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários evoluam, mesmo as melhores posicionadas em termos de resultado, não se aproximam do resultado dos bancos.

Mas não se está, aqui, a criticar a lucratividade dos bancos, tampouco refutar-se ao devido recolhimento da Contribuição pelas Corretoras/Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários.

Entretanto, em atenção ao consagrado Princípio da Isonomia, que preconiza o "tratamento igual aos iguais, e desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades", ratificado pela Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade (...)

E principalmente, instituindo limitações ao poder de tributar, conforme aduz o artigo 150, inciso II, também da Carta Magna:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

Jamais poderia ser dado o mesmo tratamento fiscal a ambas instituições (Bancos e Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários), tendo em vista serem entidades *sui generis* e realizarem atividades em parte distintas e lucratividade incomparáveis.

As Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários nunca alcançaram resultados que fossem compatíveis com a tributação que lhes foi imposta com a Lei 7.889 de 15 de dezembro de 1968 e, depois, com a Lei 7.856 de 24 de outubro de 1989 (que majorou a alíquota sobre lucro das instituições financeiras para 10%), e ainda com a Lei 11.727 de 23 de junho de 2008 (que novamente aumentou a alíquota para 15%), além das demais obrigações exigidas, que demandam controles adicionais, tais como:

- Adoção do regime do lucro real;
- Adoção da complexa relação de contas do COSIF (que sequer foi realizada para corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sendo necessária a busca por analogias interpretativas com as receitas e despesas do setor bancário);
- Obrigação de manter escrituração contábil incompatível com suas características e atividades, entre outras.

Merece destaque ainda, uma série de outros fatores que vêm minando a situação financeira das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, ao longo da última década, podendo citar como exemplos:

- Enrijecimento da regulação do mercado de capitais, com o natural aumento de gastos para a implementação de medidas de controle e supervisão;
- Crise de 2008, com a desvalorização geral das ações, desvalorização que se mantém, em grande parte, até hoje, fato agravado pelos acontecimentos com as empresas do grupo "X", Petrobrás e Vale, para citar apenas os mais emblemáticos;
- Taxa de juros reais da última década (na média, no percentual médio de 10% ao ano), que reduz o interesse por investimentos mais sofisticados, já que os mais básicos já oferecem uma robusta rentabilidade;
- Adesão ao REFIS da dívida do ganho de capital advindo das ações no processo de fusão da BM&F e Bovespa.

Resultados desse cenário são os raros os casos de Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários com lucros, já que os estes, quando alcançados, são muito baixos.

Essa situação, por óbvio, tem causado o encerramento de atividades de muitas instituições do Setor de Intermediação e a fusão de outras, com o objetivo de buscarem ganho de escala e se manterem no mercado.

Ao longo desse período, houve algumas tentativas das corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários para alterar o *status quo* – e deixarem claro que não poderiam estar no “mesmo barco” dos bancos – mas tais medidas não surtiram o desejado efeito.

Com o aumento recente da contribuição é, sem dúvida, necessário revisitar o assunto, sob pena de se praticamente declarar a extinção do setor de intermediação brasileiro.

Por todo exposto, apresenta-se a presente emenda à Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, com o objetivo de promover a manutenção da alíquota da contribuição social no patamar de 15% para as pessoas jurídicas referidas nos incisos II e III do § 1º do art. 1º da Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001.

Brasília, 28 de maio de 2015.

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JÚNIOR
PSDB/RS

¹ <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/sctvm.asp>



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00147

EMENDA Nº _____

DATA
28/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº675, DE 2015

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR:

DEPUTADO WELITON PRADO

PARTIDO
PTUF
MGPÁGINA
01/02

Acrescenta-se ao texto da Medida Provisória 675/15, onde couber, o seguinte artigo:

Art. xxx. Fica reduzido o percentual de crédito presumido do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os estabelecimentos industriais envasadores das bebidas classificadas no código 2202, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), na seguinte forma:

- I – 10% para o ano de 2016;
- II – 5% para o ano de 2017;
- III – 0% para o ano de 2018.

JUSTIFICATIVA

As grandes corporações do setor de refrigerantes aproveitam o crédito de IPI, sobre as matérias-primas adquiridas com isenção, trata-se de uma "estratégia" de produção e comercialização do insumo concentrado proveniente da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ao produzirem o concentrado na ZFM e, posteriormente, repassarem o insumo para as engarrafadoras situadas por todo o território nacional, as grandes corporações minimizam os impactos da carga tributária sob suas atividades, obviamente, à custa da sociedade.

É certo que, quanto maior o preço pago pelo concentrado, maior é a quantidade de créditos a disposição, estes capazes de compensar os débitos gerados na produção e comercialização dos refrigerantes.

Cumprir destacar que tanto a fábrica produtora do concentrado, como as engarrafadoras espalhadas pelo país, fazem parte de uma mesma corporação, de um complexo sistema produtivo cuja intenção é apenas de minimizar a carga tributária. Assim, a prática de superfaturar o concentrado não gera custos adicionais a empresa que o adquire, tendo em vista a simples possibilidade de ser compensada, isto é, o preço adicional pago pelo concentrado retorna a empresa adquirente, através de várias formas como, por exemplo, incentivo de vendas.

Assim, no curto prazo, o próprio Estado (e, consequentemente, a sociedade) é o mais prejudicado devido a renúncia fiscal ocasionada pela engenharia tributária das grandes corporações.

No médio e longo prazo, por sua vez, quem perde são os concorrentes (as pequenas empresas regionais) e os consumidores, que possuem poucas opções de sabores de refrigerantes à disposição e, inevitavelmente, a preços fixados em patamares "monopólicos".

De fato, os ganhos tributários das grandes corporações provenientes da engenharia tributária via de Manaus extrapola o nível contábil, alcançando a esfera mercadológica, pois a carga de impostos que compõe os preços dos refrigerantes nacionais serão inferiores a carga imposta aos refrigerantes regionais.

Importante ressaltar que a demanda por refrigerantes é fortemente elástica, isto é, há sensibilidade a variações dos preços. Assim, qualquer ganho apropriado capaz de minimizar os efeitos da elevada carga tributária, gera, inevitavelmente, vantagem competitiva. Ademais, os ganhos provenientes da engenharia tributária de Manaus eleva a capacidade de efetivação de investimentos, sobretudo os destinados ao marketing, fator este essencial para a competitividade na indústria de refrigerantes.

Portanto, esta emenda visa apenas buscar o equilíbrio da carga tributária incidente sobre as grandes corporações do setor de refrigerantes face às empresas regionais, haja vista que estas não estão inseridas na engenharia tributária, justamente por serem pequenas empresas.

Por essas razões apresento a emenda.

DATA

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00148

EMENDA Nº _____

DATA
28/05/2015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº675, DE 2015

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR:

DEPUTADO WELITON PRADO

PARTIDO

PT

UF

MG

PÁGINA

01/02

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória, onde couber, o seguinte artigo:

XX – Art. xxx. Fica vedada a utilização do benefício de redução de 75% do Imposto de Renda, as empresas que produzem produtos classificados na posição 2106.90.10 da tabela TIPI.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, as empresas de bebidas são altamente incentivadas em seus estados de origem. Além dos incentivos estaduais, existem benefícios concedidos àquelas empresas que produzem refrigerantes, tais como: IR, IPI e ICMS. Em razão destes benefícios, as grandes empresas multinacionais se utilizam de planejamentos tributários com o intuito de uma elisão fiscal.

Um exemplo disto é a redução de 75% na base de cálculo do IR. Assim, as grandes empresas multinacionais acabam fazendo uma transferência de seu lucro para as suas subsidiárias sediadas no estado do Amazonas, fazendo com que recolham menos impostos aos cofres públicos. Somente nos anos de 2011 a 2013, estima-se que, a Recofarma, Arosuco e PepsiCo juntas, deixaram de recolher aos erários públicos cerca de R\$ 2,4 bilhões de IR.

Os estados brasileiros são os que mais perdem diante deste cenário. Do total da renúncia fiscal (1,1 bilhão), 44,4% deveriam ser destinados aos Estados brasileiros via Fundos constitucionais – FPE.

Os Municípios, por sua vez, deixaram de receber sob FPM mais de R\$ 304 milhões, 12,7% do total da renúncia fiscal oriunda da produção e comercialização do concentrado na ZFM pelas grandes corporações.

Um país como o Brasil, dotado de problemas sociais, de infra-estrutura e nos setores básicos como saúde, educação e habitação, não pode “abrir mão” de valores dessa magnitude em prol de incentivar grandes empresas que não necessitam de nenhum tipo de

benefício para concorrer no mercado, prejudicando, assim, pequenas empresas espalhadas por todo o território nacional.

Nota-se que a União não pode abrir mão desta arrecadação em prejuízo da sociedade.

Por essas razões apresento a emenda.

DATA

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675

00149TA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

proposição

Medida Provisória n.º 675, de 21 de Maio de 2015

autor

Deputado Otavio Leite – PSDB/RJ

n.º do prontuário

316

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutiva global

Página

Artigo

Parágrafos

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art 3º da Lei nº 7.689, de 1988, alterado pela Medida Provisória 675, de 2015, passa a vigorar acrescido do seguintes Parágrafo único:

"Parágrafo único. No caso dos bancos e instituições financeiras similares, a alíquota da contribuição social sobre o lucro, fixada no Inciso I do caput, poderá ser reduzida pelo Poder Executivo em até 10 pp, em função do cumprimento, no período-base para cálculo da contribuição, de patamares mínimos de desembolsos em financiamentos para microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas no Simples Nacional, que caracterizem efetivo comprometimento da instituição financeira com o apoio ao mencionado segmento empresarial, conforme disposto em regulamento do Ministério da Fazenda e do Conselho Monetário Nacional, nas suas respectivas esferas de atuação".

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo estimular o apoio financeiro para as microempresas e empresas de pequeno porte, como meio de estimular a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos. Neste sentido, a Emenda permite que o Poder Executivo reduza em até 10 pp a alíquota da CSLL para aquelas instituições financeiras que comprovem determinados patamares de desembolso em financiamentos para o mencionado segmento empresarial, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho Monetário Nacional, nas suas respectivas esferas de atuação.

PARLAMENTAR

MPV 675
00150

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2014
autor	nº de protocolo
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Páginas 2	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se na Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2014, a redação dada pela Lei 13.127, de 26 de maio de 2015 ao parágrafo primeiro do artigo 34 da lei 9656/98 com a redação abaixo:

Art. 1º O redação dada pela Lei 13.127, de 26 de maio de 2015 ao art. 34 da [Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 34.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às entidades filantrópicas, às entidades de autogestão constituídas sob a forma de fundação, de sindicato ou de associação que, na data da publicação desta Lei, já exerciam outras atividades em conjunto com as relacionadas à assistência à saúde, nos termos dos pertinentes estatutos sociais.(NR)

§ 2º

§ 3º

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Diário Oficial da União publicou ontem a Lei 13.127 de 26 de maio de 2015, sancionada pela presidente da república. Esta lei representou uma vitória do setor de autogestão que há dezessete anos lutava por conter uma ameaça a este segmento. A lei desobriga as operadoras de autogestão a constituir CNPJ independente para operar plano de saúde.

Sem sombra de dúvidas é uma vitória que merece ser comemorada. Ocorre, porém que o setor das entidades filantrópicas luta pelo mesmo direito e não foi contemplado na referida lei.

Ocorre que as entidades filantrópicas da área da saúde (Santas Casas e hospitais filantrópicos) que mantêm em sua estrutura planos privados de assistência à saúde, por força da Lei 12.101/2009 e do seu Decreto Regulamentador, Decreto 8.242/2014, que dispõem sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEBAS) estão obrigadas a aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Também não podem distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Diante desta realidade não há como estas entidades atenderem ao disposto no já mencionado artigo 34 da Lei 9.656/98. Ora, estando elas impedidas de distribuir parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, não terão como constituir pessoa jurídica independente, com capital, patrimônio e reservas necessárias a uma operadora de planos privados de saúde.

Mesmo as reservas eventualmente constituídas, ou bens adquiridos ao longo do tempo em que elas operam planos de saúde, integram hoje o patrimônio da entidade mantenedora e, como tal, não poderão ser transferidos para a nova pessoa jurídica ou, se constituída, nascerá descapitalizada, tendo apenas a massa de beneficiários, as receitas e despesas futuras.

Ademais, não se pode olvidar que as entidades filantrópicas têm um longo histórico de prestação de serviço social no país, fazendo, por vezes, o papel do próprio Estado. Obrigá-las, a esta altura, a separar as suas atividades e constituir uma sociedade empresarial, vai de encontro aos objetivos estatutários destas entidades ao mesmo passo que desrespeita este importante histórico de prestação de serviços sociais e acabará, certamente, por desfigurar diversas instituições, que terão de abandonar atividade que praticam há anos.

Tal fato acontecerá, por exemplo, com as entidades que serão obrigadas a separar as atividades de educação e saúde, ambas sociais, ligadas, por muitas vezes, à origem da própria entidade. É de bom alvitre ainda lembrar que a Lei 12.101/98 não permite aproveitamento do histórico filantrópico, de forma que qualquer entidade criada, ainda que resultante da separação das atividades anteriores e mesmo que estas atividades sejam sociais e abarcadas pela Lei de filantropia, como educação, por exemplo, nascerá sendo tributada, o que certamente seria um enorme problema para estas entidades já combatidas financeiramente e certamente importaria em prejuízo das atividades sociais.

Outrossim, cumpre observar que embora o artigo 34 da Lei 9.656/98 não exima nenhum tipo de operadora da obrigação de constituir pessoa jurídica independente para o desempenho de atividades diversas de planos de saúde, a própria regulamentação da ANS, desde a edição da RN nº 85 já apontava exceções, conforme reconheceu a própria autarquia reguladora no texto da Nota Técnica Conjunta Nº 01/2013/GGRIN/GGATP/GAB/PRES/ANS, datada de 25 de setembro de 2013.

A primeira exceção estabelece que a obrigatoriedade do objeto exclusivo não se aplica às operadoras que possuem rede própria de atendimento para satisfação das finalidades previstas no artigo 35-IV da Lei 9.656/98. Desta forma, a regra do objeto exclusivo não impede que a pessoa jurídica exerça outras atividades ligadas à prevenção de doenças, manutenção e reabilitação da saúde. Na mesma linha, fogem à regra as entidades fechadas de previdência complementar, por força do artigo 78 da Lei Complementar nº 109/2006.

A incidência desta exceção legal exige que a operadora seja uma entidade de previdência complementar fechada que, na data da publicação da LC 109/2001, prestava a seus participantes e assistidos serviços assistenciais à saúde, desde que seja estabelecido um custeio específico para os planos de assistenciais e que sua contabilização e o seu patrimônio sejam mantidos em separado em relação ao plano previdenciário.

Outra exceção à regra é a regulamentação específica dada às operadoras de autogestão. O benefício garantido a algumas destas operadoras, àquelas com planos de autogestão geridos pelo próprio RH, por força do artigo 3º, §1º, II da RN 137/2006 foi estendido a todas as autogestões recentemente, através da Lei 13.127 de 26 de maio de 2015, publicada no Diário da União de hoje, 27 de maio de 2015.

Não é demais lembrar ainda que a própria Agência Reguladora, embora se veja obrigada a cumprir a atual legislação vigente, ao analisar a situação específica das operadoras filantrópicas concluiu que a "situação excepcional merece ser ponderada pela Agência Reguladora,

considerando as características específicas e complexidades de cada uma delas, especialmente no que concerne à natureza de seus atos constitutivos. Assim, para a construção da solução mais adequada e proporcional, é possível entender pela flexibilização da regras do objeto exclusivo na forma apresentada”.

Em suma, ao aprovar na 385ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada, realizada em 25 de setembro de 2013, o cenário “B”, a ANS admitiu a importância de se respeitar as especificidades das operadoras filantrópicas, bem como a possibilidade de realizar o seu acompanhamento sem qualquer prejuízo de cunho operacional, aplicando-se a elas as regras de segregação contábil, como já vem sendo feito, inclusive, para as entidades fechadas de previdência complementar, ou ainda criando novas regras, se necessário.

Assim, a proposta de alteração do parágrafo primeiro que a Lei 13127, de 26 de maio de 2015 para permitir que as entidades filantrópicas destaquem a operação das atividades de plano privado à saúde das demais atividades por ela executadas, através da criação de um departamento próprio, com ou sem CNPJ de filial, em nada prejudica o controle e a fiscalização da Agência Reguladora sobre a operadora filantrópica assim legalizada.

É importante lembrar que a ANS aprovou a Nota 1700/2014/GEHAE/GGAME/DIOPE/ANS que concedeu às operadoras que ainda não adequaram o objeto um prazo de mais 04 meses para a adequação. O prazo se inicia com o recebimento do ofício da ANS e ela já está enviando para todas.

Cumpra lembrar que o mérito que esta emenda busca trazer não gerará qualquer renúncia de receita e bem como perda de arrecadação, ao contrário, permitirá que se faça justiça ao conceder tratamento isonômico entre setores que praticam a mesma atividade.

PARLAMENTAR

DEPUTADO FEDERAL DARCÍSIO PERONDI

**MPV 675
00151**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data / /2015		proposição Medida Provisória nº 675/2015		
autor Dep. Paulo Magalhães – PSD/BA				Nº do prontuário
1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º para 3º:

“Art. 2º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de mercadoria cujo processo produtivo utilize matéria prima oriunda de reciclagem, conforme definida no inciso XIV do art. 3º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Parágrafo único. O benefício de que trata o caput aplica-se apenas:

I - ao percentual da receita bruta proporcional ao percentual de matéria prima oriunda de reciclagem utilizada no processo produtivo.

II - aos setores produtivos obrigados a adotarem a logística reversa, conforme definida no inciso XII do art. 3º da Lei nº 12.305, de 2010, devidamente regulamentada.”

JUSTIFICAÇÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem por objetivo regulamentar as diretrizes relativas à gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, as responsabilidades dos gestores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis para a consecução de todos esses objetivos.

Para efetiva e eficaz aplicação, é de extrema importância a desoneração tributária da atividade dos recicladores participantes dos sistemas

de logística reversa no Brasil, pois atualmente, o regime tributário onera o reciclador que participa da destinação final de resíduos por meio de reciclagem.

Os artefatos fabricados com material reciclado sofrem a mesma tributação dos artefatos que não utilizam nenhum tipo desse material. Não há nenhum benefício ou tratamento diferenciado que incentive essa atividade. Sabe-se que o material reciclado já sofreu tributação no momento em que ocorreu a primeira disposição do produto ao mercado consumidor.

Adiantando a necessidade de diferenciar esses produtos, tanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos como seu Decreto Regulamentador trouxeram como instrumentos econômicos a possibilidade de a União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituírem normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios a indústrias e entidades dedicadas à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional.

Hoje, contudo, ainda não há regulamentação sobre a desoneração tributária para o reciclador que produz artefatos com material reciclado.

Tal desoneração seria compensada pelos diversos benefícios para a sociedade, como a consecução de diversos princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o estímulo ao desenvolvimento sustentável, o incentivo ao consumo de produtos fabricados a partir de material reciclado, o aumento da consciência social sobre a reutilização de material reciclável, a possibilidade de crescimento de empregos nos recicladores e até mesmo no desenvolvimento de novas tecnologias para a utilização de material reciclável na fabricação de artefatos.

Considerando a grande relevância econômica e ambiental da matéria, solicito o apoio do Sr. Relator e dos nobres pares para a aprovação desta Emenda e a sua incorporação ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015.

PARLAMENTAR

Dep. Paulo Magalhães
PSD/BA

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 675
00152****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015.**
(Do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, passa a ter a seguinte redação:

*Art. 3º

I – 20% (vinte por cento) no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, excetuadas as seguradoras especializadas em saúde, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do §1º do art.1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

.....* (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Conforme consta explicitamente da EM nº 00065/2015 subscrita pelo Senhor Ministro da Fazenda, o objetivo da Medida Provisória nº 675, de 2015 é "... adequar a tributação incidente sobre o setor financeiro, tornando-a compatível com sua capacidade contributiva."

Entretanto, o alcance dado pelo texto da alteração na Lei nº 7.689, de 1988, permite que todas as pessoas jurídicas de seguros privados fiquem sujeitas à majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL - de 15% para 20%. No caso das seguradoras especializadas em saúde cria uma perversa distorção, que gera concorrência desleal, desalinho entre entes que fornecem os mesmos serviços de operação de assistência à saúde, até porque o PRODUTO É PADRONIZADO PELA LEI Nº 9.656/98 e pelas normas da agência reguladora.

Restam, portanto, DESARRAZOADA E IMOTIVADAMENTE, favorecidas as demais operadoras, em VIOLAÇÃO CLARA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA visto que os produtos, coberturas, garantias e todas as condições técnicas, econômico-financeiras e operacionais, independente das modalidades de Operadora, são padronizadas pela ANS para todo o mercado de saúde suplementar.

Rigidamente reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS – estão sujeitas a normas bastante restritivas quanto a reajuste de preço, composto pela variação da frequência de utilização de serviços, da incorporação de novas tecnologias e pela variação dos custos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de saúde. O percentual máximo de reajuste é o resultado da composição desses fatores. Uma majoração na alíquota da CSLL agravará os custos da seguradora sem, entretanto, entrar no cálculo do reajuste.

Certamente ocorrerá desequilíbrio financeiro nas seguradoras nem um pouco saudável para os consumidores de seguros de assistência à saúde.

Como as seguradoras de saúde terão seu custo agravado, o que NÃO ocorrerá com as demais operadoras de assistência à saúde, sem, no caso dos seguros individuais e familiares, contar com qualquer possibilidade de compensação do preço, imagina-se que tal desequilíbrio acabará afetando os serviços.

Quanto aos seguros coletivos de assistência à saúde contratados pelas empresas para seus trabalhadores, haverá uma consequente expulsão de grande número de segurados pelo aumento dos prêmios – pagamentos mensais. Aqueles trabalhadores cujas empresas ainda não oferecem um seguro de assistência à saúde, terão mais dificuldade ainda de acesso, pois as empresas se verão diante de custos mais altos.

Importante salientar que para a seguridade social não há nada que justifique que as seguradoras especializadas em saúde sejam obrigadas a contribuir de forma significativamente maior que as demais operadoras.

Efeito reflexo de todo o acima considerado será a maior procura pelos serviços públicos de saúde. Se o Estado vier a arrecadar mais, bem mais também gastará com o contingente de indivíduos que migrará para a saúde pública que, como todos sabemos, já tem grandes dificuldades para atender os que dela hoje já fazem uso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação da emenda modificativa.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2015.

Deputado Alex Canziani
PTB/PR

MPV 675
00153



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015
------	--

autor Dep. Pauderney Avelino – Democratas/AM	Nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutiva global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 675, de 2015:

Art.X O art. 2º da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte §7º:

“Art. 2º
.....

§7º Na hipótese em que a empresa construa unidades habitacionais para vendê-las prontas, o pagamento unificado de tributos a que se refere o caput será equivalente a um por cento da receita mensal auferida pelo contrato de alienação.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.024, de 2009, foi concebido como forma de redução do custo tributário da construção de casas populares inseridas no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

A Lei nº 12.024, de 2009, contudo, reporta-se, nominalmente, apenas às empresas construtoras contratadas para construir unidades habitacionais do PMCMV e à receita obtida com os contratos de construção. O §6º do artigo 4º da Lei nº 10.931, de 2009, por sua vez, concede o mesmo benefício do PMCMV apenas aos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social. Assim, a empresa que constrói e vende unidades habitacionais prontas, sem o regime de incorporação, não foi expressamente beneficiada pelo PMCMV.

A inclusão ora proposta tem por objetivo esclarecer que o incentivo concedido também se aplica à empresa que constrói e vende unidades habitacionais prontas no âmbito do PMCMV, ainda que sem regime de incorporação, sendo-lhe igualmente facultada a opção pelo tratamento tributário diferenciado previsto no art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, nas receitas obtidas com o contrato de alienação.

Ante o exposto, e tendo em vista a importância social de que se reveste o benefício fiscal proposto, gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV 675
00154



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 675, de 2015
autor Dep. Mendonça Filho – Democratas/PE	Nº do prontuário
1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. X Aditiva 5. Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 675, de 2015:

Art.X A Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º

III – zero por cento sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo reduzir de um por cento (1%) para zero (0%) a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) incidente sobre as receitas correntes arrecadadas e as transferências correntes e de capital recebidas pelas pessoas jurídicas de direito público interno.

O Pacto Federativo ou Federalismo Fiscal está definido na nossa Carta Magna de 1988 e delimita as competências tributárias dos entes da Federação, bem como os respectivos encargos e serviços pelos quais possuem responsabilidades privativas, comuns ou concorrentes.

Devido ao Pacto Federativo, cada ente possui competências delimitadas na geração de receitas, dotando-se de autonomia financeira e orçamentária. Além disso, é a base para o mecanismo da repartição de tributos por eles arrecadados, como, por exemplo, a sistemática dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e

dos Municípios e os Fundos de incentivo ao desenvolvimento regional.

Contudo, após anos de processos de desgastes econômicos e medidas tributárias de desonerações pelo Governo Central, os Estados, DF e Municípios amargaram um desequilíbrio nas suas contas. Como exemplo desse desgaste, podem-se destacar as sucessivas desonerações do imposto sobre produtos industrializados (IPI), que possui caráter extrafiscal, e que impactam diretamente nos repasses aos Estados e Municípios. Nesse sentido, além da redução via desgastes econômicos (impactando as receitas correntes arrecadadas), ainda arcam com a redução das transferências correntes (FPE/FPM).

Trazendo o assunto para a emenda ora proposta, as receitas de PIS/Pasep geradas pela incidência de 1% sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas são exclusivamente da União, portanto, não se sujeitam à repasses para os demais entes federados. Ora, mas parece que aqui a lógica se inverteu. Por meio dessa tributação os entes menores estariam diante de uma dificuldade ainda maior para sua geração própria de receitas, uma vez que os Estados, DF e Municípios estariam repassando recursos para a União e que não serão compartilhados posteriormente.

Dessa forma é notória a necessidade de se buscar medidas que possam reduzir esse desequilíbrio crescente. Nesse sentido, propõe-se a presente emenda, como forma de ajudar a desafogar as finanças dos demais entes.

Ante o exposto, e tendo em vista a importância social de que se reveste o benefício fiscal proposto, gostaria de poder contar com o apoio do nobre Relator para a incorporação desta Emenda ao texto do Projeto de Lei de Conversão desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV 675
00155

EMENDA Nº

(à MPV Nº 675/2015)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 675/2015, de 22 de maio de 2015, os seguintes artigos, renumerando-se os demais:

Art. O art. 5º e seu §5º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a proceder os descontos referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e arrendamento mercantil, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretirável, que as instituições financeiras retenham, para fins de amortização, de valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e operações de arrendamento mercantil por elas concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

.....

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 40% (quarenta por cento) do valor dos benefícios, sendo 10% (dez por cento) destinados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito.

Art. O art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 115.

VI – pagamento de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil,

quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor do benefício, sendo 10% (dez por cento) destinados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito.

.....”

Art. O art. 45, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45.....

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, desde que o total de consignações facultativas (autorizadas pelo servidor) não exceda a 40% (quarenta por cento) da remuneração mensal, sendo 10% (dez por cento) reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito e 30% (trinta por cento) reservados para as demais consignações facultativas autorizadas pelo servidor.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como principal objetivo adicionar uma margem de 10% (dez por cento) para a realização de despesas efetuadas com cartão de crédito consignado, alterando a margem total de 30% (trinta por cento) para 40% (quarenta por cento) especificamente em favor dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como em favor dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e Fundações Públicas Federais (servidores pagos pelo “SLAPE”).

O cartão de crédito consignado representa uma linha de crédito com atributos diferenciados, funcionando como meio de pagamento moderno, seguro e ágil, possibilitando a programação dos gastos, maior controle das despesas e equilíbrio financeiro dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, diferenciando-se por completo dos cartões de crédito comuns oferecidos no mercado.

Esta linha de crédito cria indubitavelmente uma alternativa às necessidades básicas dos aposentados/pensionistas e servidores públicos, uma vez que são concentradas em compras de bens de primeira necessidade, tais como alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação.

Importante salientar ainda, que o cartão de crédito consignado propicia enormes benefícios ao consumidor, tais como: a) não existe pagamento de anuidade ou taxa de adesão; b) as compras podem ser efetuadas em quaisquer estabelecimentos credenciados à bandeira do cartão oferecido (sendo milhares de estabelecimentos em todo Brasil); c) proporciona comodidade (possibilitando inclusive, o pagamento de boletos, fichas de compensação bancária, contas de água e luz); d) proporciona menores taxas de juros do mercado se comparado ao cartão de crédito tradicional oferecido no mercado; e) possui garantia e segurança; f) promove parcerias com diversos estabelecimentos, clube de vantagens e clube de recompensa (onde os consumidores ao acumularem pontos suficientes poderão resgatar diversos prêmios como eletrodomésticos e eletrônicos, passagens aéreas, dentre outros).

O cartão de crédito consignado além de ser uma linha de crédito aceita na grande maioria das Prefeituras e Estados da nossa Federação, deixa claro que a sua utilização possibilita o complemento do fluxo financeiro entre um recebimento de salário/benefício e o outro, mas de forma alguma provoca o endividamento dos consumidores, conforme equivocadamente tem entendido algumas minorias classes da sociedade.

O percentual de margem adicional de 10% (dez por cento) destinados exclusivamente a esse produto poderá gerar maior controle das margens, impedindo o seu conflito tanto para o Ente Público, como também para o consumidor.

Além disto, possibilitará ao servidor, aposentado e pensionista uma linha de crédito exclusiva para ser utilizada em compras de bens de primeira necessidade, conforme dito acima, com um limite de crédito mais barato, por meio de um produto prático, cômodo e descomplicado, que poderá oferecer alternativas de financiamentos mais acessíveis se comparadas àquelas normalmente utilizadas pelo mercado.

Isto sem falar que o Poder Judiciário e demais Órgão de Proteção ao Consumidor poderão visualizar claramente a distinção exata da utilização dos dois produtos completamente distintos entre si, quais sejam, o empréstimo e o cartão de crédito (ambos consignados), identificando-os e inibindo eventuais abusos.

Além disto, considerando que haverá mensalmente a garantia do desconto em folha em favor da instituição bancária, destinado ao pagamento mínimo do cartão de crédito, diminuindo, outrossim, o risco de inadimplência, os juros praticados nessa modalidade são infinitamente inferiores se comparados aos cartões de créditos comuns oferecidos no mercado.

Por fim, o alcance é bem específico e favorável aos aposentados, pensionistas e servidores, bem como não revoga qualquer garantia do consumidor/tomador, muito menos em relação as sanções aplicadas aos bancos que promovam indevidamente a retenção de valores superiores ao estabelecido por lei, dentre os quais permanecem intactas e sem qualquer alteração.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2015

Deputado Leonardo Quintão

PMDB - MG



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675

00186TA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

		proposição Medida Provisória n.º 675, de 21 de Maio de 2015		
autor Deputado Domingos Sávio		n.º do prontuário		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, fica acrescida de um artigo com a seguinte redação:</p> <p>"Art. Do valor equivalente ao acréscimo de arrecadação resultante da elevação da alíquota a que se refere o art. 1º desta Medida Provisória, a União deverá transferir 21,5% (vinte e um inteiros e cinco décimos por cento) para os Estados e 23,5% (vinte e três inteiros e cinco décimos por cento) para os Municípios</p> <p>Parágrafo único. Na distribuição dos recursos previstos no caput deste artigo, deverão ser observados os critérios do rateio do Fundo de Participação dos Estados – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM."</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>No âmbito do ajuste fiscal promovido pelo governo, foi editada a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio, elevando de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras. Entretanto, as contribuições são apropriadas exclusivamente pelo governo central, não sendo compartilhadas com Estados e Municípios, cujas finanças vêm sendo fortemente afetadas pela que crise que se abateu sobre a economia brasileira. A Emenda que ora apresentamos pretende garantir que o aumento da carga tributária beneficie também os Estados e Municípios, compartilhando o acréscimo de arrecadação com aqueles entes. Pela justiça da medida, esperamos contar com o apoio dos nossos pares.</p>				
PARLAMENTAR				



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675

00187TA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 675, de 21 de Maio de 2015
--	---

autor Deputado	n.º do prontuário
--------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	--------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art 3º da Lei nº 7.689, de 1988, alterado pela Medida Provisória 675, de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo único:

"Parágrafo único. No caso dos bancos e instituições financeiras similares, a alíquota da contribuição social sobre o lucro, fixada no Inciso I do caput, poderá ser reduzida pelo Poder Executivo em até 10 pp, em função do cumprimento, no período-base para cálculo da contribuição, de patamares mínimos de desembolsos em financiamentos de médio e longo prazo para obras no setor de infraestrutura econômica, que representem efetivo comprometimento da instituição financeira com o apoio aos investimentos no mencionado setor, conforme disposto em regulamento do Ministério da Fazenda e do Conselho Monetário Nacional, nas suas respectivas esferas de atuação".

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda é consistente com o objetivo explicitado pela atual equipe econômica do Governo, de estimular uma maior participação dos bancos, particularmente os privados, na concessão de financiamentos para obras de infraestrutura econômica, fundamentais para capacitar o País a voltar a crescer. Para tanto a Emenda permite que o Poder Executivo reduza em até 10 pp a alíquota da CSLL para aquelas instituições financeiras que comprovem determinados patamares de desembolso em financiamentos de médio e longo prazo para obras de infraestrutura econômica, de acordo com regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho Monetário Nacional, nas suas respectivas esferas de atuação.

PARLAMENTAR

--



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00158

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA 675 de 2015				
AUTOR Zé Silva-SOLIDARIEDADE				Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA		ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>Modifica-se o inciso I do art. 3º da Lei 7.669, de 15 de dezembro de 1988, modificado pela MP 675 de 2014:</p> <p>Art. 1º A Lei nº 7.669, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>“Art. 2º.....</p> <p>I - 30% (trinta por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 165, de 10 de janeiro de 2001; e</p> <p>.....” (NR)</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Aumentar somente em 5% a Contribuição Social Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras, conforme a proposição da medida provisória é muito insignificante quando se tem dados de que em um cenário de juros altos, os principais bancos do país têm registrado aumento no seu lucro nos primeiros meses deste ano acima de 15%. Somente os juros do cartão de crédito rotativo que atingiram em março, expressivos 345,8% ao ano e mais alta de todas as modalidades de crédito.</p> <p>Assim, não justo aumentar esta a Contribuição Social do bancos em somente 5%, neste sentido, estipulamos uma alíquota de 15% o que reflete a taxa média de juros cobrados pelos bancos a seus correntistas ao longo dos anos.</p>					
ASSINATURA					



CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00159

ETIQUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA 675 de 2015				
AUTOR Deputado PAES LANDIM				Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	
<p>Acresça-se o seguinte artigo onde couber:</p> <p>"Art. X O § 2º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>§ 2º - As restrições estabelecidas nesta Lei não se aplicam aos casos de sucessão legítima, ressalvado o disposto no art. 7º, bem como, em qualquer caso, às hipóteses de constituição de direito real de garantia em favor de instituição financeira, bem como a de recebimento de imóvel em liquidação de empréstimo de que trata o inciso II do art. 35, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964." (NR)</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A Lei nº 5.709/1971, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país, estabelece restrições quanto ao tamanho do bem que pode ser de propriedade de pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil. O disposto nessa Lei é anterior à Constituição Federal, que estipula isonomia de tratamento entre instituições financeiras de capital nacional e as de capital estrangeiro, bem como à disciplina legal da alienação fiduciária, dada pelo Código Civil de 2002.</p> <p>Sob alegação do respeito ao disposto na Lei nº 5.709/1971, alguns cartórios resistem a registrar imóveis com garantias em que constam como credora instituição financeira nacional de capital estrangeiro. O Parecer da Advocacia-Geral da União AGU/LA-04 esclareceu que o §1º do art. 1º da Lei 5.709/1971 não foi recepcionado pela Constituição Federal, com base na interpretação dos artigos 171 e 190 da Constituição Federal e no entendimento de que as empresas brasileiras de capital estrangeiro não estariam sujeitas às restrições aplicáveis a pessoas jurídicas estrangeiras.</p>					

Tal entendimento foi ratificado novamente pela AGU no Parecer GQ 181/1998, emitido em razão da promulgação da Emenda à Constituição nº 6/1998 e da revogação do artigo 171 da Constituição. Em 2008, a Advocacia Geral da União emitiu o Parecer CGU/AGU 01/2008, que alterou seu entendimento a respeito da aquisição de imóveis rurais por sociedades brasileiras controladas por estrangeiros. De acordo com esse parecer, as empresas brasileiras que tenham maioria estrangeira do capital estão sujeitas às restrições previstas na Lei nº 5.709/1971. Por outro lado, o Parecer não trata das operações realizadas por instituições financeiras de capital estrangeiro.

Pareceres da AGU não possuem caráter vinculante para os tabelionatos de notas e registros de imóveis, havendo risco de tais órgãos aplicarem entendimentos distintos. Por essa razão, em julho de 2010, a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça determinou que os tabelionatos de notas e os registros de imóveis passassem a observar integralmente o regime da Lei nº 5.709/1971, sob pena de responsabilidade.

A Lei nº 13.097 /2015 introduziu importante inovação ao permitir o recebimento de bens imóveis situados em faixa de fronteira por instituições financeiras de capital estrangeiro.

A insegurança jurídica que envolve imóveis rurais também dificulta a prática bancária de obtenção de boas garantias às operações financeiras, que colabora para a higidez do sistema como um todo e a diminuição do spread bancário. Aliás, essa recusa não encontra respaldo no tratamento apropriado dos dispositivos legais atualmente em vigor que versam sobre a regulação do setor financeiro e sobre garantias, como propriedade fiduciária e a hipoteca.

A Lei nº 4.595/1964, que regula o Sistema Financeiro Nacional, é clara ao estabelecer, em seu art. 35, que é vedada às instituições financeiras a aquisição de bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo os recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo de um ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central.

Além disso, o Código Civil veda o pacto comissório na alienação fiduciária, isto é, o credor não pode ficar com o bem que lhe foi dado em garantia. A propriedade inerente à alienação fiduciária em garantia é resolúvel, estando limitada ao exercício do direito de garantia. Por isso, em nenhuma hipótese a instituição financeira poderá ter a propriedade do imóvel em sua plenitude. Estabelece o art. 1.385 do Código Civil que "É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento".

Da mesma forma, o art. 27 da Lei nº 9.514/1997, que trata da alienação fiduciária em bens imóveis, ao prescrever o procedimento para a excussão da garantia, estabelece que "uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário, no prazo de trinta dias, contados da data do registro de que trata o § 7º do artigo anterior, promoverá público leilão para a alienação do imóvel". O mesmo ocorre com a hipoteca. Diz o art. 1428 do CC que "É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento".

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00160

ETIQUETA

DATA	MEDIDA PROVISÓRIA 675 de 2015			
AUTOR Deputado PAES LANDIM				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>O artigo 1º da Medida Provisória nº 675, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>“Art.3º.....</p> <p>I – 20% (vinte por cento), no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e</p> <p>.....” (NR)</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>O atual momento por que passa a economia brasileira exige corte de gastos e aumento de arrecadação, de forma a reequilibrar as contas públicas, ajustar o superávit primário, reduzir as expectativas inflacionárias e trazer a inflação para o centro da meta estabelecida pelo Governo, para com isso propiciar a retomada do crescimento econômico. A Medida Provisória nº 675, publicada em 22 de maio de 2015, foi apresentada em conjunto com as demais medidas do Pacote Fiscal em implementação pelo Governo.</p> <p>A expectativa é que as medidas de ajuste surtam o efeito esperado nos próximos anos, devendo a situação retornar à normalidade dentro do prazo esperado pela Equipe Econômica. A contribuição do setor financeiro, único diretamente atingido pelo aumento da alíquota da CSLL, também deve ser temporário, haja vista que a tributação desse setor já é mais elevada do que a das demais empresas, que hoje pagam uma alíquota de 9%.</p>				

Importante mencionar que o mercado financeiro, assim como toda a economia, têm o seu equilíbrio e sua eficiência diretamente afetados pela incidência de tributos. No caso específico do mercado financeiro brasileiro, a elevação da alíquota incidente sobre o lucro causará um aumento na taxa de juros, o que poderá reduzir na demanda por crédito, mas também a sua oferta, efeitos prejudiciais ao país, contrários, portanto, ao cenário ora existente, no qual todos os seus atores atuam de forma interdependente.

De fato, uma menor quantidade de crédito concedido prejudicará os novos investimentos, enquanto o aumento das taxas de juros impactará naqueles em andamento, pois acarretará a alteração de sua taxa de retorno. A redução dos investimentos, por sua vez, inviabilizará a criação de novos empregos, gerando a necessidade de novos recursos de caráter assistencial para suprir as necessidades dos trabalhadores em situação de risco social.

Isso posto, e compreendendo a necessidade pontual de ajuste das contas públicas, propomos que a medida ora adotada seja temporal, aplicável a partir de setembro deste ano até o final de 2018, quando, segundo manifestações do Ministro da Fazenda Joaquim Levy e do Presidente do Banco Central Alexandre Tombini em audiência pública realizada na tarde do último dia 26 de maio do corrente perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os ajustes econômicos em implementação neste momento pelo Governo Federal já terão produzido integralmente os efeitos deles esperados.

Esse efeito temporal dará segurança às instituições abrangidas pela nova alíquota, assim como aos seus investidores, nacionais e internacionais, e permitirá que também elas ajustem seus investimentos e orçamentos a essa alteração, necessária à economia especificamente nesse momento de ajuste.

Por esse motivo, apresentamos a emenda em questão, contando com o apoio dos nobres pares para que ela seja aprovada quando da conversão desta MP 675, de 2015, em lei.

Assinatura

**MPV 675
00161**

COMISSÃO ESPECIAL MISTA
MEDIDA PROVISÓRIA nº 675/2015

Inclua-se na Medida
Provisória nº 675/2015, onde couber, a
seguinte redação, renumerando-se os
demais:

EMENDA ADITIVA

Art.

.....
.....

O artigo 3º da Lei nº 12.989 de 06 de junho de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Para fins de adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), reabre-se o prazo por mais 15 (quinze) dias, contados da data da publicação desta lei, às instituições de ensino superior não integrantes do sistema federal de ensino, para requerer por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao referido sistema.

Parágrafo Único - Aplica-se este artigo às Instituições de Ensino Superior que não aderiram ao PROIES no prazo previsto na referida Lei.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 12.989 tratou das instituições que são citadas no artigo 242 da Constituição Federal, ou seja, instituições de ensino superior públicas, criadas pelos Municípios, para suprir as necessidades locais e regionais no ensino superior, mas que não são totalmente mantidas por entes públicos. Ou seja, instituições que cobram por serviços educacionais;

As instituições são antigas, criadas antes da Constituição de 1988 com mais de 50 anos de existência, tendo histórico regional e tradição na comunidade;

Essas instituições, fiscalizadas pelo poder público, gozam de respeito e reconhecimento da qualidade do ensino;

O Supremo Tribunal Federal proíbe os municípios destinarem recursos diretamente as instituições de ensino superior, tendo em vista sua função definida na Constituição no seu inciso VI, art. 30.

O Conselho Nacional da Educação, em seu Parecer nº 30/2000 corrobora esse entendimento, de que não é competência primordial dos municípios manterem o ensino superior.

A partir de então, os Municípios deixaram de subsidiar as instituições municipais de ensino superior que passaram a contar somente com as verbas das anuidades escolares;

As instituições estaduais e municipais de ensino superior, por força do artigo 158, da Constituição Federal, sempre recolheram o Imposto de Renda Retido na Fonte à Fazenda estadual ou municipal. Porém há divergência na interpretação do dispositivo, no sentido de que o recolhimento deveria ser destinado à Receita Federal do Brasil;

A possibilidade das instituições municipais ingressarem no sistema federal para adesão ao PROIES, garante a sua própria sobrevivência, pois sem adesão ao programa estão fadadas ao encerramento das suas atividades, com o fim de um histórico de conquistas locais, regionais e no nível pessoal para toda a comunidade acadêmica envolvida.

Entendemos que deve haver extensão do prazo para viabilizar que as instituições de ensino superior, nessa situação, possam se enquadrar nos requisitos do PROIES, garantindo assim, o seu fortalecimento, manutenção e garantia de qualidade do ensino.

Pelas razões expostas, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2015

Deputado Pedro Uczai, PT/SC

**MPV 675
00162**

**EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)**

Inclua-se, onde couber:

Art. XX. A redação do artigo 88 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 88. Esta Lei entra em vigor após decorridos 518 (quinhentos e dezoito) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, chamada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, veio para melhorar a gestão e a distribuição de recursos públicos para essas entidades, democratizando e dando maior transparência a esses repasses.

O novo Marco Regulatório das ONGs prevê, entre outras regras, a substituição dos convênios por dois novos instrumentos: os termos de colaboração e fomento. A lei também estabelece que o governo terá que fazer o chamamento público, uma espécie de edital de concorrência, para selecionar organizações parceiras. As ONGs terão que cumprir uma série de requisitos para fazer parcerias com os governos. Entre as exigências para firmar os contratos estão: existir há, no mínimo, três anos e ter capacidade técnica e operacional para desenvolver as atividades propostas.

A Lei entrará em vigor no mês de julho de 2015. Visando oferecer um prazo maior para que a União, Estados e Municípios possam se adaptar as novas regras para celebração dessas parcerias, apresento esta emenda, que prorroga a vigência deste importante instrumento de regulação para a partir de 01 de janeiro de 2016.

A criação de sistemáticas para o chamamento público, obrigatório para o repasse de recursos para as Organizações da sociedade civil, a partir da edição da Lei 13.019/2014, são desafios relacionados à sustentabilidade econômica, à certificação das OSCs, à articulação

federativa e à participação social. Nesse sentido, a presente emenda busca estender a estes entes federativos a possibilidade de adimplir com suas obrigações, ao tempo em que viabiliza-se a sobrevivência financeira dos mesmos neste momento em que a economia nacional enfrenta um momento de dificuldade passageiro.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação das medidas ora propostas.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2015.

Deputado Federal Luís Tibé (PT/MG)



CONGRESSO NACIONAL

MPV-675
00163

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27/05/2015

Proposição: Medida Provisória Nº 675/2015

Autor: Deputado Fernando Coelho Filho PSB/PE

Nº Prontuário: 662

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página: 01/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 675, de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2º, renumerando-se os demais:

"Art. 2º O caput do art. 30 da Lei nº 12.973, de 13.05.2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real ou do lucro presumido, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada para:

(NR)

JUSTIFICATIVA

Em 13.05.2014, foi publicada a Lei 12.973/14, fruto da conversão da Medida Provisória 627/13, e expressamente revogou o Regime Tributário de Transição – RTT, a fim de adequar a legislação tributária brasileira ao Padrão *International Financial Reporting Standards* – IFRS.

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27/05/2015

Proposição: Medida Provisória Nº 675/2015

Autor: Deputado Fernando Coelho Filho PSB/PE

Nº Prontuário: 662

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página: 02/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO JUSTIFICATIVA

O Governo Federal havia assegurado que a adoção do Padrão IFRS no Brasil não traria qualquer impacto fiscal para o contribuinte, o que foi fundamental para aprovação do texto enviada pelo Governo ao Congresso, tendo isso sido, inclusive, condição *sine qua non* nos detalhes aqui realizados para a aprovação do mesmo.

E enquanto o RTT esteve em vigor, foi isso que se observou: a neutralidade fiscal independente das modificações nas contabilizações dos resultados das empresas em face do IFRS, qualquer que fosse o regime de apuração de lucro adotado, real ou presumido.

Contudo, a Lei 12.973/14, ao dispor acerca das subvenções para investimentos (inclusive aquelas decorrentes de isenção ou redução de impostos – incentivos fiscais), apenas ressaltou a não incidência tributária para as empresas com apuração pelo lucro real, fazendo com que aquelas que tenham subvenções para investimentos e estejam enquadradas no lucro presumido sejam tributadas pelo imposto de renda - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSLL.

Veja-se o que dispõe o atual art. 30 da Lei no. 12.973/14:

*"Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 193-A da Lei no 6.404, de 13 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada assim;"*¹¹

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27/05/2015

Proposição: Medida Provisória Nº 675/2015

Autor: Deputado Fernando Coelho Filho PSB/PE

Nº Prontuário: 662

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página: 03/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

E isto, além de contrariar toda argumentação nos debates realizados no Congresso Nacional em torno da adoção do Padrão IFRS pelo Brasil, de que não haveria efeito fiscal (efeito neutro), criou uma situação paradoxal para a indústria nacional.

Em primeiro lugar porque, com isso, as empresas com subvenções para investimentos federais (inclusive incentivos fiscais) optantes da apuração pelo lucro presumido passaram a ter que oferecer à tributação de IRPJ e CSLL tais incentivos, enquanto que as empresas optantes pelo lucro real não estão sendo oneradas (em face da exclusão contida no art. 30, acima transcrito).

E isto assume proporções ainda mais graves em face de as empresas com subvenções para investimentos estaduais (inclusive incentivos fiscais) optantes da apuração pelo lucro presumido serem tributadas sobre tais incentivos estaduais, numa clara transferência para a União de parte expressiva das renúncias realizadas pelos governos estaduais no esforço de viabilizar a implantação e/ou expansão de empreendimentos econômicos nos seus respectivos Estados.

Nesse sentido, para corrigir tal situação, faz-se necessário que conste expressamente na legislação, especificamente no caput do artigo 30 da Lei 12.973/2014, a ressalva de que as subvenções para investimentos também não devem ser incluídas no cômputo da apuração das empresas optantes do lucro presumido.

Ante o exposto, solicito o apoio dos meus nobres pares na aprovação desta emenda.

Assinatura

MPV 675
00164

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. 1º Na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a taxas subsidiadas, no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos deverão ser direcionados para financiar a instalação de sistemas de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e para eficiência energética em equipamentos públicos de educação e saúde.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, taxa subsidiada é aquela que, à época da contratação, seja inferior à taxa de captação do Tesouro Nacional para prazo equivalente.

§ 2º Os prazos de financiamento têm de ser suficiente para que se permita uma diferença positiva entre o custeio com energia elétrica e o necessário para pagamento do empréstimo não inferior a 20% (vinte por cento).

§ 3º A liberação dos recursos não é aprovação do Tesouro Nacional e sim a uma comissão formada por funcionários de carreira dos ministérios de Minas e Energia, da Educação e da Saúde, responsáveis pela aprovação dos projetos.”

JUSTIFICAÇÃO

A grave crise energética brasileira tem imposto aumento nos custos da energia elétrica, que sendo insumo imprescindível à prestação dos serviços públicos de educação e saúde.

O investimento em geração própria de energia elétrica e a efficientização do consumo de energia, com contraprestação para amortização inferior ao custeio do consumo de energia possibilita o

incremento no custeio de outros itens necessários à prestação dos serviços de saúde e de educação pelo Estado.

Nos termos do Relatório Gerencial Trimestral dos Recursos do Tesouro Nacional, relativo ao 3º trimestre de 2014, emitido pelo BNDES em outubro/2014, no período compreendido entre janeiro de 2009 e setembro de 2014 foram aplicados pelo Banco, com recursos do Tesouro Nacional, R\$ 517,6 bilhões, beneficiando mais de um milhão de operações de financiamento (1.313.880) em todo o Brasil.

Dez por cento desse valor seriam suficientes para instalar mais de 1.500MW, que além de reduzir o custo com energia elétrica e assim proporcionar saúde e educação de melhor qualidade aos brasileiros, daria uma folga ao sistema elétrico nacional em geração distribuída, numa quantidade suficiente para evitar os apagões de meio-dia, horário de grande consumo de energia elétrica devido ao uso intenso de condicionadores de ar, os quais podem também ser instalados nas respectivas escolas, visto que não haveria aumento do consumo de energia elétrica, possibilitando assim também aumento no conforto dos alunos, refletindo de imediato no desempenho escolar.

Sala da Comissão,

Senador *HÉLIO JOSÉ*

MPV 675
00165

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado JOAO CARLOS BACELAR

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. xx. O Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.

.....

§ 4º Os lucros obtidos por instituição financeira serão oferecidos à tributação, quando se tratar de instituição controlada por holding financeira de propósito específico, deduzidos os juros e outros encargos associados ao empréstimo contraído pelo controlador com destinação específica de aumento de capital para saneamento de passivos e viabilização de planos de negócios desenvolvidos pela instituição financeira adquirida, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, mediante ajuste na Parte A do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR.

§ 5º Na hipótese a que se refere o § 4º, os juros e outros encargos associados ao empréstimo deverão ser contabilizados pela

holding financeira de propósito específico como custo de aquisição da instituição financeira receptora dos recursos captados mediante o empréstimo. ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda propõe a adequação contábil incentivadora de operações societárias entre entidades financeiras, a previsão da possibilidade de exclusão dos gastos com os juros e encargos associados a empréstimo contraído por holding financeira de propósito específico obtido com o fito de aumentar o capital para sanear passivo e viabilizar plano de negócios para instituição financeira adquirida, da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido e da determinação do lucro real. No mesmo sentido segue a previsão de contabilização dos referidos encargos do empréstimo como custo de aquisição, pela holding financeira, da instituição financeira receptora dos recursos obtidos.

DEPUTADO JOAO CARLOS BACELAR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00166

ETIQUETA

28/05/2015

Proposição

Medida Provisória nº 675 / 2015

Autor

Deputado JOAO CARLOS BACELAR PR/BA

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutivo Global

Página

Artigos

Parágrafos

Inciso

Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

"Art. xx O art. 2º, o § 1º e os incisos I e II do § 2º da Lei n.º 12.996, de 18 de junho de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações.

"Art. 2º Fica reaberto, até o 20º (vigésimo dia) dia após a publicação da Lei decorrente da Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, o prazo previsto no § 12 do art. 1º e art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como o prazo previsto nos § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo.

§ 1º Poderão ser pagas ou parceladas na forma deste artigo as dívidas de que tratam o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e o § 2º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, vencidas até 31 de dezembro de 2014.

§ 2º

I – antecipação de cinco por cento do montante da dívida objeto do parcelamento após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões);

II- antecipação de **dez por cento** do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de

o valor total da dívida ser maior que R\$ 10.000.000,00 (um milhão de reais);

.....^{NR}

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa reduzir o percentual estabelecido para a antecipação (entrada) do montante da dívida objeto do parcelamento, para que propicie aos contribuintes melhores condições financeiras para adesão e manutenção do parcelamento.

DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR

**MPV 675
00167**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015	Proposição Medida Provisória nº 675 / 2015			
Autor Deputado JOAO CARLOS BACELAR PR/BA			Nº Prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página	Artigos	Parágrafos	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 2015, o seguinte artigo:

Art. xx A Lei n.º 13.043, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2014, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB ou a Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de novembro de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados.

§ 1º Os créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL poderão ser utilizados, nos termos do caput, entre empresas controladora e controlada, de forma direta, ou entre empresas que sejam controladas diretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2011, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação antecipada.

§ 2º A opção de que trata o caput deverá ser feita até 30 de agosto de 2015, observadas as seguintes condições:

I – pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do saldo do parcelamento; e

II- quitação integral do saldo remanescente mediante a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 3º O pagamento em espécie mencionado no inciso I do § 2º deste artigo, será de no mínimo 10% (dez por cento) quando os débitos objeto da quitação antecipada forem oriundos do Parcelamento instituído pela Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014.”

.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa reduzir o percentual do valor mínimo do pagamento em espécie, dos débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB ou a Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN, além da dilação do prazo para a opção pela quitação antecipada. Com essas alterações, o contribuinte será motivado a optar pela quitação antecipada.

DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR

**MPV 675
00168**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado JOAO CARLOS BACELAR

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. XX. A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

.....

§ 9º Para efeito da habilitação para efetuar consignações na folha de pagamento dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, os planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de pessoas e as operações financeiras com participantes, assistidos e segurados contratadas junto a entidades abertas de previdência complementar e seguradoras de pessoas e previdência equiparam-se às operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas junto a instituições financeiras e sociedades de arrendamento.” (NR)

“Art. 6º.....

§ 7º Para efeito da habilitação para efetuar consignações na folha de pagamento dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do caput deste artigo, combinado com o art. 1º desta Lei, os planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de pessoas e as operações financeiras com participantes, assistidos e segurados contratadas junto a entidades abertas de previdência complementar e seguradoras de pessoas e previdência equiparam-se às operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas junto a instituições financeiras e sociedades de arrendamento.” (NR)

Art. 30. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 115.....

VI – pagamento, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor de benefício, de:

a) empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas; e

b) planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de pessoas e as operações financeiras com participantes, assistidos e segurados contratados junto a entidades abertas de previdência complementar e seguradoras de pessoas e previdência.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A fim de resguardar o cumprimento das obrigações relativas a planos de previdência complementar e seguro de pessoas e com o intuito de evitar o superendividamento dos consumidores bancários, propomos o acréscimo de previsões sobre a sua consignação em folha de pagamento na Lei n.º 10.820, de 2003, que regula a consignação nas folhas de empregados celetistas e aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, e na Lei n.º 8.213, de 1991, que trata da consignação em folha de beneficiários de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social.

DEPUTADO JOAO CARLOS BACELAR

MPV 675
00169

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado JOAO CARLOS BACELAR PR/BA

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. xx. A Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º

.....

§ 16 A instrução do processo de novação de créditos não será interrompida, caso as instituições financeiras cedentes em regular funcionamento firmem declaração de responsabilidade quanto aos débitos previstos nos §§ 14 e 15, sendo os referidos débitos, depois de apurados, debitados automaticamente na reserva bancária da instituição financeira e transferidos imediatamente para o Tesouro Nacional. ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos a presente contribuição que representa importante demanda do setor financeiro, que necessita de ajustes na sua legislação.

DEPUTADO JOAO CARLOS BACELAR



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00170

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado JOAO CARLOS BACELAR

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. xx. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 22

§ 15. Para efeito de interpretação do § 13 deste artigo:

I - os critérios informadores dos valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional aos ministros de confissão religiosa, membros de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não são taxativos e sim exemplificativos;

II - os valores despendidos, ainda que pagos de forma e montante diferenciados, em pecúnia ou a título de ajuda de custo de moradia, transporte, formação educacional ou qualquer outra natureza vinculados exclusivamente à atividade religiosa não se configuram remuneração direta ou indireta.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Estamos propondo a alteração a legislação com uma norma positivada para facilitar a interpretativa do § 13 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Assim, fica explicitado que a previsão de não se considerar remuneração os valores despendidos por entidades religiosas com seus profissionais da fé inclui gastos diversos, desde que vinculados à atividade religiosa. Trata-se de mera regra de interpretação, para que se evite divergência de entendimentos sobre o tema.

DEPUTADO JOAO CARLOS BACELAR



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00171

Emenda nº

Data: 28/maio/2015

Medida Provisória 675 de 2015

Autor: Deputado Domingos Sávio

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Inclua-se na Medida Provisória, onde couber, os seguintes artigos:

Art. X O art. 9º da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º ...

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também ao crédito presumido de que trata o art. 15 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

*§ 2º O disposto neste artigo não se aplica no caso de recebimento, por cooperativa, de **leite in natura** de cooperado."* (NR)

Art. XX Esta Lei passa vigorar na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Em virtude do ato cooperativo, a receita oriunda da comercialização de produtos decorrentes da industrialização do leite in natura recebido de cooperados pela cooperativa pode ser excluído da base de cálculo do débito de PIS/Cofins. Em função desta distinção em relação às empresas mercantis, que não possuem redução na base de cálculo, a Lei 11.051/2004 restringiu o aproveitamento dos créditos presumidos (Crédito Presumido de 60% da alíquota de 9,25%, equivalente a 5,55%) para as sociedades cooperativas. Para estas, o aproveitamento de créditos está limitado, nas operações de mercado interno, às compensações com débitos próprios (de PIS/Cofins) sobre a venda de produtos derivados advindos da matéria prima industrializada.

Assim, não existindo débitos para compensação, devido exclusão do ato cooperativo, as cooperativas reverteram os registros de créditos presumidos a compensar, voltando essa carga tributária ao custo do leite.

Contudo, no mesmo ano, a partir da Lei nº 10.925/2004 (art. 1º, XI, XII, XIII), o leite e alguns de seus derivados passaram a ter alíquota "zero" do PIS/Cofins. Antes de tal medida desoneratória, a alíquota das contribuições do PIS / Cofins era de 9,25% pelo regime da não cumulatividade.

Com este novo cenário, as indústrias não cooperativas passaram a ter vantagem tributária em relação às indústrias cooperativas, uma vez que não possuem limitações ao uso do crédito. Com a alíquota "zero" do leite e alguns de seus derivados, as indústrias não cooperativas passaram a aproveitar as sobras de créditos presumidos para compensar com débitos de PIS/Cofins de outros produtos tributados à alíquota de 9,25%, ou, no caso de inexistência de débitos suficientes para o aproveitamento de todo o crédito, passaram

a acumulá-los, o que não ocorre para as cooperativas.

As cooperativas que atuam no setor lácteo, com essas medidas, buscam a isenção tributária, significando que para isso elas terão que ter direito a acumulação dos créditos presumidos em relação aos produtos lácteos com alíquota "zero" do PIS / Cofins, suspensão ou não incidência, sem a limitação do art. 9º da Lei nº 11.051/2004.

Antes da alíquota "zero"		Depois da alíquota "zero"	
Cooperativas	Empresas	Cooperativas	Empresas
Possuem Exclusão da Base de cálculo	Pagavam PIS/COFINS à alíquota de 9,25%	Possuem Exclusão da Base de cálculo	NÃO Pagam PIS/COFINS (ALÍQUOTA ZERO)
Possuem Limitação à utilização de créditos presumidos	NÃO possuíam limitação e utilizaram os créditos para pagar outros débitos de PIS / Cofins	Possuem Limitação à utilização de créditos presumidos	NÃO possuem limitação e podem utilizar os créditos para pagar outros débitos de PIS / Cofins, ou acumulá-los.

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675
00172

Emenda nº

Data: 28/maio/2015

Medida Provisória 675, de 2015

Autor: Deputado Domingos Sávio

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Inclua-se na Medida Provisória 675, de 2015, onde couber, os seguintes artigos:

Art. XX A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do art. 35, renumerando-se os artigos seguintes, conforme a seguinte redação:

"Art. 35. Nas sociedades cooperativas, são dedutíveis, para efeito de apuração do resultado das aplicações financeiras e incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as despesas financeiras dos empréstimos e financiamentos incorridas."

JUSTIFICATIVA

Algumas Delegacias da Receita Federal do Brasil (RFB) vem exigindo das cooperativas o pagamento do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sobre o total das receitas de aplicações financeiras, sem reconhecer o abatimento das despesas financeiras.

Esta interpretação fere os princípios de isonomia e capacidade contributiva das cooperativas em relação às demais sociedades (empresárias), porque se tributa a cooperativa de modo muito mais gravoso do que qualquer outra pessoa jurídica, pois está se considerando como base de cálculo do imposto e da contribuição o rendimento financeiro na cooperativa enquanto nas demais sociedades se considera como base de cálculo o resultado financeiro – receita financeira menos despesas financeiras.

**Exemplo de Demonstração de Resultado Anual – comparativo (em R\$ mil):
Sociedade Cooperativa X Sociedade Empresária**

	SOCIEDADE COOPERATIVA			SOCIEDADE EMPRESÁRIA
	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL	
Resultado Financeiro	(100.029)	100.069	40	40
Receitas Financeiras	0	100.069 [■]	100.069	100.069
(-) Despesas Financeiras	(100.029)	-	(100.029)	(100.029)
IRPJ 15%+10%ad e CSLL 9%	-	(34.000)	(34.000)	(10) [■]
Sobras ou (Perdas) / Lucro Líquido	(100.029)	66.069	(33.960)	30

■ Receitas exclusivamente de aplicações financeiras.

■ Resultado abaixo de R\$ 240 mil, não incide alíquota adicional de 10% de IRPJ.

Diante deste quadro desfavorável às cooperativas, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) vem pleiteando junto à RFB a possibilidade de calcular o IR e CSLL incidentes sobre a receita de aplicações financeiras, especificamente para as sociedades cooperativas, deduzindo-se destas receitas as despesas financeiras, sem prejuízo do que dispõem os Pareceres Normativos SRF n.º 73/1975 e n.º 38/1980, de modo a permitir que a tributação seja menos injusta e mais próximo do que seja razoável/equilibrado e isonômico com as demais formas societárias.

Recentemente, no último dia 31 de março, a OCB manteve audiência com a Diretoria do Secretário da Receita Federal do Brasil, quando se reconheceu que a solicitação para o tratamento isonômico carece de implementação por lei.

Esta emenda, então, tem esse objetivo de implementar por lei o adequado tratamento tributário que deve ser dado às receitas de aplicações financeiras das cooperativas, de modo a incidir o imposto e a contribuição somente sobre o resultado financeiro, do mesmo modo que acontece nas demais sociedades mercantilistas, em respeito aos princípios da capacidade contributiva e isonomia entre os contribuintes.

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00173

Emenda nº

Data: 28/mar/2015

Proposição: MPV 675, de 2015

Autor: Deputado Domingos Sávio

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

TEXTO

Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 675/2015:

Art. X Acresce-se ao artigo 3º, da Lei 9.718 de 27 de novembro de 1998, o § 9º-C com a seguinte redação:

"Art. 3º
...

§ 9º-C Na determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, as cooperativas de trabalho médico, não operadoras de planos de saúde, poderão deduzir os repasses aos cooperados.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa corrigir uma situação de "bis in idem" (**bitributação**) quanto a contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS sobre a movimentação econômica das cooperativas de trabalho médico, repassadas aos cooperados pessoas jurídicas.

A Constituição Federal determina, em seu artigo 146, inciso III, alínea "c", que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais relativas ao adequado tratamento tributário a ser dispensado ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.



CONGRESSO NACIONAL

Hoje o cooperado médico, ao realizar um trabalho através da cooperativa, sofre a retenção de todos os impostos e contribuições que são destinados à empresa, tais como o ISS, o IRRF, o PIS / Cofins, e o INSS, seja pelo contratante ou pela cooperativa, conforme a operação e tributo.

O cooperado médico pessoa jurídica ao receber da cooperativa o repasse dos valores correspondentes à sua produção, registra essa movimentação econômica, já tributada na cooperativa, como receita de sua Pessoa Jurídica, na qual incide novamente os tributos, em especial o PIS / Cofins, cuja cumulatividade não permite compensações.

É notório que as cooperativas estão recebendo tratamento tributário inadequado a ponto de se tomarem ineficazes no atendimento da sua função institucional: promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

O atual quadro fomenta o esvaziamento das cooperativas, restando a busca por meios de produção que prestigiam o individualismo, que leva à competição predatória, incentivando a informalidade e consequentemente a evasão fiscal.

Embora o importante dispositivo constitucional relativo ao adequado tratamento tributário a ser dado ao ato cooperativo depender de uma lei complementar, é um dispositivo de eficácia limitada que, ainda assim, surte efeito jurídico imediato para repelir situações jurídicas preexistentes que lhes sejam contrárias.

a situação atual está em desconformidade com o espírito e a letra da Constituição, em especial ao art. 5º, que dispõe que "Todos são iguais perante a lei, sem distinções..." , e ao art. 174, § 2º, que estabelece que "A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo", motivo determinante de as cooperativas de trabalho estarem passando por uma severa e asfixiante crise.

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 675

00174

Emenda nº

Data: 28/maio/2015

Medida Provisória 675, de 2015

Autor: Deputado Domingos Sávio

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao inciso I, do art. 3º, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 1º da MP nº 675, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º

Art. 3º

I – 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

.....º (NR)

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda visa manter a alíquota de 15% da contribuição para as cooperativas de crédito referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

O cooperativismo de crédito, um movimento de pessoas que utiliza o capital para desenvolver o social, tem suma importância para a inclusão financeira, desenvolvimento de arranjos locais e para a oferta de serviços financeiros para uma grande parcela da população do país. Com suas particularidades, as cooperativas financeiras oferecem produtos e serviços personalizados, idealizados de acordo com a realidade e as necessidades dos seus associados, orientando-os ao melhor uso dos recursos.

Presentes em mais de 95% dos municípios brasileiros, são em muitos destes a única instituição financeira presente. Assim, as cooperativas de crédito surgem como grande alternativa para fomentar o crédito para o setor cooperativista no meio urbano e rural, inclusive nas regiões mais remotas, onde os bancos convencionais não têm interesse em atuar.

Essa ferramenta democratiza o crédito e oferta-o aos seus associados a taxas de juros inferiores às que são praticadas pelos bancos. Além disso, no modelo cooperativista a educação é foco da sua atuação – no mínimo 5% do resultado líquido das cooperativas são destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) – visando à qualificação técnica e educacional do seu quadro social, familiares e colaboradores das cooperativas.

O segmento financeiro do cooperativismo congrega hoje mais de 7 milhões de associados, 1.154 cooperativas de crédito, 5.084 pontos de atendimento, gerando mais de 45 mil empregos diretos. Hoje, o setor movimenta cerca de R\$ 110 bilhões de ativos e R\$ 50 bilhões em depósitos. No comparativo a 2008,

por exemplo, houve um crescimento superior a 100%, em média, dos dois indicadores.

Entretanto, para que essa evolução seja constante e sustentável, proporcionando desenvolvimento local e acesso ao crédito, é necessário que o Poder Público reconheça e incentive o movimento cooperativista financeiro.

Assinatura

MPV 675
00175

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 106, de 10 de janeiro de 2001.

EMENDA Nº

Acrescente-se à Medida Provisória o seguinte artigo 2º, renumerando-se os demais:

"Art. 2. Ficam isentas e remidas do laudêmio, do foro e das taxas de ocupação, os contribuintes localizados na "Área A", do antigo Aeroporto de Petrolina, Estado de Pernambuco, identificados no anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. Aplica-se a remissão aos débitos patrimoniais devidos à União, constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, executados judicialmente ou não." (NR)

ANEXO I

Imóveis registrados no livro 02, do 1º Ofício de Notas, do Registro Geral dos Imóveis de Petrolina, que assim se identificam e se confrontam:

Lote 01: objeto da matrícula 62.998, com área de 1.355,09 m², perímetro de 151,66m, com frente para a Rua Projetada 1; lado direito: Av. Gilberto Freire; fundos: Vila Mocó – Área "C" do Antigo Aeroporto de Petrolina; lado esquerdo: Lote 02;

Lote 05: objeto da matrícula 63.002, com área de 1.406,96 m², perímetro de 153,80 m, com frente: Rua Projetada 1; Lado direito: lote 04; Fundos: Vila Mocó – Área "C" do Antigo Aeroporto de Petrolina; Lado esquerdo: Lote 06.

2

Lote 06: objeto da matrícula 63.003, com área de 1.969,48 m², perímetro de 177,79 m, com frente para a Rua Projetada 1; Lado direito: lote 05; Fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; Lado esquerdo: Lote 07.

Lote 07: objeto da matrícula 63.004, com área de 938,60 m², perímetro de 133,86 m, com frente para a Rua Projetada 1; Lado direito: lote 06; Fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; Lado esquerdo: Rua Lucyanne Patriota.

Lote 08: objeto da matrícula 63.005, com área de 886,87m², perímetro de 128,39m, com frente para a Rua Projetada 1; Lado direito: Rua Lucyanne Patriota; Fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; Lado esquerdo: Lote 09.

Lote 18: objeto da matrícula 63.015, com área de 4.509,43m², perímetro de 273,46m, com frente para “Área non Aedificandi”; Lado direito: lotes 19 e 20; Fundos: Lote 17; Lado esquerdo: Rua Projetada 2.

Lote 22: objeto da matrícula 63.018, com área de 2.577,97m², perímetro 231,87 m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; Lado direito: lote 23; Fundos: Lote 17; Lado esquerdo: Lote 2

Lote 24: objeto da matrícula 63.020, com área de 1.378,39m², perímetro: 154,91m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; Lado direito: lote 25; Fundos: Lote 15; Lado esquerdo: Lote 2

Lote 25: objeto da matrícula 63.021, com área de 969,48m², perímetro 135,99m, com frente para a Rua Projetada 1; Lado direito: lote 05; Fundos: Vila Mocó – Área “C” do Antigo Aeroporto de Petrolina; Lado esquerdo: Lote 07.

Lote 27: objeto da matrícula 63.023, com área de 2.105,22m², perímetro 183,72m, com frente para a Avenida Gilberto Freire; Lado direito: Rua Projetada 1; Fundos: Lote 14; Lado esquerdo: Lote 26.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado PASTOR EURICO

MPV 675
00176

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 675, DE 2015

Autor SENADOR ROBERTO ROCHA	Partido PSB
---------------------------------------	-----------------------

1. ____ Supressiva	2. ____ Substitutiva	3. ____ Modificativa	4. <u>x</u> Aditiva
--------------------	----------------------	----------------------	---------------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006:

Art. 1º Poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou **presumido**, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

§ 1º.....

I – relativamente à pessoa jurídica, a **2% (dois por cento)** do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

.....(NR)'

JUSTIFICAÇÃO

Justamente no ano que precede à realização das Olimpíadas e Paraolimpíadas no país, o final de 2015 será marcado pelo fim de benefícios tributários previstos na Lei nº 11.438, de 2006, a denominada “Lei de Incentivo ao Esporte”.

O encerramento dessa política de incentivos será extremamente impactante para o presente e o futuro do esporte nacional.

Segundo o Ministério do Esporte, *A quantidade de empresas que investem no esporte por meio da lei só aumentou: em 2011, foram 1.505, mais que o dobro de 2009 (643). O número de entidades que apresentam projetos e conseguem captar os recursos disponibilizados pela Lei de Incentivo dobrou nos últimos dois anos. Em 2011, foram 349;*

172 em 2009; e 12 em 2007. Desde que entrou em vigor, a Lei de Incentivo já destinou R\$ 650 milhões a 1.852 projetos. Só em 2011, foram R\$ 219,5 milhões, 20% a mais que em 2010 (R\$ 191,9 milhões), o dobro de 2009 (R\$ 110,8 milhões) e 331% a mais que o primeiro ano, 2007 (R\$ 50,9 milhões).

Avaliando a quantidade de projetos protocolados e aprovados, bem como o montante de captação, ano após ano, percebe-se claramente que as entidades desportivas estão evoluindo em seus métodos de planejamento e gestão, ao passo que os contribuintes do imposto de renda – especialmente as grandes empresas – vêm incorporando o uso da Lei de Incentivo ao Esporte em suas ações de marketing e responsabilidade social.

Tais dados demonstram que a Lei de Incentivo ao Esporte, em princípio de caráter transitório (válida até o ano-calendário de 2015), deva ser aperfeiçoada e não extinta. Já tramitam no Congresso Nacional propostas de ampliação de seus efeitos para novos períodos, bem como a possibilidade de aumento do percentual de dedução pelas empresas.

Assim, objetiva-se dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que “Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências”, de modo que a majorar o benefício e perenizar a referida política. A meu ver, a Lei de Incentivo ao Esporte merece não apenas ser prorrogada, mas se tornar permanente no ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, os dados comprovam a necessidade de ser ampliada a possibilidade de dedução pelas empresas – de 1% para 2% do imposto devido – pois representa a forma mais ampla e democrática de financiamento público do desporto já viabilizada pelo Governo Federal, seja no âmbito educacional, de participação ou de rendimento (não profissional).

Por fim, não há razão para tão somente se considerar o regime de tributação com base no lucro real, de modo que se propõe abarcar também os contribuintes que declaram com base no lucro presumido.

ASSINATURA

**MPV 675
00177**

EMENDA Nº – CM

(à MPV nº 675, de 2015)

Dê-se a seguinte redação ao §§ 1º e 2º do Art. 1º da Medida Provisória nº 675, de 2015:

“Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.3º

└ 30% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda propõe uma **alteração de 15% para 30%** (vinte por cento) na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, para as pessoas jurídicas de seguros privados, às pessoas jurídicas de capitalização e às pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Na Medida Provisória 675/2015 o Poder Executivo propôs uma **alteração nesta alíquota de 15% para 20%**.

O aumento proposto na alíquota pelo Poder Executivo de 5% (= 20% - 15%) é **insuficiente** para estabelecer uma incidência tributária compatível com a capacidade contributiva dos setores econômicos abrangidos por esta modificação. A proposta desta nossa emenda é de um aumento de 15% (= 30% - 15%) para trazer um ganho de arrecadação e uma contribuição dos setores afetados por esta medida provisória que sejam efetivamente compatíveis com o tamanho do ajuste fiscal pretendido pelo governo para os anos de 2015, 2016 e 2017.

De fato, a própria Exposição de Motivos da MP 675/2015, elaborada pelo Executivo Federal, aponta que o aumento estimado de arrecadação

com aumento da alíquota em 5% será, com a aprovação da MP, de aproximadamente R\$ 1 bilhão em 2015, R\$ 3,8 bilhões em 2016 e R\$ 4,1 bilhões em 2017. Os ganhos menores em 2015 se devem ao fato de parte considerável do ano já ter decorrido e pela necessidade da observação do princípio nonagesimal.

De maneira similar apontamos que o aumento de arrecadação com aumento da alíquota em 15%, proposto nesta emenda, será de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões em 2015, R\$ 11,4 bilhões em 2016 e R\$ 12,2 em 2017.

O impacto da MP 675/2015 com a alteração da alíquota conforme proposta pelo Executivo Federal não contribui efetivamente para o saneamento das contas públicas do País. O desequilíbrio fiscal é ilustrado pelos dados mais recentes que apontam um quadro preocupante:

- 1) No acumulado dos doze meses do período abril/2014 a mar/2015, os juros nominais da dívida pública somaram R\$ 396,6 bilhões (ou 7,11% do PIB).
- 2) O esforço fiscal para pagar juros foi negativo: déficit primário de R\$ 39,2 bilhões (0,7% do PIB).
- 3) O déficit nominal atingiu neste mesmo período a espantosa quantia de R\$ 435,7 bilhões (7,81% do PIB).

O ganho de receita e, portanto, de esforço fiscal para o governo se a MP 675 for aprovada sem modificação (aumento de 5% na alíquota) é estimado em aproximadamente 0,9% dos juros da dívida em 2016. Caso esta nossa emenda seja aprovada o ganho de receita passa a representar cerca de 2,6% dos juros da dívida. Ainda é um valor pequeno mas é cerca de três (3) vezes maior do que o proposto pelo Executivo Federal e colabora na construção de respostas mais concretas para o tamanho do enorme desafio fiscal que é resolver estruturalmente o desequilíbrio das contas públicas do Brasil.

Decerto há possibilidades de atenuar os efeitos do potencial encurtamento do crédito com o aumento da CSLL. Algumas medidas possíveis – e que requerem medidas legislativas específicas – seria uma nova formatação dos depósitos compulsório ou taxa de redescontos que a autoridade monetária gerencia juntos às instituições financeiras. Estes

complementos são necessários para que o ônus tributário trazido pelo aumento da CSLL não incida sobre faixas de renda menos favorecidas.

É necessário adequar a tributação incidente sobre o setor financeiro, tornando-a compatível com sua capacidade contributiva e aumentando seu papel na busca do equilíbrio fiscal que o País tanto precisa.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2015.

CRISTOVAM BUARQUE
Senador

MPV 675
00178CÂMARA DOS DEPUTADOS
EMENDA Nº - CM

(Medida Provisória nº 675, de 2015).

Insira-se, aonde couber na Medida Provisória nº 675, de 10 maio de 2015, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1ª O caput do art. 13 e o inciso I do art. 14 da [Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), modificado pela Art. 7ª da Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

.....” (NR)

“Art. 14.

I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que promoveu alterações Tributária Federal no art. 13, com a redação alterada pela Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013 para que o limite de receita bruta total, para opção do regime de tributação com base no lucro presumido, de 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões) para R\$ 78.000,00 (setenta e oito milhões).

Esta emenda visa alterar o referido limite com objetivo de permitir que mais empresas possam optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido, haja vista que a última alteração não atendeu que decorreram mais de 12 anos. A inflação oficial nesse período encontra-se em torno de setenta por cento. Em consequência, na verdade, há empresas que estão sendo excluídas do regime do lucro presumido, não exatamente porque cresceram, mais porque o limite para opção não foi corrigido.

A ampliação do teto do regime de lucro presumido, congelado, sem justificativa, há mais de dez anos. Hoje, o empresário que quer crescer é obrigado a sair do limite legal e arcar com um aumento médio de 8% em seus custos tributários, valor esse que ultrapassa os R\$ 3 milhões por

ano por empresa. Com o devido respeito, sem a alteração, muitos acabarão asfixiados. E o país só terá a perder.

Uma correção mais do que justa, já que o teto para opção pelo regime de tributação simplificado está congelado há 12 anos.

Nada justifica o congelamento do teto para opção do regime de lucro presumido por mais de uma década.

No período, as médias empresas cresceram com a economia brasileira. Com faturamentos maiores, passaram a ser ejetadas da faixa de tributação simplificada. Além do impacto imediato com a perda de resultado, isso significa mais: ter que enfrentar uma burocracia maior na prestação de contas à Receita Federal. Além disso, a proposta de elevação do teto para R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), busca apenas ajustar um valor que se encontra inequivocamente defasado, abaixo da inflação do período.

Esta matéria traria importantes avanços que garantem a competitividade e o crescimento econômico do Brasil.

Os benefícios do lucro presumido para as médias empresas seriam:

01 – Desburocratizar a arrecadação

02 – É um sistema mais fácil de operar e de entender

03 – Estimula o crescimento de empreendedores

04 – Estimula a formalização das contas das empresas, contribuindo para a arrecadação Receita Federal.

Essa aprovação garante a sobrevivência de um milhão de médias empresas, responsáveis, ao lado das pequenas, por 100 milhões de empregos em todo o Brasil.

Sala das Sessões, de maio de 2015.

ALFREDO KAEFER

Deputado Federal

PSDB/PR

MPV 675
00179



CÂMARA DOS DEPUTADOS
EMENDA Nº - CM
(Medida Provisória nº 675/2015)

Inclua-se onde couber na Medida Provisória nº 675/2015, de 10 maio de 2015, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. xx Ficam reduzidas zero as alíquotas da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e das contribuições para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidente sobre a receita bruta de venda no mercado interno de óleo diesel.

Art. xx ficam isentas da Contribuição de Intervenção no domínio Econômico – CIDE, instituída pela lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, incidente sobre a receita bruta de venda no mercado interno de óleo diesel. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa diminuir os custos do combustível (óleo diesel) em decorrência dos recentes protestos em todos estados brasileiro, os caminhoneiros que continuam tendo prejuízos ao executarem seus trabalhos, bem como em defesa dos produtores rurais que tem seus insumos encarecidos a cada dia, apresentamos a presente emenda para isentar de imposto o óleo diesel.

A aprovação da emenda é importante para o campo e para a cidade, visto que a diminuição do preço terá reflexos não só para caminhoneiros e produtores rurais, mas também para aqueles que usam transporte coletivo e para a população em geral, sendo que esse insumo reflete diretamente no valor dos produtos que chegam às gôndolas dos mercados.

Tendo em vista que 61% do carregamento de mercadorias no Brasil são realizados por meio de caminhões.

A retirada do imposto significaria a redução em R\$ 0,22 no preço por litro de combustível, o que poderia gerar uma economia de R\$ 2,2 mil no custo mensal dos caminhoneiros.

Na contramão de uma solução para este problema, pela segunda vez neste ano, o governo autoriza a Petrobras a aumentar o óleo diesel nas refinarias, tendo com isto um percentual acumulado de 10,4% a mais no custo do combustível que alimenta os principais sistemas de transporte e de produção no Brasil.

Ao nosso ver, essa política do governo está equivocada e ineficaz uma vez que desonera a cesta básica e aumenta na logística dos produtos, reduz a conta de luz e na semana seguinte aumenta o combustível, ou seja, novamente uma gangorra de tirar de um lado e colocar do outro apenas para iludir os mais desinformados e sem trazer nenhum benefício real ao tão explorado povo deste país.

Diante disso, entendemos que o Governo deve reduzir incidência das alíquotas do PIS e da COFINS sobre o óleo diesel, visa ao abastecimento alimentar dos brasileiros, proporcionando assim crescimento do agronegócio brasileiro.

Sala das Sessões, de maio de 2015.

ALFREDO KAEFER

Deputado Federal

PSDB/PR

MPV 675
00180



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº - CM
(Medida Provisória nº 675/2015)

inclui-se, onde couber, na Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, os seguintes artigos:

Art. X. O art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º.....

§1º.....

I - cerealista que exerça cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos in natura de origem vegetal, classificados nos códigos 09.01, 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, 12.01 e 18.01, todos da NCM;

§ 3º.....

IV - 50% (cinquenta por cento) daquela prevista no art. 2º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para a soja e seus derivados classificados nos Capítulos 12, 15 e 23, todos da TIPI;

....." (NR)

Art. X+1. Os arts. 54, 55 e 58-B da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 54.

I - insumos de origem vegetal, classificados nas posições 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, e nas posições 12.01, 23.04 e 23.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), quando efetuada por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, vendidos;

....." (NR)

Art. 55.

I - o valor dos bens classificados nas posições 10.01

a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, e nas posições 12.01, 23.04 e 23.06 da NCM, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física:

....." (NR)

"Art. 56-B. A pessoa jurídica, inclusive cooperativa, que até o final de cada trimestre-calendário, não conseguir utilizar os créditos presumidos apurados na forma do inciso IV do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, poderá:

....." (NR)

Art. X+2. Ficam revogados os arts. 29 a 32 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Art. X+3. O disposto nos arts. X a X+2 entra em vigor na data da publicação desta Lei, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, estabeleceu um novo tratamento tributário para o PIS/Pasep e para a Cofins cobradas sobre a soja e seus derivados.

Ocorre que parcela desse importante setor entende que o regime antigo, estabelecido pela Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, é mais adequado para desenvolver suas atividades.

Assim, propomos o restabelecimento do crédito presumido de 50%, acompanhado dos demais mecanismos previstos no regime anterior, com o que esperamos incentivar esse importantíssimo segmento da agroindústria brasileira.

Por essas razões, ciente do relevante valor social da proposta, conto com o apoio de meus ilustres pares do Congresso Nacional para sua aprovação.

Sala das Sessões, de maio de 2015.

ALFREDO KAEFER
Deputado Federal
PSDB/PR

MPV 675
00181



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº - CM
(Medida Provisória nº 675/2015)

Insera-se, aonde couber na Medida Provisória nº 675, de 10 maio de 2015, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Altera os prazos de vencimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para os Programas PIS/Pasep, acrescentando-lhes noventa dias.

Art. 2º A Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 52.

I -

a)

c) no caso dos demais produtos, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente a noventa dias do mês de ocorrência dos fatos geradores, pelas demais pessoas jurídicas, observado o disposto no § 4º deste artigo;

.....º (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.430, de 27 de novembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes modificações:

***Imposto Correspondente a Período Trimestral**

Art. 5º O imposto de renda devido, apurado na forma do art. 1º, será pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente a noventa dias do encerramento do período de apuração.

§ 1º À opção da pessoa jurídica, o imposto devido poderá ser pago em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos três meses subsequentes a noventa dias do encerramento do período de apuração a que corresponder.

§ 2º Nenhuma quota poderá ter valor inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) e o imposto de valor inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente a noventa dias do encerramento do período de apuração.

§ 3º As quotas do imposto serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente a noventa dias do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento.

§ 4º Nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação, o imposto devido deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente a noventa dias do evento, não se lhes aplicando a opção prevista no § 1º." NR)

"Pagamento por Estimativa

Art. 6º O imposto devido, apurado na forma do art. 2º, deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente a noventa dias daquele a que se referir.

....." (NR)

Art. 4º A Lei nº 9.701, de 17 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 4º O pagamento da contribuição apurada de acordo com esta Lei deverá ser efetuado até o último dia útil da quinzena subsequente a noventa dias do mês de ocorrência dos fatos geradores." (NR)

Art. 5º A Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 18. O pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS deverá ser efetuado:

I - até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente a noventa dias do mês de ocorrência dos fatos geradores, pelas pessoas jurídicas referidas no § 1º do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e

II - até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente a noventa dias do mês de ocorrência dos fatos geradores, pelas demais pessoas jurídicas.

....." (NR)

Art. 6º A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 10. A contribuição de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser paga até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

....." (NR)

Art. 7º A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 11. A contribuição de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser paga até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente a noventa dias da ocorrência do fato gerador.

....." (NR)

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A crise financeira que vem assolando os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento deixa claro que o sistema tributário não deve sufocar a atividade produtiva.

Um dos motivos pelos quais ocorre tal asfixia é, justamente, o da existência de exíguos prazos na legislação tributária para o recolhimento dos tributos.

Lembramos que, quando instituída a Contribuição para o Programa de Integração Social, o prazo de recolhimento da mesma era de seis meses após o fato gerador, conforme o art. 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

Não pretendemos prazo tão elástico. Ao contrário, entendemos que o prazo de noventa dias é suficiente para que as empresas tenham uma folga em seu capital de giro suficiente para que possam melhor desempenhar suas atividades produtivas.

Chamamos a atenção para o fato de que a presente proposição não caracteriza renúncia de receitas para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que não se reveste da condição de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, nem, tampouco, benefício que corresponda a tratamento diferenciado, uma vez que abarca a totalidade das pessoas jurídicas sujeitas às normas gerais de tributação.

Temos a certeza de contar com o apoio de nossos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de maio de 2015.

Alfredo Kaefer
Deputado Alfredo
PSDB/PR

**MPV 675
00182****CÂMARA DOS DEPUTADOS****EMENDA Nº - CM
(Medida Provisória nº 675, de 2015).**

Inserir-se, aonde couber na Medida Provisória nº 675, de 10 maio de 2015, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.34

1 - 18% (dezoito por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta fixa em 18% (vinte por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, para as pessoas jurídicas de seguros privados, as pessoas jurídicas de capitalização e as pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. A medida visa estabelecer incidência tributária compatível com a capacidade contributiva dos setores econômicos abrangidos.

A relevância dos dispositivos decorre da necessidade de adequar a tributação incidente sobre o setor financeiro, tornando-a compatível com sua capacidade contributiva.

Em 2011, foi registrado por um banco o maior lucro da história das instituições financeiras. Apenas esse banco obteve ganhos acima de 14 bilhões de reais.

No mesmo ano, outra instituição também alcançou lucro recorde, superior a 11 bilhões, o terceiro maior registrado no país. Os lucros dessas duas instituições somados equivalem a um terço de todo o orçamento destinado à saúde pública no país em 2011, que foi o ano com maior destinação de recursos a essa área desde 1995.

Se considerarmos a soma dos cinco maiores ganhos registrados por instituições financeiras no passado, o valor seria superior ao total arrecadado pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira em 2007, último ano de sua cobrança.

De outro lado, as taxas de juros exigidas das pessoas físicas por essas instituições situam-se entre as mais altas do país.

Segundo levantamento do Banco Central, os juros do cheque especial cobrados pelos dois bancos citados acima estão apenas na 22ª e 25ª colocação em lista com 31 instituições. São juros de aproximadamente 8,8% ao mês. Bancos bem mais modestos chegam a cobrar quase um terço desse valor. Não somos contra o lucro bancário. Entendemos que toda empresa deve visar o lucro e o incremento de seus negócios. Esse pensamento, porém, não pode justificar lucros exorbitantes, que servem apenas para acentuar o acúmulo de riqueza na mão de poucos e em nada contribuem para o crescimento econômico do país.

Ao analisarmos o volume do ganho financeiro, temos a certeza que a cobrança de taxas de juros menos abusivas seria possível sem comprometer a rentabilidade dessas pessoas jurídicas. Entretanto, a política de maximização de rendimentos que norteia essas empresas não as permite ponderar o lucro com a função social que deve exercer uma instituição financeira. Esse fato, entre outros, justifica a apropriação pelo Estado de parte desse ganho para revertê-lo à sociedade.

A remuneração bancária de serviços e a taxa de juros, cuja cobrança permitiu lucros nos patamares registrados no passado, geram custos sociais. O agravamento de dívidas em razão dos juros elevados cobrado pelas instituições financeiras corrói a capacidade do cidadão em garantir a subsistência de sua família, fazendo-o buscar o auxílio do Estado por intermédio da Seguridade Social. Soma-se a isso o desestímulo ao desenvolvimento de novos negócios e à geração de empregos que os altos juros bancários acarretam. Assim, concluímos que essas instituições financeiras, além de terem plena capacidade para arcar com maior oneração de seus lucros, deveriam participar mais ativamente do financiamento da seguridade social.

Propomos, dessa forma, elevar em três pontos percentuais, de 15% para 18%, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL devida pelas instituições financeiras.

Por essas razões, considerando a relevância da proposta, que trará mais racionalidade e justiça ao sistema tributário, conto com o apoio de meus ilustres pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, de maio de 2015.

ALFREDO KAEFER

Deputado Federal

PSDB/PR

**MPV 675
00183**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**EMENDA Nº - CM
(Medida Provisória nº 675/2015)**

Insera-se, onde couber na Medida Provisória nº 675, de 10 maio de 2015, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10-A. O empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a União, inclusive os constituídos posteriormente ao processamento da recuperação judicial, em 160 (cento e sessenta) parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

I – da 1ª à 60ª prestação: será pago o valor de 1% (um por cento) do faturamento bruto da empresa;

IV – 61ª à 160ª prestação: será pago 1,0% (um por cento) do saldo devedor remanescente.

.....” (NR)

Art. 2. O empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que tenham protocolizado tempestivamente requerimento de adesão ao benefício previsto no artigo 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e que tenham sido excluídas do referido programa pelo inadimplemento das antecipações exigidas pelo § 2º do artigo 2º da mesma Lei poderão utilizar-se dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para pagamento destes valores, sem prejuízo da sua utilização para quitação antecipada, nos termos do § 8º do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, observadas as disposições do § 9º do mesmo artigo.

Parágrafo único. O pagamento das antecipações previstas no § 2º do art. 2º da Lei nº 12.996, de 2014, nos termos do **caput**, restabelece a adesão ao parcelamento respectivo.

Art. 3. Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas de contribuição social sobre o lucro líquido apurados por empresas em recuperação judicial que tenham sido gerados antes ou durante o período em que elas estavam sob intervenção ou liquidação extrajudicial, na forma da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, ou sob regime de administração especial

temporária, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, ou, ainda, em processo de saneamento conforme previsto no art. 5º da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, podem ser compensados sem a limitação prevista pelos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, mesmo após a cessação dos referidos regimes, de acordo com as alíquotas aplicáveis a cada pessoa jurídica, sem prejuízo da utilização dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativas, para quitação parcial ou total dos referidos débitos remanescentes.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se também às sociedades empresárias que pleitearem ou tiverem deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, até o trânsito em julgado da sentença disposta no art. 63 da referida Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Propomos emenda para alongar os prazos de refinanciamento de débitos tributários, previsto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, das empresas em recuperação judicial, bem como permitir a utilização de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL para a quitação antecipada dos débitos parcelados.

Muito embora a reabertura dos programas de parcelamento de débitos federais previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“REFIS da Crise”), e nº 12.249, de 11 de junho de 2010 (“REFIS-Autarquias”), tenha representado importante medida para auxiliar a recuperação de empresas em estado pré-falimentar, faz-se necessário o aperfeiçoamento desses programas, com o alongamento dos prazos de refinanciamento para as empresas em recuperação judicial, de forma a manter as empresas em operação e preservar a geração de empregos.

A redação dada para a reabertura desse Refis se faz necessária frente à situação econômica do País e às dificuldades financeiras de muitas empresas e irá incrementar a arrecadação.

Por essas razões, esperamos o apoio de nossos Pares para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de maio de 2015.

Alfredo Kaefer
Deputado Federal
PSDB/PR

MPV 675
00184

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor
Deputado ANDRE MOURA

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. XX. Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas de contribuição social sobre o lucro líquido apurados por instituições financeiras que tenham sido gerados antes ou durante o período em que elas estavam sob intervenção ou liquidação extrajudicial, na forma da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, ou sob regime de administração especial temporária, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, ou, ainda, em processo de saneamento conforme previsto no art. 5º da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, podem ser compensados sem a limitação prevista pelos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, mesmo após a cessação dos referidos regimes, de acordo com as alíquotas aplicáveis a cada pessoa jurídica.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se também às sociedades empresárias que pleitearem ou tiverem deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, até o trânsito em julgado da sentença disposta no art. 63 da referida Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos com essa emenda a oportunidade de a sociedade empresária em recuperação judicial utilizar prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para pagamento do valor de entrada exigido para ingresso no parcelamento abordado pelo art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, facultando-lhe o reingresso na sistemática dessa Lei. Vemos como um instrumento valioso às empresas para a regularização de suas dívidas com a Fazenda.

DEPUTADO ANDRE MOURA

MPV 675
00185

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor
Deputado ANDRE MOURA

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. XX. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10-A. O empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a União, inclusive os constituídos posteriormente ao processamento da recuperação judicial, em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

I – da 1ª à 24ª prestação: 0,5% (cinco décimos por cento);

II – da 25ª à 48ª prestação: 0,7% (sete décimos por cento);

III – da 49ª à 119ª prestação: 1,0% (um por cento); e

IV – 120ª prestação: saldo devedor remanescente.

.....” (NR)

Art. XX. O empresário ou sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que tenham protocolizado tempestivamente requerimento de adesão ao benefício previsto no artigo 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e que tenham sido excluídas do referido programa pelo inadimplemento das antecipações exigidas pelo § 2º do artigo 2º da mesma Lei poderão utilizar-se dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para pagamento destes valores, sem prejuízo da sua utilização para quitação antecipada.

Parágrafo único. O pagamento das antecipações previstas no § 2º do art. 2º da Lei nº 12.996, de 2014, nos termos do *caput*, restabelece a adesão ao parcelamento respectivo.

JUSTIFICAÇÃO

Propomos emenda para alongar os prazos do refinanciamento de débitos tributários, previsto na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, das empresas em recuperação judicial, bem como permitir a utilização de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL para a quitação antecipada dos débitos parcelados. Muito embora a reabertura dos programas de parcelamento de débitos federais previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("REFIS da Crise"), e nº 12.249, de 11 de junho de 2010 ("REFIS-Autarquias"), tenha representado importante medida para auxiliar a recuperação de empresas em estado pré-falimentar, faz-se necessário o aperfeiçoamento desses programas, com o alongamento dos prazos de refinanciamento para as empresas em recuperação judicial, de forma a manter as empresas em operação e preservar a geração de empregos.

DEPUTADO ANDRE MOURA

MPV 675
00186

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor
Deputado ANDRE MOURA

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. XX. Fica autorizada a concessão de subvenção com a finalidade de promover a equalização de juros para as empresas industriais exportadoras, visando a manter a competitividade da indústria de exportação brasileira de produtos manufaturados, que necessitam de capital intensivo.

§ 1º Somente poderão se habilitar à subvenção as empresas industriais, predominantemente exportadoras, com, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de exportação da sua produção total e cujo faturamento anual seja de, no máximo, 70% (setenta por cento) do seu ativo permanente.

§ 2º A referida subvenção limitar-se-á à diferença convertida em reais entre os juros pagos e a taxa LIBOR interbancária, quando o financiamento for em moeda estrangeira, ou a diferença entre os juros pagos e a taxa TJLP, quando o financiamento for em moeda nacional.

§ 3º Eventuais receitas financeiras, obtidas com aplicação de sobras de caixa, serão deduzidas da subvenção na mesma razão do disposto no § 2º.

§ 4º Os custos incorridos com *hedge* cambial poderão ser computados na referida subvenção, limitados ao fluxo de pagamento de juros e

amortizações do exercício corrente.

§ 5º A subvenção de que trata este artigo não será computada na base de cálculo da apuração do lucro real e nem base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, constituindo-se uma receita não tributável.

§ 6º O limite anual de dispêndio do Tesouro Nacional, para o cumprimento do disposto neste artigo, será estabelecido pela Lei Orçamentária, sendo que no exercício de 2015 será limitado a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões) de reais.

§ 7º O Ministro de Estado da Fazenda editará regulamento definindo os parâmetros e limites da respectiva subvenção, observados os parâmetros estabelecidos neste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta na presente Medida Provisória tem como objetivo o desenvolvimento econômico do Brasil. Visa conceder incentivo, na forma de subvenção econômica, para as empresas industriais exportadoras brasileiras, promovendo a equalização de juros com o fim de garantir a competitividade. A modificação proposta é fundamental no presente momento, uma vez que indústria apresenta quadro negativo. Os indicadores mostram uma estagnação do setor industrial brasileiro, que vem apresentando taxas de crescimento modestas e até negativas. Contribuem para isso os elevados custos dos insumos, como energia elétrica e mão de obra, e a infraestrutura sabidamente deficiente no Brasil. Reverter o quadro é urgente para arrecadação de impostos, manutenção de empregos e desenvolvimento do país. A proposta também é relevante se consideramos os problemas do setor externo brasileiro. O balanço de pagamentos do país tem se deteriorado de forma preocupante, com o aumento do déficit em transações correntes, especialmente se tomado como proporção do PIB. Para isso, tem contribuído a redução do saldo da balança comercial, com a expansão das importações sem o correspondente incremento das exportações. O benefício será concedido às empresas industriais, preponderantemente exportadoras, que tenham no mínimo 80% (oitenta por cento) de exportação da sua produção total, e cujo faturamento anual seja de no máximo 70% (setenta por cento) do seu ativo permanente. Garante-se, com isso, que

o benefício seja direcionado efetivamente a indústrias exportadoras, permitindo-lhes financiar-se a um custo menor, mais próximo daqueles suportados por seus concorrentes estrangeiros. A emenda traz outras salvaguardas para que o referido objetivo seja alcançado com o menor custo possível. Em primeiro lugar, limita-se o montante da subvenção; quando se tratar de empréstimo internacional, o limite será a diferença entre os juros pagos e a taxa LIBOR; quando nacional, a diferença entre a taxa de juros e a TJLP. Além disso, eventuais receitas financeiras obtidas com aplicação de sobras de caixa serão deduzidas da subvenção. Por outro lado, a subvenção não será considerada rendimento tributável para fins de imposto de renda, nem integrará a base de cálculo da CSLL. Se não fosse assim, o benefício terminaria por ser devolvido em parte para a própria Tesouro Nacional, responsável pelo benefício, reduzindo-se seu alcance. Por fim, há um limite global para o benefício de R\$ 400.000.000,00 para 2015, suficiente para alcançar os resultados esperados, mas que não coloca em risco a responsabilidade fiscal. Inclusive, sempre atento a seguir as normas legais, ressalto que o recurso orçamentário para a presente medida se encontra no Orçamento da União, na funcional 28.846.0909.00OB.0001, ação AUXÍLIO À CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO (LEIS NºS 10.438, DE 26/04/2002, E 12.783, DE 11/01/2013) – NACIONAL. Assim, a modificação proposta é relevante e oportuna tanto por dinamizar a combatida indústria brasileira, quanto por promover uma melhoria das contas externas do país.

DEPUTADO ANDRE MOURA

**MPV 675
00187**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado WELLINGTON ROBERTO

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. XX. A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 23-A. Para efeito de interpretação do disposto no art. 3º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nos §§ 1º e 2º do art. 23 desta Lei, a incorporação de ações ou quotas nas operações de integralização de capital, considerando sua natureza de permuta, somente se sujeita à apuração do ganho de capital, nas hipóteses de a pessoa física subscritora:

I – optar por lançar, em sua declaração de bens, as ações ou quotas recebidas por valor superior ao das ações ou quotas transferidas a título de integralização; ou

II – receber torna, assim entendida como a percepção adicional de qualquer valor, em espécie, bens ou direitos distintos das ações ou quotas representativas do capital da pessoa jurídica objeto da integralização.

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o ganho de capital será apurado apenas em relação à torna.

§ 2º A condição de permuta não se altera ainda que o valor pelo qual as ações ou quotas entregues pela pessoa física tenham ingressado no patrimônio da pessoa jurídica, em decorrência da avaliação estabelecida pela legislação societária, por valor superior ao constante da declaração de bens da pessoa física.

§ 3º O registro de ágio, pela pessoa jurídica objeto da integralização, em relação às operações realizadas pela pessoa física na forma deste artigo, permanece sujeito à legislação aplicável às pessoas jurídicas, especialmente em relação à sua amortização e dedutibilidade, por ser desvinculado do tratamento tributário aplicável à pessoa física integralizadora.”

JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas duas décadas, graças, principalmente, à estabilidade econômica alcançada pelo Brasil e à consequente melhoria do ambiente de negócios para as empresas nacionais, diversas operações de reorganização societária resultaram na formação de conglomerados empresariais fortalecidos e eficientes, gerando, inclusive, maior contribuição aos cofres públicos. Tal evolução implicou profunda revisão no modelo de gestão empresarial no País, impondo o profissionalismo e a concentração decisória, mas descentralizando e especializando as atividades fins, mediante, principalmente, a instituição de holdings, fazendo de nossas empresas organismos mais consistentes para o enfrentamento da forte concorrência de uma economia globalizada e competitiva. Em muitos casos, para a efetivação das reorganizações societárias, especialmente nas incorporações de empresas, fez-se necessário que pessoas físicas, na maioria das vezes de famílias de empreendedores históricos do Brasil, detentoras de significativas participações societárias nas empresas envolvidas no processo, se vissem na contingência de, até para salvaguardar seu patrimônio, integralizar o capital de outras empresas, mediante o aporte de suas participações. O art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, guarda perfeita consonância com uma correta política de estímulo à capitalização das empresas nacionais, dando-lhe o correto tratamento de permuta. Porém, diante da intensidade das operações, do elevado porte das empresas e das grandes quantias envolvidas acabaram por despertar a atenção da RFB, que desencadeou diversas ações de fiscalização, das quais resultaram autuações que envolvem valores simplesmente

impagáveis sob o argumento de um pretenso ganho de capital. Assim, para preservar os legítimos interesses da Administração Tributária Federal, bem como fornecer a segurança jurídica necessária aos contribuintes, a presente proposta elucida as situações pelas quais se faz a adequada apuração do ganho de capital de pessoa física nas hipóteses do art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.713, de 1988.

DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO

MPV 675
00188

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado WELLINGTON ROBERTO

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. XX. A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 23-A. Para efeito de interpretação do disposto no art. 3º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nos §§ 1º e 2º do art. 23 desta Lei, a incorporação de ações ou quotas nas operações de integralização de capital, considerando sua natureza de permuta, somente se sujeita à apuração do ganho de capital, nas hipóteses de a pessoa física subscritora:

I – optar por lançar, em sua declaração de bens, as ações ou quotas recebidas por valor superior ao das ações ou quotas transferidas a título de integralização; ou

II – receber torna, assim entendida como a percepção adicional de qualquer valor, em espécie, bens ou direitos distintos das ações ou quotas representativas do capital da pessoa jurídica objeto da integralização.

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o ganho de capital será apurado apenas em relação à torna.

§ 2º A condição de permuta não se altera ainda que o valor pelo qual as ações ou quotas entregues pela pessoa física tenham ingressado no patrimônio da pessoa jurídica, em decorrência da avaliação estabelecida pela legislação societária, por valor superior ao constante da declaração de bens da pessoa física.

§ 3º O registro de ágio, pela pessoa jurídica objeto da integralização, em relação às operações realizadas pela pessoa física na forma deste artigo, permanece sujeito à legislação aplicável às pessoas jurídicas, especialmente em relação à sua amortização e dedutibilidade, por ser desvinculado do tratamento tributário aplicável à pessoa física integralizadora.”

JUSTIFICAÇÃO

A sistemática atual de retenção das contribuições sociais CSLL, PIS e Cofins impõe grandes custos administrativos às empresas. Como a retenção só ocorre a partir do momento em que o montante pago a determinado fornecedor de serviços atinge R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no mês, as empresas são levadas a desenvolver mecanismos de controle do valor pago a determinado fornecedor durante o mês. Essa complexidade aumenta consideravelmente no caso de empresas que possuem mais de uma unidade, pois o recolhimento precisa ser feito de forma centralizada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica. Essa emenda propõe que a retenção passe a ocorrer sobre todos os pagamentos cujo valor acarrete a geração de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Dart) superior a R\$impagáveis sob o argumento de um pretense ganho de capital. Assim, para preservar os legítimos interesses da Administração Tributária Federal, bem como fornecer a segurança jurídica necessária aos contribuintes, a presente proposta elucida as situações pelas quais se faz a adequada apuração do ganho de capital de pessoa física nas hipóteses do art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.713, de 1988.

10,00. Dessa forma, haveria aperfeiçoamento e simplificação dos controles exigidos das empresas obrigadas à retenção, com a consequente redução do custo operacional das empresas. Outra alteração proposta nessa emenda é a ampliação dos prazos de apuração e recolhimento dos valores retidos das contribuições sociais CSLL, PIS e Cofins. Atualmente as empresas devem recolher à Receita Federal do Brasil os valores retidos na quinzena até o último dia útil da quinzena subsequente àquela em que ocorreu o pagamento à empresa prestadora do serviço. Essa emenda altera o período de apuração, de quinzenal para mensal, e amplia o prazo de recolhimento, que passa a ser o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele em que ocorreu o pagamento à pessoa jurídica prestadora do serviço. Com isso, as empresas que realizam as retenções terão uma redução nos custos envolvidos no recolhimento dos tributos à Receita Federal do Brasil, que passarão a ocorrer em intervalos de tempo maiores.

DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO

MPV 675
00189

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR- PMDB/PB

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

Inclua-se onde couber:

Art. xx. A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 28.

§ 4º-A. As saídas com alíquota zero a que se refere o **caput** deste artigo não impedem a utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS vinculados a essas operações, para compensação com débitos próprios do contribuinte, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

§ 4º-B. Na impossibilidade da compensação aludida no §4º-A, fica autorizada a transferência dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS a outras empresas qualificadas como controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, na forma da legislação em vigor, desde que a condição societária das empresas, quanto grupo econômico, se verifique até 31 de dezembro de 2014.

§4º-C. A Secretaria da Receita Federal do Brasil deverá disciplinar os procedimentos para a transferência de créditos na forma prevista no § 4-B deste artigo.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Visando beneficiar a classe de menor renda, o governo federal, por meio da Lei nº 11.196/2005, instituiu o Programa de Inclusão Digital, que, entre outros benefícios, reduziu a zero a alíquota da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins incidente nas vendas de diversos bens de informática e telefones portáteis que permitem o acesso à internet. Com a referida medida, o governo federal tem por objetivo facilitar o acesso da população a este importante meio de comunicação e de informação, aumentando, por outro lado, a produção de equipamentos de informática, bem como a competitividade das empresas nacionais. Considerando que para os dias atuais a finalidade social ensejadora da desoneração fiscal no ano de 2005 permanece incólume, a Medida Provisória nº 656, de 7 de outubro de 2014, prorrogou o referido benefício fiscal até o fim de 2018.

Acrescenta-se que, visando alcançar os anseios da Lei nº 11.196/2005, conforme pretendeu a MP nº 656/2014, deve ser garantida a desoneração total da cadeia econômica relacionada aos citados bens, desde a produção até o consumo. Deste modo, não se justifica que o contribuinte beneficiado com alíquota zero da contribuição ao PIS/Pasep e a COFINS, sobre a receita bruta das vendas dos bens elencados no art. 28, da Lei nº 11.196/2005, suporte o ônus tributário decorrente do acúmulo e manutenção de crédito relativo às referidas operações. Em razão do exposto, mister se faz reafirmar o direito à compensação dos créditos do PIS/Pasep e da Cofins com débitos próprios de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, assegurando, no caso de sua impossibilidade, a realização de transferência de créditos a empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

DEPUTADO MANOEL JUNIOR

**MPV 675
00190****CONGRESSO NACIONAL****ETIQUETA****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****28/05/2015****Medida Provisória nº 675 de 2015****Autor****Deputado MANOEL JUNIOR– PMDB/PB****nº do prontuário****Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se onde couber:

Art. xx. A Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 22. Os notários e oficiais de registro, temporários ou permanentes, responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, inclusive pelos relacionados a direitos e encargos trabalhistas, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda tem como objetivo Adicionar um dispositivo que prevê, de modo expresse, a responsabilização pelos notários e oficiais de registro temporários quando causadores de danos a terceiros, inclusive obrigando-se pelos encargos trabalhistas, quando for o caso.

DEPUTADO MANOEL JUNIOR

MPV 675
00191

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR- PMDB/PB

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. xx. A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 9º** A empresa instalada em ZPE poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, devendo, entretanto, manter contabilização separada para efeitos fiscais” (NR)

“ **Art. 18.** Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 60%(sessenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

.....
§ 8º O compromisso exportador, estabelecido no caput deste artigo, quando se tratar de ZPE localizada nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, será gradativo até atingir o percentual mínimo, da seguinte forma:

I – 20% (vinte por cento), no primeiro ano;

II- 40% (quarenta por cento), no segundo ano;

III- 60% (sessenta por cento) para produção industrial, no terceiro ano” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de aprimorar o debate sobre a matéria, apresentamos uma importante demanda da sociedade. Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

ASSINATURA**DEPUTADO MANOEL JUNIOR**



CONGRESSO NACIONAL

MPV 675
00192

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

28/05/2015

Medida Provisória nº 675 de 2015

Autor

Deputado MANOEL JUNIOR- PMDB/PB

nº do prontuário

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

Art. xx A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º.....

§ 3º.....

I - 60% (sessenta por cento) daquela prevista no art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para os produtos de origem animal classificados nos Capítulos 2, 3, 4, exceto leite in natura, 16, e nos códigos 15.01 a 15.06, 1516.10, e as misturas ou preparações de gorduras ou de óleos animais dos códigos 15.17 e 15.18;

IV – 50% (cinquenta por cento) daquela prevista no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para

o leite in natura, adquirido por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, regularmente habilitada, provisória ou definitivamente, perante o Poder Executivo na forma do art. 9º-A;

V - 20% (vinte por cento) daquela prevista no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para o leite in natura, adquirido por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, não habilitada perante o Poder Executivo na forma do art. 9º-A.

.....º (NR)

“Art. 9º-A A pessoa jurídica poderá utilizar o saldo de créditos presumidos de que trata o art. 8º apurado em relação a custos, despesas e encargos vinculados à produção e à comercialização de leite, acumulado até o dia anterior à publicação do ato de que trata o § 8º ou acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário a partir da referida data, para:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria; ou

II - ressarcimento em dinheiro, observada a legislação aplicável à matéria.

§ 1º O pedido de compensação ou de ressarcimento do saldo de créditos de que trata o caput acumulado até o dia anterior à publicação do ato de que trata o § 8º somente poderá ser efetuado:

I - relativamente aos créditos apurados no ano calendário de 2010, a partir da data de publicação do ato de que trata o § 8º;

II - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2011, a partir de 1º de janeiro de 2016;

III - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2012, a partir de 1º de janeiro de 2017;

IV - relativamente aos créditos apurados no ano-calendário de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2018;

V - relativamente aos créditos apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 e o dia anterior à publicação do ato de que trata o § 8º, a partir de 1º de janeiro de 2019.

§ 2º O disposto no **caput** em relação ao saldo de créditos presumidos apurados na forma do inciso IV do § 3º do art. 8º e acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário a partir da data de publicação do ato de que trata o § 8º deste artigo somente se aplica à pessoa jurídica regularmente habilitada, provisória ou definitivamente, perante o Poder Executivo.

§ 3º A habilitação definitiva de que trata o § 2º fica condicionada:

I – à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

II - à realização, pela pessoa jurídica interessada, no ano-calendário, de investimento no projeto de que trata o inciso III correspondente, no mínimo, a 5% (cinco por cento) do somatório dos valores dos créditos presumidos de que trata o § 3º do art. 8º

efetivamente compensados com outros tributos ou ressarcidos em dinheiro no mesmo ano-calendário;

III - à aprovação de projeto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade;

IV - à regular execução do projeto de investimento de que trata o inciso III nos termos em que aprovados pelo Poder Executivo;

V - ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pelo Poder Executivo para viabilizar a fiscalização da regularidade da execução do projeto de investimento de que trata o inciso III.

§ 4º O investimento de que trata o inciso II do § 3º:

I - poderá ser realizado, total ou parcialmente, individual ou coletivamente, por meio de aporte de recursos em instituições que se dediquem a auxiliar os produtores de leite em sua atividade, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica interessada pela efetiva execução do projeto de investimento de que trata o III do § 3º;

II - não poderá abranger valores despendidos pela pessoa jurídica para cumprir requisito à fruição de qualquer outro benefício ou incentivo fiscal.

§ 5º A pessoa jurídica que, em determinado ano-calendário, não alcançar o valor de investimento necessário nos termos do inciso II do § 3º poderá, em complementação, investir no

projeto aprovado o valor residual até o dia 30 de junho do ano-calendário subsequente.

§ 6º Os valores investidos na forma do § 5º não serão computados no valor do investimento de que trata o inciso II do § 3º apurado no ano-calendário em que foram investidos.

§ 7º A pessoa jurídica que descumprir as condições estabelecidas no § 3º:

I - terá sua habilitação cancelada;

II - perderá o direito de utilizar o saldo de créditos presumidos de que trata o § 2º nas formas estabelecidas nos incisos do caput, inclusive em relação aos pedidos de compensação ou ressarcimento apresentados anteriormente ao cancelamento da habilitação mas ainda não apreciados ao tempo desta;

III - não poderá se habilitar novamente no prazo de dois anos, contados da publicação do cancelamento da habilitação;

IV - deverá apurar o crédito presumido de que trata o art. 8º na forma do inciso V do § 3º daquele artigo.

§ 8º Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, estabelecendo, entre outros:

I - os critérios para aprovação dos projetos de que trata o inciso III do § 3º apresentados pelos interessados;

II - a forma de habilitação provisória e definitiva das pessoas jurídicas interessadas;

III - a forma de fiscalização da atuação das pessoas jurídicas habilitadas.

§ 9º A habilitação provisória será concedida mediante a apresentação do projeto de que trata o III do § 3º e está condicionada à regularidade fiscal de que trata o inciso I do § 3º.

§ 10. No caso de deferimento do requerimento de habilitação definitiva, cessará a vigência da habilitação provisória e serão convalidados seus efeitos.

§ 11 No caso de indeferimento do requerimento de habilitação definitiva ou de desistência do requerimento por parte da pessoa jurídica interessada, antes da decisão de deferimento ou indeferimento do requerimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos retroativamente à data de apresentação do projeto de que trata o III do § 3º e a pessoa jurídica deverá:

I - caso tenha utilizado os créditos presumidos apurados na forma do inciso IV do § 3º do art. 8º para desconto da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS devidas, para compensação com outros tributos ou para ressarcimento em dinheiro, recolher, no prazo de 30 (trinta) dias do indeferimento ou da desistência, o valor utilizado indevidamente, acrescido de juros de mora;

II - caso não tenha utilizado os créditos presumidos apurados na forma do inciso IV do § 3º do art. 8º nas formas citadas no inciso I, estornar o montante de créditos presumidos apurados indevidamente do saldo acumulado.” (NR)

Art. 7º O art. 9º da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º ”

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também ao crédito presumido de que trata o art. 15 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica no caso de recebimento, por cooperativa, de leite in natura de cooperado.”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda tem como objetivo sugerir a possibilidade de ressarcimento, em dinheiro, de pessoa jurídica que tenha saldo de crédito presumido relacionado a despesas e encargos com a produção e comercialização de leite, em virtude da enorme dificuldade que pessoas jurídicas de menor porte têm em compensá-lo. Nossa proposta condiciona o creditamento majorado ao atendimento a requisitos de investimento segundo projeto de investimento aprovado pelo Poder Executivo. Ressaltamos que não haverá impacto financeiro e orçamentário com a medida, apenas a facilitação do exercício do direito e da recuperação de créditos já existentes.

DEPUTADO MANOEL JUNIOR

MPV 675
00193

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 675, de 2015)

Acrescenta-se à Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, onde couber, os seguintes artigos:

Art. 1º Dê-se ao Art. 10º da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, a seguinte redação:

“Art. 10º

V – Analista de Infraestrutura

§1º. Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§2º. As classes e padrões de remuneração dos servidores já em exercício e integrantes do item V deste artigo serão reenquadrados por equivalência conforme o Anexo I da Lei 11.539 de 8 de novembro de 2007.

§3º. Os servidores integrantes do item V deste artigo passam a ser remunerados na forma desta lei a partir de 01 de agosto de 2015, vedada retroatividade de qualquer espécie.” (NR)

Art. 2º Os Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 9º, 11º, 15º e 16º da Lei Nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º

I - Carreira de Analista de Infraestrutura, estruturada nas Classes A, B, C e Especial, composta do cargo de Analista de Infraestrutura, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas públicas de infraestrutura, incluindo as atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infra-estrutura de grande porte; e ”

.....

§ 4º Compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeitado o disposto no § 3º, definir, a qualquer tempo, o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o caput, nos demais órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, incluindo empresas públicas, sociedades de economia mista, em autarquias e fundações, aplicando-se, no caso, o disposto no art. 12º II desta lei.

§ 6º São irrecusáveis as requisições de servidores de que trata este artigo na situação prevista no art. 2º da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995, e em situações previstas em lei ou regulamento específica.

Art. 3º O ingresso nos cargos dar-se-á por meio de concurso público de provas e títulos, incluindo curso específico de formação promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de Órgão Supervisor, e ministrado pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), respeitada a legislação específica.

§ 1º O concurso público referido no caput deste artigo poderá, quando couber, ser realizado por áreas de especialização e deverá ser organizado em duas ou mais fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de provas e títulos, e a segunda constituída de curso de formação, conforme dispuser o edital de convocação do certame, observada a legislação pertinente.

§ 7º Durante o curso específico de formação referido no caput, será concedido aos candidatos matriculados auxílio-financeiro correspondente a cinquenta por cento da remuneração do padrão inicial da classe inicial do cargo, calculada com base no respectivo vencimento básico acrescido das demais vantagens de caráter geral e permanente instituídas por lei, inclusive parcela variável em seu valor máximo.

§ 8º Ao servidor ou empregado da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, aprovado na primeira etapa do concurso referido no caput, é facultado, durante o curso específico de formação, optar pela percepção da remuneração de seu cargo ou emprego ou pelo auxílio-financeiro, sendo-lhe assegurados, enquanto perdurar o curso, todos os direitos e vantagens do cargo ou emprego de origem, como se em efetivo exercício estivesse.

§ 9º Empossado no cargo, o tempo destinado à participação no curso de formação será computado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício no cargo de Analista de Infraestrutura, exceto para fins de estágio probatório, estabilidade, férias e promoção.

Art. 4º Os vencimentos dos ocupantes do cargo de que trata o art. 1º desta Lei serão constituídos na forma do Art. 10 da Lei 11.890 de 24 de dezembro de 2008.

Art. 6º Decreto disporá sobre os critérios gerais a serem observados na realização das avaliações de desempenho institucional e individual para fins de promoção e progressão.

§ 5º Compete ao Órgão Supervisor formular os programas de desenvolvimento e capacitação profissional nos aspectos inerentes às atribuições dos cargos de que trata este artigo, inclusive de servidores em exercício descentralizado, cabendo aos órgãos ou entidades em que o servidor estiver em exercício a implantação desses programas, sendo auxiliados pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Art. 7º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e de concessão da GDAIE serão estabelecidos em ato do dirigente máximo do órgão ou entidade no qual o servidor se encontra em exercício, de acordo com as diretrizes e normas complementares editadas pelo Órgão Supervisor.

Art. 9º As avaliações referentes aos desempenhos individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

§ 4º O período avaliativo e os efeitos financeiros dele decorrentes poderão ter duração diferente da prevista no caput em situações específicas disciplinadas por ato do Poder Executivo.

Art. 16. O desenvolvimento do servidor no cargo de Analista de Infraestrutura ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada padrão; e

II - para fins de promoção:

a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

§ 2º O interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção, conforme estabelecido nas alíneas a dos incisos I e II do § 1º deste artigo, será:

Art. 3º A partir da publicação desta lei ficam revogados os Artigos 4º-A, 5º, 6º, §1º, §2º, 9º, §1º, 2º, 10º, 11º, 12º, 13º-A, 13º-B, 14º, 14º-A, 18º e 19º da Lei Nº 11.539, de 8 de novembro de 2007.

Art. 4º O Órgão Supervisor deverá publicar regulamentação necessária para o cumprimento desta Lei em até sessenta dias.

*ANEXO I (Lei Nº 11.538, de 8 de novembro de 2007)

ESTRUTURA DE CARGOS.

b) Analista em Infraestrutura

NÍVEL	CARGO	EQUIVALÊNCIA DE REENQUADRAMENTO DE CLASSE E PADRÃO			
		Lei 11.538/2007		Lei 11.890/2008	
		CLASSE	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO
Superior	Analista de Infraestrutura	B	I	C	III
		A	V		I
			IV	B	III
			III		I
			II	A	III
			I		I

*ANEXO II (Lei Nº 11.538, de 8 de novembro de 2007)

b) de acordo com o Anexo IV da Lei 11.890 de 24 de dezembro de 2008."

*ANEXO III. (Lei Nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

b) Carreira de Analista de Infraestrutura

Revogado*

*ANEXO IV. (Lei Nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

**TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO - GQ PARA O CARGO
ISOLADO DE ESPECIALISTA EM INFRAESTRUTURA SÊNIOR**

VALOR DA GQ – EM R\$							
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE							
1ª JAN 2010		1ª JAN 2013		1ª JAN 2014		1ª JAN 2015	
Nível I	Nível II	Nível I	Nível II	Nível I	Nível II	Nível I	Nível II
554,02	1.108,04	582,65	1.165,10	611,10	1.222,19	641,35	1.282,69

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda ora submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional tem por objetivo valorizar a carreira de Analista de Infraestruturas, conforme consta na Lei Federal nº 12.539/2007.

Tem por escopo aprimorar as políticas e as diretrizes estabelecidas para a gestão dessa citada categoria, além de buscar solucionar os principais problemas relacionados a questão remuneratória dos integrantes das carreiras, cuja estrutura se mostra defasada em relação a outras do próprio Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Tomou-se como paradigma as carreiras organizadas de Analistas do próprio Ministério do Planejamento e de outros ministérios equivalentes (como o Ministério da Fazenda), que tem remuneração variando entre 15 e 22 mil Reais, a exemplo do Analista de Planejamento e Orçamento (APO) e Analista de Finanças e Controle (AFC). O Analista de Infraestrutura que tem atividades e atribuições equivalentes a estas duas ultimas carreiras citadas, tem vencimento entre 8 e 13 mil reais. Tal defasagem traz como consequência maior a rotatividade desses servidores nos órgãos do Poder Executivo da União, em especial nos ministérios ligados à infraestrutura econômica, com prejuízos no que se refere à celeridade da expansão da produtividade da nossa economia e na qualidade da prestação dos serviços públicos de energia, saneamento e transportes.

Essa situação de defasagem salarial e da estrutura de progressão dos analistas de infraestrutura com relação a outras categorias assemelhadas

tem provocado crescente evasão de engenheiros, de arquitetos e urbanistas, de geógrafos, geólogos que analisam, implantam e gerenciam os empreendimentos de infraestrutura do Brasil.

Por tais razões, altera-se o Art. 10º da Lei Nº 11.890, de 24 de dezembro 2008, passa a vigorar com nova seguinte redação, e os Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 9º, 11º, 15º e 16º da Lei Nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passam a vigorar também como nova redação.

Os analistas de infraestrutura merecem uma atenção especial. Não há dúvida que uma solução definitiva para essa categoria de funcionário público absolutamente fundamental para o futuro do país.

Esta Emenda inclui a Carreira de Analista de Infraestrutura no Ciclo de Gestão, o que é uma necessidade, por reconhecer a importância da infraestrutura para o desenvolvimento do Brasil, com impacto orçamentário, da ordem de 25 milhões de Reais para este ano de 2015, é ínfimo diante dos prejuízos causados pela má gestão de uma obra.

Estudo da CNI aponta que os volumes de recursos desperdiçados em apenas 6 (seis) obras (*Aeroporto de Vitória, Esgotamento Sanitário da Bacia do Cocó em Fortaleza, Transposição do Rio São Francisco, Ferrovia de Integração Oeste/Leste na Bahia e Trecho da BR 101 no Sul de Santa Catarina, Linhas de Transmissão ligando as Hidrelétricas do Rio Madeira ao Sistema Interligado Nacional*), já ultrapassava, em 2013, a quantia vultosa de R\$ 28 bilhões de Reais. Conforme anotação da CNI, “para se ter uma ideia do quanto representa esse volume de recursos, pode-se dizer que o atraso dessas seis obras é suficiente para a construção de 466 mil casas populares” *etc.*

A gestão de projetos de infraestrutura é complexa e demanda qualificação, fixação eficiente de prazos, decisões técnicas e coordenação entre as atividades desenvolvidas. Para fazer tal coordenação são imprescindíveis os Analistas de Infraestrutura.

Sala da Comissão,

Senador **HÉLIO JOSÉ**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zezé Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)****Bloco de Apoio ao Governo - 24****PT-13 / PDT-6 / PP-5**

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ana Amélia	PP / RS
Angela Portela	PT / RR
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Cristovam Buarque	PDT / DF
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gladson Cameli	PP / AC
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Ivo Cassol	PP / RO
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Reguffe	PDT / DF
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Zeze Perrella	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21**PMDB-17 / PSD-4**

Dário Berger	PMDB / SC
Edison Lobão	PMDB / MA
Eunício Oliveira	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho	PMDB / RN
Hélio José	PSD / DF
Jader Barbalho	PMDB / PA
João Alberto Souza	PMDB / MA
José Maranhão	PMDB / PB
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Raimundo Lira	PMDB / PB
Renan Calheiros	PMDB / AL
Ricardo Ferraço	PMDB / ES
Roberto Requião	PMDB / PR
Romero Jucá	PMDB / RR
Rose de Freitas	PMDB / ES
Sandra Braga	PMDB / AM
Sérgio Petecão	PSD / AC
Simone Tebet	PMDB / MS
Valdir Raupp	PMDB / RO
Waldemir Moka	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 17**PSDB-12 / DEM-5**

Aécio Neves	PSDB / MG
-------------	-----------

Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PSDB / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalirio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Lúcia Vânia	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE
Wilder Morais	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9**PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1**

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lidice da Mata	PSB / BA
Randolfe Rodrigues	PSOL / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Marta Suplicy	SP
---------------	----

Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco da Maioria	21
Bloco Parlamentar da Oposição	17
Bloco Parlamentar União e Força	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RJ)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SE)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PD)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RJ)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PD)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Deleídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lidice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RJ)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PSB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

* Período 2011/2019 ** Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petta (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (30)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (31) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (36)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lidice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,33)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n/2015-DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GS/MEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PC do B (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Teilmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Pereira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Teilmário Mota foi designado 4ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Teilmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moura foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR
IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA**

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROSVAGO ⁽¹⁾VAGO ⁽²⁾VAGO ⁽³⁾**Notas:**

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinelson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
--

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
--

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
--

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)
--

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

*** Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

**** Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinelson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR
DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Elton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Brito

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

* Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Waldemir Mota (PMDB)
Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Roberto Rocha (PSB)

Notas:

* O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Mota e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** Em 28.05.2015 foi expedido o Ato do Presidente nº 10, de 2015, que incluiu os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha na Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. nºs 51 e 55/2015-BLSDDEM).

***. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

****. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

*****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).
2. Em 20.05.2015, o Senador Hêlio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).
3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Felipe Geraldês - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁶⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Dorizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBAG).

***. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Dorizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLBAG).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(6,2)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPI/HSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vaga em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DA CBF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 28/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lidice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾**Leitura:** 05/03/2015**Designação:** 29/04/2015**Instalação:** 06/05/2015**Prazo final:** 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

** Em 29.04.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

*** Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares, e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 42 e 52/2015-GLDBAG).

**** Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

***** Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

***** Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lidice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lope
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁸⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁰⁾
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Casado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lidice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- *****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lima e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol, como membros suplentes, pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antônio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 63/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antônio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(10,6)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(3,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

*****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares, e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.
2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).
3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalizio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁶⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁸⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Alcysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(16,10)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(16,10)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(11,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tabet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lima foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-GLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: secomcej@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeca Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Carneiro (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requão (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽⁶⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares, e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares, e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares, e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Afaiê Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁹⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida eleger os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).
6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).
7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lazier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Alcysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Minoria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (*)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (*)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lidice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
7. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que restava esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) ^(8,10)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares, e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

*****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular, e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Of. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares, e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 16/2015).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Atalides Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

**6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E
INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares, e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁶⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁰⁾	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(5,6,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares, e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares, e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽³⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dirio Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).

4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).

5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).

6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).

7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.

8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).

9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: secomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁵⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(3,4)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(12,11)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e os Senadores Fernando Bezerra e Lidice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares, e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).
6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).
7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lassier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zezé Ferrelle (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO ⁽³⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Of. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares, e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Ferrelle e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Of. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Talmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares, e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Talmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

***** Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-OLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ^(6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Of. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMD).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMD).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMD).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente desta colegiada (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Luiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMD).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador Fernando Collor (AL)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (SE)	
PMDB	
Senador Romero Jucá (RR)	
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lidice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante

VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário do Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lidice da Mata - PSB/BA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (a)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Ailton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtencir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (b)
Walter Ithoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (c)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tomada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Wbo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁶⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE (6)	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (6)
Jaime Martins - PSD/MG (6)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (6)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cccm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lidice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozé Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (8)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.

4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Foneca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Ansillero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - CMCLF**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS**SENADO FEDERAL**

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Sâguas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁸⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requiao - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lidice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/06/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 664 páginas
(O.S. 12605/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

